



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

-----ACTA NÚMERO DEZASSEIS / NOVENTA E OITO-----

-----Aos dezassete dias do mês de Junho do ano de mil novecentos e noventa e oito, nesta vila de Oeiras e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente e devidamente convocada para o efeito a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência do Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Morais, estando presentes os Senhores Vereadores Elisa Maria Ramos Damião, Doutor José Eugénio Moutinho Tavares Salgado, Engenheiro José Arménio Lopes Neno, Senhor Luís Filipe Martins Pires, Doutor Arnaldo António Pereira, Doutor José David Gomes Justino, Senhor Emanuel Silva Martins, Doutor José Eduardo Leitão Pires Costa, Doutora Teresa Maria da Silva Pais Zambujo e Doutor Jorge Manuel Bicó da Costa.-----

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS:-----

-----Às dezassete horas e vinte minutos, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respectiva ordem de trabalhos que foi aprovada por unanimidade.-----

2 - APROVAÇÃO DE ACTAS:-----

-----O Senhor Presidente submeteu à votação a acta número quinze, de noventa e oito, de vinte e sete de Maio, previamente distribuída pelo que foi dispensada a sua leitura, tendo-se verificado a sua aprovação por unanimidade, sem prejuízo de possíveis futuros pedidos da alteração ao respectivo texto.-----

-----Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta.-----

3 - DESPACHOS:-----

-----A Câmara tomou conhecimento, de harmonia com o disposto no número três, do artigo quinquagésimo segundo, do Decreto-Lei número cem, de oitenta e quatro, de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei número dezoito, de noventa e um, de doze de Junho, dos despachos proferidos pelos Senhores Presidente e Vereadores no uso de competências delegadas.-----

4 - SITUAÇÃO FINANCEIRA: -----

----- Foi presente o balancete referente ao movimento de fundos do dia de ontem, o qual acusa um saldo de operações orçamentais no valor de novecentos e quarenta e cinco milhões cinquenta e seis mil novecentos e trinta e seis escudos, tendo o Senhor Presidente informado da situação financeira, saldos cativos e encargos existentes, traduzindo-se a situação num saldo real negativo de um milhão oitocentos e sessenta e três mil setecentos e quinze contos.-----

5 - PAGAMENTOS: -----

----- a) Pagamentos autorizados anteriormente:-----

----- A Câmara tomou conhecimento de terem sido processados os pagamentos a que respeitam as autorizações números seis mil duzentos e sessenta e nove a sete mil e oitenta e dois, no valor global de quinhentos e setenta milhões quatrocentos e vinte e seis mil novecentos e cinco escudos e cinquenta centavos.-----

----- b) Pagamentos autorizados:-----

----- Sob proposta do Senhor Presidente a Câmara deliberou , por unanimidade, aprovar a atribuição de um subsídio ao Centro de Cultura e Desporto, no valor de nove milhões de escudos.-----

----- Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

6 - ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

-----I - O Senhor Presidente deu conhecimento à Câmara da remessa pela Assembleia Municipal do seguinte ofício: -----

-----Número duzentos e setenta e quatro, remetendo cópia da deliberação sobre “Concessão de apoios financeiros para obras de construção/reparação de sedes de Juntas de Freguesia”: -----

-----“A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta a que se refere a deliberação número cento e vinte e dois, da reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e nove de Abril último e deliberou por unanimidade de votos, aprovar a candidatura aos apoios financeiros a conceder pelo Governo, para as obras de remodelação e conservação geral do edifício da Junta de Freguesia de Barcarena, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.-----

-----Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta.” -----

-----II - Após tomar conhecimento do assunto a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, dar-lhe execução.-----

-----Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta.-----

Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

7 - ASSUNTOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DOS SMAS: -----

----- A Câmara tomou conhecimento dos principais assuntos tratados nas reuniões do Conselho de Administração dos SMAS realizadas nos passados dias vinte e seis de Maio e nove de Junho, os quais são: -----

----- “Foi presente a acta da Reunião do Conselho de Administração anterior. -----

----- Tomou conhecimento do Balancete de Movimento de Tesouraria à data. -----

----- Tomou conhecimento da Listagem das Ordens de Pagamento processadas nas semanas transactas. -----

----- Tomou conhecimento da listagem do Ciclo de Debates da Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos, subordinado ao tema “Impacte dos Planos de Bacia Espanhóis nos Recursos Hídricos Nacionais”, a realizar em Lisboa, no dia vinte e seis de Maio de mil novecentos e noventa e oito. -----

----- Tomou conhecimento dos Seminários sobre os temas “Técnicas de Apresentação em Público” e “Condução de Reuniões”, promovidos pela Price Waterhouse – Auditores e Consultores, Limitada, a decorrer em Lisboa, nos dias vinte e oito /vinte e nove de Maio e um / dois de Junho de mil novecentos e noventa e oito, respectivamente. -----

----- Tomou conhecimento do Seminário promovido pelo Centro Para a Conservação de Energia (CCE), subordinado ao tema “Renewable Energy for Europe: Building an Integrated Approach for Implementing the EU White Paper”, a decorrer em Lisboa (Pavilhão da EU na Expo’noventa e oito), no dia dois de Junho de mil novecentos e noventa e oito. -----

----- Tomou conhecimento das Quartas Jornadas Poder Local - Ambiente Tratamento de gestão das Águas de Consumo e Residuais Urbanas, que irá decorrer no quinze, dezasseis e dezassete de Junho no Ambiforum, em Lisboa. -----

----- Tomou conhecimento do relatório realizado pelo Senhor Administrador Engenheiro

Gabriel Oliveira quando da sua visita à feira do Ambiente realizada em Colónia, entre o dia doze e dezasseis de Maio de mil novecentos e noventa e oito. -----

----- Tomou conhecimento do pedido de aposentação de Raúl Gonçalves Costa, Leitor Cobrador de Consumos. -----

----- Tomou conhecimento do pedido de aposentação de Raúl Capucho Amaro, Engenheiro Técnico Especialista Principal. -----

----- Tomou conhecimento da solicitação ao LNEC de proposta para a execução do “Estudo de especificações dos materiais a utilizar nas redes de abastecimento de água dos Concelhos de Oeiras e Amadora” contemplando a especificação dos seguintes aspectos: o plano de trabalhos e a sua metodologia, os prazos de execução e o preço. -----

----- Tomou conhecimento do ajuste directo para a adjudicação de mil garrafas com copo invertido gravadas com uma placa de estanho, embaladas em caixa de cartão branca, à empresa J.E. Noventa e Dois – Projectos de Marketing, Limitada, pelo valor global de um milhão e cinquenta e cinco mil escudos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, não sendo necessário proceder-se à celebração de contrato escrito, para oferta aos funcionários na celebração dos setenta e um anos dos SMAS -----

----- Tomou conhecimento da inscrição e participação das Senhoras Doutora Teresa Gonçalves, Directora dos Serviços Comerciais e Administrativos e Engenheira Cristina Paiva, Chefe de Divisão de Controlo e Qualidade na Nineteenth Biennial Conference of the International Association on Water Quality, que se realizará em Vancouver, Canadá nos próximos dias vinte e um a vinte e seis de Junho. -----

----- Tomou conhecimento do Ajuste Directo para a adjudicação de dois mil e quinhentos porta-chaves em forma de gota com pequena máquina de calcular no seu interior, para as Festas do Concelho de Oeiras de mil novecentos e noventa e oito, à empresa M.P.B. – Mateus Pinto & Baptista, pelo valor global de um milhão, cento e quinze mil escudos, acrescido de IVA à taxa



CÓPIA

legal em vigor, não sendo necessário proceder-se à celebração de contrato escrito. -----

----- Tomou conhecimento da Abertura de Concurso Interno Geral de Acesso para Provimento de dois Lugares na Categoria de Encarregado do Grupo de Pessoal Operário Qualificado com um prazo de validade de um ano, aprovação dos métodos de selecção e composição do júri do concurso. -----

----- Foi aprovada a proposta de adjudicação referente ao “Concurso Limitado sem Apresentação de Candidaturas para Fornecimento de Quatro Viaturas Ligeiras Tipo Pequeno Furgão”, à empresa Vesauto, Sociedade Anónima, pelo valor global de seis milhões trezentos e trinta e sete mil trezentos e setenta e dois escudos, mais IVA, não sendo necessário proceder-se à celebração de contrato escrito. -----

----- Foi aprovada a Proposta de Abertura de Concurso Limitado sem Apresentação de Candidaturas para a Fiscalização da Empreitada de Construção Civil do Reservatório da Atalaia, aprovação do caderno de encargos, programa de concurso, empresas a consultar, constituição das comissões de abertura e de análise, bem como a delegação de competências para a realização da audiência prévia dos interessados nesta última. -----

----- Foi aprovada a proposta de adjudicação por ajuste directo da empreitada de fornecimento e montagem do equipamento associado à iluminação do reservatório do Torneiro, nos exactos termos propostos pela empresa Alberto Roque, Limitada, no valor global de dois milhões seiscentos e vinte e dois mil setecentos e cinquenta escudos, acrescido de IVA, não sendo necessário proceder-se à celebração de contrato escrito. -----

----- Foi homologada a acta número dois, de nomeação do candidato único António Tavares de Jesus referente ao concurso interno de ingresso para provimento de um lugar de terceiro oficial administrativo nos termos do número três, do artigo quarto, do Decreto-Lei cento e noventa e cinco, de noventa e sete, de trinta e um de Julho. -----

----- Foi homologada a acta número dois, de nomeação da candidata única Maria Cecília

do Nascimento Carvalho referente ao concurso interno de ingresso para provimento de um lugar na carreira única de auxiliar de serviços gerais nos termos do número três, do artigo quarto, do Decreto-Lei cento e noventa e cinco, de noventa e sete, de trinta e um de Julho. -----

----- Foi homologada a acta número dois, de nomeação do candidato único José Marques Pio referente ao concurso interno de ingresso para provimento de um lugar na carreira de categoria única de leitor cobrador de consumos nos termos número três, do artigo quarto, do Decreto-Lei cento e noventa e cinco, de noventa e sete, de trinta e um de Julho. -----

----- Foi homologada a acta número dois, de nomeação da candidata única Irene Maria Alves Lima referente ao concurso interno de ingresso para provimento de um lugar na categoria de Técnico Superior de 2^a Classe nos termos do número três, do artigo quarto, do Decreto-Lei cento e noventa e cinco, de noventa e sete, de trinta e um de Julho. -----

----- Foi aprovada a proposta de aprovação de trabalhos a mais de natureza não prevista referente ao “Concurso limitado para a empreitada de reabilitação e ampliação das redes de água na Calçada de Laveiras” no valor de setecentos e cinquenta e três mil quatrocentos e sessenta e cinco escudos, mais IVA, que representam cerca de quatro vírgula seis por cento do valor da adjudicação à empresa Rosa Marques e Carrega, Limitada, não havendo necessidade de celebração de contrato escrito.-----

----- Foi aprovada a proposta de abertura de concurso limitado para fornecimento de material em ferro fundido dúctil para stock em Armazém, aprovação do caderno de encargos, programa de concurso, empresas a consultar, constituição das comissões de abertura e de análise, bem como a delegação de competências para a realização da audiência prévia dos interessados nesta última.-----

----- Foi aprovada a Terceira Alteração ao Orçamento de mil novecentos e noventa e oito - PPI, MOAF. -----

----- Foi aprovada a proposta de abertura de concurso limitado sem apresentação de



CÓPIA

candidaturas para fornecimento de uma viatura ligeira a gasolina, por troca com outra destes SMAS, aprovação do caderno de encargos, programa de concurso, empresas a consultar, constituição das comissões de abertura e de análise, bem como a delegação de competências para a realização da audiência prévia dos interessados nesta última.-----

-----Foi aprovada a proposta de aprovação de trabalhos a mais, referente à “Empreitada de Abastecimento de Água à Amadora – Condutas da Atalaia” no valor de nove milhões cento e quarenta e quatro mil quinhentos e nove escudos, mais IVA, que representa, no total dos trabalhos a mais já aprovados, quarenta e sete por cento do valor da adjudicação à empresa “António Barata Micaelo, Limitada”, dispensando-se a celebração de contrato escrito.-----

-----Foi aprovada a proposta de aprovação de trabalhos a mais, referente à “Empreitada de Construção de Colector Unitário da Rua das Industrias – Amadora”, no valor de oito milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois escudos, que é inferior a cinquenta por cento do valor da adjudicação, com solicitação de dispensa de contrato escrito.-----

-----Foi aprovada a proposta de aprovação de trabalhos a mais de espécie igual à prevista no contrato, no valor de sete milhões duzentos e trinta e dois mil novecentos e vinte escudos mais IVA, e de espécie diferente à prevista no contrato no valor de seiscentos e dez mil cento e vinte escudos mais IVA, totalizando a quantia de sete milhões oitocentos e quarenta e três mil e quarenta escudos, mais IVA, que representa quarenta e nove vírgula dois por cento do valor da adjudicação à firma “António Filipe Teodósio & Companhia, Limitada.” -----

-----Foi aprovada a proposta de trabalhos a mais de espécie igual à prevista no contrato, no valor de nove milhões doze mil e setecentos escudos, mais IVA, e de espécie diferente à não prevista no contrato no valor de quatrocentos e sessenta mil escudos, mais IVA, totalizando a quantia de nove milhões quatrocentos e setenta e dois mil e setecentos escudos, mais IVA, que representa quarenta e nove por cento do valor da adjudicação à firma “António Filipe Teodósio & Companhia, Limitada.” -----

----- Foi aprovada a proposta de trabalhos a mais de espécie igual à prevista no contrato, no valor de dois milhões duzentos e treze mil duzentos e cinquenta escudos, mais IVA, e de espécie diferente à não prevista no contrato no valor de dois milhões noventa e sete mil quatrocentos e oitenta escudos, mais IVA, totalizando a quantia de quatro milhões, trezentos e dez mil setecentos e trinta escudos, mais IVA, que representa sete vírgula quarenta e nove por cento do valor da adjudicação à firma “Conegil - Empreiteiros, Limitada”, não havendo necessidade de celebração de contrato escrito.-----

----- Foi aprovada a proposta de aprovação de prorrogação do prazo de execução de “Empreitada de Reabilitação e Ampliação da Rede de Águas na Calçada de Laveiras” por mais trinta dias, solicitado pela empresa “Rosa Marques e Carrega, Limitada.”-----

----- Foi aprovada a proposta de abertura de concurso limitado sem apresentação de candidaturas para adjudicação da empreitada de Remodelação das Redes de Esgotos na Zona Solátia/ Carnaxide, com o valor base de dezasseis milhões trezentos e oitenta e cinco mil escudos, mais IVA, aprovação do caderno de encargos, programa de concurso, empresas a consultar, constituição das comissões de abertura e de análise, bem como a delegação de competências para a realização da audiência prévia dos interessados nesta última.-----

----- Foi aprovada proposta de abertura de concurso limitado sem apresentação de candidaturas para adjudicação da empreitada de Drenagem Pluvial da Estrada da Quinta do Torneiro, com o valor base de onze milhões setecentos e trinta e dois mil novecentos e noventa e um escudos, mais IVA, aprovação do caderno de encargos, programa de concurso, empresas a consultar, constituição das comissões de abertura e de análise, bem como a delegação de competências para a realização da audiência prévia dos interessados nesta última.-----

----- Foi aprovada a proposta de abertura de concurso limitado sem apresentação de candidaturas para adjudicação da empreitada de Substituição das Redes de Abastecimento de Água no Casal de São Brás (Primeira Fase), com o valor base de dezassete milhões setecentos e



CÓPIA

noventa e cinco mil e seiscentos escudos, mais IVA, aprovação do caderno de encargos, programa de concurso, empresas a consultar, constituição das comissões de abertura e de análise, bem como a delegação de competências para a realização da audiência prévia dos interessados nesta última. -----

----- Foi homologada a acta número dois de nomeação do candidato único José Maria Lopes Pires referente ao concurso interno geral de acesso para preenchimento de uma vaga na categoria de Assessor da Carreira de Engenheiro (área de Engenharia Civil). -----

----- Foi aprovado disponibilizar à Câmara Municipal da Amadora, brindes, um outdoor sobre a campanha das perdas de água e a verba de um milhão e novecentos mil escudos, para publicitar a actividade dos SMAS.” -----

----- Reunião Ordinária realizada no dia nove de Junho -----

----- “Foi presente a acta da reunião do Conselho de Administração anterior. -----

----- Tomou conhecimento do Balancete de Movimento de Tesouraria à data. -----

----- Tomou conhecimento da Listagem das Ordens de Pagamento processadas nas semanas transactas. -----

----- Tomou conhecimento do Quinto Seminário Nacional de Águas, Resíduos e Efluentes noventa e oito, a realizar nos dias vinte e cinco e vinte e seis de Junho de mil novecentos e noventa e oito, no Porto (Exponor), e dias vinte e nove e trinta de Junho de mil novecentos e noventa e oito, em Lisboa (Novotel), organizado pelo ITA – Instituto de Ciências e Tecnologias do Ambiente, em colaboração com a Associação Industrial Portuense. -----

----- Tomou conhecimento da Conferência Internacional sobre Gestão da Água mil novecentos e noventa e oito: Algarve e Andaluzia – Desafios e Propostas, a realizar nos dias vinte e cinco e vinte e seis de Junho de mil novecentos e noventa e oito, em Faro, organizado pelo CIDER – Centro de Investigação e Desenvolvimento Regional. -----

----- Tomou conhecimento do Relatório apresentado pelo Chefe Divisão Informática

sobre a participação na Conferência “Major Cities of Europe It Users Group”, realizada em Dublin, nos dias vinte e cinco a vinte e sete de Maio de mil novecentos e noventa e oito. -----

----- Tomou conhecimento da negociação referente à aquisição de terrenos destinados à construção do reservatório da Serra de Carnaxide/Amadora. -----

----- Tomou conhecimento do Caderno de Encargos e Regulamento do Serviço de Águas, referente à implementação de um novo modelo de gestão no âmbito dos Serviços Municipalizados (concessão dos Serviços Municipalizados), enviado pela Câmara Municipal da Mafra. -----

----- Tomou conhecimento da Visita Técnica à Pont-a-Mousson, fábricas de Pam e Toul, entre os dias dezoito e dezanove de Junho, subordinada ao tema “Águas e Esgotos” -----

----- Tomou conhecimento do pedido de aposentação de António Carlos da Silva Malato, Encarregado Geral . -----

----- Tomou conhecimento da Adjudicação por Ajuste Directo, sem necessidade de celebração de contrato escrito, para fornecimento de peças de contadores, para reposição de stock destinado a reparações, nos termos propostos pela empresa Resopre, Sociedade Anónima, no valor de um milhão setenta e oito mil e novecentos escudos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

----- Tomou conhecimento do pedido de aposentação de António Nunes, Leitor Cobrador

----- Tomou conhecimento do pedido de aposentação de Alfredo Camilo Almeida, Apontador. -----

----- Tomou conhecimento da Adjudicação por Ajuste directo de fornecimento de prestação de serviços, para a realização de um espectáculo de animação musical, para o jantar comemorativo do Septuagésimo Primeiro Aniversário dos SMAS de Oeiras e Amadora, no próximo dia nove de Junho, à empresa Companhia de Artes, no valor global de um milhão, quatrocentos e dez mil escudos, mais IVA, não sendo necessário a celebração de contrato escrito.



CÓPIA

----- Tomou conhecimento do pagamento à empresa TCS – Publicidade em Transportes e Meios de Comunicação, Sociedade Anónima, do valor de dois milhões duzentos e cinquenta mil escudos, mais IVA referente ao fornecimento de serviços de afixação de cartazes de acordo com a Campanha “Fugas de Água na Via Pública?”, anteriormente aprovada em reunião do Conselho de Administração. -----

----- Tomou conhecimento da Adjudicação por Ajuste Directo do Fornecimento de Prestação de Serviços de Impressão de Cartazes para Mupis e Outdoors, à empresa Factor Creativo Comunicação e Publicidade, Limitada, pelo valor global de um milhão seiscentos e sessenta mil escudos, mais IVA, não sendo necessário a celebração de contrato escrito, referente à Campanha “Fugas de Água na Via Pública?”, anteriormente aprovada em reunião do Conselho de Administração. -----

----- Tomou conhecimento da Adjudicação por Ajuste Directo do Fornecimento de Material em Acrílico para Decorar o Pavilhão dos SMAS de Oeiras e Amadora nas Festas do Concelho, à empresa Lusene, Sociedade Lusa de Embalagens e Marketing, Limitada, pelo valor global de um milhão duzentos e sessenta e sete mil cento e trinta e sete escudos, mais IVA, não sendo necessário a celebração de contrato escrito-----

----- Tomou conhecimento da Adjudicação por Ajuste Directo do Fornecimento de mil e quinhentos relógios digitais a oferecer nas Festas do Concelho de Oeiras de mil novecentos e noventa e oito, à empresa Saemi, Serviços de Apoio às Empresas Marketing e Imagens, Limitada, pelo valor global de oitocentos e vinte e cinco mil escudos, mais IVA, não sendo necessário a celebração de contrato escrito.-----

----- Foi ratificado o despacho de autorização exarado a quatro de Junho de noventa e oito pela Senhora Presidente do Conselho de Administração referente ao trabalho em dia de descanso semanal, descanso complementar e feriados, por pessoal dirigente e de chefia nos termos do número cinco, do artigo vigésimo oitavo, do Decreto-lei cento e oitenta e sete, de oitenta e oito,

de vinte e sete de Maio.-----

----- Foi aprovada a proposta de autorização de integração no Regime de Turnos do Electricista Principal, Heliodoro Mota da Silva, a prestar serviço na Divisão de Contadores, Equipamento e Telegestão, bem como do respectivo subsídio legal no valor de vinte e sete mil seiscentos e cinquenta escudos mensal; -----

----- Foi aprovada a proposta de autorização de integração no Regime de Turnos do Canalizador Principal Francisco José Beijinho Pereira, a prestar serviço na Divisão de Operação e Exploração de Redes, bem como do respectivo subsídio legal no valor de vinte e quatro mil e novecentos escudos, mensal; -----

----- Foi aprovada a proposta de alargamento do âmbito da Delegação de Competências do Conselho de Administração na sua Presidente – homologação de actas referentes a todos os tipos de concursos de pessoal; abertura de processos sumários de recrutamento e selecção para efeitos de contratação a termo certo; -----

----- Foi homologada a Acta número três, (lista de classificação final de candidatos) referente ao Concurso Externo de Ingresso para admissão de três estagiários, com vista ao provimento de três lugares na categoria de Técnico Superior de Segunda Classe da Carreira de Informática. -----

----- Foi aprovada a proposta de adjudicação referente ao “Concurso Limitado para o Fornecimento de Material em Ferro Fundido Dúctil”, à empresa Mendes & Irmãos, Limitada, pelo valor global de seis milhões, dois mil e sessenta escudos, mais IVA, devendo proceder-se à celebração de contrato escrito.-----

----- Foi aprovada a Proposta de Abertura de Concurso Limitado sem Apresentação de Candidaturas para o Fornecimento de uma Viatura Mista Tipo Furgão com sete lugares a Gasóleo por troca com idêntica pertença destes SMAS”, aprovação do caderno de encargos, programa de concurso, empresas a consultar, constituição das comissões de abertura e de análise,



CÓPIA

bem como a delegação de competências para a realização da audiência prévia dos interessados nesta última. -----

----- Foi aprovada a proposta de autorização de transferência de Carla Cristina Ferreira de Almeida Pinto Simonette, Segundo Oficial Administrativo do Quadro de Pessoal da Junta de Freguesia de Linda-a-Velha. -----

----- Foi aprovada a proposta de autorização de integração no Regime de Turnos da Operadora de Sistemas de Segunda Classe Maria de Fátima Baltazar Lopes, a prestar serviço na Divisão de Informática, bem como do respectivo subsídio legal no valor de trinta e oito mil e vinte e cinco escudos, mensal; -----

----- Foi aprovada a Proposta de Abertura de Concurso Interno de Ingresso nos termos do Decreto-Lei número cento e noventa e cinco, de noventa e sete, de trinta e um de Julho, Técnica Auxiliar de Segunda Classe (Secretariado), Escalão Um – Vera Maria Lima Garrido – Regularização de Trabalho Precário nos termos do Decreto-Lei número oitenta e um-A, de oitenta e seis, de vinte e um de Junho. -----

----- Foi aprovada a Proposta de Abertura de Processo Sumário de Recrutamento e Selecção, com vista à admissão em regime de Contrato de Trabalho a Termo Certo, de um Engenheiro Químico para prestar serviço na Divisão de Controlo de Qualidade, aprovação dos métodos de selecção, factores de apreciação e constituição do respectivo júri de concurso-----

----- Foi homologada a acta número dois, de nomeação da candidata única Maria Alexandra Casimiro da Silva Paiva, por urgente conveniência de serviço, referente ao concurso interno Geral de Acesso para preenchimento de uma vaga na categoria de assessor Principal da Carreira de Serviço Social. -----

----- Foi homologada a acta número dois, de nomeação dos candidatos Agostinho Paulo Duarte, José Ruivo d'Ascensão, Francisco Mendes, Paulo Jorge Loureiro Ventura e Manuel Francisco Carochicho Pinheiro, por urgente conveniência de serviço, referente ao concurso

interno geral de acesso para provimento de cinco lugares na categoria de pedreiro Principal. -----

----- Foi homologada a acta número um, de admissão da candidata Maria José Mé Meira de Oliveira, por urgente conveniência de serviço, referente ao concurso para admissão de um oficial administrativo de Terceira Classe em regime de Contrato a termo certo, pelo período de doze meses, para prestar serviço na Secção de Contabilidade.-----

----- Foi aprovada a Proposta de Abertura de Processo Sumário de Recrutamento e Selecção, com vista à admissão em regime de Contrato de Trabalho a Termo Certo, de um Engenheiro Civil para a Divisão de Projectos e Obras, para acompanhamento do Sistema de Leceia, aprovação dos métodos de selecção, factores de apreciação e constituição do respectivo júri de concurso-----

----- Foi aprovada a proposta de pagamento à C.M.O. da verba de cento e sessenta milhões de escudos, referente à transferência de verbas resultantes da cobrança da tarifa de resíduos sólidos.-----

----- Foi aprovada a proposta de adjudicação por ajuste directo de fornecimento de prestação de serviços, para a realização de um espectáculo musical na Casa da Pesca no próximo dia doze de Junho, às vinte e duas horas, com o cantor Rui Veloso, a integrar as Festas do Concelho, à empresa Regiespectáculo, Limitada, no valor de quatro milhões e quinhentos mil escudos, mais IVA, devendo proceder-se à celebração de contrato escrito.-----

----- Foi aprovada a proposta de adjudicação referente ao Concurso Limitado sem apresentação de candidaturas para adjudicação de empreitada de “Remodelação da Rede de Esgotos – Solátia – Carnaxide” - Terceira Fase, com o valor base de dezasseis milhões, setecentos e sessenta e dois mil e quinhentos escudos, mais IVA à taxa legal em vigor, aprovação do caderno de encargos, programa de concurso, empresas a consultar, constituição das comissões de abertura e de análise, bem como a delegação de competências para a realização da audiência prévia dos interessados nesta última. -----



CÓPIA

-----Foi aprovada a Adjudicação por Ajuste directo de fornecimento de prestação de serviços, para a realização do jantar comemorativo do Septuagésimo Primeiro Aniversário dos SMAS de Oeiras e Amadora, no próximo dia nove de Junho, à empresa Tudo Bom – Banquetes, Limitada, no valor global de três milhões quatrocentos e cinquenta mil escudos, mais IVA, não sendo necessário a celebração de contrato escrito.-----

----- Foi aprovada a Adjudicação por Ajuste Directo de fornecimento de prestação de serviços, para realização de um espectáculo de “Bailado Aquático”, promovido pelos SMAS e integrado nas Festas do Concelho, no dia vinte de Junho, à empresa “Companhia D’Artes”, no valor global de oito milhões setecentos e vinte mil escudos, mais IVA, com dispensa de realização de contrato escrito.-----

-----Foi homologada a acta número um de admissão dos candidatos Rui Miguel de Lima Soares e Mónica Sofia da Silva Nobre, referente ao concurso para admissão de dois oficiais administrativos de terceira classe em regime de contrato a termo certo.-----

-----Tomou conhecimento do relatório apresentado verbalmente pela Senhora Administradora Elizabete Oliveira, referente ao seminário das Energias Renováveis, realizado em Lisboa. -----

-----Tomou conhecimento do pedido do Clube de Natação da Amadora, solicitando apoio financeiro para o Festival das Escolas de Natação, foi deliberado não dar qualquer apoio financeiro e, serem verificadas as existências de brindes a fim de lhes serem oferecidos alguns para o referido evento.” -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

8 - INFORMAÇÕES - SR. PRESIDENTE: -----

-----O Senhor Presidente iniciou a sua intervenção dando conhecimento à Câmara do discurso por si proferido por ocasião da Comemoração do Ducentésimo Trigésimo Nono Aniversário do Município de Oeiras, na cerimónia que teve lugar no passado dia sete no Auditório Eunice Munõz:-----

-----“Cinco Propostas(Adaptadas) para o Próximo Século” -----

-----Senhor Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território---

-----Senhora Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional -----

-----Senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

-----Senhores Deputados Municipais-----

-----Senhores Vereadores-----

-----Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho de Oeiras -----

-----Minhas Senhoras e Meus Senhores -----

-----Um. Introdução -----

-----Permitam-me que, desafiando o que é de tradição nestas sessões comemorativas - com os seus discursos de tom mais ou menos oficial ou oficioso, - vos peça, para, por alguns minutos - espero que poucos -, me acompanhem num devaneio.-----

-----Procurando um tema que pudesse servir de motivo simbólico para comemorar, - próximo da viragem do século e do milénio - o dia do Concelho, lembrei-me a dada altura, de um texto traduzido em português desse grande escritor nascido em Cuba, italiano por opção e cidadão do mundo por natureza, chamado Italo Calvino. -----

-----O texto chama-se “Seis propostas para o próximo milénio”(afinal apenas cinco, como veremos) - ou na versão italiana “Lições americanas” e tem tradução portuguesa recente.--

-----Conhece-se a origem e o significado do escrito. Calvino, foi convidado pela

prestigiada Universidade norte-americana de Harvard, para durante o ano lectivo de mil novecentos e oitenta e cinco/oitenta e seis proferir seis conferências literárias.-----

----- As mesmas conferências que desde mil novecentos e vinte e seis levaram a Harvard personalidades como Stravinsky, Jorge Luís Borges ou Octávio Paz. Meteu as mãos à obra e encontrava-se a ultimar a sua sexta conferência quando, na sua cidade adoptiva Siena, a morte o surpreendeu.-----

----- Sabemos o título da sua sexta conferência, mas o seu texto nunca foi concluído.-----

----- Restaram assim para a posteridade cinco conferências que giram em torno dos valores literários a conservar no próximo milénio. Esses valores são: a leveza, a rapidez, a exactidão, a visibilidade e a multiplicidade.-----

----- Mais do que valores literários neles se podem ver valores sócio-culturais e porque não valores político-culturais no sentido mais amplo e generoso do termo.-----

----- É pois em torno destes valores que vos desafiava a interpelar o próximo século e nele a política: a política em geral e a política autárquica no Concelho de Oeiras.-----

----- O que vos proponho, - com o risco de ofender os puristas e os exequetas, que sempre dirão que o texto de Calvino não é extrapolável para a política, e muito menos para as questões da política local, - é interpretar livremente as palavras do grande escritor e ver de que modo os valores referidos podem constituir um projecto de futuro.-----

----- Dois. Leveza -----

----- Comecemos então pela leveza.-----

----- Que valor é este? Calvino explica que a leveza é a propriedade que nos ajuda a tornar o mundo e a sociedade menos pesados. Se olharmos em volta parece que tudo está cada vez mais petrificado, pessoas e lugares.-----

----- Quando Milan Kundera escreve o conhecido romance “A Insustentável leveza do ser” o que ele constata é o peso de viver próprio das condições de opressão política no seu país, e



CÓPIA

até certo ponto o peso da condição humana.

O peso de viver está em todas as formas de opressão: política, económica, social e cultural.

Exige-se pois leveza que permita contrariar este estado de coisas. Não a leveza que leva ao sonho e ao irracional. Mas antes uma forma de ver o mundo e nele agir que o tornem menos pesado.

Porque a verdade é esta: se ficamos fascinados com um mundo ágil, leve e móvel dos relatos e das imagens cinematográficas da ficção científica é porque temos a experiência do peso das coisas.

O mundo e a vida são pesados, explica Calvino. Devemos torná-lo leve, eis a sua mensagem póstuma.

Aliás, tudo hoje na ciência nos indica que o nosso mundo natural é frágil, leve e delicado: cadeias de ADN, impulsos de neurónios, “quarks”, neutrões e potrões, “chips” informáticos.

Talvez que a melhor evidência dessa leveza esteja na revolução informática e comunicacional que será rainha no próximo milénio. É certo que o software não vive sem o peso do hardware.

Mas, como escreve o autor: continuam a existir pesadas máquinas de ferro, mas estas obedecem religiosamente a “bits” sem peso.

Leveza portanto, como valor do próximo século. E desde logo como valor político fundamental: tornar a vida das pessoas menos pesada.

Esse pode e deve constituir um imperativo da acção política local.

Temos obrigação de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, dando-lhes casa condigna, meios de transporte, ambiente agradável, cidades bonitas, jardins, bibliotecas, lazer e cultura.

----- Temos, por exemplo, obrigação de utilizar a leveza dos novos processos tecnológicos, para facilitar a vida das pessoas. Nada mais pesado do que a complexa rede de contrições públicas, a que chamamos de burocracia, que existem na nossa Administração Local.

----- Tornar a vida mais leve aos municípes, significa desburocratizar, reduzir exigências administrativas, desregular certas matérias, aproximar a administração dos cidadãos. Uma agenda que Oeiras tem posto em prática no Concelho de Oeiras. -----

----- Mas a agenda desburocratizadora para o próximo século, que constituirá um dos compromissos fortes da autarquia, implicará novas e melhores instalações para os funcionários da CMO. -----

----- Avançaremos pois para o projecto e construção do novo Edifício dos Paços do Concelho, moderno, arejado, funcional, concebido para os cidadãos, mas também para quem nele trabalhará. -----

----- Mas mais. Leveza é também cuidar do património, dar melhor qualidade de vida aos municípes, o Parque dos Poetas, por exemplo, a recuperação da zona ribeirinha de Algés - Dafundo -, diversificar a oferta cultural - reordenando e recuperando a Fábrica da Pólvora com o novo Museu da Pólvora Negra, que vamos inaugurar em breve - ou criar novos espaços verdes e de lazer-Jardim da Memória, Viveiros Municipais, Jardim de Santa Catarina, Parque Aventura -. -----

----- Eis pois um valor fundamental a prosseguir em Oeiras: tornar leve a vida dos que cá vivem e trabalham. -----

----- Três. Rapidez -----

----- O valor da rapidez é dos mais fáceis de extrapolar para a política. -----

----- O problema da rapidez é o da “batalha contra o tempo”. -----

----- São múltiplas as dimensões do tempo na “polis”. E se olharmos à nossa volta o tempo é um dos elementos que mais condiciona as decisões e as acções da vida política - quer nacional quer local. -----



CÓPIA

----- Todos os que decidem a um nível mais amplo ou mais localizado, se depararam com os constrangimentos ligados à lentidão ou à rapidez da acção política. -----

----- Tudo isso é hoje particularmente empolado porque o século vinte como século da motorização e da rapidez, impôs a velocidade em tudo, e sobretudo nos “media”. -----

----- Os que estão no poder interrogam-se: devemos decidir e fazer rápido ou esperar pelo momento politicamente mais oportuno? As boas realizações exigem tempo de estudo e preparação, ou são boas pelo simples facto de serem feitas com rapidez? A rapidez é inimiga das boas decisões? -----

----- Calvino fala-nos do tempo do seguinte modo: na vida prática o tempo é uma riqueza de que somos avaros; na literatura é uma riqueza de que se pode dispor à vontade e com indiferença. -----

----- Só que em política, acrescento eu, temos uma meta a atingir. Daí que a divisa mais apropriada seja a seguinte: quanto mais tempo pouparamos, mais tempo podemos perder. -----

----- Com isto eu não defendo que a ponderação, o estudo, o debate estejam ausentes do processo de decisão política. Há decisões políticas que carecem de consenso. O consenso exige diálogo, e este leva tempo. -----

----- Mas a decisão política e a sua realização são uma corrida contra o tempo, sobretudo num país, numa região ou num município (como Oeiras) onde falta ainda tanto para fazer. Têm pois de ser rápidas, pressupondo o estudo e a ponderação. -----

----- Às vezes um esforço de consenso é indispensável, mas nunca um consenso a todo o custo que faça perder tempo inutilmente e adiar irreversivelmente a decisão política. -----

----- Calvino, prefere a rapidez, a agilidade de raciocínio, a economia de argumentos. -----

----- Também em política prefiro a rapidez e a economia de argumentos. Alguns criticam a obra feita, - e a discussão coloca-se aqui em Oeiras - dizendo que ela não foi suficientemente ponderada e estudada. Que nas questões politicamente complexas e delicadas é preciso estudar

mais, discutir mais, para decidir melhor.-----

----- Respondo a isso - dando como exemplo a obra feita em Oeiras nos últimos dez anos - utilizando e adaptando um argumento de Galileu, no seu “Diálogo sobre os Grandes Sistemas”: se decidir politicamente sobre questões complexas e difíceis, fosse como carregar pesos, caso em que muitos cavalos podem levar mais sacos que um só cavalo, eu concordaria que muitos discursos fariam mais do que um só. -----

----- Só que decidir politicamente é como correr e não como carregar, e nessas condições um cavalo lusitano sozinho correrá mais do que cem cavalos frísios.-----

----- Eis pois um valor político seguro para o próximo milénio: a rapidez da decisão e da acção políticas. -----

----- Quatro. Exactidão -----

----- Na política, as decisões têm de ser rápidas, mas não podem correr o risco de serem erradas. Se o forem, as consequências serão incalculáveis.-----

----- Meio caminho para as decisões politicamente erradas são as políticas confusas, as palavras contraditórias, as expressões vagas, os discursos sem sentido ou com múltiplos sentidos.

----- O nosso autor faz aqui uma apologia do rigor e da exactidão na linguagem literária. E diz que ela está hoje invadida por uma epidemia de linguagem confusa, contraditória, vaga e imprecisa.-----

----- E revela-lhe a origem: uma contaminação do mundo da política e dos mass media. --

----- A política está cheia de palavras e de discursos quantas vezes contraditórios, quantas vezes sem sentido. Pressionados pelos “media”, os políticos falam, - e não estou obviamente a excluir-me neste discurso - porque têm simplesmente que dizer alguma coisa que possa alimentar esses mesmos “media”, e por vezes alimentar a sua própria imagem perante a opinião pública e o eleitorado. -----

----- Mas saberão os políticos - saberemos nós - quantas vezes essa multiplicidade de



CÓPIA

palavras, vagas, contraditórias, inexpressivas, afecta a própria imagem dos políticos e da vida política? -----

----- Esta peste linguística – que os “media” multiplicam - é uma das causas mais evidentes e relevantes do notório mal estar da política e dos políticos em Portugal. -----

----- Talvez que esse mal estar se faça sentir mais a nível nacional, mas o que é certo é que também se projecta ao nível da política e dos políticos autárquicos. -----

----- Julgo que cada vez mais se justifica um esforço de contenção, acompanhado de um esforço de exactidão, como valor da vida política que se possa impor nos anos que vêm. -----

----- Exactidão significa várias coisas. Desde logo rigor e clareza nas propostas, nos projectos, naquilo que se afirma querer e poder fazer. Um acto de gestão pública, uma entrevista, uma resposta, têm de ser claros e rigorosos aos olhos do povo. -----

----- Em segundo lugar, respeito pela palavra dada, no sentido em que aquilo que se apresenta como promessa deve ser cumprido. -----

----- E finalmente um esforço de utilização correcta e objectiva da linguagem, sem mistificações, sem segundos sentidos, sem imprecisões. -----

----- Uma obra clandestina é mesmo uma obra clandestina não é uma edificação legalizável, uma incompatibilidade é mesmo uma incompatibilidade, não é situação tolerada pela lei, um corte no abastecimento de água é mesmo isso, não é uma “redução momentânea e não significativa nos caudais de água para abastecimento público”. -----

----- Falar claro, pois, falar com exactidão em política, é um valor que todos temos de garantir e promover. -----

----- Cinco. Visibilidade -----

----- “Hoje somos bombardeados por uma tal quantidade de imagens que não sabemos distinguir a experiência directa do que vimos durante poucos segundos da televisão”, escreve o Autor que vos proponho para reflexão. -----

----- A ideia de visibilidade na cultura passa por aqui: “pensar por imagens” identificando os temas de forma nítida, visível e completa.-----

----- A aplicação deste conceito à vida política e neste particular, à vida autárquica, pode ser desenvolvida pelas duas seguintes vias: a primeira a dos problemas da visibilidade do poder e da sua faceta oculta - o poder invisível, o sub-governo e o cripto-governo, para usarmos a linguagem de Norberto Bobbio. -----

----- A segunda, voltando ao processo de decisão política, a da identificação dos problemas a resolver, pensando a “política por imagens” – imagens nítidas e não fantasiosas - . -

----- As duas perspectivas não são incompatíveis.-----

----- A primeira, será porventura mais evidente.-----

----- Quando falamos de visibilidade vem-nos à memória toda a problemática da democracia como governo aberto, como exigência de transparência, de publicidade, de condenação do secretismo e do sigilo.-----

----- É a temática - que em parte desenvolvi na sessão do Vinte e Cinco de Abril deste ano, sobre as promessas incumpridas do Vinte e Cinco de Abril, - da publicidade dos actos do poder como critério de justiça. -----

----- Esse é um valor clássico da democracia, mas, porque cada vez mais esquecido ou subvertido por toda a panóplia de formas invisíveis de poder - quer falemos das sociedades secretas como a Maçonaria ou a Opus Dei, quer nos refiramos ao poder dos grupos económicos e desde logo do próprio Estado como patrão económico - devemos voltar a falar dele e a dar-lhe o destaque devido, na viragem do século e do milénio. -----

----- Todos sabemos que o poder é tanto mais eficaz quanto mais sabe e vê, sem se deixar ver. -----

----- Mas com isso afastamo-nos dos ideais democráticos e caminhamos a passos largos para falsas democracias, onde a coberto do segredo de Estado, construímos um Estado de



CÓPIA

segredo. -----

----- Temos de deixar o mínimo espaço para o poder invisível, colocar o cidadão em condições de ver e escrutinar os negócios públicos, e fazer do segredo a exceção e não a regra. -----

----- É este um sentido possível para o valor da visibilidade em política. -----

----- Mas há um outro sentido, como disse: o pensar a política em imagens. Menos óbvio, mas mais sugestivo e talvez mais próximo da ideia de Italo Calvino, quando este se refere à visibilidade como proposta para o próximo milénio. -----

----- Ilustrarei este sentido possível como um exemplo: o Parque dos Poetas . -----

----- Sobre o projecto em si, já dele falei no encerramento do Segundo Ciclo de Estudos Oeirenses. Não vou repetir o que na ocasião disse. -----

----- Agora gostaria apenas de referir que a decisão política de propor, conceber, projectar e executar toda uma intervenção ambiental, social e cultural numa determinada área de Oeiras, só é concebível se a imagem da obra, do seu alcance, dos destinatários ultrapassar a mera verbalização e chegar à imagem. -----

----- Imagens visuais como parte essencial do processo de decisão política. “Cinema mental”, diz um Autor. -----

----- Esta ideia do decisor político como realizador cinematográfico, é uma ideia que permite compreender o sucesso da intervenção autárquica em muitas áreas, designadamente no planeamento municipal, no ordenamento do território, na renovação urbana, em Oeiras. -----

----- No fundo trata-se de imaginar o concelho, não na perspectiva fantástica ou imaginosa, mas do ponto de vista da “utopia concreta”, logo realizável, a curto, a médio ou a longo prazo. -----

----- Ver Oeiras, como outros olhos, os olhos do futuro, os olhos do século vinte e um. -----

----- Não é razoável pedir que todos “vejam” Oeiras” tal como ela será no próximo século. -----

----- Os municípes, por exemplo, corporizam a realidade, exigindo a correcção do que está feio ou errado, reivindicando o novo ou propondo a recuperação do antigo. -----

----- Mas os decisores políticos têm de pensar Oeiras por imagens, projectando-a numa próxima geração, antecipando as dificuldades, pensando num modelo que possa ultrapassar o limiar da sua expectativa de vida. -----

----- Para isso, impõe-se visibilidade: ver mais, ver melhor, ver amanhã. -----

----- Seis. Multiplicidade -----

----- O último valor para o futuro próximo que gostaria de vos propor - continuando a comentar da forma livre e pessoalíssima as ideias de Calvino - é o da multiplicidade. -----

----- A multiplicidade decorre do mundo que está à nossa volta. Só um idiota dirá que tudo é simples. Hoje cada acontecimento decorre dos mais variados elementos. A complexidade está em tudo e em todos. O mundo é um novelo, uma embrulhada, e por isso mesmo a decisão política devendo ser leve, rápida, exacta e visível, confronta-se com essa cada vez maior multiplicidade. -----

----- Se cada um de nós é uma combinação de experiências, de informações, de leituras, de imaginações, não será necessário um conhecimento verdadeiramente enciclopédico, para tudo abravar, tudo ponderar, numa síntese que permita decidir politicamente com sucesso? -----

----- É evidente que sim. A multiplicidade, é um valor na política, que nos impõe duas obrigações: a ter a informação adequada e completa e a não ignorar a diversidade de tipos humanos e sociais que vivem na nossa comunidade. -----

----- E justamente porque queremos uma comunidade inclusiva - onde todos se possam incluir e não incluir alguns e excluir outros - é que o valor da multiplicidade é tão importante. ---

----- Formulado desta forma abstracta – no plano teórico dos valores - muitos de nós não se apercebem da relevância desta questão, aqui mesmo no Concelho de Oeiras. E contudo essa é uma questão que está na ordem do dia, quando falamos do fim das barracas, do realojamento, da



CÓPIA

política de habitação social. -----

----- Não é fácil construir uma comunidade com partilha de valores entre todos os membros da mesma. Uma comunidade, como a que vive ou trabalha no Concelho de Oeiras, com diversos grupos étnicos, sociais, culturais ou raciais, exige dos poderes políticos autárquicos a consideração dessa multiplicidade e uma acção que permita atenuar as disensões, as exclusões e as marginalizações. -----

----- Ora a política de habitação social da CMO assenta justamente nesse valor da multiplicidade, assumido como essencial para se construir uma comunidade inclusiva. Com diversidade, mas com consenso. Com variedade mas também com concórdia. -----

----- Sete - Conclusão -----

----- Resta concluir esta resenha de alguns valores perenes para o próximo século - valores culturais, e desde logo literários, mas que também podem ser políticos, como vimos - recordando o óbvio: que não há valores políticos que não tenham o Homem como referência. -----

----- “Nada do que é humano me é indiferente” é o lema dos humanistas. -----

----- Talvez por isso todos os anos, no dia do Município, Oeiras homenageia, aqueles que pelas suas qualidades humanas se destacaram dos restantes concidadãos, atribuindo-lhes condecorações. -----

----- Porque, no fundo só a dimensão humana é que dá sentido e conteúdo à leveza, à rapidez, à exactidão, à visibilidade e à multiplicidade como valores da acção política. -----

----- Muito Obrigado.” -----

----- De seguida o Senhor Presidente deu conhecimento do teor das informações números duzentos e setenta e trezentos e sete, de noventa e oito, da Divisão de Espaços Verdes e Equipamento Urbano: -----

----- “Assunto. Plantação de Palmeiras. -----

----- Relativamente ao assunto acima referenciado informo que a relação das últimas

plantações de palmeiras já efectuadas por esta Divisão ou cuja plantação se encontra prevista é a seguinte:

- Já plantadas:

Rua Natália Correia - Oeiras - sete

Rotunda do Triunfo - sete com três troncos

Rua Sacadura Cabral - Carnaxide - catorze

Rua Carlos Wallenstein - Carnaxide - vinte e quatro

Rua São Salvador da Baía - Oeiras - sete

Rua Abel Manta - Oeiras - dezanove

Alameda do Sabugueiro - Murganhal - seis

Rua do Loureiro - Murganhal - quatro

Avenida Minas Gerais - Oeiras - dezasseis

Escola Náutica - Paço de Arcos junto à vedação - cinquenta e cinco

Escola Náutica - Paço de Arcos canteiros - vinte

Escola Secundária Luís de Freitas Branco - nove

Rua General Humberto Delgado - Porto Salvo - duas

Depósito de Água do Torneiro - quarenta e três

- Plantações Previstas:

Rua Rogério Figueiredo Rego - Oeiras - nove

Rua Franco Nogueira - Oeiras - dezassete

Rua Natália Correia - Oeiras - sete

Nó A Cinco - Oeiras - dez.”

Assunto: Arranque de cepos no Concelho de Oeiras devido a abate de árvores secas, podres ou em risco de cair.

Tenho a informar que tendo a Divisão de Espaços Verdes e Equipamento Urbano



CÓPIA

dado início aos trabalhos de arranque dos cepos acima indicados, que se encontravam um pouco por todo o Concelho de Oeiras, dando mau aspecto às ruas e avenidas, provocando por vezes pequenos acidentes, como por exemplo queda de transeuntes.-----

-----Assim, foram já arrancados cento e trinta e nove cepos, tendo esta Divisão informado diariamente a Divisão de Administração Directa do serviço executado, juntamente com informação de calçadas ou caldeiras destruídas.-----

-----Mais informo que a Divisão de Administração Directa tem procedido em grande ritmo ao arranjo dos referidos espaços.”-----

-----Deu também conhecimento do ofício recebido da Escola E.B Dois/Três Vieira da Silva, que é do seguinte teor:-----

-----“Terminadas as actividades do Euromúsica Noventa e Oito, cumpre-me agradecer o extraordinário apoio da Câmara Municipal de Oeiras, superiormente gerida por Vossa Excelência e que foi determinante para o sucesso que esta nossa actividade registou junto de toda a comunidade educativa.-----

-----Graças ao entendimento e cooperação entre a nossa Escola e Câmara, foi possível, uma vez mais, concretizar uma actividade que, pela sua abrangência, teve forte impacto na população de Carnaxide em geral.-----

-----Esperando continuar a contar com a vossa melhor colaboração, com os melhores cumprimentos.”-----

-----De seguida referiu que, há tempos, teve oportunidade de enviar ao Senhor Ministro da Administração Interna um abaixo-assinado de municípios que se queixavam sobre a falta de segurança no Concelho, pelo que deu conhecimento do teor do seguinte ofício enviado por si ao referido membro do Governo sobre o mesmo assunto:-----

-----“Excelência,-----

-----Na sequência dois inúmeros apelos protagonizados pela população do Concelho de

Oeiras, com referência à questão da (in)segurança, junto anexo mais um “abaixo assinado”, este veiculado por moradores da Freguesia de Algés. -----

----- Aproveito, mais uma vez, esta oportunidade, para relembrar Vossa Excelênci que este grave problema com o qual temos vindo a lidar, se arrasta há algum tempo e coincide com a insuficiência de efectivos policiais que se faz sentir neste Concelho. Como tal, reafirmo perante Vossa Excelênci, que a necessidade é premente e que ansiamos com esperança a chegada de mais agentes de segurança, pois, de acordo com informação que me foi transmitida directamente por Vossa Excelênci, o Concelho de Oeiras iria ser beneficiado com a colocação de mais vinte e dois agentes, o que, tendo sido uma realidade de “per si”, não passou, de facto, de uma realidade vazia de conteúdo e aplicação, já que de seguida foram retirados vinte e três. Esta situação é incomportável, pelo que se justifica a tomada de posições mais coerentes por parte do Ministério que Vossa Excelênci dirige e que possam aliviar os sentimentos que nos são transmitidos, infelizmente, na forma de “abaixo-assinados”, os quais só costumam ser utilizados em situações extremas de insatisfação das populações. -----

----- Queira aceitar, Senhor Ministro, a expressão sincera dos meus melhores cumprimentos e a maior consideração.”-----

----- A propósito da insegurança referiu que, como é do conhecimento geral, na passada quarta-feira ocorreram alguns incidentes no Parque Municipal, na zona da feira, que consistiram no envolvimento entre indivíduos vindos do Bairro das Marianas e do Bairro do Pombal. A verdade é que a Polícia que, de alguma forma devia estar alertada para a situação terá solicitado reforços, mas do Comando terão dito que os reforços só poderiam vir numa situação de crise e, tal como era de prever, na sexta-feira, por volta das vinte e três horas um grupo de pessoas que encontrou disse-lhes que havia grandes problemas na feira, com tiros, etc., pelo que se deslocou para lá de imediato, tendo-se cruzado com três polícias que vinham em sentido contrário os quais estavam muito nervosos e um até vinha ferido - continuou e foi até ao posto fixo que a Polícia



CÓPIA

tem no local e pôde constatar que lá estavam três polícias fardados, o Comissário e mais três agentes da PSP da CP, os quais estavam cercados por um grupo de cinquenta ou sessenta indivíduos, vendo-se nitidamente que, como é óbvio, a Polícia estava em dificuldades, porquanto tinha detido um rapaz e os restantes queriam que ele fosse solto, havendo um outro que estava ferido e ensanguentado e fazia com isso grande alarido agitando os presentes e insultando a polícia, o que pessoalmente o choca de uma forma extraordinária porque segundo a lei é crime insultar um agente de autoridade mas hoje em dia são insultados e ninguém reage. -----

----- Pôde também observar que a Polícia, talvez pela escassez de efectivos que ali estavam, tinha alguma dificuldade em lidar com estas situações, pelo que achou por bem intervir na situação e falar com o rapaz que era um cabo-verdiano residente no Bairro do Pombal, tendo-se oferecido para o levar ao hospital porque precisava de tratamento, mas quando chegaram à portaria da Câmara ele disse-lhe que não valia a pena maçar-se, pelo que foi levado ao hospital por um fiscal e um motorista camarários. -----

----- De todo o modo, tudo isto foi para si um pouco o extravasar do copo porque já nos últimos dois meses se tem vindo a assistir a um crescendo de insegurança no Concelho, com assaltos à luz do dia a estabelecimentos comerciais, o roubo por esticão abunda, verificando-se também um grande número de abalroamento de viaturas, pelo que entendeu que era mais que tempo para serem tomadas algumas medidas até porque já tinha falado com o Senhor Ministro da Administração Interna sobre essa matéria e ele próprio lhe havia dito que iria ajudar a resolver a situação. Deve, porém, acrescentar que tem consciência das dificuldades com que aquele membro do Governo se debate e sabe que não é fácil destacar os agentes necessários quer para Oeiras quer para outros locais porque a formação da Polícia tem que ser a um ritmo que sobreleve os que saem e neste momento pensa que até há um certo equilíbrio porque entram mil mas se calhar saem mil e duzentos, por motivos de reforma, etc., agora a verdade é que não se podia ficar numa situação mais complicada que a já existente pois neste momento existem no

Concelho menos efectivos policiais do que havia em mil novecentos e noventa e um.-----

----- Assim sendo, na cerimónia de entrega de fogos no Bairro do Pombal teve oportunidade de se referir a esta situação, até porque acha que era o local próprio, porquanto muitas vezes se tenta lançar um certo anátema sobre os bairros sociais dando a impressão que é aí que nasce a insegurança e teve ocasião de chamar a atenção para o facto da CMO nesta matéria estar a fazer muito mais do que aquilo que são as suas competências, seja na entrega de esquadras, seja na entrega de viaturas e combustível, seja na aquisição de coletes à prova de bala e outros equipamentos; de maneira que além de chamar a atenção para o facto alertou para que ninguém estranhasse se o Presidente da Câmara viesse a encabeçar uma manifestação dos cidadãos deste Concelho para se chamar a atenção do Governo para a necessidade de tomar medidas, o que veio publicado no Diário de Notícias. -----

----- Deve acrescentar que, logo no domingo, o Ministro Jorge Coelho falou consigo e disse-lhe que realmente tinha razão e que a situação no Concelho se tinha agravado porque não tinha conseguido dotá-lo dos efectivos necessários mas que iria fazer um esforço a fim de ver se conseguia, paulatinamente, colmatar a situação e, assim, ontem mesmo telefonou-lhe de novo a transmitir que como medida de emergência iria destacar trinta agentes da Polícia de Intervenção que aqui permanecerão ao fim da tarde e durante a noite, o que aconteceu ontem, efectivamente. De todo o modo, acrescentou, tem uma reunião agendada com o Senhor Ministro no final do mês, a fim de discutirem aprofundadamente esta questão. -----

----- De seguida, deu conhecimento da seguinte carta subscrita por Maria Munhá, moradora no Moinho das Antas, em Oeiras:-----

----- “Na qualidade de residente em Oeiras, não posso deixar de manifestar todo o meu apreço pelos benefícios proporcionados à população e em especial à terceira idade, por Vossa ExcelênciA. -----

----- Embora já resida em Oeiras há dez anos, só nestes dois últimos (após a minha



CÓPIA

reforma) é que tenho tomado maior contacto com os bens proporcionados aos mais idosos, usufruindo dos passeios, da ginástica e ainda da frequência da Academia Cultural para a terceira Idade. -----

----- No passado dia vinte e nove de Abril, fui beneficiada com um passeio a Alcobaça através dos Serviços Sociais da C.M. de Oeiras. -----

----- Foi para mim, surpreendente verificar o carinho, atenção e dedicação com que a Senhora Doutora Luísa Natália Barbosa atendeu todos os ocupantes e participantes no passeio, quer dando indicações dos locais por onde passávamos, quer ainda na atenção e ajuda nas entradas e saídas do autocarro. -----

----- Não é fácil lidar com as pessoas mais idosas, mas a Senhora Doutora Luísa Natália está bem indigitada para aquela profissão, dada a ternura com que fala com todos os utentes daqueles passeios. -----

----- Quero pois tornar público o meu apreço pelo trabalho da Senhora Doutora Luísa Natália Barbosa. -----

----- Quero também agradecer ao Senhor Doutor Isaltino de Morais, as iniciativas que tem tido para ajudar a minorar o isolamento e a solidão em que vivem alguns idosos, por vezes por timidez ou vergonha escondidos no seu canto. -----

----- Bem haja, pois Senhor Presidente e que Deus o conserve à frente da Edilidade de Oeiras por muitos anos. -----

----- Com respeitosos cumprimentos.” -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente deu conhecimento dos seguintes ofícios do Sport Algés e Dafundo: -----

----- “Excelentíssimos Senhores -----

----- Tenho a honra de comunicar que, na Assembleia Geral Ordinária deste Clube, realizada no passado dia três, foi aprovado um Voto de Agradecimento à Ilustre Vereação da

Câmara Municipal de Oeiras pelo auxílio e apoio dispensados ao Sport Algés e Dafundo. -----

----- Com os melhores cumprimentos.” -----

----- “Excelentíssimo Senhor -----

----- Tenho a honra de comunicar que, na Assembleia Geral Ordinária deste Clube, realizada no dia três do corrente mês, foi aprovado um Voto de Agradecimento a Vossa Excelência pelo precioso auxílio prestado ao Sport Algés e Dafundo, permitindo assim cumprir melhor a nossa missão. -----

----- Bem haja, pois, por tudo quanto tem feito a favor do nosso Clube. -----

----- Renovando os nossos agradecimentos, apresentamos respeitosos cumprimentos.” -----

----- “Excelentíssimo Senhor -----

----- Tenho a honra de comunicar que, na Assembleia Geral Ordinária deste Clube, realizada no dia três do corrente mês, por proposta da Secção de Basquetebol, foi aprovado um Voto de Agradecimento à Câmara da mui digna Presidência de Vossa Excelência, pelo apoio prestado à modalidade. -----

----- Com respeitosos cumprimentos.” -----

----- Deu ainda conhecimento da seguinte carta do Senhor Reitor da Universidade Moderna: - -----

----- “Por gentil anuênciā da Câmara Municipal de Oeiras, efectuou-se, no dia cinco de Maio passado, uma visita de estudos dos nossos alunos da Licenciatura em Gestão do Desenvolvimento e Cooperação, às instalações do Gabinete de Estudos da Câmara Municipal de Oeiras (Tagus Park). -----

----- Agradeço a Vossa Excelência a atenção e cuidado com que a Equipa Técnica recebeu os elementos desta Universidade, nomeadamente os Directores do Gabinete de Estudos, Doutor António Fernandes, a Engenheira Alexandra Maia e Doutora Maria João Bessa. -----

----- A visita revestiu-se de muito interesse, sobretudo devido às tecnologias de ponta que



CÓPIA

estão instaladas e que permitem efectuar uma gestão eficaz, e em tempo oportuno, do território da Autarquia. -----

----- Aproveito o ensejo para felicitar a Câmara Municipal de Oeiras pela qualidade e excelência daquele dinâmico Gabinete de eEstudos, de que se guarda viva impressão. -----

----- Apresento a Vossa Excelência os meus melhores cumprimentos e com protestos da mais elevada consideração pessoal.” -----

----- Deu também conhecimento da seguinte carta do Coro de Santo Amaro de Oeiras: -----

----- “Excelentíssimo Senhor -----

----- Temos o grato prazer de expressar a Vossa Excelência o quanto foi para nós motivo da maior alegria participar no Espectáculo de Abertura do Quarto Festival Internacional de Vídeo de Oeiras, tendo visto amplamente apreciado um trabalho em que todos, e com o maior entusiasmo, nos empenhámos. -----

----- Muito nos congratulámos ainda com os amigos aplausos de Vossa Excelência, que consideramos motivo para a prossecução da nossa actividade. -----

----- Afirmando-nos sempre ao inteiro e incondicional dispor de Vossa Excelência e do nosso Concelho, cumprimentamos com o maior apreço e toda a consideração.” -----

----- Ainda a este propósito esclareceu que o Senhor Presidente da República havia ficado maravilhado com o Coro de Santo Amaro de Oeiras que cantou na cerimónia do Dia Dez de Junho e, hoje na Fábrica da Pólvora ficou encantado com a Banda Municipal, tendo mesmo referido que raramente se vê tocar o Hino Nacional tão bem quanto a banda o tocou. -----

----- Deu, de seguida, conhecimento da seguinte carta do Senhor Subintendente Ribeiro:--

----- “Excelentíssimo Senhor Doutor Isaltino de Moraes -----

----- Ao cessar as minhas funções de Comandante da Divisão da PSP de Oeiras da Polícia de Segurança Pública de Lisboa e ao assumir as funções de Comandante Policial de Beja, não posso deixar de apresentar a Vossa Excelência a minha gratidão pela colaboração, apoio e

amizade, com que sempre me distinguiu e que tornou muito mais fácil e gratificante a actividade diária , no exercício das minhas funções. -----

----- Bem haja.-----

----- Com os melhores cumprimentos.” -----

----- Deu também conta do relatório elaborado relativamente ao questionário aos leitores do Boletim Municipal, o qual é do seguinte teor: -----

----- “Durante o mês de Janeiro/Fevereiro de mil novecentos e noventa e oito foi introduzido no Boletim Municipal de Oeiras, um questionário sobre o mesmo, com o objectivo saber qual o perfil dos leitores, sua opinião sobre a publicação, e daí obter-se informação para possíveis reajustamentos da publicação. -----

----- Para responder, os interessados tinham de recortar o questionário e enviá-lo para a Câmara, dentro de um envelope, com os inerentes custos de portes - para o fazer tinham de estar motivados e que essa motivação conduzisse à acção, o que não é fácil face à selectividade de opções que é preciso tomar no dia-a-dia.-----

----- Deste questionário resultaram quarenta e três respostas o que face a estes pressupostos se considera um número interessante, e de entre as quais predominou o sexo masculino com vinte e seis respostas (sessenta vírgula quarenta e seis por cento) tendo-se obtido do sexo feminino dezassete (trinta e nove vírgula cinquenta e três por cento). -----

----- A idade dos respondentes teve uma maior incidência em indivíduos com mais de sessenta e quatro anos, com grau de instrução ao nível do ensino superior: quarenta e oito vírgula oitenta e três por cento e ensino secundário trinta e sete vírgula vinte por cento. -----

----- A ocupação profissional incidiu essencialmente nos reformados com trinta e nove vírgula cinquenta e três por cento seguidos dos quadros superiores administrativos dezasseis vírgula vinte e sete por cento e profissões liberais onze vírgula sessenta e dois por cento. A maioria dos indivíduos respondentes ocupa os seus tempos livres, na leitura, passear e ver



CÓPIA

televisão. -- -----

----- Deve-se ainda referir que trinta e quatro vírgula oitenta e oito por cento das pessoas vivem com uma ou duas pessoas no seu lar. -----

----- As pessoas que habitualmente lêem o Boletim fazem-no para se sentirem bem informadas, por o considerarem bem elaborado e ter artigos interessantes. -----

----- No que diz respeito ao Boletim propriamente dito, cinquenta e quatro vírgula setenta e seis por cento das pessoas considera que contém informação de tipo normal e setenta vírgula setenta e três por cento referiu que a publicação tem muito boa apresentação. Salienta-se igualmente que cinquenta e três vírgula sessenta e cinco por cento considera que o design é muito atractivo. No parâmetro “Normal” registam-se cinquenta e cinco por cento para os temas variados, setenta e cinco por cento relativamente aos artigos aprofundados, setenta e seis vírgula noventa e dois por cento para o número de fotografias e quarenta e seis vírgula trinta e quatro por cento no que concerne a leitura agradável. -----

----- Aos itens “periodicidade”, “formato”, “tipo de papel”, “cor” e “distribuição” obteve-se as seguintes respostas: noventa vírgula sessenta e nove por cento considera que a periodicidade deve manter-se mensal. -----

----- Relativamente ao formato setenta e quatro vírgula quarenta e um por cento é da opinião que deve manter-se tal como está. No que respeita ao papel a ser utilizado setenta e dois vírgula zero nove por cento inclinou-se ao papel normalmente utilizado para a elaboração do Boletim, embora tivesse havido algumas referências para que este fosse concebido em papel reciclado. Tendo em conta que esta edição apresenta imagens a cores e a preto e branco, noventa vírgula sessenta e nove por cento entende que este tem cor suficiente. -----

----- Quanto à distribuição oitenta e oito vírgula trinta e sete por cento considera que deve continuar a ser distribuído porta a porta e gratuito. -----

----- Ao longo deste questionário solicitou-se aos leitores que sugerissem algumas

modificações e que indicassem temas que gostassem de ver abordados no Boletim. -----

----- Eis alguns exemplos mencionados como temas:-----

----- - Mais informação cultural e desportiva -----

----- - Secção de aconselhamento e informação aos jovens sobre a droga-----

----- - Contra-capas o número de telefones úteis para cada freguesia -----

----- - Secção de deliberações organizada por assuntos -----

----- - Astrologia, palavras cruzadas -----

----- - Calendário da distribuição de gás natural pelas ruas -----

----- - Informação de eventos do mês de ordem cultural -----

----- - Diário da República e moda-----

----- - História do Concelho e de cada freguesia -----

----- - Mapas detalhados de cada área -----

----- - Desenvolver em notícias os temas (reuniões de Câmara e Assembleia Municipal) -

----- - Reservar espaços para as freguesias darem a conhecer as resoluções das suas reuniões-----

----- - Literatura popular na região, religião e festividades -----

----- - História e arqueologia-----

----- E como sugestões:-----

----- - Maior diversificação dos temas-----

----- - Coluna de participação dos leitores -----

----- - Menos propaganda, menor promoção pessoal -----

----- - Menos temas relacionados com o Presidente -----

----- - Deixar de ser instrumento de propaganda do poder-----

----- - Suspender o Boletim durante as eleições -----

----- - Excesso de fotografias do Presidente no editorial (?)-----



CÓPIA

----- - Informação antecipada dos acontecimento (dois)-----
----- - Cultura mais acessível em termos financeiros-----
----- - O boletim devia chegar mais cedo.” -----
----- De seguida o Senhor Presidente deu ainda conhecimento das seguintes cartas por si recebidas: - -----
----- - De Maria Olívia de Abreu Baptista: -----
----- “Excelentíssimo Senhor, -----
----- Sem querer tomar muito do seu precioso tempo venho, por este meio, agradecer reconhecidamente a Vossa Excelência por me ter sido dada a possibilidade de visitar o recinto da Expo no passado dia nove do corrente. -----
----- Apresentando os meus cumprimentos, subscrevo-me” -----
----- -Do Senhor Embaixador da Cidade da Praia: -----
----- “Meu Excelentíssimo Amigo, -----
----- Ao tomar conhecimento da agraciação que lhe foi concedida por Sua Excelência o Presidente da República de Cabo Verde, desejo felicitar Vossa Excelência por essa distinção que representa um justo reconhecimento pela acção empenhada e relevante em prol do bem-estar e completa integração na sociedade portuguesa da comunidade cabo-verdiana residente no Concelho de Oeiras e, também pelo apoio que, no âmbito da uma cooperação autárquica exemplar, tem sido dispensado a municípios de Cabo Verde e designadamente São Vicente, pela Câmara Municipal a que dignamente preside. -----
----- Valho-me deste ensejo para apresentar os meus melhores cumprimentos, também pessoais.” - -----
----- Da Santa Casa da Misericórdia de Oeiras: -----
----- “Excelentíssimo Senhor, -----
----- Pela presente tenho a honra de transmitir a Vossa Excelência o “Voto de Louvor e

Agradecimento”, mediante proposta da Mesa Administrativa, com que, em Assembleia Geral Ordinária desta Santa Casa, foi distinguida pelo auxílio concedido, durante mil novecentos e noventa e sete a esta Instituição. -----

----- Apresentando a Vossa Excelência os nossos sinceros agradecimentos, com as mais fraternas saudações, subscrevemo-nos com toda a consideração.” -----

----- Do Senhor Cônsul de Portugal em Bilbao:-----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras -----

----- Tenho a honra da vir por este meio agradecer a Vossa Excelência, em meu nome e do Centro Português de Guipúzcoa, o modo como correspondeu à solicitação que me coube transmitir com vista à participação da Banda Municipal do CCD de Oeiras nas festas de consagração da Capela de Nossa Senhora de Fátima, em Urnieta (Guipúzcoa).-----

----- É-me especialmente grato salientar o brilhantismo com que a Banda Municipal do CCD de Oeiras se apresentou, com uma qualidade de execução unanimemente reconhecida e um reportório muito apreciado, tanto no decurso das cerimónias propriamente ditas como nos dois excelentes espectáculos que realizou em Urnieta e Renteria. Apraz-me igualmente registar a alegria e jovialidade com que toda a comitiva participou no programa. -----

----- A Banda Municipal do CCD de Oeiras constituiu assim um elemento determinante para o sucesso destas celebrações, que se revestiram de profundo significado para a comunidade portuguesa nesta região. -----

----- Com os melhores cumprimentos.” -----

----- Dos Lojistas da Rua Carlos Vieira Ramos: -----

----- “Cumpre-nos o dever de informar Vossa Excelência que os lojistas na Rua Carlos Vieira Ramos, entre os números trinta e dois e quarenta e dois, por fazerem parte de um espaço comercial com a mesma traça arquitectónica e adjacente ao futuro Parque dos Poetas, decidiram em assembleia atribuir ao mesmo conjunto de lojas a designação “Galeria Parque dos Poetas”. --



CÓPIA

----- A nossa proposta é valorizar este espaço comercial, devidamente identificado pela população, que reside ou trabalha nesta zona bem como em áreas limítrofes e melhorar conjuntamente a qualidade do comércio na expectativa de serem consequentemente criados mais postos de trabalho. -----

----- Queremos dignamente complementar o já afamado espaço verde Parque dos Poetas, com características culturais e lúdicas, que num futuro próximo se tornará uma realidade graças ao exemplar trabalho urbanístico da Câmara a que Vossa Excelência preside. -----

----- Na esperança que a atribuição desta simbólica designação não desgrade a Vossa Excelência, aproveitamos o ensejo para expressar ao Senhor Presidente os nossos melhores cumprimentos.” -----

----- Seguidamente deu conhecimento do seguinte relatório referente à Assembleia Geral da EIA: -----

----- “Realizou-se no dia cinco de Junho próximo passado, em segunda convocatória, a Assembleia Geral da EIA, com início às dez horas com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Um - Ponto da situação sobre a Sociedade -----

----- Dois - Deliberar sobre o relatório de gestão, o balanço e as contas do exercício de mil novecentos e noventa e sete -----

----- Três - Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados -----

----- Quatro - Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade referente ao exercício de mil novecentos e noventa e sete -----

----- Cinco - Deliberar sobre uma proposta da Direcção da alteração do artigo quinto, número quatro, do artigo décimo primeiro, número cinco e eliminação do número três do artigo décimo terceiro, e do artigo décimo quarto, dos Estatutos, com a consequente remuneração decorrentes daquelas eliminações. -----

----- No Ponto Um. O Presidente da Direcção da EIA fez um breve resumo das

actividades da UATLA, e da situação económico-financeira, louvando o apoio quer da Fundação Berardo quer da Câmara Municipal de Oeiras, sem o qual o projecto não teria viabilidade. -----

----- No Ponto Dois. Foi apresentado e votado o relatório e contas do exercício de mil novecentos e noventa e sete. -----

----- O resultado líquido do exercício situou-se em menos duzentos e vinte e cinco milhões seiscentos e treze mil quatrocentos e oitenta e oito escudos. -----

----- No Ponto Três. Foi aprovado que o resultado negativo referido no ponto anterior fosse levado à conta de resultados Transitados. -----

----- No Ponto Quatro. Foi, por proposta do Doutor Rui Vicente, em representação da Promindustria, aprovado um voto de confiança aos órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade. -----

----- No Ponto Cinco. Foi, considerado conveniente a aproveitar a oportunidade da deliberação do aumento de capital de quinhentos e cinquenta milhões de escudos para novecentos e setenta milhões de escudos, para se proceder não só às alterações estatutárias decorrentes daquele aumento, como proceder a outras alterações consideradas necessárias para facilitar o bom funcionamento dos órgãos societários e, que visam adequar os estatutos à lei geral e agilizar o funcionamento dos órgãos. -----

----- A Assembleia Geral terminou cerca das onze horas e quarenta minutos.” -----

----- Deu também conta da intervenção por si proferida hoje na cerimónia da inauguração do Museu da Pólvora Negra, na Fábrica da Pólvora em Barcarena: -----

----- “Senhor Presidente da República -----

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

----- Senhores Vereadores -----

----- Senhores Deputados Municipais -----

----- Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho de Oeiras -----



CÓPIA

-----Minhas Senhoras e Meus Senhores -----

-----Permitam-me, antes de mais, que expresse a honra, em nome da Câmara Municipal de Oeiras, e o contentamento pessoal por receber hoje, neste belo recinto renovado, Sua Excelência o Presidente da República, Doutor Jorge Sampaio. Creio partilharmos idênticas preocupações quanto à protecção do Ambiente e da Paisagem, bem como quanto aos cuidados que devem presidir à integração naquele, de quaisquer actividades humanas, cuidados acrescidos em áreas de forte implantação demográfica como é a do Concelho de Oeiras.-----

-----Por outro lado, a simples ideia de uma paisagem deserta de referências culturais e, por isso mesmo, desumanizada, é naturalmente insuportável, numa sociedade de cidadãos desejavelmente cada vez mais e melhor esclarecidos e, por isso mesmo, mais exigentes.-----

-----É urgente, pois, desenvolver investimentos em áreas culturais: O património construído é uma dessas áreas. Assim sendo, as acções de preservação e consequente valorização, além de promoverem a dignificação de sítios ou conjuntos de interesse relevante, assumem reflexos positivos imediatos na vivência das próprias populações: é o conceito de Património como recurso, gerador de bem-estar.-----

-----Na verdade, a melhor forma de protecção do Património passa pelo seu estudo e recuperação funcional, seguido de utilização quotidiana. Foi este princípio, tão simples quanto evidente, que presidiu aos trabalhos em curso neste antigo complexo fabril de produção de pólvora, que hoje conta com a presença de Vossa Excelência, Senhor Presidente da República. --

-----Permitam-me que apresente, resumidamente, a história do lugar onde nos encontramos. As duas fábricas de pólvora negra mais antigas de que há referências documentais foram fundadas no reinado de Dom Manuel Primeiro: uma, situava-se nas Portas da Cruz, em Santa Apolónia, a outra em Barcarena. Apenas esta, porém, continuou em laboração nos reinados seguintes, e por mais de quatro séculos, visto a produção de pólvora negra aqui ter cessado apenas em mil novecentos e setenta e dois, após violenta explosão que causou danos

irrecuperáveis e a morte de quatro operários, a somar às dezenas de vítimas conhecidas em acidentes análogos, referenciadas em séculos passados e evocadas no memorial erigido à entrada da Fábrica, inaugurado no passado dia Sete de Junho. -----

----- É de referir que já Dom João Segundo tinha mandado construir junto da ribeira de Barcarena uma fábrica de armas brancas e de fogo, as “Ferrarias D’El-Rey”, de que não subsistem vestígios, além do topónimo “Ferrarias”. -----

----- A Fábrica da Pólvora de Barcarena e as ferrarias, onde se produziam no século dezassete arcabuzes e bacamartes navais, representaram indiscutivelmente um elemento de alta importância na estratégia da expansão marítima portuguesa. Porém, no final daquele século o complexo fabril encontrava-se em profundo declínio ou mesmo abandonado. A situação inverteu-se em mil setecentos e vinte e cinco, ano em que o holandês António Cremer, após concurso público, obteve o monopólio do fabrico da pólvora em Portugal. Erigiu-se, então, uma nova Fábrica em Barcarena - trata-se do edifício onde foi instalado o Museu - inaugurada em oito de Dezembro de mil setecentos e vinte e nove, dia de Nossa Senhora da Conceição, com grande ceremonial, de que se conhecem pormenores. A Fábrica de Barcarena deteve sempre a primazia no fabrico da pólvora, tendo por isso recebido a designação de Real Fábrica da Pólvora. Dispunha de quatro engenhos, cada um dotado de duas mós rolantes verticais, chamadas “galgas”, feitas de calcário importado de Namur, para obviar à produção de faíscas. -----

----- Merece referência especial a intervenção do Tenente-General Bartolomeu da Costa na Fábrica de Barcarena, onde introduziu importantes inovações tecnológicas. A principal foi a de mandar fundir em bronze, em mil setecentos e oitenta e dois, os pratos e os aros das galgas, aumentando a segurança contra explosões. As galgas, então de madeira com aros de bronze, continham no seu interior esferas metálicas para lhes aumentar o peso sem acréscimo do esforço de manobra, por se manterem sempre na zona inferior das galgas. -----

----- Em data não conhecida, entre mil setecentos e setenta e cinco e mil oitocentos



CÓPIA

dezassete e foi construída mais a montante, na ribeira de Barcarena, uma outra fábrica, réplica da já existente, que aumentou em muito a produção da pólvora. Outras instalações, de fabrico e ensaio se concretizaram, no decurso do século dezanove, ocupando-se então a margem direita da ribeira de Barcarena. -----

----- Marcos tecnológicos importantes corresponderam à utilização de novas fontes de energia para o accionamento dos equipamentos: o vapor, em mil oitocentos e setenta e nove e a electricidade, na década de mil novecentos e vinte, com produção de corrente contínua na própria fábrica, através de duas centrais Diesel (mil novecentos e vinte e quatro e mil novecentos e vinte e nove) e em pequena central hidroeléctrica (mil novecentos e vinte e cinco).-----

----- Na década de mil novecentos e quarenta é introduzido o fabrico de pólvoras químicas, com importância até à década de mil novecentos e sessenta. A fábrica veio a encerrar em mil novecentos e oitenta e oito, centrando-se a sua actividade, neste último período, no carregamento de munições.-----

----- Em mil novecentos e noventa e cinco é adquirida pela Câmara Municipal de Oeiras à INDEP, por dois milhões de contos, começando então esta aventura empolgante que tem sido a transformação de um lugar, recordado ainda por muitos como um lugar onde se grangeava o sustento da família, mas ao mesmo tempo um palco de perseguição política, de sofrimento e morte, num espaço de convívio e cultura, num espaço de vida ambientalmente saudável, expurgados que foram os fantasmas do passado e iniciada a renovação / revitalização de todo este antigo complexo fabril. -----

----- Para o desenvolvimento do modelo de intervenção concreta e da definição dos usos dos edifícios, muito contribuiu a Comissão de Acompanhamento constituída pelos Senhores Vereadores Professor Doutor David Justino e Doutor Arnaldo Pereira e os Dirigentes da Câmara, Engenheiro Nuno Vasconcelos, Professor Doutor João Cardoso, Arquitecto Manuel Quaresma e Arquitecto Manuel Madruga. Para eles o meu reconhecimento. -----

----- Perante o valioso património construído e o interesse arqueológico-industrial das instalações que ainda subsistiam, concluiu-se pelo interesse de constituir um Museu da Pólvora Negra. Para o efeito, foi solicitada a colaboração dos Professores Doutores António Quintela, do Instituto Superior Técnico, João Luís Cardoso, da Universidade Nova de Lisboa e do Centro de Estudos Arqueológicos da Câmara Municipal de Oeiras e José Manuel Mascarenhas, da Universidade de Évora, que anteriormente tinham sido co-autores de valiosa monografia sobre A Fábrica da Pólvora, a que se juntaram os Arquitectos Mário Varela Gomes e Isabel Simões Raposo e a Doutora Rita Sá Marques. Cabe salientar o acompanhamento desde o início assegurado pelo Engenheiro Nuno Vasconcelos, do Gabinete Urban desta Câmara Municipal, bem como a colaboração, na fase final dos trabalhos, das Doutoras Alexandra Fernandes e Catarina Miranda. A todos eles o Município está reconhecido por a sua dedicação e excelência do seu trabalho. -----

----- O Museu da Pólvora Negra foi concebido tendo em vista os seguintes objectivos principais: -----

----- ilustrar a vida e vicissitudes da Fábrica; -----

----- documentar os processos de fabrico da pólvora negra e suas principais aplicações pirobalísticas até à sua introdução em Portugal; -----

----- valorizar a Fábrica construída sob direcção de António Cremer e considerada como das principais realizações industriais do País, inserida no surto desenvolvimentista de mil setecentos e vinte - mil setecentos e quarenta; -----

----- valorizar os aspectos de ordem sócio-económica relacionados com a laboração da Fábrica; -----

----- promover a conservação e estudo do espólio à sua guarda. -----

----- De salientar que são muitos escassos os museus de pólvora negra existentes no Mundo: apenas se registam os de Hagley, da Companhia Dupont em Delaware, Estados Unidos



CÓPIA

da América, o instalado na Fábrica do Rio de Janeiro, mandada construir em mil oitocentos e oito pelo Rei Dom João Sexto aquando da sua presença no Brasil, além de um Museu em preparação em Waltham Abbey, Inglaterra.

A concretização deste Museu constitui, pois, expressivo exemplo de como empreendimentos inovadores podem contribuir para o desenvolvimento do Concelho de Oeiras. À “apagada e vil tristeza” a que este notável conjunto patrimonial se encontrava votado, sucedeu-se a sua recuperação, integral, que decorre a bom ritmo, apenas viabilizada pela sua aquisição pelo Município.

O sucesso deste Projecto ambicioso encontra-se de antemão assegurado pelo uso que já está a ser feito dos elementos recuperados, como é o caso do notável edifício para a refinação do salitre, da exposição permanente sobre o povoado pré-histórico de Leceia, aqui a dois passos, embrião do futuro Museu Municipal de Arqueologia, da Universidade Atlântica, dos Viveiros Municipais, e da instalação de diversas empresas de base tecnológica e de serviços.

As depredações e vendas ao desbarato dos anos setenta e oitenta, favorecidas pelo deprimente abandono, a ponto de quase nada restar dos equipamentos e artefactos relacionados com o fabrico da pólvora negra, sucede-se merecida revitalização com a inclusão de equipamentos sócio-culturais, de ar livre e de lazer.

Enfim, a ocupação planificada do vasto espaço rural pertencente à antiga Fábrica da Pólvora, integrando, até época recente, uma das áreas mais desfavorecidas do Concelho de Oeiras, viabilizará, como já está a acontecer, a sua recuperação ambiental e paisagística, impedindo-se por esta forma que a este vasto domínio fosse dado uso menos adequado.

No futuro próximo, que estimamos em cinco anos estará aqui, concluída, aquela que decreto constituirá, em extensão, a maior recuperação de património edificado efectuada em Portugal depois do Vinte e Cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro.

A Fábrica da Pólvora de Barcarena com os seus quarenta hectares e dezenas de

edifícios, integrada no Plano do Parque de Ciência e Tecnologia, albergando a Universidade, Museus, Restaurantes e Bares, Ateliers, Empresas de Base Tecnológica, Industrial e de Serviços, Micro-Empresas, Jardins, Bosque, Viveiros e Habitação, constituirá um modelo de intervenção urbanística onde o antigo e a tradição se casam harmoniosamente com as exigências e os padrões de qualidade da vida moderna. -----

----- Os cuidados em preservar o património edificado respeitando a sua traça original, quer pela natureza das intervenções, quer pelos materiais utilizados, quer pelo uso a dar aos edifícios a par da correcção ambiental da ribeira e da afectação de amplos espaços a actividades de recreio e lazer, traduzem já a aplicação de princípios de sustentabilidade que estamos a alargar como método de actuação a todo o Município, através do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentado, em fase de discussão em todas as unidades orgânicas da Câmara Municipal.

----- Os quase quatro milhões de contos já investidos na Fábrica da Pólvora a que acrescerão mais cinco a seis milhões de contos constituirão, deste modo, uma aposta para o presente e futuro próximo, suportada por um modelo de desenvolvimento onde a valorização do Património e do Ambiente, o exercício de actividades económicas, culturais e sociais - com a criação de algumas centenas de postos de trabalho - e habitação, vistos como um todo coerente, representa um poderoso factor de bem estar e de progresso, para o Concelho e para a Área Metropolitana de Lisboa. -----

----- Senhor Presidente da República-----

----- Estou certo que agradará a Vossa Excelência o que vai ver. Não ficará surpreendido porque por experiência própria sabe bem como o Poder Local é um testemunho permanente da defesa do património comum. -----

----- Sabemos os Autarcas e os Portugueses em geral também sabem, como foi importante para uma maior valorização do Poder Local, o exercício por Vossa Excelência das funções de



CÓPIA

Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. É por isso que a Sua presença nesta cerimónia e a visita que seguidamente fará, constitui para todos nós motivo de grande honra, mas sobretudo um grande estímulo.-----

-----Muito Obrigado!"-----

-----Referiu, de seguida, não poder deixar de trazer à Câmara, um assunto que traduz a actividade política de alguns partidos no sentido de controlarem as Associações de Bombeiros; deve dizer que fica surpreendido com a actividade do P.S. nesta matéria e não pode deixar de trazer o assunto à colação porque ficou altamente admirado.-----

-----Assim, continuou, houve eleições para os órgãos Sociais dos Bombeiros Voluntários de Algés, tendo sido apresentada uma lista encabeçada pelo Senhor Joaquim Reis Marques e constituída pelos seguintes elementos inscritos como sócios daquela corporação nas datas que se indicam:-----

-----“Mesa da Assembleia Geral-----

-----Presidente - Joaquim Reis Marques - quinze de Outubro de noventa e sete - Linda-a-Velha -----

-----Vice-Presidente - Laurinda Martins Neves - vinte e um de Outubro de noventa e sete - Nova Oeiras-----

-----Secretárias - Maria João Gouveia Macedo - vinte e um de Outubro de noventa e sete - Lisboa / Elsa Maria Marques Casimiro - vinte e nove de Outubro de noventa e sete - Costa da Caparica-----

-----Direcção -----

-----Presidente - Mário Soares de Freitas - quinze de Outubro de noventa e sete - Carnaxide -----

-----Vice-Presidente - Joaquim Alves Rosa - quinze de Outubro de noventa e sete - Queijas -----

----- Primeiro Suplente - Paulo Sá Cardoso - vinte e sete de Outubro de noventa e sete - Linda-a-Velha -----

----- Segundo-Suplente - João Lobato Faria - trinta e um de Outubro de noventa e sete - Estrada de Benfica -----

----- Tesoureiro - Jorge Manuel Jacinto Palma - quatro de Novembro de noventa e sete - Lisboa-----

----- Primeiro Vogal - Rita Silva Diogo - trinta de Outubro de noventa e sete - Almada ---

----- Segundo Vogal - Isabel Vidal de Sousa - vinte e três de Outubro de noventa e sete - Carnaxide- -----

----- Suplentes - Pedro Miguel Vinhas Figueiredo - trinta de Outubro de noventa e sete - Linda-a-Velha / Rui Parreira dos Santos - dez de Novembro de noventa e sete - Amadora -----

----- Conselho Fiscal-----

----- Presidente - Maria João de Sousa Freitas - vinte e cinco de Outubro de noventa e sete - Cascais -----

----- Vice-Presidente - Helena Paula Neves de Matos - vinte e quatro de Outubro de noventa e sete - Oeiras-----

----- Secretário-Relator - Artur António Conceição - vinte e quatro de Outubro de noventa e sete - Amadora-----

----- Primeiro Vogal Suplente - Nuno Miguel Alves Martins - vinte e seis de Outubro de noventa e sete - Rio de Mouro-----

----- Segundo Vogal Suplente - João Paulo Neu Santos - sete de Novembro de noventa e sete - Moita.”-----

----- Ainda a este propósito, salientou ser de pasmar que, como se pode constatar, nem um único destes elementos reside em Algés, quando se trata de uma corporação com perto de cinco mil sócios que podiam perfeitamente constituir uma lista e, ao invés, aquilo que se verifica é que



CÓPIA

se juntou um grupo de amigos do P.S. para tomarem conta daquela Associação. -----

----- Prosseguindo referiu que fala no P.S. porque como é do conhecimento geral o Senhor Reis Marques é um conhecido militante do P.S., é o candidato a Presidente da Assembleia Geral e ele é que organizou a lista. No entanto, deve acrescentar que seja quem for que esteja por detrás disto, considera lamentável porque, de facto, esta situação não faz qualquer sentido, isto é, junta-se um grupo de amigos, fazem-se sócios em Outubro de noventa e sete, numa instituição que tem mais de cem anos e cinco mil sócios e não há um único que resida na localidade de Algés. -----

----- Seguidamente o Senhor Presidente prestou à Câmara as seguintes informações:-----

----- -No passado dia trinta de Maio decorreu a cerimónia de entrega de fogos no bairro Doutor Francisco Sá Carneiro, em Laveiras/Caxias. -----

----- -No dia trinta e um de Maio teve lugar o encerramento do Mês do Bombeiro e deve confessar que teve muita pena que os Vereadores Socialistas não estivessem presentes pois tinha sido uma boa oportunidade para se aperceberem da capacidade operacional dos bombeiros do Concelho, quer do ponto de vista do equipamento, quer do ponto de vista humano, porque apesar de chover imenso, eles fizeram questão de desfilar como estava previsto, o que foi um bom testemunho da sua capacidade operacional. -----

----- -No dia dois de Junho foi lançado, às quinze horas, a primeira pedra da quarta fase das Pequenas e Médias Empresas do Parque de Ciência e Tecnologia, tratando-se de um investimento de mais de um milhão de contos. -----

----- -No dia três de Junho teve lugar a inauguração do Centro Comercial de Miraflores, que tem oitenta lojas e vai certamente satisfazer algumas necessidades naquela zona apesar de não ser muito grande. -----

----- -No dia quatro de Junho, na Quinta da Fonte esteve presente no almoço de homenagem ao Rei da Suécia, que veio visitar aquele empreendimento, pois como se sabe é

constituído por capitais suecos-----

----- -No dia cinco de Junho esteve presente na cerimónia de lançamento do Livro do Projecto-Piloto de Bio-Controle de Roedores no Jardim Municipal.-----

----- -No dia seis de Junho decorreram as inaugurações do Parque da Quinta do Sales, do Jardim do Bairro Doutor Francisco Sá Carneiro e do Alto da Loba. -----

----- No dia dez de Junho, participou na cerimónia de homenagem aos militares mortos na Guerra do Ultramar e às dezasseis e dezassete horas, respectivamente, foram inaugurados os postos de atendimento de Linda-a-Velha e de Carnaxide que irão prestar um bom serviço aos munícipes residentes naquelas localidades, os quais surgiram na sequência de uma reunião temática sugerida pelo Doutor Silva Pinto, no anterior mandato, o qual insistia muito neste tema.

----- -No dia treze de Junho, procedeu-se à entrega de mais quarenta e dois fogos na Quinta da Politeira.-----

----- Por último salientou que a Câmara teve a grande honra de ter consigo o Senhor Presidente da República, que assistiu à inauguração do Museu da Pólvora Negra, na Fábrica da Pólvora de Barcarena. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

9 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR JORGE BICÓ DA COSTA:-----

-----O Senhor Vereador Jorge Bicó da Costa iniciou a sua intervenção congratulando-se com o magnífico projecto da Fábrica da Pólvora que, certamente, muito prestigiará este Concelho, pelo que gostaria de transmitir os seus parabéns às equipas que o projectaram e executaram.-----

-----Salientou, de seguida, que esteve presente, no Dia Sete de Junho, na cerimónia de entrega de medalhas aos cidadãos do Município que se destacaram com mérito, assim como esteve presente também na entrega de medalhas aos trabalhadores da CMO pelos serviços prestados ao longo de dez, vinte e trinta anos, o que reflecte o profissionalismo e a estreita ligação entre esta Câmara e os seus funcionários.-----

-----De seguida, felicitou os SMAS pela passagem do seu septuagésimo primeiro aniversário.-----

-----Congratulou-se, seguidamente, com a aprovação, na generalidade, da Lei das Finanças Locais que, juntamente com outros projectos de lei sobre o assunto baixou à especialidade, pelo que desde que esteja completamente aprovado há intenção do Governo em incluir já no próximo Orçamento de Estado o novo diploma. -----

-----Por último, reembrou ao Senhor Presidente dois pedidos de informação ainda não satisfeitos e que têm a ver com o Relatório da IGAT e com o montante recebido pela CMO no âmbito da concessão do jogo do Estoril.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

10 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR EMANUEL MARTINS: -----

-----O Senhor Vereador Emanuel Martins iniciou a sua intervenção dando conhecimento de ter estado presente num conjunto de eventos, dos quais destaca a entrega das medalhas de mérito a cidadãos deste Concelho e trabalhadores desta Câmara, acrescentando que se não esteve nalguns outros acontecimentos foi porque a sua vida não lho permitiu, o que se verificou precisamente em relação ao aniversário dos SMAS, pelo que daqui endereça à Presidente do Conselho de Administração votos de continuidade no bom desempenho dos serviços que prestam aos municípios.-----

-----Referiu, de seguida, ter acabado de tomar conhecimento que um seu amigo particular concorreu aos corpos gerentes de uma Associação de Bombeiros, o que desconhecia por completo, embora reconheça que ele está no seu direito em não lhe ter revelado tal facto. Deve acrescentar que a lista apresentada certamente corresponderá aos estatutos da associação e embora não queira fazer outro tipo de considerações, espera que os cinco mil sócios a que o Senhor Presidente se referiu, saibam fazer a escolha certa pois, pessoalmente, se lhe parecesse que os componentes desta lista não eram as pessoas indicadas, se tivesse que votar, não teria qualquer relutância em votar noutra lista, que espera conhecer tão pormenorizadamente quanto esta.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

11 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR LUÍS PIRES:-----

-----No uso da palavra, o Senhor Vereador Luís Pires começou por expressar a sua admiração pela forma como têm decorrido as Festas do Concelho e pelo aspecto cuidado que tem sido posto na sua organização, pelo que gostaria de aproveitar o ensejo para lamentar não ter podido estar presente com maior frequência nas realizações que têm sido efectuadas ao longo do mês.-----

-----Gostaria ainda de dar conhecimento que já teve oportunidade de apresentar à Doutora Teresa Zambujo as suas desculpas por não ter podido estar no aniversário dos SMAS, tendo-lhe explicado as razões da sua ausência.-----

-----No que concerne à lista apresentada para os corpos gerentes dos Bombeiros de Algés, deve confessar que, embora resida naquela localidade, foi a primeira vez que ouviu falar no assunto. Acrescentou que se interpretou mal as palavras do Senhor Presidente pede desculpa, mas gostava que não ficasse a pairar no ar que houve uma certa premeditação do PS, e mais concretamente dos Vereadores do PS, numa tentativa de controlo seja daquilo que for, pois eram completamente alheios à situação, não sabendo sequer aquilo que se estava a passar.-----

-----Relativamente às Corporações de Bombeiros do Concelho; nunca teve qualquer dúvida quanto ao seu bom desempenho e, apesar de compreender aquilo que o Senhor Presidente quis transmitir, sabe perfeitamente que os bombeiros têm dado óptimas provas, não em situações de parada mas em situações de calamidade onde, aí sim, é necessário um grande espírito de abnegação e de sacrifício, pelo que concerteza todos os cidadãos deste Município não podem de maneira nenhuma regatear aplausos pelo modo como todos os voluntários agem e intervêm sempre que é necessário.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

12 - INFORMAÇÕES - SR^a. VEREADORA ELISA DAMIÃO:-----

-----A Senhora Vereadora Elisa Damião começou por lamentar que, por incompatibilidades várias, não lhe tem sido possível participar, como gostaria, em todas as actividades que a Câmara tem levado a efeito no âmbito das Festas do Concelho; no entanto, gostaria de salientar que as festividades da Câmara têm uma elevada qualidade e abrangem um vastíssimo público sem descurar os aspectos formais e culturais que tornam o Concelho mais competitivo e mais atractivo, facto com o qual se congratula bastante.-----

-----A este propósito, gostaria de realçar a cerimónia que hoje teve lugar - a inauguração do Museu da Pólvora Negra na Fábrica da Pólvora de Barcarena, pelo que gostaria de elogiar a coragem de um investimento daquele calibre, porque não traz votos, nem sequer é visível no imediato, pelo que crê que só o tempo ajudará a julgar os seus devidos méritos.-----

-----No que concerne à questão dos Bombeiros, prosseguiu, gostaria de dizer que reconhece que a CMO tem uma excelente relação com as suas Corporações, o que é óptimo, e despende com elas um orçamento considerável fazendo um grande esforço para o conseguir, pelo que espera que os bombeiros saibam corresponder com a sua disponibilidade e cooperação a esse esforço; gostaria ainda de frisar que o PS tem algumas Corporações militantes, o que o orgulha bastante, principalmente numa onde é uma mulher que está à frente dos Corpos Gerentes, pelo que seria muito injusto dizer-se que o PS está agora a fazer um assalto aos Bombeiros.

-----Por outro lado, na lista que o Senhor Presidente focou trata-se de uma iniciativa individual de um camarada que muito consideram, mas que não tem nada a ver com o PS de Algés porque tem os seus órgãos, tem a sua secção eleita, tem os seus militantes, tem os seus autarcas e, assim sendo, é certeza uma iniciativa que não envolveu o partido mas sim talvez um impulso ou uma atracção da pessoa em questão.-----

----- Desejou, por último, demonstrar a maior das solidariedades para com o Senhor Presidente e os restantes colegas Vereadores no que concerne à questão da segurança, que é um problema grave e que foi abordado por todos os candidatos na campanha eleitoral. Acrescentou que o Senhor Presidente fez uma “ameaça” que produz os seus efeitos mediáticos mas talvez não fosse mau se se procedesse colectivamente a uma chamada de atenção mais profunda, desde logo porque lhe parece incompreensível que um diploma tão importante como o das Polícias Municipais esteja embrulhado numa discussão de minúcia. Assim sendo, crê que a CMO tem toda a legitimidade para exigir celeridade na publicação de uma legislação que, afinal, está na prática unanimemente aceite, tendo inclusivamente sido feita uma alteração específica aquando da revisão constitucional por forma a poder-se legislar nesse sentido e que inexplicavelmente está agora atrasada por questões de detalhe de pequenos pormenores, pelo que gostariam que o Senhor Presidente da CMO fizesse chegar ao Senhor Presidente da Assembleia da República esta perplexidade, pois embora encarem que as Polícias Municipais não são ainda o instrumento ideal que os Municípios, sobretudo os das áreas urbanas, desejariam ter, elas já são, seguramente, uma grande ajuda e disponibilizam os agentes da autoridade para outras tarefas. ---

----- Todavia e porque considera também que só isso não chega solicita ao Senhor Presidente que seja feito um levantamento relativamente às zonas que constituem maior problema, e que são conhecidas das autoridades que também sabem melhor que ninguém, que é nessas zonas problemáticas onde não têm efectivos suficientes e, portanto, para além de uma maior racionalização dos efectivos gostaria de demonstrar a total solidariedade deste Executivo com vista a garantir um grupo mínimo de condições porque é caricato que um grupo de miúdos de dez anos feche numa esquadra dois ou três polícias sem condições para poderem de lá sair. ---

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

13 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR TAVARES SALGADO: -----

-----O Senhor Vereador Tavares Salgado prestou à Câmara as seguintes informações: -----

----- - No passado dia nove esteve, em representação do Senhor Presidente, no Dia da Unidade do Depósito Geral de Material de Transmissões, em Linda-a-Velha, o qual está em vias de extinção, segundo informação que lhe foi dada na altura, porque se prevê a sua transferência para a Escola Electromecânica de Paço de Arcos, o que apenas depende de conseguirem arranjar a verba de trezentos e cinquenta mil contos. -----

----- - Ainda no dia nove, participou no encerramento do ano escolar da Academia da Terceira Idade que já é frequentada, neste momento, por trezentos alunos inscritos nas diversas disciplinas que ali são ministradas. -----

----- - No dia onze, também em representação do Senhor Presidente e na companhia do Senhor Vereador Emanuel Martins, assistiu à cerimónia do quinto aniversário da Freguesia de Porto Salvo. -----

----- - No dia quinze, participou com o Senhor Presidente e outros Senhores Vereadores, na entrega de medalhas de bons serviços a funcionários da Câmara e dos SMAS que completaram dez, vinte e trinta anos de serviço ao Município. -----

----- - Ontem visitou a Expo/Noventa e Oito a convite da Portugal Telecom e na sequência da intervenção de um Engenheiro daquela empresa no seu próprio edifício na Expo teve que fazer uma pequena correcção porque dizia ele que só havia três galerias técnicas na Europa, que eram a da Expo, a de Barcelona e a de um outro País que agora não se recorda, pelo que teve ocasião para lhe recordar e aos presentes que há uma em Oeiras, no Taguspark, que é maior que a da Expo e a partir da qual aquela foi concebida e construída, tendo-lhe recomendado que em futuras intervenções não se esquecesse de mencionar esse facto. -----

----- - Por último, recordou todo o Executivo que no próximo dia vinte vai ter lugar o

desfile das Marchas Populares em Algés, que contará com a presença da Marcha de Pombal que virá acompanhada do seu Presidente de Câmara e de um Vereador responsável pela Cultura.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

14 - INFORMAÇÕES - SR^a. VEREADORA TERESA ZAMBUJO: -----

----- A Senhora Vereadora Teresa Zambujo prestou à Câmara as seguintes informações: --

----- - No passado dia vinte e seis de Maio realizou-se um Encontro para avaliar as actividades das Comissões de Protecção de Menores, tendo-se conseguido reunir um conjunto de informações que, aliás, já haviam sido debatidas nas várias reuniões semanais, mas infelizmente essas discussões têm sido sempre, até à data, inconclusivas. -----

----- Acrescentou estarem neste momento criadas cento e trinta e cinco Comissões de Protecção de Menores por todo o País, das quais cento e dezasseis deviam apresentar relatórios de actividades anuais porque já estavam a ser elaborados há mais de um ano, mas apenas noventa e seis o fizeram, correspondendo à solicitação que lhes foi feita nesse sentido. Como tem em seu poder o Relatório Síntese que foi elaborado pelo Centro de Estudos Judiciário - Jurisdição de Menores e da Família, quem o quiser consultar pode fazê-lo até porque é bastante interessante. -----

----- - No mesmo dia, da parte da tarde, reuniu-se o Conselho Consultivo da Acção Social Escolar que, como se sabe, é obrigatório consultar em determinadas temáticas, nomeadamente no que diz respeito às refeições e ao apoio a livros e material escolar, onde teve oportunidade de formular uma proposta que foi aprovada a qual consistia na exigência de mudança de procedimento relativamente aos que actualmente estão a ser utilizados, pelo ainda durante este mês irá realizar-se uma outra reunião daquele Conselho onde o assunto irá ser debatido com vista à elaboração de uma proposta de deliberação que trará à Câmara oportunamente.-----

----- - No dia um de Junho, para assinalar o Dia Internacional da Criança, assistiu na Escola Básica Sílvia Phillips, em Carnaxide, a um espectáculo de cantares e danças cujos protagonistas eram os próprios alunos que estavam muito motivados para o evento, que foi muito agradável. - -----

----- - No dia cinco, o Dia do Ambiente, foi assinalado com a sua visita ao Jardim de Infância da Medrosa, onde curiosamente assistiu a um desfile de crianças com T-shirts oferecidas pela Câmara mas pintadas por elas próprias, o que foi uma ideia engraçadíssima que motivou quer os educadores, quer os miúdos. Na sequência deste acontecimento as crianças vieram ao Parque Municipal para assistirem, juntamente com alunos de outras escolas, a actividades circenses levadas a cabo pelo Chapitô cujos artistas recrearam actividades ligadas à água, espectáculo que considerou muito interessante e que encantou as crianças. -----

----- - Ainda no mesmo dia, assistiu ao lançamento do livro “À Descoberta do Parque Municipal de Oeiras”, da autoria da Senhora Professora Doutora Maria Webb. -----

----- - Ontem, assistiu ao espectáculo de encerramento do programa de educação física das Escolas do Primeiro Ciclo, que decorreu no Estádio Nacional e foi algo digno de ser visto já que participaram mais de quatro mil crianças. -----

----- Confessou, de seguida, estar um pouco triste porque, na sequência da realização de duas sessões informativas na área da Saúde e que contaram com uma boa adesão por parte da população, resolveram levar a cabo na Feira da Saúde sessões informativas numa tenda montada ao lado da exposição no Parque Municipal, pelo que ficou desagradavelmente surpreendida quando em determinados momentos teve oportunidade de lá se deslocar e constatar que o local estava praticamente deserto, o que a leva a ter que repensar o assunto e tentar saber o motivo por que, ao contrário das outras, estas sessões fracassaram. -----

----- Referiu, de seguida, estar para apreciação, hoje, uma proposta de deliberação referente ao “Bailado da Água”, que estava inicialmente previsto ter lugar no passado dia seis e que devido ao mau tempo não foi possível levar a efeito, pelo que se conseguiu que o mesmo fosse transferido para o próximo dia vinte, pelas vinte e duas horas, nos Jardins do INA.-----

----- Por último, referiu que tem seguido com atenção e sempre que pode tem participado nas diversas iniciativas levadas a cabo no âmbito das Festas do Concelho, pelo que não pode



CÓPIA

deixar de registar o empenho e o profissionalismo que os funcionários das diversas unidades orgânicas desta Câmara têm demonstrado em todos os momentos, além de considerar assinalável quer a sua presença, quer a sua preocupação para que tudo corra o melhor possível. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

15 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR LOPES NENO: -----

-----O Senhor Vereador Lopes Neno iniciou a sua intervenção dando conhecimento de ter estado, no passado dia dois, em representação do Senhor Presidente e a convite do Governo Civil de Lisboa e do Serviço Nacional de Protecção Civil, em Vila Franca de Xira, para participar num Seminário subordinado ao tema “A Protecção Civil e os Eleitos Locais para as Autarquias”, cuja agenda foi a seguinte: -----

-----‘Programa-----

--

-----Catorze horas e trinta minutos - Sessão de Abertura-----

----- - Governador Civil de Lisboa -----

----- - Presidente do Serviço Nacional de Protecção Civil -----

-----Catorze horas e quarenta e cinco minutos - Primeira Sessão (Alda Frazão / Henrique Vicêncio)-----

----- - Aspectos Gerais -----

----- - O Universo da Catástrofe. Tipos de Catástrofes -----

----- - Riscos e Vulnerabilidades-----

----- - Objectivos e Atribuições da Protecção Civil -----

----- - A Protecção Civil e o Ordenamento do Território -----

-----Quinze horas e trinta e cinco minutos - Segunda Sessão (António Machado / Rodrigo Fernandes) -----

----- - O Sistema Nacional de Protecção Civil -----

----- - Planos de Emergência -----

----- - Centros de Operações-----

-----Dezasseis horas e vinte e cinco minutos - Intervalo para café-----

----- Dezasseis horas e cinquenta e cinco minutos - Terceira Sessão (Joaquim Vasconcelos / António Moraes) -----

----- - A Protecção Civil nas Autarquias -----

----- - As Competências das Autarquias -----

----- - A Informação Pública -----

----- - O Cidadão -----

----- Dezassete horas e quarenta e cinco minutos - Debate -----

----- Dezoito horas e vinte e cinco minutos - Sessão de Encerramento -----

----- - Governador Civil de Lisboa -----

----- - Presidente do Serviço Nacional de Protecção Civil.” -----

----- Informou, de seguida, de ter participado, também em representação do Senhor Presidente, num Encontro de Trabalho para Avaliação da Monitorização Ambiental do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril que se realizou no Anfiteatro do Centro de Gestão e de Engenharia de Formação do INETI, onde foi comunicado formalmente que o início da segunda fase do Interceptor Geral de Esgotos terá lugar no próximo dia quinze de Julho. -----

----- Por último, deu conhecimento de ter estado presente em diversas inaugurações e eventos no âmbito das Festas do Concelho. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

16 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR DAVID JUSTINO:-----

-----O Senhor Vereador David Justino iniciou a sua intervenção chamando a atenção para uma alteração que vai ter que se fazer no programa que estava anunciado no âmbito das Festas do Concelho, a qual diz respeito à entrega de fogos no Moinho das Rolas que estava aprazada para o dia vinte, mas terá que ser adiada por dificuldades burocrato/administrativas, sendo posteriormente anunciada a data em que tal evento irá ter lugar. -----

-----Salientou, de seguida, a recente entrega de fogos quer no Bairro Doutor Francisco Sá Carneiro em Laveiras/Caxias, quer na Quinta da Politeira, sendo que no primeiro caso o programa já está encerrado, o que significa que não se vai construir mais naquela zona. Todavia, deve realçar que tem vindo a notar que se trata de um bairro que, a pouco e pouco, se tem vindo a qualificar pois alguns dos problemas que haviam sido detectados ao longo dos últimos anos, têm merecido um acompanhamento e uma engenharia social por parte do Sector da Gestão Social, e melhorou, notavelmente, com a passagem de situações de inquilinato para situações de aquisição, sendo que os indicadores de que dispõe apontam claramente para uma grande melhoria e um grande equilíbrio, o que também se deve à melhoria dos arranjos exteriores que ali foram levados a cabo, parecendo-lhe que, neste momento, é um dos bairros mais desejados em termos de realojamento. -----

-----Quanto ao Bairro da Politeira está, neste momento, concluído em termos de fogos, prevendo-se que dentro dos próximos dois/três meses fique concluída toda a parte de arranjos exteriores, em especial o Parque Urbano cuja obra está em curso e que abrange toda a encosta que desce para Barcarena. Também crê que não só a nível das lojas, como dos equipamentos sociais que estão já concluídos tendo, inclusivé, sido já celebrados protocolos para serem entregues, como ainda a parte dos arranjos paisagísticos com a inclusão do Parque Urbano fazem também com que a Quinta da Politeira seja um excelente bairro com condições para se poder

mais facilmente integrar as novas famílias que foram para ali residir.-----

----- Por último, disse ter ouvido com grande atenção a intervenção do Senhor Presidente em relação aos acontecimentos que se verificaram no Parque Municipal, tendo tido oportunidade, à posteriori, de falar com alguns jovens residentes no Bairro do Pombal que, normalmente, surgem neste tipo de situações. Assim, parece-lhe que a Câmara tem que começar a ter um tipo de reflexão e de discurso sobre estes problemas que passam não só por um problema efectivo que é o da segurança que é aquilo que se sente de imediato, mas que tem também a ver com outros factores. Acrescentou que a intervenção que vai fazer de seguida é objectivamente política e não técnica, pois não se comprehende que os discursos sobre segurança se reproduzam incessantemente e se continue a assistir a este tipo de problemas que se repetem e se multiplicam com incidência directa sobre os problemas de segurança e sobre a sua representação.-----

----- Acrescentou que pessoalmente não tem qualquer tipo de dúvidas de que estes problemas de um aumento significativo do pequeno roubo, do esticão, da presença maciça de grupos, etc., têm a ver com bairros sociais mas têm fundamentalmente, a ver com situações de pobreza no sentido global da palavra, sendo sempre tremendamente aborrecido ver que por detrás de determinados tipos de posições há um extremismo que acha perfeitamente ineficaz e que até pode ter um efeito perverso.-----

----- Quando, por exemplo, leu na edição de hoje do Diário de Notícias “Intolerância Cresce em Portugal - Comissão Europeia Denuncia Racismo Contra Ciganos e Negros”, não comprehende bem como se pode falar neles como se fossem todos uns anjinhos, e como é o primeiro a defendê-los, fica indignado com este fundamentalismo seja do Conselho da Europa, seja de quem for, porque na verdade crê que se deve perder muito deste sentimentalismo e muito deste complexo de culpa que se continua a ter no relacionamento com pessoas de outras etnias porque na maior parte dos casos trata-se de complexos de culpa e de um mau entendimento sobre



CÓPIA

o que é que deve ser a tolerância, como é exemplo um artigo publicado também hoje do Professor Eduardo Prado Coelho que começa por dizer (embora seja depois para falar da questão do aborto) que “... a prática da tolerância começa na nossa capacidade de irmos ao encontro dos outros e de os sabermos desculpar...” e ninguém fala de quando é que os outros vêm ao nosso encontro, ou seja, é sempre uma posição claramente unívoca e indireccional da tolerância que é aquela velha concepção proteccionista de que os selvagens são sempre bons e que estão é conspurcados por esta sociedade capitalista, industrializada, etc., etc., que é um tipo de discurso que realmente já não pega. -----

-----Por conseguinte, o aspecto central que queria focar é que há muito discurso sobre o problema da tolerância, há muito discurso sobre o problema da segurança, mas há pouca tentativa para, de uma forma objectiva, tentar perceber o que é que se passa. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

17 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR JOSÉ EDUARDO COSTA:-----

-----O Senhor Vereador José Eduardo Costa prestou à Câmara as seguintes informações:-

----- -No dia vinte e sete de Maio, em representação do Senhor Presidente, esteve presente no quinto aniversário da Junta de Freguesia de Algés;-----

----- -No dia seis de Junho, no âmbito das Festas do Concelho, participou juntamente com o Senhor Vereador Arnaldo Pereira na partida do Triatlo do Ambiente que este ano teve como palco principal a Praia da Torre, tendo ficado bastante lisonjeado porque no final, na entrega de prémios, a organização, da qual faz parte a Federação Portuguesa de Triatlo, disse-lhe que face à qualidade verificada este ano estavam criadas as condições para se fazer uma prova internacional em Oeiras. -----

----- Referiu, seguidamente que no âmbito das Festas do Concelho tem participado em diversas actividades, e embora não tenham sido os serviços por si tutelados a fazerem todos os espaços, considera que este ano a área do ambiente, em termos de inaugurações tem sido bastante beneficiada, sendo a Fábrica da Pólvora um bom exemplo, assim como a inauguração de vários jardins que irão continuar a verificar-se no próximo dia vinte e seis. -----

----- A este propósito leu a seguinte carta recebida da munícipe Cecília Peten de Pina Prata: -----

----- “Excelentíssimo Senhor,-----

----- Em primeiro lugar, quero felicitar a Câmara pelo excelente trabalho realizado, na criação de espaços verdes.-----

----- É exactamente este assunto que me faz escrever esta carta a Vossa Excelência, com a esperança, de que algo possa ser feito.-----

----- Moro na urbanização nova do Alto de Santa Catarina, em Linda-a-Velha, e tenho dois filhos, um com quatro anos e a segunda com um ano de idade, e a população desta

urbanização é bastante jovem, o que faz com que haja muitas crianças.-----

----- Quando começaram a ajardinar o espaço frente à minha casa, fiquei bastante contente, pois a partir do momento em que este ficaria pronto, deixava de ter necessidade de pegar no carro e ir até ao parque infantil que fica frente à Biblioteca, para passear as crianças. ---

----- Neste momento o jardim está muito bonito, e aparte do parque infantil está também muito giro e os miúdos adoram, por isso quero felicitá-los de novo, mas... -----

----- Mas, após algumas idas ao jardim, deixei de o fazer, porque os relvados, o passeios e o próprio parque de diversão infantil, encontram-se repletos de fezes dos cães que por ali passeiam com os seus donos muito pouco asseados. -----

----- Este assunto considero grave, pois com a idade dos meus filhos não posso lá ir, pois eles passam a maior parte do tempo com as mãos no chão e não posso controlar se as põem na boca, e como é do conhecimento geral, é a maneira mais fácil destas crianças contraírem graves doenças por causa das fezes dos animais. -----

----- Não sendo a culpa da Câmara, acho no entanto que só a Câmara poderá resolver este assunto, que a meu ver é muito delicado, mas muito importante, pois senão os espaços que são criados com tanto esforço, para as pessoas usufruírem, deixam de o ser por causa da falta de higiene. -----

----- Agradecia por isso, que tivessem atenção à minha exposição, pois continuo a achar que a Câmara está a fazer um trabalho espectacular, mas se os espaços verdes continuam a ser alvo de sanitários para os animais, nós utentes deixamos de o ser. -----

----- Agradecendo desde já a sua maior atenção, apresento os meus melhores cumprimentos, e encontrando-me à vossa inteira disposição para mais informações.” -----

----- Por último e a propósito desta carta referiu que a mesma ilustra bem o que se passa no Concelho e por todo o lado, relativamente aos dejectos dos animais, pois há bastantes reclamações sobre o assunto e apesar dos avisos que têm sido afixados a situação não melhora,



CÓPIA

pelo que crê que esta Câmara tem que se debruçar sobre o problema, a fim de o minimizar. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

18 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR ARNALDO PEREIRA:-----

-----O Senhor Vereador Arnaldo Pereira iniciou a sua intervenção referindo que, das iniciativas em que participou no âmbito das Festas do Concelho, gostaria de sublinhar o Triatlo do Ambiente que se realizou na Praia da Torre e tem o mérito de ser uma iniciativa que para além da sua dimensão desportiva tem também a preocupação da conservação da natureza e do ambiente. Realçou também o Andeoeiras que foi o culminar de uma grande festa do andebol, que teve lugar na passada semana e que contou com a participação de equipas de vários pontos do País.-----

-----Informou, de seguida, que no passado dia quatro esteve presente, em Ponte de Lima, na reunião da Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico e apesar de tencionar apresentar oportunamente a respectiva acta gostaria de referir que por parte daquela Associação foi manifestado descontentamento face ao procedimento e método que está a ser utilizado para discussão da Lei de Bases do Património, dado que na devida altura o Ministério Cultura assumiu o compromisso de ouvir aquela Associação na discussão desta lei, tendo também assumido o compromisso de ter em conta algumas posições já manifestadas pela Associação na elaboração desta lei que, como se sabe, prevê a transferência de competências muito substanciais na área do Património para as Câmaras Municipais e, de facto, nada disso tem acontecido.-----

-----Há também uma reivindicação da Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico relativamente a esta questão que, realmente não está contemplada na lei e que diz respeito aos Planos de Salvaguarda e à própria função fiscalizadora do Instituto Português do Património Cultural, pois a partir do momento em que uma Câmara possa aprovar um Plano de Salvaguarda, o qual inventaria e caracteriza património histórico considerado relevante, não faz sentido que o IPPC exerça funções de fiscalização preventiva, pois, quando muito, deveria fazer uma fiscalização sucessiva, sendo esse um aspecto fulcral que também não foi contemplado na

lei. -----

----- De seguida deu conhecimento da acta da reunião realizada em Lamego, no passado dia doze de Março: -----

----- “Aos doze dias do mês de Março de mil novecentos e noventa e oito, pelas onze horas, nos Paços do Concelho da Câmara Municipal de Lamego, decorreu a reunião da Direcção da Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico, com a presença das seguintes personalidades: -----

----- Presidente da Direcção - José Miguel Correia Novas, Presidente da Câmara Municipal de Santarém; -----

----- Vice-Presidente da Direcção - José Manuel Carreira Marques, Presidente da Câmara Municipal de Beja; -----

----- Vice-Presidente da Direcção - Vereador Arnaldo António Pereira, em representação da Câmara Municipal de Oeiras; -----

----- Vice-Presidente da Direcção - Júlio José Saraiva Sarmento, Presidente da Câmara Municipal de Trancoso; -----

----- Tesoureiro da Direcção - Joaquim Pinto Ferreira Canário, Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide; -----

----- Vogal da Direcção - José Agostinho Gomes Correia, Presidente da Câmara Municipal de Moimenta da Beira; -----

----- Vogal da Direcção - Abel Lima Baptista, Vereador, em representação da Câmara Municipal de Ponte de Lima; -----

----- Presidente do Conselho Fiscal - Pedro Manuel Gonçalves Graça, Arquitecto, em representação da Câmara Municipal de Lisboa; -----

----- Presidente da Assembleia Geral - José António Almeida Santos Presidente da Câmara Municipal de Lamego; -----



CÓPIA

----- Vice-Presidente da Assembleia Geral - Horácio Antunes, Presidente Câmara Municipal da Lousã; -----

----- Primeiro Secretário - António Paulino Silva Paiva, Presidente da Câmara Municipal de Tomar; -----

----- Terceiro Secretário - Maurício Teixeira Marques, Presidente da Câmara Municipal de Penacova; -----

----- Director da revista “Centros Históricos”, Doutor Jorge Augusto Dias de Figueiredo; -----

----- Foi a seguinte a ordem de trabalhos da presente reunião: -----

----- Um - Ratificação de nova admissão; -----

----- Dois - Delegação Regional de Lagos; -----

----- Três - Aprovação do Relatório e Contas de mil novecentos e noventa e sete; -----

----- Quatro - Quotizações; -----

----- Cinco - Revista “Centros Históricos”; -----

----- Seis - Dia Nacional dos Centros Históricos / mil novecentos e noventa e oito; -----

----- Sete - Terceiro Encontro Internacional / noventa e oito; -----

----- Oito - Eleição dos novos Corpos Gerentes; -----

----- Nove - Diferentes temas de interesse para a Associação. -----

----- Aprovada a acta da última reunião, por unanimidade e sem quaisquer alterações, o Presidente da Direcção e da Câmara Municipal de Santarém dirigindo-se ao seu colega de Lamego, afirmou designadamente: -----

----- “Há momentos que, só por si, testemunham todos o significado desta Associação. Existem cidades que encerram e simbolizam toda uma obra. Hoje e aqui, estamos a regressar às origens. Foi aqui que nascemos, na crença de um futuro requalificado e de uma memória reconhecida como instrumento nuclear do desenvolvimento. Vir a Lamego é estar na casa dos centros históricos e é estar, sobretudo, entre amigos. Não se torna, por isso, necessário agradecer

as expressões de requinte e as excessivas gentilezas sempre recebidas nesta cidade. Foi aqui que nascemos, quando éramos quase nada. Aqui estamos quando já somos alguma coisa e aqui viremos quando formos o muito que desejamos em prol dos municípios portugueses. Lamego, terra de Afonso Henriques e Egas Moniz, “cidade do ontem e do amanhã”, é uma ponte na história da Associação, a ponte que liga a margem do nascimento à outra margem do progresso e da afirmação do que somos e do que pretendemos, ao serviço dos centros históricos de Portugal”.-

----- Por sua vez o Presidente da Câmara Municipal de Lamego agradeceu as palavras de abertura, lembrando igualmente a fundação da Associação que ocorreu em Lamego, no ano de mil novecentos e oitenta e oito, data a partir da qual - segundo disse - “é notório o significado do trabalho desenvolvido, numa primeira fase sob orientação do Presidente de Trancoso e, desde mil novecentos e noventa e quatro, debaixo da liderança do Presidente da Câmara Municipal de Santarém”. Não esqueceu os apoios recebidos sempre que solicitados e augurou o melhor sucesso para os trabalhos, numa reunião que, à semelhança das anteriormente realizadas em Lamego, será, conforme afirmou, “um forum que potencia as virtualidades da reflexão e da partilha de experiências e perspectivas”.-----

----- Um - Ratificação de nova admissão - A Direcção, sob proposta do Presidente, ratificou a admissão do município de Constância, na sequência das deliberações de vinte e sete de Agosto e vinte e seis de Setembro de mil novecentos e noventa e sete, da Câmara e da Assembleia Municipal daquele concelho.-----

----- Dois - Delegação Regional de Lagos - Relativamente a este tema, foi considerado da maior importância e oportunidade promover uma reunião específica, com a presença dos Senhores Presidente, ou seu substituto, Tesoureiro e responsável pela Delegação Regional. -----

----- Três - Aprovação do Relatório e Contas de mil novecentos e noventa e sete - A realização do Encontro Nacional em Serpa, do Dia Nacional dos Centros Históricos em Ponte de



CÓPIA

Lima e a publicação da revista (número de Março), foram as pedras de toque da intervenção do Presidente da Direcção que, a dado passo, declarou: “A obra está consolidada. Para além do exigível saneamento financeiro da Associação, facto perfeitamente ao alcance dos municípios agregados, através do pagamento de quotas, torna-se agora indispensável introduzir novas metas e acções que despertem, motivem e mobilizem os munícipes e o País para as grandes questões do património, no século vinte e um.”-----

-----Há necessidade de abrir um novo ciclo de maior inconformismo ainda, de inequívoca e formal participação nas medidas governamentais, sobretudo, de carácter legislativo. É inadmissível”, disse “que o Governo se esqueça da Associação quando prepara a lei de bases do património. “Mas”, acrescentou, “tão importante como termos posições é divulgá-las convenientemente. As nossas ideias e os nossos projectos têm de ser conhecidos e o nome da Associação deve ser, cada vez mais, uma expressão habitual nos ouvidos dos portugueses.” -----

-----O Presidente de Tomar, concordando com o Relatório e as Contas em apreço, sublinhou a disponibilidade do seu município para acções futuras, no domínio da salvaguarda e preservação do património histórico-cultural. Lembrou, ainda, a possibilidade de instalação da Associação na capital dos Templários, aí funcionando em termos regionais e abrangendo todo o centro do País.-----

-----O Presidente da Direcção referiu que o tema, “aliás da maior importância”, será objecto de agendamento específico, pelo que, no momento próprio, serão tomadas as deliberações convenientes, tanto mais que este desiderato é objectivo já antigo da própria Direcção.-----

-----De seguida, aludi em pormenor à situação financeira da Associação, a qual, em seu entender, só é “bastante difícil”, mercê dos encargos fixos que regularmente têm de ser suportados, enquanto as receitas mais substanciais decisivas chegam atrasadíssimas e, muitas vezes, nem sequer chegam, referindo-se às quotizações por receber. -----

----- Pediu ao Doutor Jorge de Figueiredo explicações sobre os encargos com transportes relacionados com a Direcção da Revista, os quais foram completamente satisfeitos por aquele dirigente e responsável pela edição da Revista “Centros Históricos”. -----

----- O representante da Câmara Municipal de Lisboa considerou oportuno integrar no relatório uma referência à acção realizada em Tomar, no dia doze de Junho de mil novecentos e noventa e sete, acerca de medidas cautelares contra riscos de incêndios em Centros Históricos. --

----- Nesta conformidade, na página seis, será intercalado, a seguir às referências ao “Dia Nacional dos Centros Históricos”, um novo texto, com o seguinte teor: -----

----- “Colóquio de Tomar -----

----- A nossa Associação promoveu a realização de um colóquio, no dia doze de Junho, em seguimento da participação da Associação Portuguesa dos Municípios com entro Histórico no grupo de trabalho constituído pelo Despacho quarenta, de noventa e seis, do Secretário de Estado da Administração Interna, com o objectivo do estudo e formulação de um conjunto de propostas, com vista à tomada de medidas cautelares de segurança contra risco de incêndio. -----

----- O grupo de trabalho integrou representantes do Serviço Nacional de Municípios Portugueses e da nossa Associação. -----

----- Nesse colóquio, participaram Câmaras e instituições, entre as quais alguns membros do grupo de trabalho que divulgaram o documento produzido. Essa reunião aprovou, finalmente, uma tomada de posição dos presentes, no sentido de divulgação do documento e da concretização das recomendações nele contidas”. -----

----- Por sua vez, o Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide reiterou as palavras do Presidente da Direcção no que se reporta ao problema das quotizações em atraso, considerando que a situação, a prolongar-se, tornar-se-á insustentável. Daí todo o esforço que se exige para a cobrança urgente de tais receitas. -----

----- Posto à votação o relatório de mil novecentos e noventa e sete, bem como as



CÓPIA

respectivas contas, verificou-se unanimidade na sua aprovação.-----

-----Quatro - Quotizações - A este propósito, foi sugerido pelo Presidente que o pagamento das quotas passasse a efectuar-se através de transferência bancária, a fim de obviar os inconvenientes já relatados. -----

-----A Direcção, após ampla troca de impressões em que intervieram todos os seus membros, deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta.-----

-----Cinco - Revista “Centros Históricos” - Em face da situação financeira traduzida nas contas acabadas de aprovar, a Direcção, sob proposta do representante de Oeiras, deliberou editar apenas dois números da revista por ano e retomar a publicação do boletim informativo. No tocante à revista, o reinício da sua publicação ficaria condicionado a regularização da situação financeira.- -----

-----Após profunda discussão da proposta, foi deliberado, por unanimidade, considerá-la “como a solução mais oportuna e a única susceptível de exequibilidade e garantia dos padrões técnico-científicos que devem qualificar a revista que possuímos”. -----

-----Seis - Dia Nacional dos Centros Históricos / mil novecentos e noventa e oito - face à coincidência do Dia Nacional dos Centros Históricos com a realização do Décimo Primeiro Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, a Direcção ratificou o despacho do seu Presidente, adiando aquela comemoração para treze de Setembro, no Funchal. A data coincide com o centésimo vigésimo primeiro aniversário da morte do patrono da Associação e “solitário de Vale de Lobos”, onde se refugiou na sua solidão fecunda e ímpar no panorama da intelectualidade portuguesa. Como referiu e salientou o Vereador de Oeiras trata-se, apenas, de um adiamento e não de uma alteração do Dia Nacional dos Centros Históricos, facto que permitirá a manutenção das realizações de outras iniciativas sectoriais nos diversos municípios portugueses, em vinte e oito de Março, como vem sendo habitual. De sublinhar que somente a cerimónia solene é que, a título excepcional, é transferida ou adiada para treze de Setembro, a

fim de permitir a concentração de todos os municípios que pretendam associar-se, no Funchal, a tão relevante iniciativa. -----

----- Sete - Terceiro Encontro Internacional / noventa e oito - Perante a ausência de resposta, por parte da Câmara do Porto no prazo estipulado, a Direcção deliberou, por unanimidade, conferir ao município de Guimarães a responsabilidade de organizar, no presente ano o Terceiro Encontro Internacional de Municípios com Centro Histórico, autorizando, ainda, a sua integração no programa da UCCLA - União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas, onde aquela autarquia assumiu a capitalidade cultural da Lusofonia. -----

----- Oito - Eleições dos novos Corpos Gerentes - A este propósito foi considerado opportuno realizar uma reunião privada, antes da Assembleia Geral, para preparar as intervenções na apresentação da respectiva lista, que integra, com alguns ajustes, os municípios dos actuais corpos gerentes: -----

----- Assembleia Geral:-----

----- Presidente - Câmara Municipal de Lamego -----

----- Vice-Presidente - Câmara Municipal da Lousã -----

----- Primeiro Secretário - Câmara Municipal de Tomar -----

----- Segundo Secretário - Câmara Municipal de Oliveira de Frades -----

----- Terceiro Secretário - Câmara Municipal de Penacova -----

----- Direcção: -----

----- Presidente - Câmara Municipal de Santarém -----

----- Vice-Presidente - Câmara Municipal de Beja -----

----- Vice-Presidente - Câmara Municipal de Oeiras -----

----- Vice-Presidente - Câmara Municipal de Trancoso -----

----- Secretário - Câmara Municipal de Sintra -----

----- Tesoureiro - Câmara Municipal de Castelo de Vide-----



CÓPIA

-----Vogal - Câmara Municipal de Évora-----

-----Vogal - Câmara Municipal de Ponte de Lima-----

-----Vogal - Câmara Municipal de Guimarães-----

-----Vogal - Câmara Municipal de Almeida-----

-----Vogal - Câmara Municipal de Viana do Castelo-----

-----Conselho Fiscal: -----

-----Presidente - Câmara Municipal de Lisboa-----

-----Vogal - Câmara Municipal de Lagos-----

-----Vogal - Câmara Municipal da Figueira da Foz-----

-----Nove - Diferentes temas de interesse para a Associação - Deliberado, por unanimidade, sob proposta do Vereador da Câmara de Oeiras, não realizar nem o encontro nacional nem o encontro ibérico, a fim de não perturbar a organização do encontro internacional de municípios com centro histórico, a decorrer, conforme aprovado, em Guimarães. -----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, pelo Presidente da Direcção e da Câmara Municipal de Santarém foi declarada encerrada a reunião eram catorze horas, lavrando-se a presente acta. -----

-----E eu ... secretária da Direcção a redigi e, conjuntamente com o Senhor Presidente, a subscrevi.” -----

-----Seguidamente o Senhor Vereador Arnaldo Pereira reportando-se ao tema da segurança, salientou ter suscitado já por diversas vezes este problema, tendo inclusivé o Senhor Presidente dito que durante o mês de Junho ou Julho pensava convocar o Conselho Municipal de Prevenção e Segurança e, embora seja certo que tem algumas dúvidas e reservas sobre a eficácia destes órgãos consultivos, a verdade é que eles existem e foram criados porque se considerou que eles poderiam dar um contributo útil no debate destes problemas.-----

-----Acrescentou ter registado com agrado a posição tomada pelo Senhor Presidente no

sentido de exigir que o Concelho seja dotado de efectivos policiais que possam contribuir para atenuar o problema, mas pensa que há uma outra medida que, de resto, lhe surgiu pela intervenção do Vereador David Justino e apesar de não ter sido incumbido pelo Doutor Eduardo Prado Coelho para o defender, considera que a tolerância é, de facto saber escutar os outros e ter em conta as suas opiniões. -----

----- Quanto a si, prosseguiu, o problema da segurança não se resolve apenas com o aumento da repressão e não é apenas um problema policial mas realmente também está preocupado com duas questões, ou seja, há um certo sentimento de impunidade que os jovens delinquentes têm perante a passividade ou a impotência da polícia. Uma outra questão que o preocupa e em relação à qual as Câmaras Municipais deviam ter uma posição reivindicativa extremamente firme que consiste no facto destes delitos serem provocados sobretudo por jovens adolescentes, alguns quase crianças, muitos dos quais abandonaram a escola e nos bairros onde residem estão entregues a eles próprios e a verdade é que não tendo o sistema penal português e o próprio sistema policial resposta eficaz para estes problemas, também estão previstas medidas de reinserção social que realmente não são aplicadas; assim sendo, considera que ao nível de intervenção da Administração Central há um notório e gravíssimo deficit em termos da chamada reinserção social, mas no Concelho existe um instituto que até podia, para estas situações, constituir uma resposta adequada. -----

----- A verdade, prosseguiu, é que se há dezenas de jovens que praticam actos delituosos que não podem ser submetidos a julgamento dada a idade que têm e nem alvo de sanções de natureza penal, a sua opinião é que têm que ser tomadas medidas no sentido da sua reinserção social, mas de facto aquilo que se constata é que não se faz rigorosamente nada, o que agrava o problema, como é óbvio. -----

----- Por outro lado também acha que as Câmaras Municipais têm responsabilidades nesta área, responsabilidades no sentido de obrigações, embora a maioria delas seja da Administração



CÓPIA

Central, pelo que, conforme já tem sugerido, crê que se deve pensar em desenvolver programas integrados de ocupação dos tempos livres, de animação cultural e desportiva que possam constituir também uma resposta mais eficaz para extractos e segmentos da população jovem que está durante quase todo o dia e durante uma grande parte do ano entregue a ela própria. -----

----- Referiu-se, seguidamente, à inauguração a que hoje assistiu do Museu da Pólvora Negra da Fábrica da Pólvora de Barcarena, para registar o seu apreço à equipa incumbida do programa museológico de que fazem parte o Professor Quintela e o Professor João Cardoso e sobretudo, chamar a atenção para um aspecto que considera importante, porquanto há agora a segunda fase e a Câmara terá que definir o programa para recuperação e reabilitação do resto da Fábrica da Pólvora; relativamente à parte que foi recuperada terá que se pensar também e ponderar no modelo de gestão porque, de facto, aquele Museu e todo o Complexo têm potencialidades culturais, museológicas e educativas extraordinárias que devem ser aproveitadas e rentabilizadas e torna-se, de facto, também importante definir um circuito museológico que proporcione uma melhor informação sobre todo aquele espaço. -----

----- Quer, todavia, salientar que, quanto a si, a inauguração deste museu, mais do que um ponto de chegada é um ponto de partida para um projecto de reabilitação do conjunto da Fábrica da Pólvora e o desenvolvimento de projectos e programas culturais de grande alcance para este Município. -----

----- No que diz respeito à intervenção do Senhor Vereador Lopes Neno relativamente à conclusão da segunda fase do Interceptor Geral de Esgotos estar prevista para quinze de Julho, gostaria de saber se todas as ligações estão já concluídas. -----

----- Inquiriu, de seguida, quando será realizada a reunião para avaliação do P.D.M.. -----

----- Solicitou também que numa próxima reunião seja prestada à Câmara uma informação mais exaustiva relativamente ao Parque dos Poetas, dado tratar-se de um projecto de grande envergadura. -----

----- Referiu-se, de seguida, ao Boletim Municipal opinando que o mesmo deve ter um conteúdo informativo mais rico e que vá de encontro aos interesses dos municíipes. Acrescentou que o inquérito, a que o Senhor Presidente se reportou, e a sua caracterização devem ser tidas em linha de conta para uma eventual melhoria daquela publicação e da própria Revista Oeiras Municipal e a este propósito salientaria também a página de Internet da CMO porque ela já tem um conteúdo bastante válido e interessante para os municíipes, mas dada a crescente utilização deste meio de comunicação há um conjunto de informações sobre a actividade dos diversos Sectores da Câmara que poderia ser também disponibilizada por essa via, o que, na sua opinião, devia ser integrada no projecto de melhoria do atendimento público. -----

----- Deu conhecimento, de seguida, dos despachos por si proferidos ao abrigo da sub-delegação de competências na área do Desporto e dos Centros Históricos. -----

----- “Número - Assunto - montante: -----

----- Cento e setenta e um, de noventa e oito, Gabinete de Projectos Especiais - Sector dos Centros Históricos - Avenida Marquês de Pombal, cinco (Paço de Arcos), Implantação do protocolo da TV Cabo - duzentos e dezanove mil trezentos e setenta e seis escudos -----

----- Duzentos e sessenta e cinco, de noventa e oito, Gabinete de Projectos Especiais - Sector dos Centros Históricos - Festas do Concelho, execução de sinalética gráfica para expositor - sessenta e dois mil escudos -----

----- Cento e quarenta e nove, de noventa e oito, Gabinete de Projectos Especiais - Sector dos Centros Históricos - Praça Guilherme Gomes Fernandes, onze, Paço de Arcos - trezentos e sessenta e dois mil duzentos e cinquenta escudos-----

----- Cento e quarenta e sete, de noventa e oito, Gabinete de Projectos Especiais - Sector dos Centros Históricos -Edifício da Travessa do Salvavidas número treze, implementação do protocolo da TV Cabo - quinhentos e doze mil quatrocentos e sessenta escudos.” -----

----- Deu também conhecimento dos seguintes ofícios que recebeu: -----



CÓPIA

-----Do Grupo Desportivo Aguilha:-----

-----“Vimos por este meio agradecer a Vossa Excelência a preciosa ajuda e colaboração para o nosso torneio de Futebol de Salão que se realizou no nosso Seminário da Torre D’Aguilha durante os meses de Março a Maio com um espírito de cooperação e solidariedade. Estiveram presentes vinte e quatro equipas do nosso Concelho de Cascais. Foi, sem dúvida, uma excelente oportunidade para o convívio motivado pelo desporto com o objectivo de solidariedade com uma escola de Moçambique. -----

-----Mais uma vez o nosso reconhecido obrigado pela vossa colaboração para estas actividades que a todos nos devem motivar.”-----

-----Do Grupo Musical Primeiro de Dezembro de Queijas:-----

-----“Vimos por este meio divulgar os resultados individuais obtidos pelos atletas do Grupo Musical Primeiro de Dezembro de Queijas, no Campeonato Regional de Lisboa de Juvenis, organizado pela Associação de Atletismo de Lisboa, realizado no passado sábado e domingo, trinta e trinta e um de Maio de mil novecentos e noventa e oito, respectivamente.-----

-----Primeira Jornada, sábado trinta de Maio de mil novecentos e noventa e oito, os resultados individuais foram os seguintes: -----

-----Masculinos:-----

-----Euclides Oliveira, segundo classificado - Vice-Campeão regional de mil e quinhentos metros -----

-----Luís Rocha, segundo classificado - Vice-Campeão Regional de cinco mil metros, Marcha -----

-----Márcio Basílio, segundo classificado - Vice-Campeão regional de dois mil metros Obstáculos -----

-----Femininos:-----

-----Dulce Carvalho, terceira classificada - terceiro lugar nos mil e quinhentos metros -----

----- Segunda Jornada, domingo, trinta e um de Maio de mil novecentos e noventa e oito, os resultados individuais foram os seguintes: -----

----- Masculinos: -----

----- Euclides Oliveira, primeiro classificado - Campeão regional de três mil metros -----

----- Márcio Basílio, terceiro classificado - terceiro lugar nos três mil metros -----

----- Femininos: -----

----- Dulce Carvalho, segunda classificada - Vice-Campeã regional de três mil metros -----

----- Nas duas jornadas tivemos presentes com dezasseis atletas diferentes nos escalões de Iniciados e Juvenis - Masculinos e Femininos.” -----

----- -Da Escola Secundária Aquilino Ribeiro, em Oeiras: -----

----- “O Núcleo de Badminton da Escola Secundária Aquilino Ribeiro, os professores de Educação Física e o Concelho Directivo, vêm deste modo agradecer a oferta que muito gentilmente nos cederam e que muito apreciámos, e que irá contribuir para estimular a realização do Terceiro Open de Badminton - Oeiras Noventa e Oito. -----

----- É com muito gosto que convidamos Vossas Excelências a assistirem às finais das provas de distribuição de prémios, que irão ter lugar no domingo dia sete de Junho, a partir das dez horas.” -----

----- -Do Clube “Os Catedráticos”: -----

----- “Realizou-se no Porto a vinte e dois, vinte e três e vinte e quatro de Maio de mil novecentos e noventa e oito na Escola Secundária António Nobre, as Finais Nacionais de Ténis de Mesa - Iniciados Masculinos noventa e sete/noventa e oito - Desporto Escolar.-----

----- A equipa masculina da Escola Vieira da Silva - Carnaxide, consagrou-se uma vez mais Campeã Nacional, (todos os alunos da equipa da Escola Vieira da Silva são jogadores do Clube “Os Catedráticos”).” -----

----- -Da Administração Regional de Saúde: -----



CÓPIA

-----“Assuntos: Qualidade da água da Piscina da Câmara Municipal de Oeiras, em Linda-a-Velha. -----

-----Para conhecimento, junto remeto a Vossa Excelência fotocópia dos resultados das últimas análises, efectuadas em cinco de Maio de noventa e oito, pelo Laboratório de Saúde Pública da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.-----

-----“Resultados-----

-----U.F.C. de aeróbios mesófilos a trinta e sete graus centígrados às quarenta e oito horas - um - um mililitro -----

-----Coliformes Totais - zero - U.F.C./cem mililitros -----

-----Coliformes Fecais - zero - U.F.C ./cem mililitros -----

-----Estreptococos Fecais - zero -U.F.C. /cem mililitros -----

-----Estafilococos produtores de coagulase - zero - U.F.C. /cem mililitros -----

-----Estafilococos não produtores de coagulase - oito - U.F.C. /cem mililitros-----

-----Pseudomonas aeruginosa -zero - U.F.C. /cem mililitros-----

-----pH - sete vírgula seis - -----

-----Cloro Residual - menor que um - miligramas por litro -----

-----Turvação - G dois - UN T -----

-----Cor - G dois - miligramas/litro Pt / Co-----

-----Temperatura - vinte e oito vírgula quatros graus centígrados -----

-----Apreciação-----

-----Água bacteriologicamente própria para os fins a que se destina.” -----

-----Deu também conhecimento do resultado das análises efectuadas à Piscina de Linda-a-Velha e à Piscina Oceânica:-----

-----“Requisitante da análise - Câmara Municipal de Oeiras -----

-----Local de Colheita - Piscina de Linda-a-Velha (colheita efectuada à profundidade) -----

----- Colheita efectuada em - doze de Maio de noventa e oito -----
----- Analisada em - doze de Maio de noventa e oito -----
----- Resultado da análise -----
----- Número de UFC de aeróbios mesófilos a vinte e dois graus centígrados às setenta e duas horas (um mililitro) - cinco -----
----- Número de UFC de aeróbios mesófilos a trinta e sete graus centígrados às quarenta e oito horas (um mililitro) - seis -----
----- Número M.P. de Coliformes Totais (cem mililitros) - zero -----
----- Número M.P. de Coliformes Fecais (cem mililitros) - zero -----
----- Número de Colónias de Esteptococos Fecais (cem mililitros) - zero -----
----- Número de Colónias de Pseudomonas aeruginosa (cem mililitros) - zero -----
----- Número de Estafilococos (cem mililitros) - zero -----
----- Pesquisa de Clostrídio Sulfito Redutor (vinte mililitros) - zero -----
----- pH (Escala Sorënsen) - sete vírgula nove -----
----- Condutividade (uS/cm) - mil e cinquenta e dois -----
----- Cloretos (miligramas/litro) - duzentos e quarenta e sete -----
----- Cloro Residual Livre (p.p.m.) - dois vírgula três -----
----- Cloro Residual Total (p.p.m.) - dois vírgula seis -----
----- Apreciação do resultado da análise -----
----- Água satisfatória para fins balneares. Chama-se no entanto a atenção para o valor da Condutividade, que ultrapassa o recomendado (novecentos). -----
----- “Requisitante da análise - Câmara Municipal de Oeiras -----
----- Local de Colheita - Piscina de Linda-a-Velha (colheita efectuada à superfície) -----
----- Colheita efectuada em - doze de Maio de noventa e oito -----
----- Analisada em - doze de Maio de noventa e oito -----



CÓPIA

-----Resultado da análise-----

-----Número de UFC de aeróbios mesófilos a vinte e dois graus centígrados às setenta e duas horas (um mililitro) - dez -----

-----Número de UFC de aeróbios mesófilos a trinta e sete graus centígrados às quarenta e oito horas (um mililitro) - dezoito -----

-----Número M.P. de Coliformes Totais (cem mililitros) - zero -----

-----Número M.P. de Coliformes Fecais (cem mililitros) - zero -----

-----Número de Colónias de Esteptococos Fecais (cem mililitros) - zero -----

-----Número de Colónias de Pseudomonas aeruginosa (cem mililitros) - zero -----

-----Número de Estafilococos (cem mililitros) - zero -----

-----Pesquisa de Clostrídio Sulfito Redutor (vinte mililitros) - zero -----

-----pH (Escala Sorënsen) - sete vírgula nove -----

-----Condutividade (uS/cm) - mil e cinquenta e dois -----

-----Cloreto (miligramas/litro) - duzentos e quarenta e sete -----

-----Cloro Residual Livre (p.p.m.) - um vírgula sete -----

-----Cloro Residual Total (p.p.m.) - dois vírgula sete -----

-----Apreciação do resultado da análise-----

-----Água satisfatória para fins balneares. Chama-se a atenção para o valor elevado de Condutividade, que ultrapassa o recomendado (novecentos)"-----

-----“Requisitante da análise - Câmara Municipal de Oeiras -----

-----Local de Colheita - Piscina de Linda-a-Velha (colheita efectuada à profundidade) -----

-----Colheita efectuada em - vinte e seis de Maio de noventa e oito -----

-----Analisa em - vinte e seis de Maio de noventa e oito -----

-----Resultado da análise-----

-----Número de UFC de aeróbios mesófilos a vinte e dois graus centígrados às setenta e

duas horas (um mililitro) - dois -----
----- Número de UFC de aeróbios mesófilos a trinta e sete graus centígrados às quarenta e oito horas (um mililitro) - dois -----
----- Número M.P. de Coliformes Totais (cem mililitros) - zero -----
----- Número M.P. de Coliformes Fecais (cem mililitros) - zero -----
----- Número de Colónias de Esteptococos Fecais (cem mililitros) - zero -----
----- Número de Colónias de Pseudomonas aeruginosa (cem mililitros) - zero -----
----- Número de Estafilococos (cem mililitros) - zero -----
----- Pesquisa de Clostrídio Sulfito Redutor (vinte mililitros) - zero -----
----- pH (Escala Sorënsen) - oito vírgula um -----
----- Condutividade (uS/cm) - mil e vinte e dois -----
----- Cloretos (miligramas/litro) - duzentos e cinquenta e seis -----
----- Cloro Residual Livre (p.p.m.) - um vírgula um -----
----- Cloro Residual Total (p.p.m.) - um vírgula cinco -----
----- Apreciação do resultado da análise -----
----- Água satisfatória para fins balneares. Chama-se no entanto a atenção para o valor da Condutividade, que ultrapassa o recomendado (novecentos) -----
----- “Requisitante da análise - Câmara Municipal de Oeiras -----
----- Local de Colheita - Piscina de Linda-a-Velha (colheita efectuada à superfície) -----
----- Colheita efectuada em - doze de Maio de noventa e oito -----
----- Analisada em - doze de Maio de noventa e oito -----
----- Resultado da análise -----
----- Número de UFC de aeróbios mesófilos a vinte e dois graus centígrados às setenta e duas horas (um mililitro) - quatro -----
----- Número de UFC de aeróbios mesófilos a trinta e sete graus centígrados às quarenta e



CÓPIA

oito horas (um mililitro) - três -----
----- Número M.P. de Coliformes Totais (cem mililitros) - zero -----
----- Número M.P. de Coliformes Fecais (cem mililitros) - zero -----
----- Número de Colónias de Estreptococos Fecais (cem mililitros) - zero -----
----- Número de Colónias de Pseudomonas aeruginosa (cem mililitros) - zero -----
----- Número de Estafilococos (cem mililitros) - zero -----
----- Pesquisa de Clostrídio Sulfito Redutor (vinte mililitros) - zero -----
----- pH (Escala Sorënsen) - oito -----
----- Condutividade (uS/cm) - mil e vinte e dois -----
----- Cloretos (miligramas/litro) - quatrocentos e cinquenta e seis -----
----- Cloro Residual Livre (p.p.m.) - um -----
----- Cloro Residual Total (p.p.m.) - um vírgula seis -----
----- Apreciação do resultado da análise-----
----- Água satisfatória para fins balneares. Chama-se no entanto a atenção para o valor da Condutividade, que ultrapassa o recomendado (novecentos).-----
----- “Requisitante da análise - Câmara Municipal de Oeiras -----
----- Local de Colheita - Piscina Grande Oceânica (colheita efectuada à superfície) -----
----- Colheita efectuada em - trinta de Maio de noventa e oito -----
----- Analisada em trinta de Maio de noventa e oito -----
----- Resultado da análise-----
----- Número de UFC de aeróbios mesófilos a vinte e dois graus centígrados às setenta e duas horas (um mililitro) - um -----
----- Número de UFC de aeróbios mesófilos a trinta e sete graus centígrados às quarenta e oito horas (um mililitro) - dois -----
----- Número M.P. de Coliformes Totais (cem mililitros) - zero -----

----- Número M.P. de Coliformes Fecais (cem mililitros) - zero -----
----- Número de Colónias de Esteptococos Fecais (cem mililitros) - zero-----
----- Número de Colónias de Pseudomonas aeruginosa (cem mililitros) - zero-----
----- Número de Estafilococos (cem mililitros) - zero-----
----- Pesquisa de Clostrídio Sulfito Redutor (vinte mililitros) - zero-----
----- pH (Escala Sorënsen) - sete vírgula sete -----
----- Cloro Residual Livre (p.p.m.) - zero vírgula dois -----
----- Cloro Residual Total (p.p.m.) -zero vírgula três -----
----- Apreciação do resultado da análise -----
----- Água satisfatória para fins balneares.” -----
----- “Requisitante da análise - Câmara Municipal de Oeiras -----
----- Local de Colheita - Piscina Grande Oceânica (colheita efectuada à profundidade) -----
----- Colheita efectuada em - trinta de Maio de noventa e oito -----
----- Analisada em - trinta de Maio de noventa e oito -----
----- Resultado da análise -----
----- Número de UFC de aeróbios mesófilos a vinte e dois graus centígrados às setenta e duas horas (um mililitro) - um -----
----- Número de UFC de aeróbios mesófilos a trinta e sete graus centígrados às quarenta e oito horas (um mililitro) - zero -----
----- Número M.P. de Coliformes Totais (cem mililitros) - zero -----
----- Número M.P. de Coliformes Fecais (cem mililitros) - zero -----
----- Número de Colónias de Esteptococos Fecais (cem mililitros) - zero-----
----- Número de Colónias de Pseudomonas aeruginosa (cem mililitros) - zero-----
----- Número de Estafilococos (cem mililitros) - zero-----
----- Pesquisa de Clostrídio Sulfito Redutor (vinte mililitros) - zero-----



CÓPIA

----- pH (Escala Sorënsen) - sete vírgula sete -----
----- Cloro Residual Livre (p.p.m.) - zero vírgula um -----
----- Cloro Residual Total (p.p.m.) - zero vírgula dois -----
----- Apreciação do resultado da análise-----
----- Água satisfatória para fins balneares.”-----
----- “Requisitante da análise - Câmara Municipal de Oeiras -----
----- Local de Colheita - Piscina Pequena Oceânica (colheita efectuada à superfície) -----
----- Colheita efectuada em - trinta de Maio de noventa e oito -----
----- Analisada em - trinta de Maio de noventa e oito -----
----- Resultado da análise-----
----- Número de UFC de aeróbios mesófilos a vinte e dois graus centígrados às setenta e duas horas (um mililitro) - zero -----
----- Número de UFC de aeróbios mesófilos a trinta e sete graus centígrados às quarenta e oito horas (um mililitro) - zero -----
----- Número M.P. de Coliformes Totais (cem mililitros) - zero -----
----- Número M.P. de Coliformes Fecais (cem mililitros) - zero -----
----- Número de Colónias de Estreptococos Fecais (cem mililitros) - zero -----
----- Número de Colónias de Pseudomonas aeruginosa (cem mililitros) - zero -----
----- Número de Estafilococos (cem mililitros) - zero -----
----- Pesquisa de Clostrídio Sulfito Redutor (vinte mililitros) - zero -----
----- pH (Escala Sorënsen) - sete vírgula oito -----
----- Cloro Residual Livre (p.p.m.) - zero vírgula dois -----
----- Cloro Residual Total (p.p.m.) - zero vírgula dois -----
----- Apreciação do resultado da análise-----
----- Água satisfatória para fins balneares.”-----

----- "Requisitante da análise - Câmara Municipal de Oeiras -----

----- Local de Colheita - Piscina Oceânica (junto à prancha de saltos - à superfície) -----

----- Colheita efectuada em - trinta de Maio de noventa e oito -----

----- Analisada em - trinta de Maio de noventa e oito -----

----- Resultado da análise -----

----- Número de UFC de aeróbios mesófilos a vinte e dois graus centígrados às setenta e duas horas (um mililitro) - dois -----

----- Número de UFC de aeróbios mesófilos a trinta e sete graus centígrados às quarenta e oito horas (um mililitro) - dois -----

----- Número M.P. de Coliformes Totais (cem mililitros) - zero -----

----- Número M.P. de Coliformes Fecais (cem mililitros) - zero -----

----- Número de Colónias de Esteptococos Fecais (cem mililitros) - zero -----

----- Número de Colónias de Pseudomonas aeruginosa (cem mililitros) - zero -----

----- Número de Estafilococos (cem mililitros) - zero -----

----- Pesquisa de Clostrídio Sulfito Redutor (vinte mililitros) - zero -----

----- Cloro Residual Livre (p.p.m.) - zero vírgula um -----

----- Cloro Residual Total (p.p.m.) - zero vírgula três -----

----- Apreciação do resultado da análise -----

----- Água satisfatória para fins balneares." -----

----- "Requisitante da análise - Câmara Municipal de Oeiras -----

----- Local de Colheita - Piscina Oceânica (junto à prancha de saltos - em profundidade) -----

----- Colheita efectuada em - trinta de Maio de noventa e oito -----

----- Analisada em - trinta de Maio de noventa e oito -----

----- Resultado da análise -----

----- Número de UFC de aeróbios mesófilos a vinte e dois graus centígrados às setenta e



CÓPIA

duas horas (um mililitro) - zero -----
----- Número de UFC de aeróbios mesófilos a trinta e sete graus centígrados às quarenta e oito horas (um mililitro) - zero -----
----- Número M.P. de Coliformes Totais (cem mililitros) - zero -----
----- Número M.P. de Coliformes Fecais (cem mililitros) - zero -----
----- Número de Colónias de Esteptococos Fecais (cem mililitros) - zero -----
----- Número de Colónias de Pseudomonas aeruginosa (cem mililitros) - zero -----
----- Número de Estafilococos (cem mililitros) - zero -----
----- Pesquisa de Clostrídio Sulfito Redutor (vinte mililitros) - zero -----
----- Cloro Residual Livre (p.p.m.) - zero vírgula um -----
----- Cloro Residual Total (p.p.m.) - zero vírgula dois -----
----- Apreciação do resultado da análise-----
----- Água satisfatória para fins balneares.”-----
----- Por último deu conhecimento da informação número cento e vinte e seis, de noventa e oito, da Divisão de Fomento do Desporto: -----
----- “A abertura da Piscina de Barcarena, estando inicialmente prevista para o próximo dia treze de Junho, apenas poderá abrir no dia um de Julho próximo futuro.-----
----- Esta situação deve-se à existência de obras na zona circundante, que são da responsabilidade da Divisão de Promoção da Habitação. -----
----- Na reunião efectuada entre o empreiteiro, a Divisão de Promoção da Habitação Divisão de Fomento do Desporto, foi-me comunicado que as obras, que prejudicam directamente o normal funcionamento da piscina, estariam concluídas no final do mês de Junho, podendo assim iniciar-se a época balnear da Piscina Municipal de Barcarena no mês de Julho. -----
----- Deste modo, sugiro que se aponte toda a programação de tarefas a efectuar, tendo como data de abertura o dia quatro de Julho (sábado). -----

----- À consideração superior.”-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

19 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES: -----

----- Reportando-se às questões postas pelos Senhores Vereadores o Senhor Presidente esclareceu o seguinte: -----

----- Já mandou fazer o levantamento das Verbas do Jogo mas pode, desde já, adiantar que foram recebidos à volta de oitocentos e cinquenta mil contos e aguarda-se o recebimento de quinhentos mil contos que já estão afectos mas enquanto não estiver concluído o projecto da Marina não serão entregues.-----

----- O Relatório da IGAT, é mesmo confidencial, pois questionou o Presidente do Tribunal de Contas com quem teve uma reunião há dias, que lhe confirmou essa confidencialidade, o que significa que só pode ser distribuído a Vereadores que venham do mandato anterior. -----

----- Deve, no entanto, acrescentar que não tem qualquer tipo de dúvidas em dar conhecimento do mesmo aos Senhores Vereadores, mas o certo é que ficam sujeitos ao sigilo e confidencialidade do relatório, porque a questão é que o mesmo, neste momento está em fase contraditória. Também já chegou o Relatório da Inspecção de Finanças mas deve confessar que ainda não o leu porque o enviou para os serviços para responderem e isto pela simples razão que num relatório deste tipo, as questões levantadas são, essencialmente de natureza técnica.-----

----- Intervindo, o **Senhor Vereador Jorge Bicó da Costa** recordou o Senhor Presidente que havia prometido entregar cópia do relatório do IGAT bem como das respostas dos serviços, ao que o **Senhor Presidente** respondeu que, efectivamente tencionava fazê-lo mas como teve a reunião com o Presidente do Tribunal de Contas, foi ele próprio quem lhe disse que não o devia distribuir a não ser aos Vereadores que vinham do anterior mandato; no entanto, como já afirmou, não tem qualquer problema em emprestar o original para os Senhores Vereadores lerem nas condições que já referiu, isto é, ficarem sujeitos à confidencialidade e ao sigilo.-----

----- Usou, de seguida, da palavra o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** dizendo saber que o relatório está sujeito ao sigilo não podendo, por isso, ser publicitado; no entanto, pensa que a Inspecção foi feita ao Município de Oeiras, de modo que o Órgão Executivo, neste caso os Vereadores, estão sujeitos a essa reserva da confidencialidade e, portanto, têm direito a conhecer o teor do Relatório, ao que o **Senhor Presidente** respondeu negativamente, acrescentando que o mesmo está numa fase do exercício do contraditório e se ele foi facultado ao Senhor Vereador Arnaldo Pereira foi porque ele estava em exercício de funções no período a que a Inspecção diz respeito.-----

----- Interveio, de seguida, a **Senhora Vereadora Elisa Damião** referindo saber que há sempre muito melindre em situações deste tipo, mas respeita a Câmara e respeita tudo quanto o Senhor Presidente disse relativamente à confidencialidade do processo, pensando, por isso, que basta conhecê-lo quando estiver totalmente concluído, pois embora a sua curiosidade seja grande, o sentido de responsabilidade é muito maior e, apesar de poder garantir a sua confidencialidade, se por qualquer motivo houver uma fuga de informação, o Senhor Presidente tem toda a legitimidade para pensar que tinha saído da sua bancada.-----

----- Interveio seguidamente o **Senhor Vereador Jorge Bicó da Costa** dizendo que perante a intervenção do Senhor Presidente, que compreendeu perfeitamente, pretendem ponderar se querem ou não conhecer o relatório nesta fase, ao que o **Senhor Presidente** respondeu estar convicto que, ao longo do mês de Julho, deve vir a resposta da Inspecção, mas, conforme tem vindo a dizer, não tem qualquer problema em facultar os documentos em causa. --

----- -Relativamente aos Bombeiros fica mais descansado por ver que o P.S. não está envolvido na situação mas deve esclarecer que não se trata de uma situação nova aqui na Câmara e admira-se com as ilações extraídas da sua intervenção porque não disse que o P.S. estava envolvido mas sim que um membro do P.S. encabeçava a lista. Aquilo que é estranho é que se apresenta a candidatura de uma lista cujos sócios, por um lado não residem na localidade e, por



CÓPIA

outro lado, inscreveram-se todos como sócios quase em simultâneo, o que denota que houve ali uma estratégia para apresentação da lista e deve convir-se que há aqui alguma estranheza até porque o Senhor que encabeça a lista apresenta-se como assessor do Senhor Governador Civil, é membro da Assembleia Municipal e, portanto, há que tirar algumas ilações deste facto. -----

----- Usou, de seguida, da palavra o **Senhor Vereador Emanuel Martins** dizendo que o Senhor Presidente é uma pessoa hábil a usar as palavras e reconhece que o aprecia por isso, mas há que convir que deixou no ar a insinuação de que havia uma ligação do P.S. a esta questão. Ora, acrescentou, nem sequer sabe se é prática da Câmara inteirar-se ou não das listas, ao que o **Senhor Presidente** respondeu que realmente não é habitual, tendo sido até a primeira vez que tal aconteceu porque houve pessoas que acharam tudo tão estranho que lhe vieram mostrar a lista e de tal modo é estranho que, por sinal, no próprio dia das eleições os proponentes da lista retiraram a candidatura porque, pelos vistos, as pessoas que têm feito ao longo dos anos aquilo que são hoje os Bombeiros de Algés, interrogaram-se sobre quem seriam estes ilustres desconhecidos e como provavelmente se aperceberam que iriam ser só eles a votar uns nos outros, retiraram a candidatura. -----

----- Prosseguindo o **Senhor Vereador Emanuel Martins** referiu que o Senhor Presidente teceu algumas considerações sobre a apetência do P.S. relativamente aos bombeiros o que, quanto a si, veio a propósito de algumas afirmações por si proferidas no passado sobre o assunto, as quais, para além de não terem sido suficientemente analisadas, foram feitas em consciência e em seu nome pessoal, quando aqui referiu da capacidade e da aptidão do apetrechamento dos Bombeiros de Oeiras que considerou do melhor que conhece nesta matéria, mas não pôde deixar de lamentar que a Autarquia ao requisitar os serviços dos bombeiros por esta ou aquela razão tenha que pagar um excedente. -----

----- Assim, quer deixar bem claro aquilo que disse por não por em causa nem a qualificação dos bombeiros, nem a capacidade do seu apetrechamento e muito menos o esforço e

a abnegação dos voluntários no cumprimento da sua missão.-----

----- Relativamente à questão da segurança, prosseguiu, há que dizer que, no que tange aos acontecimentos ocorridos no Parque Municipal, houve duas pessoas que se preocuparam com o assunto. Uma foi o Senhor Presidente da Câmara, como aliás era seu mísster, e outra foi o Senhor Ministro da Administração Interna quando disponibilizou para o Concelho um pelotão do Corpo de Intervenção em permanência durante o período das festas e provavelmente durante mais algum tempo.-----

----- É também de realçar a atitude do Governo ao dar um subsídio aos efectivos que queiram vir para a rua fazer patrulhamento ao invés de ficarem dentro das esquadras o que, como é óbvio, é muito mais cómodo, mas por outro lado há uma questão de Estado porque realmente deve ser extremamente difícil para a polícia andar a prender delinquentes que horas depois estão em liberdade e isto tem que ser entendido e tem que ser deixado de utilizar-se em campanhas eleitorais sob o ponto vista partidário. Assim, crê que esta é uma questão sobre a qual os Municípios devem reflectir, pois são quem mais próximo está dos problemas, e fazer chegar esta mensagem à Assembleia da República, ao Senhor Presidente da República e ao próprio Governo, pois há algo que está bastante mal nesta matéria.-----

----- De seguida, disse pretender manifestar a sua indignação por algo que não tem a ver com segurança mas tem a ver com a concepção do Estado e que não pode deixar de reprovar sendo este o único fórum político que tem para o fazer e, assim, gostaria de sublinhar que verbera e condena as palavras do Senhor Belmiro de Azevedo e ao referir-se ao líder do Partido Social Democrata, porque em democracia ninguém pode ser liquidado nem aniquilado e qualquer pessoa que tenha este conceito de democracia é obviamente uma pessoa que não pode suportar por execrável em sociedade.-----

----- Também gostaria de salientar (porque vai caber também um pouco ao Concelho de Oeiras) que devem estar todos solidários com a situação da Guiné/Bissau que se vai reflectir no



CÓPIA

Concelho juntamente com outras situações gravosas que há para resolver. -----

-----Continuando a responder às questões postas o **Senhor Presidente** esclareceu que: ---

-----Relativamente às polícias municipais, tema focado pela Senhora Vereadora Elisa Damião, gostaria de dizer que essa é uma área em que aquela Senhora Vereadora provavelmente poderá desenvolver alguma acção ao nível do Parlamento. Deve acrescentar que ele próprio é representante, na Associação Nacional de Municípios Portugueses, do grupo de trabalho que está a preparar o projecto para a criação das polícias municipais, indo ter uma reunião ainda esta semana, pelo que fará chegar, de imediato, à Senhora Vereadora qual é a sensibilidade dos representantes dos outros Municípios, pois crê ser muito importante que no Parlamento se faça uma intervenção sobre esta matéria. -----

----- -Quanto à identificação das zonas problema, esse trabalho está feito e também ficou de, no final do mês, fazer um ponto da situação com o Senhor Ministro, a quem tenciona levar um dossier completo sobre a matéria e logo após a realização dessa reunião este será um assunto que a Câmara poderá discutir, não obstante a realização também da reunião do Conselho Municipal de Prevenção e Segurança que terá lugar provavelmente em meados de Julho.-----

-----No que diz respeito à Lei de Bases do Património a Associação Nacional de Municípios também se está a pronunciar sobre o assunto e está a ser elaborado na própria Câmara um parecer, pelo que se o Senhor Vereador Arnaldo Pereira quiser chegar-lhe alguma sugestão sobre essa matéria, deve fazê-lo com urgência porque o Conselho Directivo da Associação vai reunir-se no próximo dia trinta. -----

-----No que tange à questão da tolerância não vai fazer uma grande dissertação sobre o assunto até porque o Senhor Vereador David Justino já o fez, e muito bem, com o contraponto do Senhor Vereador Arnaldo Pereira, mas quanto si este é um problema muito simples, ou seja, deve haver tolerância com quem se deve ser tolerante pois não se pode ser tolerante com criminosos; nesta matéria crê que há alguma confusão porque tudo tem limite, havendo no meio

de tudo isto muita hipocrisia. Realmente, prosseguiu, esta situação de impunidade, particularmente dos jovens, é um grande problema e de difícil solução. Pessoalmente, prosseguiu, considera grave um menor de catorze anos trabalhar mas interroga-se sobre o que é que um menor de catorze anos anda a fazer na rua às quatro horas da manhã, como se vê frequentemente? -----

----- Quanto à reinserção social ela não funciona a este nível, pois a reinserção social tal e qual existe em Portugal, não tem propriamente um carácter preventivo mas sim um carácter pós-prisão e mais no sentido da integração dos presos. -----

----- -Relativamente a programas integrados de tempos livres deve dizer que a CMO, neste momento já faz um esforço enorme nessa matéria e tanto que assim é que já há mais de mil jovens ocupados nos tempos livres e durante todo o ano, o que supõe não acontecer em mais nenhuma Câmara Municipal. -----

----- -Comunga da manifestação de apreço expressa ao Professor Quintela e ao Professor João Cardoso relativamente ao Museu da Pólvora Negra, mas a Câmara seria injusta se não deixasse também aqui uma palavra ao Engenheiro Nuno Vasconcelos e à equipa do Urban que, realmente, têm acompanhado esta obra desde o início. -----

----- -Quanto à avaliação do PDM, tenciona, na última semana de Junho, acertar com os Senhores Vereadores um calendário para realização de reuniões temáticas sobre esse assunto e outros, desde a Zona Ribeirinha, ao Parque dos Poetas, etc...-----

----- -No que concerne à referência feita pelo Senhor Vereador Emanuel Martins à polémica do Senhor Belmiro de Azevedo, deve levar os partidos políticos e a quem está na política a reflectir porque, independentemente do ataque e dos modos em que o fez ao líder do PSD significa que não tem pejo em o fazer em relação a qualquer um, pois ele denotou nessa entrevista um desprezo enorme pela chamada classe política, pelo que não pode deixar de se associar à referência feita por aquele Senhor Vereador, pensando que toda a Câmara estará de



CÓPIA

acordo com a preocupação que demonstrou.-----

-----Em relação ao problema da Guiné-Bissau certamente que se irá reflectir no Concelho porque é natural que haja famílias guineenses que irão acolher os seus familiares e nos casos em que não foram ainda realojados, na devida altura, será um assunto que a Câmara terá que ponderar em função da justificação que for apresentada. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

20 - EDIÇÃO DE UM ROTEIRO GASTRONÓMICO DE OEIRAS - DELIBERAÇÃO TOMADA NA REUNIÃO DE 9/7/97 - PONTO 50 - CP 08.01.07.10.: -----

-----I - O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“Em nove de Julho de mil novecentos e noventa e sete a Câmara deliberou adjudicar a elaboração e edição de um Roteiro Gastronómico à Sociedade Comercial de Papelarias Rabelo da Beira Douro, Limitada, pelo valor, de quatro milhões trezentos e sessenta e nove mil novecentos e cinquenta escudos, IVA incluído. -----

-----Por lapso dos serviços, não foi respeitado - como o deveria ser, atento o valor da adjudicação - o procedimento pré-contratual determinado pelo Decreto-Lei número cinquenta e cinco, de noventa e cinco, de vinte e nove de Março, pelo que se impõe a reposição da legalidade. -----

-----Assim, propõe-se que: -----

-----a) Ao abrigo do disposto nos artigos centésimo trigésimo oitavo e centésimo quadragésimo primeiro, ambos do Código do Procedimento Administrativo, seja revogada a deliberação de nove de Julho de mil novecentos e noventa e sete - ponto cinquenta - que adjudicou à empresa supra identificada a elaboração e edição de um Roteiro Gastronómico do Concelho de Oeiras; -----

-----b) A referida empresa seja notificada para, no prazo máximo de trinta dias, repor os montantes recebidos; -----

-----c) Esta parte da acta seja aprovada em minuta.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**21 -CONCURSO NACIONAL DE POESIA - PRÉMIO CESÁRIO VERDE - 5^a. EDIÇÃO -
APROVAÇÃO DAS NORMAS REGULAMENTARES - CP 02.01.07.25.: -----**

-----I - O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---

-----“Em mil novecentos e noventa a Câmara Municipal de Oeiras instituiu o Prémio de Poesia Cesário Verde que se destina a galardoar trabalhos inéditos de poesia de autores de Língua Portuguesa. -----

-----A concretização deste projecto de âmbito nacional, permite alargar substancialmente a acção cultural desta Câmara contribuindo para uma maior difusão de novos valores literários.---

-----Na quinta edição (bianual) do Prémio de Poesia, pretende-se prosseguir com os mesmos objectivos e dar continuidade a esta acção, pelo que se propõe a aprovação das Normas Regulamentares que a seguir se transcrevem.-----

-----Mais se propõe a aprovação em minuta.” -----

-----Normas Regulamentares do Concurso Nacional -----

-----de Poesia Prémio Cesário Verde-----

-----Quinta Edição -----

-----A Língua e a Literatura Portuguesa são a expressão mais alta da universalidade da nossa cultura. Preservá-las e incentivá-las, através do apoio aos escritores portugueses é defender a nossa identidade nacional, tarefa de que as Autarquias não podem eximir-se.-----

-----Por essa razão, a Câmara Municipal de Oeiras, realizará em mil novecentos e noventa e nove a quinta edição (bianual) do Concurso Nacional de Poesia - Prémio Cesário Verde que se destina a galardoar dois trabalhos de poesia de autores de Língua Portuguesa: Prémio de Poesia Cesário Verde e Prémio Revelação.-----

-----A escolha do patrono do Prémio é justificável, pela importância ímpar de Cesário Verde na nossa Literatura, e porque a sua vida decorreu em parte neste Concelho.-----

----- Um - O Prémio Cesário Verde tem o valor de um milhão de escudos. -----

----- Dois - O Prémio Revelação tem o valor de duzentos e cinquenta mil escudos, e distingue o trabalho de um jovem (idade inferior a trinta e cinco anos) com obra não publicada. -

----- Três - As obras concorrentes devem ser enviadas sob pseudónimo, acompanhadas de sobreescrito fechado/lacrado com o pseudónimo, título da obra e indicação do Prémio a que concorrem no exterior e os elementos pessoais de identificação do concorrente no interior. -----

----- Quatro - Só são admitidas a concurso obras inéditas. -----

----- Cinco - As obras concorrentes - tema livre - devem respeitar as seguintes características gráficas gerais: -----

----- a) ter entre trinta a quarenta páginas de texto, dactilografadas a dois espaços, em folhas formato A Quatro;-----

----- b) estar devidamente agrafadas e encapadas, mencionando na capa o título da obra, o pseudónimo do autor e a designação do prémio a que concorrem; -----

----- c) ser enviadas em número de quatro exemplares;-----

----- d) o não cumprimento das condições anteriores impõe a eliminação do concorrente. -

----- Seis - Os trabalhos a concurso podem ser enviados pelo correio para: -----

----- Câmara Municipal de Oeiras -----

----- Sector de Acção Cultural-----

----- Largo Marquês de Pombal -----

----- Dois Mil Setecentos e Oitenta Oeiras-----

----- ou entregues nas instalações do Sector da Acção Cultural, sito na Fundição de Oeiras - Edifício da Câmara Municipal de Oeiras. -----

----- Sete - O prazo de entrega dos originais concorrentes termina no dia doze de Março de mil novecentos e noventa e nove. No caso das obras enviadas pelo correio será considerada a data do carimbo dos C.T.T.. -----



CÓPIA

-----Oito - O Júri tem o prazo de três meses após a recepção dos originais, para deliberar sobre o vencedor. -----

-----Nove - Os prémios são anunciados pela Câmara Municipal de Oeiras até oito dias após a recepção da acta final do Júri. -----

-----Dez - O Júri é constituído por três escritores de reconhecido mérito e idoneidade indicados respectivamente pela Sociedade Portuguesa de Autores, por um dos patrocinadores e pela Câmara Municipal de Oeiras. O Presidente de Júri é um representante da Câmara sem direito a voto. -----

-----a) O Júri reúne nos serviços da Câmara, estabelecendo entre si o método de trabalho a seguir e designando um secretário que redigirá a acta. -----

-----b) As reuniões do Júri são secretas, deliberando em plena independência e liberdade de critério, sendo as declarações de voto registadas na acta final. -----

-----Onze - As deliberações do Júri são tomadas por unanimidade ou por maioria e delas não poderá haver recurso. -----

-----Doze - Apenas os subscritos lacrados relativos aos originais premiados são abertos.---

-----Treze - O Prémio não pode ser atribuído em “ex-aequo”, nem são atribuídas menções honrosas. -----

-----Catorze - O Júri não pode atribuir os Prémios se considerar que os trabalhos concorrentes não possuem qualidade bastante. -----

-----Quinze - A Câmara Municipal de Oeiras compromete-se a adquirir trezentos exemplares da obra contemplada com o Prémio de Poesia Cesário Verde, e cem exemplares da obra premiada com o Prémio Revelação. -----

-----Desasseis - As obras não premiadas podem ser levantadas pelos autores, na Câmara Municipal de Oeiras até dois meses após a divulgação dos prémios, prazo no fim do qual são destruídas. -----

----- Dezassete - Situações omissas no presente regulamento são resolvidas pela Câmara Municipal de Oeiras ouvido o Júri.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**22 - REGULAMENTO DAS CUSTAS DOS PROCESSOS TRIBUTÁRIOS - D.L. Nº. 29/98, DE 11
DE FEVEREIRO:**-----

-----I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“O Decreto-Lei número vinte e nove, de noventa e oito, de onze de Fevereiro que regulamenta as custas dos processos tributários, vem revogar e substituir o anterior regime constante do Decreto-Lei número quatrocentos e quarenta e nove, de setenta e um, de vinte e seis de Outubro, com o objectivo de harmonizar o regime da taxa de justiça aplicável na jurisdição comum e na jurisdição fiscal, sujeitando a este regime, no que à Administração Local diz respeito, os processos de execução fiscal e os processos de contra-ordenação. -----

-----O diploma em causa tem suscitado dúvidas de interpretação quanto aos limites mínimos da taxa de justiça a cobrar em processos de execução fiscal e é de aplicação difícil e controversa, uma vez que prevê um agravamento das custas superior a dois mil por cento, tendo sido, nos poucos municípios onde é aplicado, alvo de contestação e de recusa de pagamento. -----

-----Por razões de justiça e razoabilidade, não têm os serviços competentes deste município, aplicado os valores constantes do Decreto-Lei número vinte e nove, de noventa e oito, de onze de Fevereiro. -----

-----Na sequência do pedido de suspensão da aplicação do diploma em causa da Associação Nacional de Municípios, espera-se para breve, segundo informação daquela entidade, a publicação de um projecto de alterações ora sujeito a aprovação em Conselho de Ministros, que revê, designadamente, o valor das custas fixando o limite máximo que não poderá em qualquer caso ultrapassar o valor da quantia exequenda. -----

-----Prevê-se ainda que sejam reembolsados todos aqueles que pagaram custas e encargos ao abrigo do diploma em vigor, da diferença de valores fixados entre o Decreto-Lei número vinte e nove, de noventa e oito, e o diploma que o revoga. -----

----- Pelo exposto e tendo em conta que se prevê para breve a publicação das alterações ao regime das custas dos processos tributários, proponho que se continuem a cobrar os valores constantes do Decreto-Lei quatrocentos e quarenta e nove, de setenta e um, de vinte e seis de Outubro até à entrada em vigor do novo diploma.”-----

----- II - Submetida a proposta a votação, através de escrutínio secreto em que se verificaram dez votos a favor e uma abstenção foi a mesma aprovada, por maioria. -----

----- Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta.”-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**23 - Pº. 10/GPE/93 - RECUPERAÇÃO DO EDIFÍCIO DA BIBLIOTECA OPERÁRIA OEIRENSE
- APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS NORMAIS -
CP 02.03.02.04.: -----**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“Pela Fiscalização do Gabinete de Projectos Especiais foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos normais referente à empreitada de Recuperação do Edifício da Biblioteca Operária Oeirense, no valor de um milhão seiscentos e setenta e dois mil novecentos e sessenta escudos.-----

-----Os trabalhos foram executados de acordo com o caderno de encargos.-----

-----Assim, e em face do acima exposto, propõe-se:-----

-----Um - Que seja aprovado o presente auto de medição cujo valor total é de um milhão seiscentos e setenta e dois mil novecentos e sessenta escudos, ao qual se acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor cujo montante é de oitenta e três mil seiscentos e quarenta e oito escudos, totalizando a importância de um milhão setecentos e cinquenta e seis mil seiscentos e oito escudos, bem assim o sequente pagamento à firma A. Ludgero Castro, Limitada.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

24 - Pº. 71/GPE/91 - AMPLIAÇÃO DO POSTO DE OBSERVAÇÃO DO PUXA-FEIXE - APROVAÇÃO DO PROTOCOLO DE UTILIZAÇÃO PRECÁRIA DO ESPAÇO PARA A INSTALAÇÃO DO SANAS: -----

-----I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Solicitou esta Edilidade ao Ministério da Defesa Nacional, Direcção Geral de Infra-Estruturas, a ocupação do espaço designado por Posto de Observação do Puxa-Feixe, para a instalação do SANAS - Corpo de Voluntários Salvadores Nadadores, actualmente instalados no Forte de São Bruno. -----

-----À nossa solicitação, respondeu o Ministério da Defesa Nacional através do ofício número trinta e três mil e catorze, com a autorização de ocupação do espaço por um período de seis meses, renovável de comum acordo, mediante a celebração dum protocolo de utilização do referido Posto de Observação. -----

-----Neste sentido proponho:-----

-----A ratificação do protocolo sobre a utilização precária de espaço no Posto de Observação do Puxa-Feixe. -----

-----Cláusula Primeira-----

O Estado-Maior do Exército (EME), obtida a anuênciia prévia do Ministério da Defesa Nacional (MDN), autoriza, a título precário e gratuito, a Câmara Municipal de Oeiras (CMO) a utilizar, por período de seis meses, as instalações PM Cento e Um/Oeiras - Posto de Observação do Puxa-Feixe. -----

-----Cláusula Segunda-----

A utilização do espaço referido na cláusula anterior destina-se à instalação do SANAS - Corpo de Voluntários Salvadores Nadadores.-----

-----Cláusula Terceira-----

O prazo de utilização contado a partir da data de assinatura, é renovável por sucessivos períodos de dois meses, salvo indicação em contrário por parte do EME, com trinta dias de antecedência.

-----Cláusula Quarta-----

Para a utilização provisória das instalações do PM Cento e Um/Oeiras - Posto de Observação do Puxa-Feixe, a Câmara obrigar-se-á a assumir as responsabilidades administrativa, funcional, de segurança e manutenção das instalações. -----

-----Cláusula Quinta-----

Constituem encargos da CMO, na área que é objectivo deste protocolo:-----

- a. As despesas de manutenção das infra-estruturas e equipamentos;-----
- b. As despesas com eventuais obras de adaptação, as quais deverão ser antecipadamente provadas pelo EME; -----
- c. Todas as despesas de funcionamento das instalações, incluindo, energia, água, esgotos, telefones, bem como, encargos de arranjo e manutenção das áreas descobertas;-----

-----Cláusula Sexta-----

Um. O presente protocolo poderá ser denunciado pelo primeiro outorgante sem que haja direito a qualquer indemnização, nas seguintes circunstâncias: -----

- a. Quando o imóvel for utilizado pelo segundo outorgante para fim diferente daquele a que se destina;-----
- b. Quando se verificar manifesto desrespeito pelo estabelecido na cláusula quarta.-----

Dois. O presente protocolo poderá ser denunciado pelo segundo outorgante sem que haja direito a qualquer indemnização, nas seguintes circunstâncias: -----

- a. Se cessarem as razões e a necessidade de utilização do imóvel por parte da CMO, comprometendo-se o segundo outorgante a comunicar a denúncia com antecedência mínima de trinta dias. -----

-----Cláusula Sétima-----



CÓPIA

O presente protocolo poderá ser revisto a todo o tempo desde que, para o efeito, haja acordo de ambos os outorgantes.

-----Cláusula Oitava-----

Logo que terminado o prazo de vigência, nos termos da Cláusula Terceira, a CMO procederá à entrega do PM Cento e Um/Oeiras - Posto de Observação do Puxa-Feixe, em bom estado de conservação, limpeza e funcionalidade, por forma a permitir a sua imediata ocupação/utilização.

-----Cláusula Nona-----

-----A CMO assume as responsabilidades inerentes aos eventuais danos ou custos derivados de não libertação das instalações objecto deste protocolo no prazo previsto na Cláusula Terceira, ou da libertação sem as condições indicadas na Cláusula Oitava.-----

-----Cláusula Décima-----

O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto, bem como aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**25 - ORDENAMENTO DO BAIRRO DE LEIÃO - APROVAÇÃO DO PROJECTO DE
LOTEAMENTO DA ZONA DE GÉNESE ILEGAL - CP 05.04.07.01.: -----**

-----I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“O Bairro de Leião está englobado numa área de intervenção mais vasta com cerca de vinte e dois vírgula dois hectares e que a Câmara se propõe ordenar e recuperar através do Gabinete de Projectos Especiais. -----

-----Incluída nesta área, encontra-se uma mancha urbana de Génese Ilegal consolidada que será objecto de loteamento. Esta área estende-se por cinco vírgula zero sete hectares. -----

-----É precisamente esta zona que já foi alvo de uma série de intervenções tendo por finalidade dotá-la de alguma homogeneidade e ambiente urbano qualificado e que será alvo de loteamento. -----

-----Abrangendo os artigos cadastrais números quinhentos e quinze, quinhentos e dezasseis, quinhentos e dezassete, um/quinhentos e dezoito, três/quinhentos e dezoito, um/quinhentos e vinte e um contêm noventa e oito lotes, estando já setenta e oito dos mesmos construídos.-----

-----Estes lotes são objecto de um regulamento específico que acompanha este projecto de loteamento e que pretende regulamentar toda a mancha de intervenção bem como integrá-la e relacioná-la com a envolvente.-----

-----Atendendo ao exposto e visando a regularização do processo de ordenamento e recuperação do Bairro de Leião, propõe-se:-----

----- Que a Câmara aprove a presente proposta do Projecto de Loteamento e Regulamento do Bairro de Leião.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

26 - PAGAMENTO DE FACTURA AOS CTT:-----

-----I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Propõe-se o pagamento da factura número oitenta e um milhões trezentos e onze mil duzentos e dezassete, no valor de cento e noventa mil duzentos e oitenta escudos, referente ao mailing enviado no mês de Março passado, sendo este o seguinte:-----

-----Correspondência endereçada:-----

-----Boletim Municipal número oitenta e um (Janeiro / Fevereiro de noventa e oito)-----

-----Data de entrega - três de Março de noventa e oito -----

-----Quantidade - dois mil seiscentos e oitenta exemplares -----

-----Peso - cento e cinco gramas - setenta e um escudos por cada exemplar.-----

-----Total absoluto - cento e noventa mil duzentos e oitenta escudos.-----

-----Propõe-se a aprovação desta parte da acta em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

27 - ATRIBUIÇÃO DE ABONO PARA FALHAS - FIXAÇÃO DE CAUÇÃO: -----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- “Por meu despacho de catorze de Fevereiro de mil novecentos e noventa e dois, foi autorizado o abono para falhas aos funcionários, agentes e contratados que se encontram nas condições previstas no número quatro, do artigo dezassete, do Decreto-Lei duzentos e quarenta e sete, de oitenta e sete, de dezassete de Junho. -----

----- Encontrando-se os responsáveis pelo manuseamento dos fundos permanentes, Paula Nunes; Doutor Nuno Castro; Salvador Pinteus; Carlos Neves; Conceição Lança; Doutora Maria Conceição André; Filipe Lourenço Martins; Clarinda Vidal; Dinarte Rica; Domingos Antunes; Catarina Relvas; Teresa Ferreira; Carla Moura Dias; Engenheiro João Alpoim; Guilhermina Mendes, nas referidas condições por manusear dinheiro de montante igual ou superior a quinhentos contos, anualmente, proponho:-----

----- Seja pago aos funcionários em causa o abono para falhas no valor correspondente a cinco por cento do vencimento ilíquido, mediante a apresentação de caução no montante de cinquenta mil escudos.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

28 - ANULAÇÃO DE DÉBITO EM NOME DE ARMANDO SANTOS AIRES E OTELO DA PURIFICAÇÃO BATISTA: -----

-----I - O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---

-----“Através das guias de receita virtual números trezentos e vinte e seis/H zero sete e trezentos e trinta e dois/H zero sete, de onze de Maio de noventa e oito, foram debitadas ao Tesoureiro as taxas de ocupação relativas ao mês de Maio de noventa e oito, das lojas/talho número onze e número três, no Mercado Municipal de Paço de Arcos em nome de Armando Santos Aires e de Otelo da Purificação Batista, no valor total de cinquenta e cinco mil e oitenta escudos. ---

-----Porque as referidas taxas de ocupação foram pagas através das guias de receita eventual mil quatrocentos e vinte e seis/H zero sete e mil quatrocentos e vinte e sete/H zero sete, de seis de Maio de noventa e oito, propõe-se a anulação dos referidos débitos.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

29 - PROCESSO DISCIPLINAR Nº. 6/98 INSTAURADO A JOSÉ ANTÓNIO PIRES DE ASSUNÇÃO COSTA:-----

-----I - O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---

-----“Um. Por despacho de cinco de Agosto de mil novecentos e noventa e sete, determinei a instauração de um processo de inquérito, visando averiguar os factos relatados pelo Engenheiro Mecânico Paulo Riscado. Por Informação número cinquenta, de noventa e sete, da Divisão de Viaturas e Equipamento, participou o ocorrido na noite de vinte e três para vinte e quatro de Julho de mil novecentos e noventa e sete, dentro do parque das Oficinas Municipais, com a viatura XE-dezassete-oitenta e oito conduzida pelo o Senhor José António Pires de Assunção Costa, encarregado do serviço de recolha nocturna, que ao efectuar uma manobra de marcha atrás embateu nas bombas de combustível e provocou graves danos. Designei Inquiridor o Doutor Rui Duque. -----

-----São antecedentes os seguintes factos: em vinte e quatro de Junho de noventa e sete, o participante acima identificado, relatou que “na noite de vinte e três de Julho de noventa e sete para vinte e quatro de Julho de noventa e sete com a viatura XE-dezassete-oitenta e oito conduzida pelo encarregado afecto à DHP - Divisão de Higiene Pública, Senhor António Costa, ao efectuar uma manobra de marcha atrás, dentro do parque das Oficinas Municipais, abalroou as bombas de combustível, tendo danificado a mesma e causando danos graves” e “(...) durante o período de inoperacionalidade da bomba, o abastecimento dos carros foi efectuado no exterior o que custou à Câmara mais sete escudos por litro.”-----

-----Juntou em anexo, relatório do Senhor José António Pires de Assunção Costa, encarregado afecto à DHP - Divisão de Higiene Pública, do Senhor Sousa vigilante da Servisegura e a Informação subscrita pela Engenheira do Ambiente Ana Vieira da DHP - Divisão de Higiene Pública.-----

----- Do relatório elaborado pelo encarregado, António Costa consta que, “Devido às obras nas Oficinas há pouco espaço de manobra. E apesar de haver indicações de «proibido estacionar» as viaturas Opel Corsa noventa e sete-sessenta e dois-FA e Peugeot UI-setenta e um-dez estavam nas zonas das bombas, pelo que, ao fazer uma manobra de marcha atrás com a viatura XE-dezassete-oitenta e oito danifiquei parte da bomba de gasóleo e as luzes traseiras da viatura XE-dezassete-oitenta e oito e pára-choques traseiro.” -----

----- Na Informação Interna de Ocorrências número oitocentos e sessenta e um, da Servisegura, datada de vinte e quatro de Julho de noventa e sete o vigilante Sousa, a prestar serviço nas Oficinas Municipais confirmou o ocorrido na noite de vinte e quatro de Julho de noventa e sete , pelas seis horas e trinta minutos, dizendo que, “o Senhor Costa ao tentar tirar a sua viatura onde estava estacionada bateu contra as bombas de gasolina danificando-as. Informo também que o acidente se deu devido à seguinte viatura noventa e sete-sessenta e dois-FA estar mal estacionada.” -----

----- Em vinte e cinco de Julho de noventa e sete, a Engenheira Ana Vieira, da DHP-Divisão de Higiene Pública, confirmou que, “o funcionário António Costa, encarregado do serviço da recolha nocturna, ao fazer marcha atrás com a viatura XE-dezassete-oitenta e oito embateu na bomba de gasóleo das oficinas, tendo-a danificado.” -----

----- Dois. Em sede do processo de inquérito foram ouvidos:-----

----- Em vinte e nove de Setembro de mil novecentos e noventa e sete, o participante Engenheiro Paulo Riscado confirmando o teor da sua participação datada de vinte e quatro de Julho de noventa e sete, sobre o acidente provocado pela viatura XE-dezassete-oitenta e oito, que havia abalroado parte das bombas de combustível no parque das Oficinas Municipais. -----

----- Em um de Outubro de mil novecentos e noventa e sete, o Senhor António Pires de Assunção Costa, na qualidade de participado disse, “devido às obras no recinto das Oficinas, as viaturas encontravam-se estacionadas em local diferente do habitual, excepção não foi a viatura



CÓPIA

por si conduzida, com a matrícula XE-dezassete-oitenta e oito, que estava próxima das bombas de combustível, a cerca de vinte metros. No entanto encontrava-se estacionado em local proibido a viatura Opel Corsa com a matrícula noventa e sete -sessenta e dois-FA, logo, ao efectuar a manobra de marcha-atrás e após tomadas todas as precauções, iniciei a referida manobra. Contudo, refere que a visibilidade da viatura por si conduzida era reduzida, quando se apercebe que estava muito próxima da viatura mal estacionada, desviou a sua marcha de modo a não bater naquela, quando efectuava a referida manobra não se apercebeu que se encontrava muito junto das bombas nas quais embateu.”-----

-----Porém referiu “não ter embatido nas bombas em si, mas sim nos filtros que estão juntos das mesmas, o que os danificou” que “aqueles se dobraram e estalaram, provocando a paragem das bombas durante um ou dois dias para reparação.”-----

-----Afirmou “ter tomado as diligências necessárias para evitar o sucedido, o que aconteceu foi por ser noite, ter má visibilidade e sobretudo pelo estacionamento incorrecto da viatura referida” e que, “após dois dias do sucedido se deslocou ao local juntamente com o Senhor Doutor José Eduardo Costa e que a mesma viatura lá se encontrava estacionada em local que é proibido estacionar, conforme é visível pelo sinal aposto.”-----

-----Por fim disse que, “estas situações sucedem devido à falta de estacionamento e parqueamento para as viaturas municipais.” -----

-----Três. Resultou dos factos apurados em sede de inquirição que:-----

-----Na noite de vinte e três de Julho de noventa e sete para vinte e quatro de Julho de noventa e sete, o trabalhador António Pires de Assunção Costa, encarregado do serviço de recolha nocturna da Divisão de Higiene Pública, ao efectuar uma manobra de marcha atrás dentro do parque das Oficinas Municipais, com a viatura XE-dezassete-oitenta e oito, embateu nas bombas de combustível;-----

-----Com o embate os filtros das bombas de combustível dobraram e estalaram,

originando a paragem das bombas durante alguns dias para reparação; -----

----- O período de inoperacionalidade das bombas acarretou para a Câmara Municipal de Oeiras um acréscimo dos custos diários com o combustível.-----

----- Em função dos factos apurou-se existir matéria para processo disciplinar no respeitante ao trabalhador António Pires de Assunção Costa, por violação do dever de zelo e pelo não exercício das suas funções com eficiência e correcção pois ao embater nas bombas de combustível, danificou os tubos, tendo provocado a paragem das mesmas e um consequente aumento dos custos diários com o combustível para a Câmara Municipal de Oeiras, pelo que se converteu o processo de inquérito em disciplinar.-----

----- Quatro. Em três de Março de mil novecentos e noventa e oito, determinei a instauração de processo disciplinar, tendo designado instrutor o Senhor Doutor Rui Duque. -----

----- Cinco. Enquanto diligências instrutórias solicitou-se, em três de Março de mil novecentos e noventa e oito, à chefe da Secção de Remunerações e Abonos, da Divisão de Gestão de Recursos Humanos, o envio do certificado de registo disciplinar nos termos do artigo quinquagésimo quinto, do Estatuto Disciplinar, tendo sido junto aos autos em seis de Março de noventa e sete. -----

----- Do registo biográfico do arguido consta ser este um individuo de quarenta e sete anos de idade, com habilitações literárias ao nível do curso geral. Tendo em um de Agosto de noventa e quatro sido admitido por esta Câmara Municipal de Oeiras, com contrato a termo certo, como encarregado dos Serviços Higiene e Limpeza, para a Divisão de Higiene Pública, não existindo qualquer antecedente disciplinar.-----

----- Seis. Concluída a instrução preparatória, acusou-se o arguido - contratado a termo certo, pela Câmara Municipal de Oeiras, nos termos do Decreto Lei número quatrocentos e vinte e sete, de oitenta e nove, de sete de Dezembro (número três, dos artigos décimo quarto e décimo oitavo) - de violação do dever de zelo nos termos das alíneas b) e e), do número um, do artigo



CÓPIA

vigésimo, do Decreto-Lei quarenta e nove mil quatrocentos e oito, de vinte e quatro de Novembro de mil novecentos e sessenta e nove (LCT - Lei do Contrato de trabalho). -----

-----O arguido na noite de vinte e três para vinte e quatro de Julho de mil novecentos e noventa e sete, ao efectuar uma manobra de marcha-atrás, dentro do parque das Oficinas Municipais com a viatura XE-dezassete-oitenta e oito embateu nas bombas de combustível. -----

-----O embate danificou os filtros das bombas de combustível - dobraram e estalaram - o que originou a paragem das bombas durante alguns dias para reparação. -----

-----O período de inoperacionalidade das bombas acarretou para a Câmara Municipal de Oeiras um acréscimo dos custos diários com o combustível. -----

-----A conduta do arguido consubstancia a violação do dever de zelo, por não “velar pela conservação e boa utilização dos bens relacionados com o seu trabalho, que lhe foram confiados pela entidade patronal” previsto nos termos das alíneas b) e e), do número um, do artigo vigésimo, do Decreto Lei quarenta e nove mil quatrocentos e oito, de vinte e quatro de Novembro de mil novecentos e sessenta e nove, punida nos termos da alínea b), do número um, do artigo vigésimo sétimo, do citado Diploma, com pena de repreensão escrita. -----

-----Em nove de Março de mil novecentos e noventa e oito, procedeu-se à notificação do arguido, por carta registada com aviso de recepção, nos termos do artigo trigésimo primeiro, do Decreto-Lei número quarenta e nove mil quatrocentos e oito, de vinte e quatro de Novembro de mil novecentos e sessenta e nove, fixou-se em cinco dias o prazo para, querendo, consultar o processo e responder à nota de culpa, deduzindo por escrito os elementos que considere relevantes para o esclarecimento dos factos e da sua participação nos mesmos, podendo arrolar testemunhas, juntar documentos para o esclarecimento da verdade.-----

-----O arguido não apresentou resposta à nota de culpa, não aproveitando a faculdade que lhe foi conferida nos termos do artigo trigésimo primeiro, do Decreto-Lei número quarenta e nove mil quatrocentos e oito, de vinte e quatro de Novembro.-----

----- Sete. Conclusões e proposta da pena: -----

----- Consideram-se provados factos alegados na nota de culpa :-----

----- Na noite de vinte e três para vinte e quatro de Julho de mil novecentos e noventa e sete, o arguido quando efectuava uma manobra de marcha-atrás embateu nas bombas de combustível; -----

----- Com o embate os filtros das bombas dobraram e estalaram, provocando a paragem daquelas por alguns dias para reparação;-----

----- O período de inoperacionalidade das bombas acarretou para a Câmara Municipal de Oeiras um acréscimo dos custos diários com o combustível.-----

----- Em face do exposto, ficou provada a conduta negligente do motorista e arguido nos autos, José António Pires de Assunção Costa, por não ter tomado todas as diligências devidas ao realizar a manobra que veio a originar os danos em causa. -----

----- Ora, age com negligência quem “(...) sendo obrigado e capaz de o fazer, não procede com o cuidado normalmente exigível e assume uma conduta censurável (...)”, Eduardo Correia, Direito Criminal um.-----

----- Verificou-se, assim, na conduta do arguido a omissão do dever de zelo, a que está adstrito enquanto trabalhador. -----

----- Proposta da pena:-----

----- O comportamento do arguido consubstancia a violação do zelo (conforme estipulado das alíneas b) e e), do número um, do artigo vigésimo, do Decreto-Lei número quarenta e nove mil quatrocentos e oito, de vinte e quatro de Novembro de mil novecentos e sessenta e nove), incorrendo em responsabilidade disciplinar. -----

----- Contudo e atendendo ao arguido não ter quaisquer antecedentes disciplinares (conforme consta do registo biográfico), à função que desempenha como encarregado dos serviços de higiene e limpeza e ao facto de no local do acidente se encontrar uma viatura



CÓPIA

indevidamente estacionada, que dificultava a execução da manobra (conforme consta de declarações do arguido e Informação Interna número oitocentos e sessenta e um, do vigilante Sousa). -----

----- Assim, perante o exposto proponho como medida de pena adequada para satisfazer os fins das penas - reprovação e prevenção - a pena disciplinar de repreensão escrita nos termos do disposto na alínea b), do número um, do artigo vigésimo sétimo, do Decreto-Lei número quarenta e nove mil quatrocentos e oito, de vinte e quatro de Novembro de mil novecentos e sessenta e nove.” -----

----- II - Submetida a proposta a votação, através de escrutínio secreto em que se verificaram dez votos a favor e uma abstenção, foi a mesma aprovada, por maioria. -----

----- Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

30 - PROCESSO DISCIPLINAR Nº. 13/98 INSTAURADO A MARCO ALEXANDRE CONCEIÇÃO VIEIRA: -----

-----I - O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---

-----“Um - Por despacho de dezassete de Abril de noventa e oito, e reportando ao auto por falta de assiduidade elaborado pela participante Engenheira do Ambiente Ana Vieira, da Divisão de Higiene Pública, determinei a instauração de um processo disciplinar ao cantoneiro de limpeza contratado a termo certo, Marco Alexandre Conceição Vieira, por falta de assiduidade - vinte e uma ausências injustificadas ao trabalho desde o dia dezenove de Março a oito de Abril de mil novecentos e noventa e oito. Foi nomeado instrutor do processo disciplinar o Doutor Rui Duque, da Divisão de Gestão de Recursos Humanos. -----

-----Em vinte e um de Abril de noventa e oito foi-me comunicado o início do processo e notificou-se o participante e o arguido para os mesmos efeitos. -----

-----Em vinte e quatro de Abril de mil novecentos e noventa e oito foi solicitado, à Chefe da Secção de Remunerações e Abonos, da Divisão de Gestão de Recursos Humanos o certificado de registo disciplinar do arguido, dele constando ser trabalhador da Câmara Municipal de Oeiras desde dois de Fevereiro de mil novecentos e noventa e oito, ter faltado injustificadamente ao serviço no período referido, situação que se prolongou em todo o mês de Abril e não ter antecedentes disciplinares. -----

-----Dois. Em vinte e sete de Abril de mil novecentos e noventa e oito foi elaborada e enviada Nota de Culpa ao arguido, Marco Alexandre Conceição Vieira, comunicando ser intenção da Câmara Municipal de Oeiras proceder ao seu despedimento com justa causa por razão das suas faltas injustificadas ao serviço e nos termos do disposto no número um, do artigo décimo, do Decreto-Lei sessenta e quatro-A, de oitenta e nove, de vinte e sete de Fevereiro. -----

-----Computaram-se até essa data todas as quarenta faltas seguidas e compreendidas entre

o início da ausência injustificada ao serviço, dezanove de Março de mil novecentos e noventa e oito, e a data do envio da nota de culpa, vinte e sete de Abril de mil novecentos e noventa e oito.

----- Praticou o arguido a infracção disciplinar prevista na alínea g), do número dois, do artigo nono, do Decreto-Lei sessenta e quatro-A de oitenta e nove, e vinte e sete de Fevereiro, violação do dever de assiduidade, a qual é sancionada com despedimento com justa causa. A conduta do arguido pela sua gravidade e consequências torna imediata e praticamente impossível a subsistência da relação de trabalho.-----

----- Estabeleceu-se na nota de culpa o prazo de cinco dias úteis para o arguido apresentar a sua defesa escrita. -----

----- Três. Regularmente citado para responder à nota de culpa, nos termos do artigo décimo, número um, do Decreto-Lei sessenta e quatro-A, de oitenta e nove, de vinte e sete de Fevereiro e sob cominação da falta de resposta dentro do prazo legal equivaler à efectiva audiência do arguido, apresentou o arguido a sua defesa em sete de Maio de mil novecentos e noventa e oito, alegando que as faltas dadas ao serviço se deveram ao facto de ter estado preso na Casa de Reclusão de Elvas desde vinte e cinco de Março até vinte e quatro de Abril e não ter comunicado tais factos à Câmara Municipal de Oeiras “(...) porque foi tudo muito rápido e eu não esperava que tal acontecesse (...). Mais dizendo que, não se apresentou ao serviço por não se encontrar bem psicologicamente e por falta de informação. Juntou à sua resposta à nota de culpa uma notificação (dirigida ao arguido!) da Casa de Reclusão de Elvas, informando-o que se encontra e até à data de vinte e cinco de Maio de mil novecentos e noventa e oito em Liberdade Condicional, com as consequências de “Nesse período desempenhará na sua unidade o serviço que lhe competir, com todos os direitos e regalias correspondentes ao serviço efectivo, mas ficando sujeito às obrigações fixadas na lei regulamentar, e que a Liberdade Condicional poderá ser revogada se entretanto revelar que não se encontra corrigido ou adaptado à disciplina.”. Tem a Notificação a data de vinte e quatro de Abril de mil novecentos e noventa e oito. Apresentou o



CÓPIA

arguido na mesma data um “Passaporte de Licença”, datado de vinte e quatro de Abril de noventa e oito, referindo estar o soldado Marco Alexandre da Conceição Vieira, em gozo de férias desde vinte e cinco de Abril de mil novecentos e noventa e oito e por trinta dias. -----

----- Considera-se provado o alegado na nota de culpa de, o arguido ter praticado, desde dezanove de Março de mil novecentos e noventa e oito e até à acusação, quarenta faltas seguidas e injustificadas ao serviço, sendo que e até à presente data continua ausente do serviço na Câmara Municipal de Oeiras. Tal ausência consubstancia a violação do dever de assiduidade - dever de comparecer regular e continuamente ao serviço e sendo a consequência e sanção o despedimento com justa causa do trabalhador, nos termos do artigo nono, número dois, alínea g), do Decreto-Lei sessenta e quatro-A, de oitenta e nove, de vinte e sete de Fevereiro. -----

----- A defesa apresentada pelo arguido em resposta à nota de culpa, não é de todo admissível em sede de justificação das faltas, quer por a prisão militar do trabalhador não ser motivo que converta as faltas dadas ao serviço em faltas justificadas e, mesmo que o fosse, seria sempre necessário que o trabalhador tivesse comunicado, nos termos do artigo vigésimo quinto, do Decreto-Lei oitocentos e setenta e quatro, de setenta e seis de vinte e oito de Dezembro, à sua entidade patronal o motivo das suas faltas injustificadas ao serviço. -----

----- Ademais o arguido não se apresentou no seu local de trabalho logo após ter saído do Estabelecimento de Reclusão, em vinte e quatro de Abril do corrente ano, para o que não apresentou qualquer justificação credível, mantendo-se actual a situação de ausência injustificada ao serviço. -----

----- Ainda e de acordo com os documentos apresentados o arguido é um militar em gozo de licença ou em liberdade condicional de crime militar cometido, tal facto demonstra a grave negligência do arguido, mesmo comportamento doloso, por ter realizado contrato de trabalho com a Câmara Municipal de Oeiras, omitindo a sua condição de militar e posteriormente ausentando-se do seu trabalho sem qualquer comunicação ou justificação, devendo tal

comportamento ser punido em sede disciplinar com despedimento com justa causa do arguido nos termos do previsto no número um, do artigo nono, do Decreto-Lei número sessenta e quatro-A, de oitenta e nove, de vinte e sete de Fevereiro. -----

----- Propõe-se assim como sanção adequada, atenta a gravidade da infracção, a pena de despedimento com justa causa do trabalhador contratado a termo, Marco Alexandre Conceição Vieira, nos termos do previsto no número um e na alínea g), do número dois, do artigo nono, do Decreto-Lei sessenta e quatro-A, de oitenta e nove, de vinte e sete de Fevereiro, por conduta grave, culposa e reiterada, violadora do dever de assiduidade e confiança, inviabilizando a subsistência da relação de trabalho.” -----

----- II - Submetida a proposta a votação, através de escrutínio secreto em que se verificaram onze votos a favor, foi a mesma aprovada, por unanimidade. -----

----- Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

31 - PEDIDO DE PAGAMENTO DAS TAXAS DE LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE E OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA, FORMULADO POR PALETA - PROMOÇÃO E PUBLICIDADE, LIMITADA: -----

-----I - O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“Através do requerimento registado sob o número oito mil trezentos e trinta e seis, de noventa e oito, a firma Paleta - Promoção e Publicidade, Limitada, solicita o pagamento das taxas de publicidade e ocupação da via pública com painéis publicitários, no valor de um milhão quinhentos e seis mil setecentos e vinte escudos, em duas prestações mensais. -----

-----No artigo décimo quinto, do regulamento anexo à tabela de taxas está previsto o pagamento das taxas de publicidade e ocupação da via pública em prestações com os seguintes condicionamentos:-----

----- - O valor das taxas ser superior a duzentos mil escudos; -----

----- - O número de prestações não ser superior a quatro; -----

----- - O valor de cada prestação não ser inferior a cem mil escudos; -----

----- - A periodicidade entre cada prestação não ser superior a três meses.-----

-----Em face do que antecede, propõe-se que a Câmara autorize o pagamento das taxas do licenciamento da publicidade em duas prestações no valor de setecentos e cinquenta e três mil trezentos e sessenta escudos cada, mensais e seguidas, acrescidas dos juros devidos em relação às prestações em dívida, sendo a primeira paga em Junho, implicando o não pagamento de uma prestação no prazo estabelecido o vencimento das restantes.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

32 - FESTAS DO CONCELHO - FOGO DE ARTIFÍCIO E ILUMINAÇÕES FESTIVAS - CP

08.01.07.08.: -----

----- I - O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---

----- “As Festas do Concelho encerram, tradicionalmente, com um espectáculo de Fogo de Artifício a ser lançado da Praia de Algés, programado este ano para o dia vinte e um de Junho, às vinte e quatro horas. -----

----- No sentido de garantir um espectáculo de qualidade que dignifique o Concelho, foram feitas consultas às seguintes firmas da especialidade: -----

----- - Libório - Fogo de Artifício - Lanhelas - quatro milhões setecentos e cinquenta mil escudos com IVA incluído -----

----- - Almeida e Oliveira, Limitada - seis milhões e quinhentos mil escudos com IVA incluído -----

----- - Casa do Marquês - seis milhões e quinhentos mil escudos com IVA incluído. -----

----- Devido à garantia de qualidade e eficiência dos trabalhos anteriormente apresentados e porque o orçamento inclui um serviço de ceia para duzentas pessoas, optou-se pela Casa do Marquês para a execução deste serviço visto reunir as melhores condições. -----

----- Assim, propõe-se: -----

----- Que seja aprovada a adjudicação à Casa do Marquês, pela realização do espectáculo de Fogo de Artifício e serviço de ceia pelo valor de seis milhões e quinhentos mil escudos, ao abrigo do Decreto-Lei número cinquenta e cinco, de noventa e cinco, de vinte e nove de Março, artigo trigésimo sexto, ponto um, alínea d), com alterações introduzidas pelo Decreto-Lei número oitenta, de noventa e seis, de vinte e um de Junho, artigo trigésimo primeiro, ponto sete.

----- Que esta proposta seja aprovada em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

33 - FESTAS DO CONCELHO - MARCHAS POPULARES - DELIBERAÇÃO TOMADA EM 13-

5-98 - PONTO 26 - CP 02.01.13.04.: -----

-----I - O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---

-----“Em aditamento à proposta número mil cento e sete, de noventa e oito, de treze de Maio, ponto vinte e seis, propõe-se que seja cancelada a atribuição do subsídio para organização de Marcha Popular, à Sociedade de Instrução Musical de Porto Salvo, face ao facto da referida Sociedade, ter enviado a esta Câmara Municipal um ofício datado de sete de Maio, informando a sua indisponibilidade para participar nos desfiles previstos de Marchas Populares, por falta de adesão de participantes. -----

-----Mais se propõe a aprovação em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

34 - PUBLICAÇÃO DO CATÁLOGO “VIAGEM PELAS LENDAS DO CONCELHO DE OEIRAS” - DELIBERAÇÃO DE 8/5/98 - PONTO 59 - CP 02.01.07.38.: -----

-----I - O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---

-----“No âmbito do encerramento do Segundo Ciclo de Estudos Oeirenses, subordinado ao tema “Portugal, Homens, Mitos e Utopias”, levou-se a cabo uma investigação sobre as lendas do Concelho de Oeiras, com o objectivo de realizar a exposição que esteve patente na Biblioteca Municipal de Oeiras e que agora se encontra em itenerância pelas várias escolas do concelho.”---

-----Por lapso, na proposta de deliberação número setecentos e noventa e quatro, de noventa e oito, de oito de Abril - ponto cinquenta e nove, não veio referido o valor do IVA, pelo que se solicita o aditamento à proposta supra citada para inclusão do IVA (duzentos e trinta e um mil e duzentos escudos), ficando estabelecido o valor final em um milhão quinhentos e noventa e um mil e duzentos escudos, correspondendo este valor a um milhão trezentos e sessenta mil escudos, mais IVA.-----

-----Mais se propõe a aprovação em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

35 - FESTAS DO CONCELHO - SUBSÍDIOS DE APOIO - DELIBERAÇÃO DE 29-4-98 - PONTO

35 - CP 02.02.13.04.: -----

----- I - O Senhor Vereador Arnaldo Pereira apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Em reunião de Câmara de vinte e nove de Abril próximo passado, ponto trinta e cinco, foi deliberado a atribuição de comparticipações financeiras a conceder às entidades organizadoras de iniciativas que serão integradas nas Festas do Concelho. -----

----- Neste sentido, foi concedido uma comparticipação no valor de duzentos mil escudos, à Associação Desportiva de Oeiras para organização da Quinta Taça Vila de Oeiras em Patinagem Artística. -----

----- Em aditamento à referida deliberação, propõe-se que a comparticipação financeira aprovada seja processada à Federação Portuguesa de Patinagem em detrimento da Associação Desportiva de Oeiras, para despesas referentes à organização do evento, as quais serão da responsabilidade da Federação Portuguesa de Patinagem.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**36 - PROJECTO MULTICULTURAL INTEGRADO NO SEGUNDO DIA DA CULTURA
AFRICANA - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO “O REGRESSO DAS
CARAVELAS - CP 03.02.13.05.: -----**

-----I - A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta: -

-----“Serve a presente proposta e de acordo com antecedentes focados na informação número noventa e dois, de noventa e oito, do gabinete de Apoio à Juventude, submeter à aprovação do Executivo a atribuição de um subsídio no valor de cento e cinquenta mil escudos, à “Associação Regresso das Caravelas”, para apoio ao projecto multicultural, que decorrerá no dia dezasseis de Maio de mil novecentos e noventa e oito, integrado no Segundo Dia da Cultura Africana, na Zona Ribeirinha de Algés, festa promovida pela RDP-África e que reunirá cerca de dez mil amigos de África. -----

-----A presença da Associação nesta Festa, faz-se sentir em duas vertentes de actividades:

-----Espectáculos tradicionais. -----

-----Ateliers culturais. -----

-----Actividades orientadas para promover a interactividade com o visitante, promovendo a experimentação e o contacto com novas realidades, num profundo trabalho de educação multicultural, com particular destaque para as camadas juvenis.-----

-----Mais se propõe a aprovação em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

37 - PROGRAMA DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À COOPERATIVA DE HABITAÇÃO ECONÓMICA NOVA MORADA, CRL - JOGOS NACIONAIS DAS COOPERATIVAS - CP 02.02.13.01.: -----

-----I - O Senhor Vereador Arnaldo Pereira apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“A Cooperativa de Habitação Económica Nova Morada, Cooperativa de Responsabilidade Limitada encontra-se filiada na Federação Nacional das Cooperativas de Habitação, entidade que organiza anualmente os Jogos Nacionais das Cooperativas, evento de nível nacional, a realizar este ano de dez a doze de Junho, na cidade da Maia. Após realização dos apuramentos regionais, a Cooperativa, única representativa do Concelho, irá participar com cerca de setenta participantes nas modalidades de Futsal, Ténis de Mesa, Ténis de Campo, Pesca Desportiva e Xadrez. -----

-----Desta forma, dado o espírito que envolve a realização dos jogos, e sendo este um evento de nível nacional propõe-se a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de cento e cinquenta mil escudos , no sentido de ajudar às despesas de deslocação inerentes à participação nos jogos.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

38 - APOIO A PROJECTO DE INTERCÂMBIO ESCOLAR - CP 01.05.13.18.:-----

-----I - A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta: -

-----“Um - Introdução -----

-----De acordo com os critérios da Câmara Municipal de Oeiras são alvo de apoio específico os programas de intercâmbio escolar desenvolvidos pelas escolas do concelho.-----

-----O apoio da Câmara traduz-se, nomeadamente, na cedência de diverso material e documentação alusivos ao Concelho, assim como na comparticipação nas despesas inerentes ao acolhimento das delegações das escolas visitantes ou à deslocação das escolas do Concelho, funcionando estas como suas verdadeiras embaixadoras.-----

-----Dois - Proposta-----

-----Feita a análise dos projectos apresentados, inseridos no Plano Global de Actividades de cada escola, propõe-se: -----

-----Dois.um - A concessão dos apoios às seguintes escolas, como apoio aos programas de intercâmbio desenvolvidos:-----

-----Dois.um.um - EB Dois, Três de Miraflores: trezentos e cinquenta mil escudos -----

-----Dois.um.dois - EB Dois, Três de Caxias: duzentos mil escudos -----

-----Dois.um.três - EB Dois, Três Professor Noronha Feio: duzentos e cinquenta mil escudos -----

-----Escola Secundária de Linda-a-Velha: cinquenta mil escudos -----

-----EB Um de Oeiras Número Três: cinquenta mil escudos.-----

-----Dois.dois - Cabimento contabilístico no valor de novecentos mil escudos.-----

-----Dois.três - Comunicação às escolas -----

-----Dois.quatro - Aprovação em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

39 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO NACIONAL PARA A MEDIAÇÃO FAMILIAR - PORTUGAL (ANMF) - CP 03.04.13.09.: -----

-----I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Um - Introdução -----

-----A Associação Nacional para a Mediação Familiar (ANMF) é uma associação que actua no âmbito da mediação familiar como método de normalização consensual dos conflitos internos da família, actuação que é efectuada de forma multidisciplinar, na medida em que integra profissionais de várias áreas como magistrados, advogados e psicólogos. -----

-----A ANMF possui uma lista de mediadores qualificados tecnicamente para a prática da mediação familiar, assegura aos seus associados um serviço regular de supervisão técnica e promove acções de formação de mediadores.-----

-----No âmbito do seu programa de acções a ANMF realizou nos dias sete, oito e nove de Maio o Segundo Congresso Internacional de Mediação Familiar - Portugal, subordinado ao tema “Mediação” - o desafio da gestão de conflitos” em que foram abordados assuntos diversos como a gestão de conflitos intrafamiliares, a mediação escolar como alternativa à violência verbal, física e sexual e a mediação com jovens em risco. -----

-----Dois - Proposta-----

-----Dada a importância do trabalho que a ANMF desenvolve e o interesse do Congresso que realizaram, do qual a Câmara receberá a documentação produzida, propõe-se: -----

-----Dois.um - A atribuição de um subsídio de setenta e cinco mil escudos à Associação Nacional para a Mediação Familiar - Portugal.-----

-----Dois.dois - Cabimento contabilístico para esta importância. -----

-----Dois.três - Comunicação à Associação Nacional para a Mediação Familiar - Portugal. --

----- Dois.quatro - Pagamento sequente. -----

----- Dois.cinco - Aprovação em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

40 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA -

CP 04.01.13.10.: -----

----- I - A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta: -

----- "Um - Introdução -----

----- A Associação para o Planeamento da Família é uma IPSS que baseia o seu trabalho na colaboração de voluntários e profissionais de formação básica diversa, nomeadamente profissionais de Saúde, Educação, Ciências Sociais e Humanas, entre outros.-----

----- Esta Associação promove a Educação nas áreas da Saúde e Desenvolvimento, entendendo-as como recursos fundamentais para a promoção do Bem-Estar dos cidadãos, e tem vindo a reforçar o trabalho em rede com outros organismos cívicos e profissionais.-----

----- Dois - Proposta-----

----- Assim, face ao que antecede e considerando a importância do trabalho desenvolvido, proponho: -----

----- Dois.um - Atribuição de um subsídio no valor de cem mil escudos para apoio ao desenvolvimento de actividades pela Associação para o Planeamento da Família, conforme informação cento e vinte e cinco, de noventa e oito, da Saúde, junta ao processo. -----

----- Dois.dois - Cabimento contabilístico para esta importância. -----

----- Dois.três - Comunicação à Associação referida. -----

----- Dois.quatro - Pagamento sequente.-----

----- Dois.cinco . Aprovação em minuta."-----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**41 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À JUNTA DE FREGUESIA DE LINDA-A-VELHA PARA
FUNCIONAMENTO DOS INFANTÁRIOS - CP 03.01.13.03.:-----**

-----I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“No âmbito do protocolo assinado para transferência dos estabelecimentos de infância sob suporte das Juntas de Freguesia, submete-se à consideração do Executivo a atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Linda-a-Velha, no montante de um milhão cento e sessenta e sete mil oitocentos e dezassete escudos e relativo ao mês de Abril. -----

-----Este quantitativo corresponde aos encargos a suportar pela Câmara e que decorrem de diferença entre os encargos mensais com o pessoal do estabelecimento de infância Jardim de Infância “O Palhaço” e o quantitativo recebido da IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social, pela Junta de Freguesia.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**42 - PER/FAMÍLIAS - CONCESSÃO DE COMPARTICIPAÇÃO A FUNDO PERDIDO,
DESTINADA A AQUISIÇÃO DE HABITAÇÃO PRÓPRIA, PERMANENTE E EXCLUSIVA DO
MUNÍCIPE JOAQUIM BRITES - CP 05.01.02.08.: -----**

-----I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“O município Joaquim Brites, residente no Caminho do Mocho, número noventa e um, em Paço de Arcos, pretende regressar à terra de origem, ao abrigo do Programa designado PER/Famílias, tendo entregue nesta Câmara o respectivo processo. -----

-----Estabelece o artigo quarto, do Decreto-Lei número setenta e nove, de noventa e seis, de vinte de Junho as condições de atribuição de comparticipação a fundo perdido e financiamento, destinados à reabilitação de fogos que os agregados familiares abrangidos possuam em qualquer ponto do País, que se encontrem devolutos e sejam suas propriedades. -----

-----A família em causa expressou a esta Câmara Municipal o seu ensejo de regresso à terra e as dificuldades financeiras que possui, para além de ter documentado o respectivo processo com um orçamento para a realização das obras de reabilitação do fogo a que o processo respeita no montante de quatro milhões trezentos e quarenta e oito mil escudos. -----

-----Proponho que esta Câmara Municipal delibere:-----

----- - Conceder, a fundo perdido, uma comparticipação de um milhão trezentos e quarenta e nove mil escudos, correspondente a vinte por cento do preço fixado para um fogo de tipologia T Um, destinada a habitação própria, permanente e exclusiva do munícipe e seu agregado familiar, devendo o Departamento de Ambiente e Equipamento, conjuntamente com a Divisão de Polícia Municipal, assegurar a demolição tempestiva da barraca número noventa e um, situada no Caminho do Mocho, em Paço de Arcos. -----

----- - Comunicar a deliberação tomada ao munícipe em causa. -----

----- - Aprovar a presente proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**43 - PER/FAMÍLIAS - CONCESSÃO DE COMPARTICIPAÇÃO A FUNDO PERDIDO
DESTINADA A AQUISIÇÃO DE HABITAÇÃO PRÓPRIA, PERMANENTE E EXCLUSIVA DO
MUNÍCIPE JOSÉ ANTÓNIO VAZ SENA - CP 05.01.02.08.: -----**

-----I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Através do ofício número dois mil setecentos e vinte e dois, de oito de Maio do corrente ano, comunica o Instituto Nacional de Habitação que o processo de candidatura ao programa mencionado em epígrafe relativo à aquisição de habitação própria pelo município José António Vaz Sena (noventa e sete, PERF, noventa e sete), se encontra aprovado, com a matrícula número zero noventa e oito ponto catorze ponto zero zero doze ponto dois.. -----

-----Em face do que antecede, proponho que esta Câmara Municipal delibere:-----

----- - Conceder, tendo em consideração o disposto no número sete, do artigo terceiro, do Decreto-Lei número setenta e nove, de noventa e seis, a fundo perdido, uma participação de um milhão oitenta e oito mil e novecentos escudos, correspondente a dez por cento do preço fixado para um fogo de tipologia T Três, destinada à aquisição de habitação própria, permanente e exclusiva do município e seu agregado familiar, devendo o Departamento de Ambiente e Equipamento, conjuntamente com a Divisão de Polícia Municipal, assegurar a demolição tempestiva da barraca número cinquenta e sete, Rua Três, Alto de Santa Catarina. -----

----- - Comunicar a deliberação tomada ao interessado e filial da Caixa Geral de Depósitos, a fim de que nos seja indicada tempestivamente a data em que se realizará a outorga da respectiva escritura, devendo esta instituição de crédito enviar, posteriormente, cópia da escritura de compra e venda e do mútuo com hipoteca a esta Câmara Municipal, com vista ao registo de inalienabilidade, previsto no artigo sétimo, da mencionada disposição legal; -----

----- - Aprovar a presente proposta em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**44 - PER/FAMÍLIAS - CONCESSÃO DE COMPARTICIPAÇÃO A FUNDO PERDIDO
DESTINADA A AQUISIÇÃO DE HABITAÇÃO PRÓPRIA, PERMANENTE E EXCLUSIVA DO
MUNÍCIPE HERCULANO MOUTINHO CARDOSO - CP 05.01.02.08.: -----**

-----I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Através do ofício número dois mil oitocentos e quarenta e nove, de quinze de Maio do corrente ano, comunica o Instituto Nacional de Habitação que o processo de candidatura ao programa mencionado em epígrafe relativo à aquisição de habitação própria pelo município Herculano Moutinho Cardoso (cento e dois, PERF, noventa e sete), se encontra aprovado, com a matrícula número zero treze ponto zero zero quatro um ponto um.-----

-----Em face do que antecede, proponho que esta Câmara Municipal delibere:-----

----- - Conceder, tendo em consideração o disposto no número sete, do artigo terceiro, do Decreto-Lei número setenta e nove, de noventa e seis, a fundo perdido, uma participação de um milhão oitenta e oito mil e novecentos escudos, correspondente a dez por cento do preço fixado para um fogo de tipologia T Três, destinada à aquisição de habitação própria, permanente e exclusiva do município e seu agregado familiar, devendo o Departamento de Ambiente e Equipamento, conjuntamente com a Divisão de Polícia Municipal, assegurar a demolição tempestiva da barraca número cento e trinta, no Beco dos Pombais, em Linda-a-Pastora. -----

----- - Comunicar a deliberação tomada ao interessado e filial da Caixa Geral de Depósitos, a fim de que nos seja indicada tempestivamente a data em que se realizará a outorga da respectiva escritura, devendo esta instituição de crédito enviar, posteriormente, cópia da escritura de compra e venda e do mútuo com hipoteca a esta Câmara Municipal, com vista ao registo de inalienabilidade, previsto no artigo sétimo, da mencionada disposição legal; -----

----- - Aprovar a presente proposta em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

45 - REPARAÇÃO DE FOGO DEVOLUTO SITO NO Bº. DOS CORAÇÕES, 4, R/C ESQº. - CP

05.01.03.05.: -----

----- I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- "De acordo com a informação número mil duzentos e noventa e cinco, de noventa e oito, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

----- Um - Pagamento à firma José Moreira, Limitada, das obras de reparação do fogo supracitado, pelo valor de oitocentos e trinta mil quinhentos e cinquenta escudos, mais quarenta e um mil quinhentos e vinte e oito escudos igual a oitocentos e setenta e dois mil e setenta e oito escudos. -----

----- Dois - Aprovação da proposta em minuta." -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

46 - REPARAÇÃO DE FOGO DEVOLUTO SITO NO B.^º DA JUNÇÃO DO BEM, 12 - CP

05.01.03.05.: -----

----- I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- "De acordo com a informação número mil duzentos e noventa e seis, de noventa e oito, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

----- Um - Pagamento à firma Pereira & Vinagre, Limitada, das obras de reparação do fogo supracitado, pelo valor de seiscentos e trinta e quatro mil e oitocentos escudos, mais trinta e um mil setecentos e quarenta escudos igual a seiscentos e sessenta e seis mil quinhentos e quarenta escudos. -----

----- Dois - Aprovação da proposta em minuta." -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

47 - REPARAÇÃO DE FOGO DEVOLUTO SITO NO B.º JUNÇÃO DO BEM, 34 - CP

05.01.03.05.: -----

----- I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- "De acordo com a informação número mil trezentos e setenta e seis, de noventa e oito, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

----- Um - Adjudicação por ajuste directo à firma "Pereira & Vinagre, Limitada" das obras de reparação do fogo supracitado, pelo valor de quinhentos e vinte e seis mil e duzentos escudos, mais vinte e seis mil trezentos e dez escudos (IVA) igual a quinhentos e cinquenta e dois mil quinhentos e dez escudos. -----

----- Dois - Aprovação da proposta em minuta." -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

48 - REPARAÇÃO DE FOGO DEVOLUTO SITO NO B.^º JUNÇÃO DO BEM, 37 - CP

05.01.03.05.: -----

----- I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- "De acordo com a informação número mil trezentos e nove, de noventa e oito, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

----- Um - Pagamento à firma Pereira & Vinagre, Limitada, das obras de reparação do fogo supracitado, pelo valor de trezentos e quarenta e sete mil e seiscentos escudos mais dezassete mil trezentos e oitenta escudos (IVA) igual a trezentos e sessenta e quatro mil novecentos e oitenta escudos. -----

----- Dois - Aprovação da proposta em minuta." -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**49 - REPARAÇÃO DE FOGO DEVOLUTO SITO NA RUA QUINTA DO SALES, 9 - 3º. DTº., Bº
ENCOSTA DA PORTELA - CP 05.01.03.05.: -----**

-----I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----"De acordo com a informação número mil trezentos e onze, de noventa e oito, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

-----Um - Pagamento à firma Pereira & Vinagre, Limitada, das obras de reparação do fogo supracitado, pelo valor de oitocentos e quarenta e seis mil oitocentos e vinte e cinco escudos, mais quarenta e dois mil trezentos e quarenta e um escudos (IVA) igual a oitocentos e oitenta e nove mil cento e sessenta e seis escudos.-----

-----Dois - Aprovação da proposta em minuta." -----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**50 - REPARAÇÃO DE FOGO DEVOLUTO SITO NA RUA ZENIDA, 14 - B.^º ENCOSTA DA
PORTELA - CP 05.01.03.05.: -----**

-----I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----"De acordo com a informação número mil duzentos e noventa e quatro, de noventa e oito, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

-----Um - Adjudicação por ajuste directo à firma "Sociedade de Construções José Moreira, Limitada" das obras de reparação do fogo referido em epígrafe, pelo valor de duzentos e cinquenta e cinco mil e duzentos escudos mais doze mil setecentos e sessenta escudos (IVA) igual a duzentos e sessenta e sete mil novecentos e sessenta escudos. -----

-----Dois - Aprovação da proposta em minuta." -----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**51 - ALTERAÇÃO DA TITULARIDADE DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO FOGO
SITO NA RUA LARGO QUINTA DO JARDIM, 2, 2º. ESQº. , Bº DR. FRANCISCO SÁ
CARNEIRO-----**

-----I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----"Na sequência da informação número oitocentos e sessenta e um, de noventa e oito, do Departamento de Habitação e despachos nela exarados, propõe-se:-----

-----Um - A alteração da titularidade do contrato de arrendamento referente ao fogo do Bairro Doutor Francisco Sá Carneiro sito na Rua Largo Quinta do Jardim, número dois, segundo esquerdo, ao Senhor José Barreto Martins.-----

-----Dois - Aprovação da proposta em minuta." -----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

52 - REPARAÇÃO DA CAIXA DE VISITA DO LOTE SITO NA RUA CONDE DE RIO MAIOR,

56, R/C DTº., B.º ALTO DA LOBA - CP 05.01.03.05.:-----

-----I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----"Um - De acordo com a informação número mil cento e cinquenta e quatro, de noventa e oito, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

-----Um - Pagamento à firma Socijoba, das obras de reparação da caixa de visita do lote referido em epígrafe, pelo valor de quatrocentos e cinquenta mil escudos mais vinte e dois mil e quinhentos escudos (IVA) igual a quatrocentos e setenta e dois mil e quinhentos escudos.-----

-----Dois - Aprovação da proposta em minuta." -----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

53 - CENTRO COMUNITÁRIO DO ALTO DA LOBA- AUTO DE MEDIÇÃO Nº. 5 - CP

05.01.02.16.: -----

----- I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- "Um - De acordo com a informação número mil duzentos e cinco, de noventa e oito, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

----- Um - O pagamento do auto de medição número cinco (trabalhos normais), no valor de dois milhões quatrocentos e setenta e dois mil seiscentos e cinquenta e dois escudos, referente a trabalhos executados na obra em epígrafe, pela firma Comprojecto - Abril noventa e oito. -----

----- Dois - Aprovação da proposta em minuta." -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

54 - PARQUE URBANO DO ALTO DA LOBA - AUTO DE MEDIÇÃO Nº. 5 - CP 05.04.02.10.:-----

-----I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----"Um - De acordo com a informação número mil trezentos e seis, de noventa e oito, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

-----Um - O pagamento do auto de medição número cinco de trabalhos normais, no valor de um milhão setecentos e oitenta e oito mil oitocentos e sessenta e seis escudos, à firma Canas Correia, Sociedade Anónima, referente ao mês de Abril noventa e oito. -----

-----Dois - Aprovação da proposta em minuta." -----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**55 - PARQUE URBANO DA QUINTA DA POLITEIRA - AUTO DE MEDIÇÃO N.º 3 -
TRABALHOS CONTRATUAIS - SITUAÇÃO DE MARÇO/98 - CP 05.04.02.01.:-----**

-----I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----"Um - De acordo com a informação número mil trezentos e setenta e três, de noventa e oito, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

-----Um - O pagamento do auto de medição número três (trabalhos contratuais), no valor de seis milhões cento e dezanove mil quatrocentos e vinte e um escudos, à firma Andral, Limitada.-----

-----Dois - Aprovação da proposta em minuta." -----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**56 - QUINTA DA POLITEIRA - AUTO DE MEDIÇÃO N.º 37 - TRABALHOS CONTRATUAIS -
SITUAÇÃO DE ABRIL/98 - CP 05.04.02.01.: -----**

-----I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----"Um - De acordo com a informação número mil trezentos e setenta e quatro, de noventa e oito, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

-----Um - O pagamento do auto de medição número trinta e sete (trabalhos contratuais), no valor de oito milhões quatrocentos e catorze mil oitocentos e sessenta e cinco escudos, à firma Edificadora Luz & Alves, Limitada.-----

-----Dois - Aprovação da proposta em minuta." -----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**57 - PROGRAMA DE PROMOÇÃO DO ANDEBOL - SUBSÍDIOS DE APOIO AOS CLUBES
COM ANDEBOL FEMININO - CP 02.02.13.03.:-----**

-----I - O Senhor Vereador Arnaldo Pereira apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----"A Câmara Municipal de Oeiras desenvolve desde mil novecentos e noventa, um Programa de Promoção do Andebol Feminino. O programa surgiu pela necessidade de manter a tradição da prática de andebol feminino existente no Concelho, prática essa que estava em risco devido às secções dos clubes estarem praticamente extintas.-----

-----O programa comprehende várias acções as quais visam a formação dos técnicos, as competições e a formação dos árbitros e que serão desenvolvidas de Janeiro a Julho.-----

-----No âmbito do programa são atribuídas comparticipações financeiras com os seguintes fins e critérios:-----

----- - Técnicos (consoante número de praticantes ou equipas e escalões);-----

----- - Material (consoante número de praticantes);-----

----- - Participação (verbas em material desportivo consoante participação nas acções realizadas); -----

----- - Federados (clubes que participam regularmente em competições federadas). -----

-----Neste âmbito, e tendo em consideração as actividades previstas para o corrente ano e de acordo com o Plano de Actividades definido para mil novecentos e noventa e oito, propõe-se a concessão de comparticipações financeiras às entidades participantes no programa conforme a seguinte proposta: -----

-----Clubes - Subsídio Técnicos - Subsídio Material - Subsídio de Participação - Subsídio Federados - Total (contos):-----

----- - Escola Básica Dois, Três Vieira da Silva - cem - trinta - trinta e cinco - setenta - duzentos e trinta e cinco; -----

----- - Clube de Carnaxide Cultura e Desportos - duzentos - oitenta - trinta e cinco - sessenta - trezentos e setenta e cinco; -----

----- - Associação Cultural e Desportiva da Pedreira do Húngaros - duzentos - oitenta - trinta e cinco - sessenta - trezentos e setenta e cinco; -----

----- - Sociedade de Instrução Musical de Porto Salvo - duzentos - oitenta - trinta e cinco - sessenta - trezentos e setenta e cinco; -----

----- - Balão Azul - cem - trinta - trinta e cinco - ... - cento e sessenta e cinco; -----

----- - Escola Secundária Aquilino Ribeiro - cem - trinta - ... - ... - cento e trinta; -----

----- - Associação de Moradores da Outurela/Portela - cem - trinta - ... - ... - cento e trinta;

----- A verba total proposta é de um milhão setecentos e oitenta e cinco mil escudos."-----

----- II - No uso da palavra o **Senhor Vereador Emanuel Martins** manifestou o seu apreço pelo facto desta proposta ser facilmente inteligível, o que lhe apraz registar.-----

----- III - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto, bem como aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**58 - CONCURSO LIMITADO SEM APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS PARA
ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE REPOSIÇÃO DE PAVIMENTOS NO MUNICÍPIO DA
AMADORA - SMAS:** -----

-----I - A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta: -

-----"O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, reunido em reunião ordinária de doze de Maio de mil novecentos e noventa e oito, deliberou adjudicar a empreitada supra referida à Narbital, Limitada, pelo valor global de quinze milhões oitocentos e quatro mil escudos, acrescido de IVA, à taxa legal em vigor, tendo em conta o relatório da Comissão de Análise das propostas, junta ao processo.-----

-----Face ao exposto, propõe-se:-----

-----Um - A ratificação da mencionada deliberação do Conselho de Administração dos SMAS de adjudicação da empreitada de "Reposição de Pavimentos no Município da Amadora" nos exactos termos propostos pela Narbital, Limitada, pelo valor global de quinze milhões oitocentos e quatro mil escudos, acrescido de IVA, à taxa legal em vigor.-----

-----Dois - A celebração de contrato escrito.-----

-----Três - A aprovação da presente proposta em minuta."-----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

59 - CONCURSO LIMITADO SEM APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS PARA ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DAS REDES DE ÁGUA NA FREGUESIA DE QUEIJAS (RUA GIL VICENTE, AFONSO LOPES VIEIRA, SOARES DOS PASSOS E PARTE DA RUA ANTÓNIO FELICIANO CASTILHO - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ESCRITO - SMAS: -----

-----I - A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta: -

-----"O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, reunido em reunião ordinária de doze de Maio de mil novecentos e noventa e oito, deliberou aprovar a adjudicação da empreitada supra referida à empresa Armando Cunha, pelo valor global de dezassete milhões quatrocentos e oitenta mil escudos, acrescido de IVA, à taxa legal em vigor, tendo em conta o relatório da Comissão de Análise das Propostas, junta ao processo.-----

-----Face ao exposto, propõe-se:-----

-----Um - A ratificação da mencionada autorização da adjudicação da empreitada de remodelação das Redes de Água na Freguesia de Queijas (Rua Gil Vicente, Afonso Lopes Vieira Soares dos Passos e parte da Rua António Feliciano Castilho), nos exactos termos propostos pela empresa Armando Cunha, Limitada, pelo valor global de dezassete milhões quatrocentos e oitenta mil escudos, acrescido de IVA, à taxa legal em vigor.-----

-----Dois - A celebração de contrato escrito.-----

-----Três - A aprovação da presente proposta em minuta."-----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**60 - CONCURSO LIMITADO SEM APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS PARA
ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE SUBSTITUIÇÃO DAS REDES DE ÁGUA NA
FREGUESIA DE OEIRAS - RUA FUNDIÇÃO DE OEIRAS E ARRUAMENTOS
CONFLUENTES - SMAS: -----**

-----I - A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta: -

-----"O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, reunido em reunião ordinária de doze de Maio de mil novecentos e noventa e oito, deliberou adjudicar a empreitada supra referida à firma Armando Cunha, Limitada, pelo valor global de dezasseis milhões seiscentos e sessenta e nove mil quatrocentos e noventa escudos, acrescido de IVA, à taxa legal em vigor, tendo em conta o relatório da Comissão de Análise das propostas, junta ao processo. -----

-----Face ao exposto, propõe-se: -----

-----Um - A ratificação da mencionada deliberação do Conselho de Administração dos SMAS de adjudicação da empreitada de "Substituição das Redes de Abastecimento de Água na Freguesia de Oeiras - Rua Fundição de Oeiras e Arruamentos Confluentes"" nos exactos termos propostos pela firma Armando Cunha, Limitada, pelo valor global de dezasseis milhões seiscentos e sessenta e nove mil quatrocentos e noventa escudos, acrescido de IVA, à taxa legal em vigor. -----

-----Dois - A celebração de contrato escrito. -----

-----Três - A aprovação da presente proposta em minuta."-----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**61 - CONCURSO LIMITADO PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL EM FERRO
FUNDIDO DUCTIL - SMAS:** -----

-----I - A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta: -

-----"O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, reunido em reunião ordinária de doze de Maio de mil novecentos e noventa e oito, deliberou adjudicar o fornecimento supra referido à empresa Ferragens de Oeiras, Limitada, pelo valor global de seis milhões quinhentos e cinquenta e cinco mil seiscentos e trinta escudos, acrescido de IVA, à taxa legal em vigor, tendo em conta o relatório da Comissão de Análise das propostas, junta ao processo. -----

-----Face ao exposto, propõe-se: -----

-----Um - A ratificação da mencionada deliberação do Conselho de Administração dos SMAS de adjudicação do fornecimento de material em ferro fundido dúctil, nos exactos termos propostos pela empresa Ferragens de Oeiras, Limitada, pelo valor global de seis milhões quinhentos e cinquenta e cinco mil seiscentos e trinta escudos, acrescido de IVA, à taxa legal em vigor. -----

-----Dois - A celebração de contrato escrito. -----

-----Três - A aprovação da presente proposta em minuta." -----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**62 - CONCURSO PARA ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE SUBSTITUIÇÃO DAS REDES
DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM CARENQUE, AMADORA - ESTRADA DAS ÁGUAS
LIVRES - SMAS:** -----

-----I - A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta: -

-----"O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, reunido em reunião ordinária de doze de Maio de mil novecentos e noventa e oito, deliberou adjudicar o fornecimento supro referida à empresa António Barata Micaelo, Limitada, pelo valor global de dezasseis milhões oitocentos e noventa e dois mil cento e vinte e quatro escudos, acrescido de IVA, à taxa legal em vigor, tendo em conta o relatório da Comissão de Análise das propostas, junta ao processo. -----

-----Face ao exposto, propõe-se: -----

-----Um - A ratificação da mencionada deliberação do Conselho de Administração dos SMAS da empreitada de Substituição de Redes de Água em Carenque, Amadora - Estrada das Águas Livres, nos exactos termos propostos pela empresa António Barata Micaelo, Limitada, pelo valor de dezasseis milhões oitocentos e noventa e dois mil cento e vinte e quatro escudos,, acrescido de IVA, à taxa legal em vigor. -----

-----Dois - A celebração de contrato escrito. -----

-----Três - A aprovação da presente proposta em minuta."-----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**63 - CONCURSO LIMITADO SEM APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS PARA
ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE SUBSTITUIÇÃO DAS REDES DE ABASTECIMENTO
DE ÁGUA EM CARENQUE - AMADORA - ESTRADA DAS ÁGUAS LIVRES E
ARRUAMENTOS CONFLUENTES - SMAS:** -----

-----I - A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta: -

-----"O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, reunido em reunião ordinária de doze de Maio de mil novecentos e noventa e oito, deliberou adjudicar a empreitada supra referida à empresa António Barata Micaelo, Limitada, pelo valor global de dezanove milhões cento e oitenta e três mil oitocentos e cinquenta e um escudos, acrescido de IVA, à taxa legal em vigor, tendo em conta o relatório da Comissão de Análise das propostas, junta ao processo. -----

-----Face ao exposto, propõe-se: -----

-----Um - A ratificação da mencionada deliberação do Conselho de Administração dos SMAS de adjudicação da empreitada de Substituição das Redes de Abastecimento de Água em Carenque, Amadora - Estrada das Águas Livres e Arruamentos Confluentes" nos exactos termos propostos pela António Barata Micaelo, Limitada, pelo valor global de dezanove milhões cento e oitenta e três mil oitocentos e cinquenta e um escudos, acrescido de IVA, à taxa legal em vigor. -

-----Dois - A celebração de contrato escrito.-----

-----Três - A aprovação da presente proposta em minuta."-----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**64 - CONCURSO PÚBLICO PARA ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE REMODELAÇÃO
DO SISTEMA DE ESGOTOS EM ALGÉS - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ESCRITO -
SMAS: -----**

-----I - A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta: -

-----"O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, reunido em reunião ordinária de doze de Maio de mil novecentos e noventa e oito, deliberou aprovar a adjudicação da empreitada supra referida à empresa "Construções Priz, Limitada, pelo valor global de trinta milhões oitocentos e sessenta e três mil e duzentos escudos, acrescido de IVA, à taxa legal em vigor, tendo em conta o relatório da Comissão de Análise das propostas, junta ao processo. -----

-----Face ao exposto, propõe-se: -----

-----Um - A ratificação da mencionada autorização da adjudicação da empreitada de Remodelação de Sistemas de Esgotos em Algés, nos exactos termos propostos pela empresa "Construções Priz, Limitada, pelo valor global de trinta milhões oitocentos e sessenta e três mil e duzentos escudos, acrescido de IVA, à taxa legal em vigor. -----

-----Dois - A celebração de contrato escrito. -----

-----Três - A aprovação da presente proposta em minuta." -----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

65 - AJUSTE DIRECTO PARA O FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE "CONTABILIZAÇÃO E GESTÃO DE SEGUROS" MÓDULO INFORMÁTICO -SMAS: -----

-----I - A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta: -

-----"O Conselho de Administração reunido em reunião ordinária de doze de Maio de mil novecentos e noventa e oito, deliberou por unanimidade adjudicar por ajuste directo a prestação de serviços supra referida à empresa Valor Soft, Gabinete de Informática e Sistemas, Limitada, pelo valor de dois milhões seiscentos e sessenta mil escudos, acrescido de IVA, à taxa legal, solicitando a dispensa de celebração de contrato escrito. -----

-----Face ao exposto, propõe-se: -----

-----Um - A ratificação da mencionada autorização da adjudicação do fornecimento por ajuste directo para a prestação de serviços de Contabilização e Gestão de Seguros - Módulo Informático e Sistemas, Limitada, pelo valor dois milhões seiscentos e sessenta mil escudos, acrescido de IVA, à taxa legal.-----

-----Dois - A dispensa de celebração de contrato escrito, de acordo com a deliberação da Assembleia Municipal de vinte de Abril de mil novecentos e noventa e oito, ao abrigo do disposto nos números dois e três, conjugados com o número seis, do artigo centésimo quinto, do Decreto-Lei número cinquenta e cinco, de noventa e cinco, de vinte e nove de Março (na redacção que lhe foi dada pela Lei número vinte e dois, de noventa e cinco, de dezembro de Julho).

-----Três - A aprovação da presente proposta em minuta."-----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**66 - EMPREITADA DE REABILITAÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS REDES DE ÁGUA NA RUA
NOSSA SENHORA DO EGITO, EM OEIRAS - TRABALHOS A MAIS - SMAS:** -----

-----I - A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta: -

-----"O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, reunido em reunião ordinária de doze de Maio de mil novecentos e noventa e oito, deliberou aprovar a adjudicação de realização de trabalhos a mais referentes à empreitada supra referida à empresa adjudicatária António Filipe Teodósio e Companhia Limitada, pelo montante global de nove milhões quatrocentos e trinta e cinco mil trezentos e cinquenta escudos, acrescido de IVA, à taxa legal em vigor, tendo em conta a informação da Técnica da Divisão de Projectos e Obras subscrita pela Chefe de Divisão de Projectos e Obras. --

-----O Conselho de Administração teve conhecimento que o valor destes trabalhos a mais representam cerca de quarenta e oito vírgula cinquenta e dois por cento do valor da adjudicação que orçou em dezanove milhões quatrocentos e quarenta e cinco mil cento e sessenta escudos, acrescido de IVA, à taxa legal em vigor. -----

-----Face ao exposto, propõe-se:-----

-----Um - A ratificação da mencionada autorização da adjudicação de trabalhos a mais referentes à empreitada de Reabilitação e Ampliação das Redes de Água na Rua Nossa Senhora do Egito, em Oeiras à empresa António Filipe Teodósio e Companhia Limitada, pelo montante global de nove milhões quatrocentos e trinta e cinco mil trezentos e cinquenta escudos, acrescido de IVA, à taxa legal em vigor. -----

-----Dois - A dispensa de celebração de contrato escrito. -----

-----Três - A aprovação da presente proposta em minuta."-----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**67 - DIM/DAD - 343/97 - CENTRO DE DIA PARA IDOSOS DE QUELUZ DE BAIXO -
APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MAIS -CP 03.03.03.02.. -----**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----"A empreitada designada em epígrafe encontra-se presentemente em curso e verifica-se haver necessidade de executar alguns trabalhos não previstos inicialmente e que segundo a informação número quatrocentos e sessenta e nove, de noventa e oito, da Divisão de Administração Directa, são devidos, essencialmente, ao fornecimento e colocação de portas interiores e fornecimento e revestimento de pavimento em linóleo. -----

-----Desta feita, foi solicitada ao adjudicatário uma proposta de preços para os referidos trabalhos, a qual importa em um milhão quinhentos e cinco mil e seiscentos escudos. Depois de analisada, esta, considera-se aceitável, pelo que:-----

-----Em face do que antecede, proponho:-----

----- - A aprovação dos trabalhos referidos na informação número quatrocentos e sessenta e nove, de noventa e oito, da Divisão de Administração Directa, no montante de um milhão quinhentos e cinco mil e seiscentos escudos, acrescido de IVA respectivo, como trabalhos a mais da empreitada designada em título.-----

----- - A aprovação desta proposta em minuta." -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

68 - PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES EM REGIME DE COMODATO AO CLUBE DE CICLOTURISMO SOL NASCENTE: -----

-----I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----"A Câmara Municipal de Oeiras encontra-se atenta a factores de ordem social e desportiva, que apontam no sentido de criar adequadas condições de exercício da actividade desportiva e social, a organismos sediados no Concelho de Oeiras, que desenvolvam trabalho meritório, como é o caso do Clube de Cicloturismo Sol Nascente. -----

-----A necessidade de encontrar um espaço próprio para instalação da Sede Social, levou à possibilidade de ocupação de um espaço pertencente à Câmara Municipal de Oeiras, no local onde já se encontravam sediados, no Bairro da Ribeira da Lage. -----

-----Desta forma, propõe-se à Câmara Municipal: -----

-----Um - A aprovação do Protocolo de Cedência de Instalações em Regime de Comodato ao Clube de Cicloturismo Sol Nascente que a seguir se transcreve, onde se estipulam as obrigações de ambas as partes." -----

----- "Protocolo de Cedência de Instalações -----

----- em Regime de Comodato -----

A Câmara Municipal de Oeiras encontra-se atenta a factores de ordem social e desportiva, que apontam no sentido de criar adequadas condições de exercício da actividade desportiva e social, a organismos sediados no Concelho de Oeiras, que desenvolvam trabalho meritório, como é o caso do Clube de Cicloturismo Sol Nascente. -----

Assim entre a Câmara Municipal de Oeiras, pessoa colectiva número quinhentos milhões setecentos e quarenta e cinco mil novecentos e quarenta e três, representada neste acto pelo Presidente da Câmara Doutor Isaltino de Moraes e o Clube de Cicloturismo Sol Nascente, pessoa colectiva número ..., representado pelos Senhores ..., portadores do Bilhete de Identificação

número ..., de ..., do Centro de Identificação Civil e Criminal de Lisboa, na qualidade de membro da respectiva Direcção, é estabelecido o presente protocolo, que se regula pelas seguintes cláusulas: -----

-----Primeira-----

A Câmara Municipal de Oeiras cede, em regime de comodato, ao Clube de Cicloturismo Sol Nascente, as instalações sitas no Bairro da Ribeira da Lage, Rua Professor Orlando Ribeiro, número onze, numa área de trinta e nove metros quadrados.-----

-----Segunda-----

O espaço será cedido pelo prazo de três anos, tacitamente renovável se não for denunciado por nenhuma das partes com a antecedência mínima de seis meses.-----

-----Terceira-----

O espaço ora cedido destina-se exclusivamente à instalação da sede administrativa do Clube de Cicloturismo Sol Nascente e à prossecução dos fins desta organização compatíveis com os usos e capacidades projectadas para o mesmo.-----

-----Quarta-----

O Clube de Cicloturismo Sol Nascente, compromete-se ainda a conservar em bom estado o espaço objecto deste protocolo, não o aplicando a fim diverso do expresso na cláusula anterior e a entregá-lo à Câmara Municipal de Oeiras, finda a cedência, como se encontra à data da entrega, indemnizando-a por quaisquer prejuízos que possam existir.-----

-----Quinta-----

As despesas de água, luz e telefone decorrentes da utilização das instalações cedidas são da exclusiva responsabilidade do Clube de Cicloturismo Sol Nascente.-----

-----Sexta-----

As dúvidas resultantes da interpretação do presente protocolo, os casos omissos e os problemas decorrentes da utilização do espaço agora cedido, serão resolvidos de comum acordo entre a



CÓPIA

Câmara Municipal de Oeiras e o Clube de Cicloturismo Sol Nascente.-----

-----Sétima-----

Ambos os outorgantes obrigam-se a cumprir pontual e integralmente o presente protocolo. -----

Feito em Oeiras, aos ... dias do mês de ... de mil novecentos e noventa e oito, de harmonia com a deliberação tomada pela Câmara Municipal de Oeiras em sua reunião realizada no dia ... de ... do corrente ano.-----

Câmara Municipal de Oeiras (Isaltino Afonso de Moraes)-----

Clube de Cicloturismo Sol Nascente (...)."-----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto, bem como aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**69 - DHI-95/96 - ARRANJOS EXTERIORES DA PRACETA TEIXEIRA DE PASCOAIS, EM
CARNAXIDE - APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MAIS - CP 10.01.03.03.:-----**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----"Com o decorrer da empreitada, verifica-se a necessidade em proceder a alguns trabalhos não previstos inicialmente. Para o efeito e na sequência de um pedido de proposta, apresenta a empresa adjudicatária Rosado & Frazão, Sociedade Anónima, através da telecópia registada sob o número oitocentos e vinte, lista de preços unitários. -----

-----Analisada a proposta verificou-se que o preço relativo a manilhas de betão de diâmetro duzentos milímetros, não era necessário, dado o mesmo já existir na proposta de concurso e que todos os eram aceitáveis, à excepção do referente a modelação de terreno, que se considerou elevado. -----

-----Foi solicitado ao empreiteiro a revisão do preço de modelação, tendo o novo preço sido apresentado através da telecópia registada sob o número oitocentos e sessenta e um, que após análise se considerou aceitável.-----

-----Com base nos preços apresentados nas referidas telecópias, foi elaborada uma estimativa de custos para os trabalhos a realizar, que se junta à informação número quatrocentos e sessenta e cinco, de noventa e oito, da Divisão de Edifícios e Infra-Estruturas Municipais e que importa em três milhões seiscentos e vinte mil oitocentos e oitenta escudos. -----

-----Tendo concordado com o exposto, proponho: -----

----- - Aprovação dos preços unitários apresentados, constantes da estimativa de custos que se junta à informação número quatrocentos e sessenta e cinco, de noventa e oito, da Divisão de Edifícios e Infra-Estruturas Municipais, já mencionada. -----

----- - Aprovação dos trabalhos mencionados na estimativa elaborada pelos serviços, no valor global de três milhões seiscentos e vinte mil oitocentos e oitenta escudos, acrescido de IVA

à taxa de cinco por cento, como trabalhos a mais da empreitada em epígrafe.-----

----- - A aprovação desta proposta em minuta." -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

70 - DHI-93/95 - RECUPERAÇÃO DO FORTE DE S. BRUNO, CAXIAS - PRORROGAÇÃO DE PRAZO - CP 02.03.03.04.: -----

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----"A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada à firma Celconstrói - Construções e Empreitadas, Limitada, pela importância de trinta e um milhões setecentos e catorze mil setecentos e setenta e cinco escudos, com prazo de execução de sete meses, cuja consignação ocorreu a catorze de Abril de mil novecentos e noventa e sete. Na sequência de pedidos apresentados pela adjudicatária, foram já concedidas duas prorrogações de prazos, terminando a data da conclusão da segunda prorrogação a treze de Maio do corrente ano.-----

-----Através de carta referência vinte e seis, de noventa e oito, datada de um de Abril de noventa e oito, registada sob o número onze mil e vinte e um, apresenta a firma adjudicatária, um outro pedido de prorrogação de prazo de três meses, baseando-se no facto de haver trabalhos a mais, bem como derivado ao facto da presença do SANAS no local da obra.-----

-----Analizando o pedido pela fiscalização, conforme refere na informação quatrocentos e quarenta e cinco, de noventa e oito, do Serviço de Edificações Municipais, esta corrobora os factos apresentados pela adjudicatária, mas referindo que ainda não está definido o acabamento a levar a efeito nas paredes por se aguardar pareceres do IPPAR e do LNEC, relativamente à solução proposta pelo projectista, pelo que emite parecer favorável à concessão de prorrogação de prazo solicitada, sendo a data desta até treze de Agosto de mil novecentos e noventa e oito, bem como a aprovação dos correspondentes plano de trabalho e de pagamentos.-----

-----Tendo concordado com o exposto, proponho:-----

----- - Aprovação da concessão de prazo, terminando a data de conclusão a treze de Agosto de mil novecentos e noventa e oito, bem como dos respectivos planos de trabalhos e de pagamentos; -----

----- - Comunicação do teor desta proposta à firma adjudicatária;-----

----- - A aprovação desta proposta em minuta." -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

71 - DHI-5/96 - REPOSIÇÃO DE PAVIMENTOS EM BARCARENA, QUEIJAS E CARNAXIDE - LIQUIDAÇÃO DO 3º. E ÚLTIMO AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - RECTIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO TOMADA NA REUNIÃO DE 11-3-98 - PONTO 51 - CP 09.01.03.32.: -----

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----"Em reunião de Câmara realizada em onze de Março de noventa e oito, ponto cinquenta e um, foi deliberado aprovar o terceiro auto de medição de trabalhos da empreitada em epígrafe.-----

-----Porém, por lapso, foi indicado o montante global de doze milhões oitocentos e vinte e cinco mil e noventa e oito escudos, quando deveria ter sido indicado de doze milhões oitocentos e vinte e cinco mil e setenta e oito escudos.-----

-----Em face do que antecede, proponho:-----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de treze milhões quatrocentos e sessenta e seis mil trezentos e trinta e dois escudos, o qual inclui a importância de seiscentos e quarenta e um mil duzentos e cinquenta e quatro escudos, de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Guedol - Engenharia Limitada;-----

----- - A aprovação desta proposta em minuta." -----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**72 - DIM/DEIM - 270/97 - REMODELAÇÃO DO CRUZAMENTO DA AV^a. DE PORTUGAL
COM A RUA JOÃO DAS REGRAS E ANTERO DE QUENTAL, EM CARNAXIDE -
APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 2º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP
09.01.03.15.: -----**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Pela Divisão de Edifícios e Infra-Estruturas Municipais, foi elaborado o segundo e último auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de um milhão quatrocentos e cinquenta e sete mil escudos, o qual corresponde a:-----

-----Trabalhos previstos - trezentos mil escudos.-----

-----Trabalhos a mais de natureza não prevista - um milhão cento e cinquenta e sete mil escudos.-----

-----Os trabalhos a mais incluídos neste auto devem-se ao assentamento de pavimento tipo "trief", fresagem e alteamento de caixas de visita e foram aprovados em reunião de Câmara de oito de Abril de noventa e oito.-----

-----Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho:-----

----- - Aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de um milhão quinhentos e vinte e nove mil oitocentos e cinquenta escudos, o qual inclui a importância de setenta e dois mil oitocentos e cinquenta escudos, de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa Solácia, Sociedade Anónima;-----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**73 - DHI - 71/95 - CONSTRUÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL DE QUEIJAS - APROVAÇÃO
E LIQUIDAÇÃO DO 8º. A AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 08.02.02.01.:-----**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Pela Divisão de Edifícios e Infra-Estruturas Municipais, foi elaborado o oitavo-A auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de setecentos e oitenta e dois mil escudos, o qual corresponde a trabalhos a mais. -----

-----Os trabalhos a mais referem-se à execução de uma estrutura metálica que tem sobre ela uma lage de betão, os quais foram aprovados através da deliberação de Câmara de oito de Abril de noventa e oito, ponto cem. -----

-----Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho:-----

----- - Aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de oitocentos e vinte e um mil e cem escudos, o qual inclui a importância de trinta e nove mil e cem escudos, de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa Obrecol, Sociedade Anónima. -----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**74 - DHI - 71/95 - CONSTRUÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL DE QUEIJAS - APROVAÇÃO
E LIQUIDAÇÃO DO 17º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 08.02.02.01.: -----**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Pela Divisão de Edifícios e Infra-Estruturas Municipais, foi elaborado o décimo sétimo auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de dezassete milhões setecentos e trinta mil novecentos e dezassete escudos, o qual corresponde a trabalhos previstos.-----

-----Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho:-----

----- - Aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de dezoito milhões seiscentos e dezassete mil quatrocentos e sessenta e três escudos, o qual inclui a importância de oitocentos e oitenta e seis mil quinhentos e quarenta e seis escudos, de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa Obrecol, Sociedade Anónima.-----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

75 - DIM/DEIM - 146/97 - ARRANJO DAS RUAS JÚLIO DANTAS E GASPAR CORREIA, EM QUEIJAS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 2º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 09.01.02.03.: -----

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“Pela Divisão de Edifícios e Infra-Estruturas Municipais, foi elaborado o segundo auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de seis milhões trezentos e oitenta e quatro mil cento e oitenta e oito escudos, o qual corresponde a: -----

-----Trabalhos previstos - três milhões trezentos e noventa e três mil duzentos e sessenta e seis escudos.-----

-----Trabalhos a mais de natureza prevista - um milhão seiscentos e noventa e três mil quatrocentos e vinte e dois escudos.-----

-----Trabalhos a mais de natureza não prevista - um milhão duzentos e noventa e sete mil e quinhentos escudos.-----

-----Os trabalhos a mais de natureza prevista incluídos neste auto devem-se a trabalhos de instalação de colector pluvial, no valor de quatrocentos e sessenta e seis mil setecentos e cinquenta e cinco escudos, foram aprovados em reunião de Câmara de vinte e um de Janeiro de noventa e oito. Os restantes trabalhos no valor de um milhão duzentos e vinte e seis mil seiscentos e sessenta e sete escudos, resultam do facto de terem sido ultrapassadas as quantidades previstas para execução de ramais de sumidouro, acerto de tampas às caixas de visita, fornecimento e assentamento de lancel de zero vírgula treze metros de espessura, fresagem de pavimento e execução do tapete betuminoso com zero vírgula zero quatro metros de espessura, carecendo os mesmos de aprovação.-----

-----Os trabalhos a mais de natureza não prevista referentes à execução de caixas e ramais de ligação ao colector pluvial, foram aprovados em reunião de Câmara de vinte e um de Janeiro

de noventa e oito. Os restantes trabalhos no valor de duzentos e oitenta e dois mil e quinhentos escudos, referem-se à construção de sarjetas, ao fornecimento de tampas e aros para caixas de visita e ao fornecimento e assentamento de aros e grelhas de sumidouros, dos quais duzentos mil escudos já foram aprovados em reunião de treze de Maio de noventa e oito e, oitenta e dois mil e quinhentos escudos foram objecto de proposta aguardando aprovação. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- - Aprovação dos trabalhos a mais no valor de um milhão duzentos e vinte e seis mil seiscentos e sessenta e sete escudos;-----

----- - Aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de seis milhões setecentos e três mil trezentos e noventa e sete escudos, o qual inclui a importância de trezentos e dezanove mil duzentos e nove escudos, de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Armando Cunha, Limitada. -----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**76 - DIM/DEIM - 146/97 - ARRANJO DAS RUAS JÚLIO DANTAS E GASPAR CORREIA, EM
QUEIJAS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 3º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS -
CP 09.01.02.03.: -----**

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta.-----

-----“Pela Divisão de Edifícios e Infra-Estruturas Municipais, foi elaborado o terceiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de um milhão oitocentos e trinta e nove mil cento e setenta escudos, o qual corresponde:-----

-----Trabalhos a mais de natureza prevista - seiscentos e vinte e um mil quatrocentos e trinta escudos.-----

-----Trabalhos a mais de natureza não prevista - um milhão duzentos e dezassete mil setecentos e quarenta escudos.-----

-----Os trabalhos a mais incluídos neste auto referem-se à instalação de colector doméstico, incluindo ramais, e foram aprovados em reunião de Câmara de vinte e um de Janeiro de noventa e oito, sendo o custo suportado pelos SMAS.-----

-----Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho:-----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de um milhão novecentos e trinta e um mil cento e vinte e nove escudos, o qual inclui a importância de noventa e um mil novecentos e cinquenta e nove escudos, de IVA à taxa de cinco por cento. -----

----- - Comunicação do teor da presente deliberação aos SMAS, dado o pagamento do presente auto ser da sua responsabilidade.-----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

77 - DIM/DAD - 25/98 - CONCEPÇÃO/EXECUÇÃO DE MURO DE SUPORTE NA AV^a. DAS TULIPAS, EM MIRAFLORES - ADJUDICAÇÃO DE EMPREITADA - CP 10-01.03.33.: -----

-----I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta. -----

-----“Tendo em vista a execução da empreitada mencionada em epígrafe e na sequência da abertura de concurso limitado, foram admitidas cinco firmas, as quais apresentaram as propostas a seguir referidas e que serão acrescidas do IVA respectivo:-----

-----Um - Camilo de Amorim, Limitada, proposta no montante de dezasseis milhões setecentos e sessenta e três mil quinhentos e quarenta escudos, com prazo de execução de noventa dias; -----

-----Dois - Vamaro - Construção Civil, Limitada, proposta no montante de dezassete milhões trezentos e cinquenta e nove mil quatrocentos e cinquenta escudos, com prazo de execução de três meses;-----

-----Três - Projecconsult - Sociedade de Consultadoria de Engenharia Civil e Construções, Limitada, proposta no montante de dezassete milhões novecentos e oitenta mil trezentos e quarenta escudos, com prazo de execução de noventa dias; -----

-----Quatro - Copi - Construções Civis, Obras Públicas e Industriais, Limitada, proposta no montante de dezassete milhões duzentos e setenta e dois mil duzentos e oitenta escudos, com prazo de execução de noventa dias; -----

-----Cinco - Sociedade de Construções José Moreira, Limitada, proposta no montante de dezasseis milhões quinhentos e catorze mil trezentos e dez escudos, com prazo de execução de noventa dias.-----

-----As propostas foram analisadas pela comissão, constituída para o efeito, tendo esta concluído, conforme consta da acta da reunião de análise das propostas, que a mais vantajosa para esta Câmara Municipal é a do concorrente Sociedade de Construções José Moreira,

Limitada, dado ser a de menor preço. -----

----- De referir que a proposta do concorrente foi corrigida, por erro na transposição do preço unitário, para o total, no artigo seis ponto um, ficando o valor da adjudicação no montante de dezasseis milhões quinhentos e noventa e quatro mil trezentos e dez escudos, em vez dos dezasseis milhões quinhentos e catorze mil trezentos e dez escudos, apresentado na proposta.----

----- Em face do que antecede, proponho: -----

----- - Que se adjudique a empreitada em título, por série de preços à Sociedade de Construções José Moreira, Limitada, pelo montante de dezasseis milhões quinhentos e noventa e quatro mil trezentos e dez escudos, ao qual acresce oitocentos e vinte e nove mil setecentos e dezasseis escudos respeitante ao IVA, à taxa legal em vigor - cinco por cento - e com o prazo de execução de noventa dias, de acordo com o número um, do artigo centésimo décimo oitavo, do Decreto-Lei quatrocentos e cinco, de noventa e três, de dez de Dezembro;-----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

78 - ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMO NA FREGUESIA DE BARCARENA - LECEIA: -----

----- I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- "Existindo em Leceia um caminho, que se inicia na Estrada de Leceia e termina junto ao Casal de São Miguel, tornando-se necessário atribuir designação topográfica, proponho à Câmara a aprovação do topónimo a seguir discriminado, para o qual não foi dada resposta ao nosso ofício número dois mil setecentos e setenta e quatro, datado de vinte e nove de Janeiro de noventa e oito, até à presente data pela Junta de Freguesia de Barcarena. -----

----- Caminho de São Miguel da Serra - Nome conhecido no local.-----

----- Arruamento com início na Estrada de Leceia e termina junto ao Casal de São Miguel." -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto, bem como aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

79 - VISTORIAS PARA EFEITOS DE UTILIZAÇÃO - COMISSÃO DE VISTORIAS: -----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- "Um - Nos termos da alínea j), do número dois, do artigo quinquagésimo terceiro, do Decreto-Lei cem, de oitenta e quatro, de vinte e nove de Março, o Presidente da Câmara Municipal concede licenças de utilização de edifícios, após realização de vistoria por comissões apropriadas.-----

----- Dois - Neste Município, a comissão de vistorias tem estado sediada no Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, mais concretamente na Divisão de Edificações Urbanas. Não havendo qualquer razão para alterar o seu posicionamento orgânico. -----

----- Três - Porém, havendo para um determinado fim uma comissão de vistorias, não faz sentido que, dentro dos Serviços do Município, se criem artificialmente, em termos de funcionamento, várias "Comissões", para o mesmo efeito com prejuízos evidentes para o funcionamento dos Serviços.-----

----- Quatro - É que, até por economia de meios e menor incómodo para os destinatários, os municíipes, faz todo o sentido que de uma vez só e em conjunto, o edifício seja totalmente vistoriado, pelo menos no que dos serviços do município dependa.-----

----- Cinco - Por outro lado, não faz igualmente sentido que os dossiers dos processos de obras particulares se desloquem para o exterior dos serviços que são responsáveis pela sua guarda e gestão, originando, quando isso tem acontecido, disfunções de, funcionamento e organização que urge corrigir. -----

----- Seis - Assim, e para colmatar estas irregularidade funcionais, proponho à Câmara que delibere aprovar:-----

----- Um. A comissão de vistorias para efeitos de concessão de licenças de utilização, a edifícios concluídos, passa a ter a seguinte composição:-----

----- Dois elementos do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística (Divisão de Edificações Urbanas); -----

----- Um elemento do Departamento de Águas e Saneamento dos SMAS. -----

----- A estes elementos acrescerão os que, em casos pontuais, e nos termos legais, devam integrar igualmente a comissão. -----

----- Dois. Serão observados, quanto a este processo, os seguintes procedimentos: -----

----- Dois.um - Os Serviços dos SMAS (Departamento de Águas e Saneamento) passarão a ser convocados para as vistorias, da mesma forma que o são os restantes intervenientes. -----

----- Dois.dois - O elemento dos SMAS que se desloque às vistorias, assinará o respectivo auto juntamente com os restantes elementos da comissão. -----

----- Dois.três - O elemento dos SMAS que se desloque às vistorias será portador de informação relativa ao pagamento dos respectivos ramais e deverá fazê-la constar do respectivo auto. -----

----- Dois.quatro - Nos casos em que a vistoria conclua em sentido desfavorável, será notificado o requerente pela DLAA - Divisão de Licenciamento e Apoio Administrativo, para suprir as deficiências e após isso requerer nova vistoria, se aquelas forem de monta que tal justifique seguindo o processo os trâmites de qualquer pedido de vistoria. -----

----- Dois.cinco - Os originais dos processos apenas serão remetidos aos SMAS em casos pontuais e sempre mediante solicitação escrita nesse sentido. -----

----- Dois.seis - Os SMAS devem devolver à Câmara, em moldes a acordar com a DLAA - Divisão de Licenciamento e Apoio Administrativo, os processos que lá continuam arquivados, após notificação formal aos proprietários de que devem apresentar os elementos em falta. -----

----- Dois.sete - Nos casos em que os Serviços Municipalizados, apesar de convocados, não compareçam às vistorias, não pode ser recusada aos particulares, a ligação dos ramais de água e esgotos, com fundamento na ausência de vistoria, sendo por esse facto directamente



CÓPIA

responsabilizado o respectivo Director de Serviços.-----

-----Três - Estas determinações entram em vigor a partir do dia quinze de Junho, aplicando-se, por conseguinte aos pedidos de vistoria formulados a partir dessa data." -----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**80 - PROCºS. 3985-PB/97, 3694-PV/98 APENSOS AO 1773-PB/77 - ONÚS DE RENÚNCIA -
LUZIA INFÂNCIA CORDEIRO DOS REIS VINAGRE:** -----

-----I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----"Vem Luzia Infância Cordeiro dos Reis Vinagre, na qualidade de proprietária apresentar o processo três mil novecentos e oitenta e cinco-PB/noventa e sete, com vista à legalização das obras que levou a efeito no prédio sito na Rua Major Afonso Palla, número dezanove, em Algés, que constam da cobertura do logradouro, situado nas traseiras do prédio, tendo sido criadas duas arrecadações no fundo do mesmo. O espaço resultante da ocupação do logradouro constitui um terraço do rés-do-chão direito do mesmo prédio. -----

-----As referidas obras foram autorizadas a título precário por despacho de vinte e oito de Outubro de noventa e sete. -----

-----Foi apresentada declaração que constitui o processo três mil seiscentos e noventa e quatro-PV/noventa e oito, através da qual a interessada renuncia ao valor das obras avaliadas em um milhão e setenta mil escudos em caso de eventual expropriação ou demolição pela Câmara e apresentadas certidões de descrição e inscrição matricial. -----

-----Trata-se de um prédio descrito na Conservatória do Registo Predial sob número três mil seiscentos e oitenta e inscrito na matriz sob o artigo trinta e quatro, da freguesia de Algés. ---

-----Deste modo proponho à Câmara que delibere: -----

----- - Aceitar a declaração apresentada através do processo três mil seiscentos e noventa e quatro-PV/noventa e oito expressa por Luzia Infância Cordeiro dos Reis Vinagre, proprietária do referido prédio. -----

----- - Autorizar a emissão da certidão comprovativa desta deliberação com vista ao necessário registo na Conservatória do Registo Predial de Oeiras." -----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar

em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

81 - MANUTENÇÃO DE ZONAS VERDES -AV^a. MARGINAL, S. JULIÃO E MEDROSA E AV^a INFANTE D. HENRIQUE, EM OEIRAS - RESCISÃO DE CONTRATO - DELIBERAÇÃO TOMADA EM REUNIÃO DE 18-2-98 - PONTO 58 - CP 10.01.07.02.:-----

-----I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

-----"Na reunião ordinária realizada em dezoito de Fevereiro findo, ponto cinquenta e oito, esta Câmara Municipal deliberou adjudicar, à empresa Soconstrói - Sociedade de Construções, Sociedade Anónima, o serviço de manutenção das zonas verdes da Avenida Marginal, São Julião e Medrosa, e Avenida Infante Dom Henrique, em Oeiras, pelo período de doze meses, pelo montante de três milhões oitocentos e dez mil escudos, acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor. -----

-----De acordo com informação da Divisão de Espaços Verdes e Equipamento Urbano, a referida empresa não tem estado a cumprir com as suas obrigações, desenvolvendo um trabalho extremamente deficiente, pelo que, é de toda a conveniência proceder-se à rescisão do respectivo contrato, facto que mereceu a aprovação da Administração da Soconstrói, em reunião realizada no dia vinte e sete de Abril findo, conforme é testemunhado pela telecópia EV sessenta e cinco, de noventa e oito, - registo treze mil cento e trinta e um, de noventa e oito. -----

-----Em face do que antecede, proponho:-----

-----A anulação da referida adjudicação.-----

-----A comunicação da presente deliberação à empresa Soconstrói - Sociedade Anónima.

-----A aprovação desta proposta em minuta." -----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

82 - AJUSTE DIRECTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA DA PRAIA DE SANTO AMARO DE OEIRAS - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO -CP 06.02.07.05.: -----

-----I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----"Considerando urgente solucionar o problema da limpeza das praias durante a época balnear que se inicia a vinte e um de Junho e sendo a Praia de Santo Amaro de Oeiras a maior e mais concorrida do Concelho, existem grandes dificuldades na sua limpeza diária tornando-se assim necessária a ajuda de equipamento mecânico.-----

-----Considerando ainda que através do meu despacho datado de três de Junho de noventa e oito foi autorizada a adjudicação do serviço de limpeza à empresa Lusamar, Limitada, pelo valor mensal de oitocentos e cinquenta mil escudos, num total de quatro milhões duzentos e cinquenta mil escudos, acrescido do IVA, sendo urgente a adjudicação do serviço em epígrafe e não sendo possível reunir extraordinariamente a Câmara, propõe-se:-----

----- - Ao abrigo do número três, do artigo quinquagésimo terceiro, do Decreto-Lei cem, de oitenta e quatro, de vinte e nove de Março, com a nova redacção dada pela Lei número dezoito, de noventa e um, de doze de Junho a submissão do meu despacho atrás citado a ratificação. -----

----- - Que a C.M.O. delibere aprovar a presente proposta em minuta." -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**83 -PROCEDIMENTO POR NEGOCIAÇÃO SEM PUBLICAÇÃO PRÉVIA DE ANÚNCIO
PARA AQUISIÇÃO DE UMA VIATURA MISTA DE CABINE DUPLA, COM CAIXA DE
CARGA ABERTA E DE PESO BRUTO IGUAL A 3.500 KG - CP 06.02.05.02.:-----**

-----I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

-----"Um - Considerando que no Plano de Actividades para mil novecentos e noventa e oito, está prevista e foi aprovada a aquisição de uma viatura mista de cabine dupla, com caixa de carga aberta e de peso bruto igual a três mil e quinhentos quilogramas. -----

-----Dois - Considerando que para o efeito foi aprovada a abertura do concurso em título, sob a forma de procedimento por negociação sem publicação prévia de anúncio, e ao qual se apresentaram três concorrentes cujas propostas a seguir se discriminam: -----

-----Dois.um - Salvador Caetano, Sociedade Anónima:-----

-----Uma viatura marca Toyota, modelo "Dyna duzentos e cinquenta (BU cento e quarenta e dois L) cabine dupla" - preço com IVA incluído - quatro milhões setecentos e trinta e oito mil e quinhentos escudos. -----

-----Dois.dois - Camial - Comercialização de Camiões, Limitada. -----

-----Uma viatura marca Iveco, modelo trinta e cinco E dez - preço com IVA incluído - quatro milhões quinhentos e dezanove mil setecentos e dez escudos. -----

-----Dois.três - Nivelauto, Sociedade Anónima:-----

-----Uma viatura marca Ford, modelo "Transit cento e noventa cabine dupla" - preço com IVA incluído - três milhões duzentos e setenta e seis mil novecentos e vinte e um escudos. -----

-----Três - Considerando que a Comissão de Apreciação de propostas, nomeada superiormente para o efeito, emitiu o seu parecer técnico, e que através do qual se recomenda a adjudicação à empresa "Salvador Caetano, Sociedade Anónima" do fornecimento de uma viatura mista de cabine dupla, com caixa de carga aberta e de peso bruto igual a três mil e quinhentos

quilogramas. -----

----- Quatro - Considerando ser urgente a aquisição destas viaturas, essencial ao serviço a que se destina, e ao abrigo do artigo centésimo terceiro, do Código do Procedimento Administrativo, não se considera necessária a audiência prévia dos concorrentes. -----

----- Propõe-se: -----

----- Cinco - Que a Câmara delibere adjudicar a aquisição de uma viatura mista de cabine dupla, com caixa de carga aberta e de peso bruto igual a três mil e quinhentos quilogramas, da marca Toyota, modelo "Dyna duzentos e cinquenta (BU cento e quarenta e dois L), à empresa Salvador Caetano, Sociedade Anónima", pelo valor de quatro milhões setecentos e trinta e oito mil e quinhentos escudos estando já incluídos os dezassete por cento de IVA." -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**84 - APROVAÇÃO DO PROCEDIMENTO POR NEGOCIAÇÃO SEM PUBLICAÇÃO PRÉVIA
DE ANÚNCIO PARA A AQUISIÇÃO DE UMA VIATURA MISTA TIPO FURGÃO, TECTO
ALTO, COM PESO BRUTO APROXIMADO A 3.500 KG - CP 11.O2.05.01.:-----**

-----I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

-----"Tendo em vista a aquisição de uma viatura mista, tipo furgão, tecto alto, com peso bruto aproximado de três mil e quinhentos quilogramas, para serviço de Atendimento Público Descentralizado, e estando a mesma prevista no Plano de Actividades de mil novecentos e noventa e oito, proponho:-----

----- - A aprovação do caderno de encargos.-----

----- A abertura de concurso ao abrigo da alínea c), do número um, do artigo trigésimo segundo, do Decreto-Lei número cinquenta e cinco, de noventa e cinco, de vinte e nove de Março, alterada pelo Decreto-Lei número oitenta, de noventa e seis, de vinte e um de Junho. -----

----- - A aprovação desta proposta em minuta." -----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**85 - PROCEDIMENTO POR NEGOCIAÇÃO SEM PUBLICAÇÃO PRÉVIA DE ANÚNCIO
PARA A AQUISIÇÃO DE UMA VIATURA TODO-O-TERRENO, TIPO "JEEP" COM
TRACÇÃO ÀS 4 RODAS (4X4) A DIESEL - CP 08.03.05.02.: -----**

-----I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

-----"Um - Considerando que no Plano de Actividades para mil novecentos e noventa e oito está prevista e foi aprovada a aquisição de uma viatura todo-o-terreno, tipo "Jeep", com tracção às quatro rodas (quatro por quatro), a diesel. -----

-----Dois - Considerando que para o efeito foi aprovada a abertura do concurso em título, sob a forma de procedimento por negociação sem publicação prévia de anúncio, e ao qual se apresentou um único concorrente cuja proposta a seguir se discrimina: -----

-----Dois.um - Entreposto Cascais - Viaturas e Máquinas, Limitada: -----

-----Dois.um.um - Uma viatura, tipo "Jeep", marca Nissan, modelo Patrol, tecto alto, nove lugares - quatro milhões duzentos e três mil quatrocentos e sessenta e seis escudos.-----

-----Nota: Este valor já tem os dezassete por cento de IVA incluídos. -----

-----Três - Considerando que a Comissão de Apreciação de Propostas, nomeada superiormente para o efeito e constituída pelo signatário emitiu o seu parecer técnico, e através do qual se recomenda a adjudicação à firma - Entreposto Cascais - Viaturas e Máquinas, Limitada, a aquisição de uma viatura todo-o-terreno, tipo "Jeep", com tracção às quatro rodas (quatro por quatro), a diesel. -----

-----Propõe-se: -----

-----Cinco - Que a Câmara delibere adjudicar a aquisição de uma viatura todo-o-terreno, tipo "Jeep", com tracção às quatro rodas (quatro por quatro) a gasóleo, marca Nissan, modelo Patrol, tecto alto, cor branca, à firma "Entreposto Cascais - Viaturas e Máquinas, Limitada" pelo valor de quatro milhões duzentos e três mil quatrocentos e sessenta e seis escudos, já com os

dezassete por cento de IVA incluídos." -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**86 – PROCEDIMENTO POR NEGOCIAÇÃO COM PUBLICAÇÃO PRÉVIA DE ANÚNCIO
PARA AQUISIÇÃO, NA MODALIDADE DE ALUGUER DE LONGA DURAÇÃO – ALD – DE 4
VIATURAS MISTAS DE 3.500 KG DE PESO BRUTO, COM CABINE DUPLA E CAIXA
ABERTA SEM CAPOTA FLEXÍVEL – CP 11.07.07.02.: -----**

-----I – O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

-----“Um – Considerando que no Plano de Actividades para mil novecentos e noventa e oito está prevista e foi aprovada a aquisição, sob a forma de Aluguer de Longa Duração, de viaturas mistas de cabine dupla e caixa aberta sem capota flexível, para substituição de viaturas já muito antigas e degradadas e com elevados custos de manutenção e conservação.-----

-----Dois – Considerando que para o efeito foi aprovada a abertura de um concurso público sob a forma de procedimento por negociação com publicação prévia de anúncio, e ao qual se apresentaram cinco concorrentes cujas propostas a seguir se descrimina:-----

-----Dois.um – Nivelauto, Sociedade Anónima-----

-----Dois.um.um – Quatro viaturas marca Ford, modelo “Transit cento e noventa”, cabine dupla.-----

-----Preço total com IVA incluído – treze milhões cento e sete mil seiscentos e oitenta e quatro escudos -----

-----Dois.um.dois – Encargos com o Aluguer de Longa Duração, por um período de trinta e seis meses, por viatura, sendo as rendas mensais com IVA incluído a cento e dois mil e seis escudos e quarenta e cinco centavos cada. -----

-----Preço total por viatura com IVA incluído – três milhões seiscentos e setenta e dois mil duzentos e trinta e dois escudos e vinte centavos.-----

-----Dois.um.três – Total das quatro viaturas a três milhões seiscentos e setenta e dois mil duzentos e trinta e dois escudos e vinte centavos cada com IVA incluído – catorze milhões

seiscentos e oitenta e oito mil novecentos e vinte e oito escudos e oitenta centavos. -----
----- Dois.dois – BCI Rent – Comércio e Aluguer de Viaturas, Sociedade Anónima-----
----- Dois.dois.um – Quatro viaturas marca Toyota, modelo “Dyna duzentos e oitenta (BU
cento e quarenta e dois LP)”. -----
----- Preço total com IVA incluído – dezoito milhões novecentos e cinquenta e quatro mil
escudos -----
----- Dois.dois.dois – Encargos com o Aluguer de Longa Duração (ALD), por um período
de trinta e seis meses, por viatura, com dezassete por cento de IVA incluídos: -----
----- - trinta e cinco rendas mensais a cento e quarenta e dois mil trezentos e trinta e nove
escudos e oitenta e seis centavos cada com IVA incluído – quatro milhões novecentos e oitenta e
um mil oitocentos e noventa e cinco escudos e dez centavos -----
----- - valor final de compra com IVA incluído – cento e quarenta e dois mil trezentos e
trinta e nove escudos e oitenta e seis centavos -----
----- - total por viatura – cinco milhões cento e vinte e quatro mil duzentos e trinta e
quatro escudos e noventa e seis centavos -----
----- Total das quatro viaturas a cinco milhões cento e vinte e quatro mil duzentos e trinta
e quatro escudos e noventa e seis centavos cada – vinte milhões quatrocentos e noventa e seis
mil novecentos e trinta e nove escudos e oitenta e quatro centavos. -----
----- Dois.três – Turiscar Rent-a-Car, Limitada-----
----- Dois.três.um – Quatro viaturas marca Toyota, modelo “Dyna duzentos e oitenta”. ---
----- Preço total com IVA incluído – dezanove milhões trezentos e cinquenta e um mil
oitocentos e cinquenta e seis escudos-----
----- Dois.três.dois – Encargos com o Aluguer de Longa Duração (ALD) por um período
de trinta e seis meses, por viatura, com os dezassete por cento de IVA incluídos: -----
----- - trinta e seis rendas mensais a cento e sessenta e seis mil cento e quatro escudos



CÓPIA

cada com os dezassete por cento de IVA incluídos – cinco milhões novecentos e setenta e nove mil setecentos e quarenta e quatro escudos -----

----- - valor residual com IVA incluído – cento e quarenta e cinco mil cento e trinta e nove escudos -----

----- - total por viatura – seis milhões cento e vinte e quatro mil oitocentos e oitenta e três escudos -----

----- Total das quatro viaturas a seis milhões cento e vinte e quatro mil oitocentos e oitenta e três escudos cada – vinte e quatro milhões quatrocentos e noventa e nove mil quinhentos e trinta e dois escudos -----

----- Dois.quatro – Salvador Caetano – Indústrias Metalúrgicas Veículos de Transporte, Sociedade Anónima -----

----- Dois.quatro.um – Quatro viaturas marca Toyota, modelo “Dyna duzentos e cinquenta (BU cento e quarenta e dois L)”. -----

----- Preço total com IVA incluído – dezoito milhões novecentos e cinquenta e quatro mil escudos -----

----- Dois.quatro.dois – Encargos com o Aluguer de Longa Duração (ALD) por um período de trinta e seis meses, por viatura, com os dezassete por cento de IVA incluídos:-----

----- - trinta e seis rendas mensais a cento e cinquenta mil quatrocentos e quatro escudos cada com os dezassete por cento de IVA incluídos – cinco milhões quatrocentos e catorze mil quinhentos e quarenta e quatro escudos -----

----- - valor residual com IVA incluído – duzentos e oitenta e quatro mil trezentos e dez escudos -----

----- - total por viatura – cinco milhões seiscentos e noventa e oito mil oitocentos e cinquenta e quatro escudos -----

----- Total das quatro viaturas a cinco milhões seiscentos e noventa e oito mil oitocentos e

cinquenta e quatro escudos cada – vinte e dois milhões setecentos e noventa e cinco mil quatrocentos e dezasseis escudos-----

----- Dois.cinco – Camial – Comercialização de Camiões, Limitada -----

----- Dois.cinco.um – Quatro viaturas marca Iveco, modelos: -----

----- Dois.cinco.um.um – Opção A -----

----- Modelo “trinta e cinco E dez” -----

----- Preço total com IVA incluído – dezoito milhões setenta e oito mil oitocentos e quarenta escudos -----

----- Dois.cinco.um.dois – Opção B -----

----- Modelo “trinta e cinco E doze” -----

----- Preço total com IVA incluído – vinte e um milhões duzentos e trinta e três mil cento e sessenta escudos -----

----- Dois.cinco.dois – Encargos com o Aluguer de Longa Duração (ALD) por um período de trinta e seis meses, por viatura, sendo as rendas mensais: -----

----- Dois.cinco.dois.um – Opção A -----

----- Hipótese Um – trinta e seis rendas mensais a cento e trinta e seis mil duzentos e quarenta e oito escudos cada com os dezassete por cento de IVA incluídos – quatro milhões novecentos e quatro mil novecentos e vinte e oito escudos -----

----- Hipótese Dois – Entrada inicial com IVA – novecentos e três mil novecentos e quarenta e dois escudos -----

----- - trinta e cinco rendas mensais com IVA a cento e sete mil quatrocentos e oitenta e três escudos cada – três milhões oitocentos e sessenta e nove mil trezentos e oitenta e oito escudos -----

----- Total – quatro milhões setecentos e setenta e três mil trezentos e trinta escudos -----

----- Dois.cinco.dois.dois – Opção B -----



CÓPIA

-----Hipótese Um – trinta e seis rendas mensais a cento e sessenta mil e dezanove escudos cada com IVA incluído – cinco milhões setecentos e sessenta mil seiscentos e oitenta e quatro escudos -----

-----Hipótese Dois – Entrada inicial com IVA incluído – um milhão sessenta e um mil seiscentos e cinquenta e oito escudos -----

----- - trinta e cinco rendas mensais com IVA incluído cada a cento e trinta e um mil novecentos e noventa e cinco escudos – quatro milhões seiscentos e dezanove mil oitocentos e vinte e cinco escudos -----

-----Total – cinco milhões seiscentos e oitenta e um mil quatrocentos e oitenta e três escudos -----

-----Dois.cinco.três – Totais das quatro viaturas:-----

-----Dois.cinco.três.um – Opção A, modelo “trinta e cinco E dez” -----

-----Hipótese Um – dezanove milhões seiscentos e dezanove mil setecentos e doze escudos -----

-----Hipótese Dois – dezanove milhões noventa e três mil trezentos e vinte escudos -----

-----Dois.cinco.três.dois – Opção B, modelo “trinta e cinco E doze” -----

-----Hipótese Um – vinte e três milhões quarenta e dois mil setecentos e trinta e seis escudos -----

-----Hipótese Dois – vinte e dois milhões setecentos e vinte e cinco mil novecentos e trinta e dois escudos. -----

-----Três – Considerando que a Comissão de Apreciação de Propostas, nomeada superiormente para o efeito, emitiu o seu parecer técnico, junto ao processo, e através do qual se recomenda a adjudicação à empresa “BCI Rent – Comércio e Aluguer de Viaturas, Sociedade Anónima”, o aluguer em regime de longa duração (ALD), por um período de trinta e seis meses, de quatro viaturas mistas, de peso bruto igual a três mil e quinhentos quilogramas, com cabine

dupla e caixa de carga aberta, sem capota, propõe-se: -----

----- Quatro – Que a Câmara delibere adjudicar o aluguer de quatro viaturas mistas de três mil e quinhentos quilogramas de peso bruto, cabine dupla e caixa de carga aberta sem capota flexível, marca Toyota, modelo “Dyna duzentos e oitenta (BU cento e quarenta e dois LP)”, na modalidade de longa duração e por um período de trinta e seis meses, à empresa “BCI Rent – Comércio e Aluguer de Viaturas, Sociedade Anónima”, no valor global de vinte milhões quatrocentos e noventa e seis mil novecentos e trinta e nove escudos e oitenta e quatro centavos, já com os dezassete por cento de IVA incluídos, sendo trinta e cinco rendas mensais a quinhentos e sessenta e nove mil trezentos e cinquenta e nove escudos e quarenta e quatro centavos cada e o valor final de quinhentos e sessenta e nove mil trezentos e cinquenta e nove escudos e quarenta e quatro centavos. -----

----- Todos os valores acima descritos já têm os dezassete por cento de IVA incluídos. -----

----- Cinco – Que, por ser urgente a aquisição destas viaturas, essenciais aos serviços a que se destinam, e ao abrigo do artigo centésimo terceiro, do Código do Procedimento Administrativo, não se considere necessária a audiência prévia dos concorrentes. -----

----- Seis – Que esta proposta seja aprovada em minuta.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**87 – PROCEDIMENTO POR NEGOCIAÇÃO COM PUBLICAÇÃO PRÉVIA DE ANÚNCIO
PARA AQUISIÇÃO, NA MODALIDADE DE ALUGUER DE LONGA DURAÇÃO – ALD, DE 4
VIATURAS TIPO “JEEP” 4X4 – CP 11.07.07.03.:-----**

-----I – O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

-----“Um – Considerando que no Plano de Actividades para mil novecentos e noventa e oito, está prevista e foi aprovada a aquisição, sob a forma de Aluguer de Longa Duração, de quatro viaturas tipo “Jeep” Quatro por Quatro, para substituição de viaturas já muito antigas e degradadas e com elevados custos de manutenção e conservação. -----

-----Dois – Considerando que para o efeito foi aprovada a abertura de um concurso público sob a forma de procedimento por negociação com publicação prévia de anúncio, e ao qual se apresentaram três concorrentes, a seguir discriminados: -----

-----Dois.um – BCI Rent-----

-----Dois.dois – Entreponto Cascais - Viaturas e Máquinas, Limitada-----

-----Dois.três – Automercantil – Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis, Limitada

-----Três – Considerando que o concorrente “Automercantil, Limitada”, foi excluído por não ter apresentado os documentos exigidos na alínea d), do ponto cinco.um, do Programa de Concurso. -----

-----Quatro – Considerando que o concorrente “BCI Rent” não cumpriu as exigências expressas no artigo oitavo, alínea oito.um, do Programa de Concurso e referente ao prazo de validade da proposta.-----

-----Cinco – Considerando que o concorrente “Entreponto Cascais – Viaturas e Máquinas, Limitada”, apresentou a seguinte proposta:-----

-----Cinco.um – Viatura Nissan Patrol – TA, com tracção às quatro rodas (quatro por quatro)-----

----- Preço com IVA incluído – quatro milhões duzentos e três mil quatrocentos e sessenta e seis escudos -----

----- Preço total das quatro viaturas – dezasseis milhões oitocentos e treze mil oitocentos e sessenta e quatro escudos. -----

----- Cinco.dois – Encargos com o aluguer de longa duração, por um período de trinta e seis meses, por viatura, sendo as rendas mensais: -----

----- Trinta e seis rendas a cento e vinte e nove mil e trinta e oito escudos e treze centavos cada com IVA incluído – quatro milhões seiscentos e quarenta e cinco mil trezentos e setenta e dois escudos e sessenta e oito centavos -----

----- Cinco.três – Total para as quatro viaturas a quatro milhões seiscentos e quarenta e cinco mil trezentos e setenta e dois escudos e sessenta e oito centavos cada – dezoito milhões quinhentos e oitenta e um mil quatrocentos e noventa escudos e setenta e dois centavos. -----

----- Seis – Considerando que a Comissão de Apreciação de Propostas, nomeada superiormente para o efeito, emitiu o seu parecer técnico, junto ao processo, e através do qual se recomenda a adjudicação à firma “Entreposto Cascais – Viaturas e Máquinas, Limitada”, o aluguer na modalidade de longa duração (ALD), de quatro viaturas tipo “jeep” quatro por quatro.

----- Sete – Considerando ser urgente a aquisição das viaturas, essenciais aos serviços a que se destinam a substituir viaturas actualmente imobilizadas e ao abrigo do artigo centésimo terceiro, do Código de Procedimento Administrativo, não se considera necessária a audiência prévia dos concorrentes, propõe-se: -----

----- Oito – Que a Câmara delibere adjudicar a aquisição de quatro viaturas todo-o-terreno, tipo “jeep”, marca Nissan, modelo “Patrol – TA (quatro por quatro)”, a gasóleo, tecto alto, cor branca, na modalidade de Aluguer de Longa Duração (ALD), por um período de trinta e seis meses, à firma “Entreposto Cascais – Viaturas e Máquinas, Limitada”, pelo valor global de dezoito milhões quinhentos e oitenta e um mil quatrocentos e noventa escudos e setenta e dois



CÓPIA

centavos, já com os dezassete por cento de IVA incluídos, sendo a primeira renda de quinhentos e dezasseis mil cento e cinquenta e dois escudos e cinquenta e dois centavos e trinta e cinco rendas mensais de igual valor unitário, ou seja, quinhentos e dezasseis mil cento e cinquenta e dois escudos e cinquenta e dois centavos.-----

-----Todos estes valores, como já se fez a devida referência, incluem os dezassete por cento de IVA.-----

-----Nove – Que esta proposta seja aprovada em minuta.”-----

-----II – A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**88 – CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO, NA MODALIDADE DE SISTEMA LEASING,
DE 2 VIATURAS PESADAS TRIBASCULANTES, DE CAIXA ABERTA E DE PESO BRUTO DE
19 TONELADAS – CP 11.07.07.04.: -----**

-----I – O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

-----“Um – Considerando que no Plano de Actividades para mil novecentos e noventa e oito, está prevista e foi aprovada a aquisição de duas viaturas pesadas, tribasculantes, de caixa aberta e de peso bruto de dezanove toneladas.-----

-----Dois – Considerando que para o efeito foi aprovada a abertura de um concurso público, através de sistema leasing, e ao qual se apresentaram seis concorrentes, a seguir descremados: -----

-----Dois.um – Auto Sueco, Limitada-----

-----Dois.dois – Baviera – Comércio de Automóveis, Sociedade Anónima -----

-----Dois.três – Renault Seis, Portugal, Limitada-----

-----Dois.quatro – Cimpomóvel – Veículos Pesados, Sociedade Anónima -----

-----Dois.cinco – Camial – Comercialização de Camiões, Limitada-----

-----Dois.sex – C. Santos – Veículos e Peças, Limitada.-----

-----Três – Considerando que o concorrente “C. Santos, Limitada”, foi excluído por não ter apresentado o documento exigido no artigo sexto, alínea d), do Programa de Concurso. -----

-----Quatro – Considerando que os restantes concorrentes apresentaram as seguintes propostas: - -----

-----Quatro.um – Auto Sueco, Limitada -----

-----Quatro.um.um – Duas viaturas marca Volvo, modelo ‘FL seiscentos e dezanove-quarenta e três (quatro por dois) KH’, equipadas com os seguintes motores: -----

-----Quatro.um.um.um – Motor D seis A duzentos e cinquenta – vinte e cinco milhões

novecentos e setenta e quatro mil escudos -----
----- Quatro.um.um.dois – Motor D seis A duzentos e trinta – vinte e cinco milhões
duzentos e setenta e dois mil escudos -----
----- Quatro.um.um.três – Motor D seis A duzentos e dez – vinte e quatro milhões
quinhentos e setenta mil escudos-----
----- Quatro.dois – Baviera – Comércio de Automóveis, Sociedade Anónima -----
----- Quatro.dois.um – Duas viaturas marca Man, modelo “dezoito mil duzentos e sessenta
e quatro LK (quatro por dois) – vinte e seis milhões quatrocentos e quarenta e dois mil escudos -
----- Quatro.três – Renault Seis, Portugal, Limitada-----
----- Quatro.três.um – Duas viaturas marca Renault, modelo “HD trezentos.dezanove” –
vinte e seis milhões seiscentos e setenta e seis mil escudos -----
----- Quatro.três.dois – Duas viaturas marca Renault, modelo “HD duzentos e
sessenta.dezanove” – vinte e cinco milhões duzentos e setenta e dois mil escudos -----
----- Quatro.quatro – Cimpomóvel – Veículos Pesados, Sociedade Anónima -----
----- Quatro.quatro.um – Duas viaturas marca Scania, modelo “P cento e catorze-quatro
por dois-NZ-trezentos e quarenta-CP catorze” – vinte e oito milhões setecentos e oitenta e dois
mil escudos-----
----- Quatro.quatro.dois – Duas viaturas marca Scania, modelo “P noventa e quatro-GB-
quatro por dois-NZ-duzentos e sessenta-CP catorze” – vinte e seis milhões seiscentos e setenta e
seis mil escudos-----
----- Quatro.cinco – Camial – Comercialização de Camiões, Limitada-----
----- Quatro.cinco.um – Duas viaturas da marca Iveco, modelo “cento e noventa E vinte e
sete” – vinte e cinco milhões duzentos e setenta e dois mil escudos -----
----- Nota – Todos os valores indicados no parágrafo anterior têm já incluídos os
dezassete por cento de IVA. -----



CÓPIA

----- Cinco – Considerando que a Comissão de Apreciação de Propostas, nomeada superiormente para o efeito, emitiu o seu parecer técnico, junto ao processo, e através do qual se recomenda a adjudicação à empresa “Cimpomóvel – Veículos Pesados, Sociedade Anónima”, na modalidade de sistema leasing, de duas viaturas pesadas de dezanove toneladas de peso bruto, de caixa aberta, tribasculante. -----

----- Seis – Considerando ser urgente a aquisição destas viaturas, essenciais ao apoio dos diversos serviços camarários, e ao abrigo do artigo centésimo terceiro, do Código do Procedimento Administrativo, não se considera necessária a audiência prévia dos concorrentes, propõe-se: -----

----- Sete – Que a Câmara delibere adjudicar à empresa “Cimpomóvel – Veículos Pesados, Sociedade Anónima”, na modalidade de sistema “leasing”, a aquisição de duas viaturas pesadas de dezanove toneladas de peso bruto, caixa de carga aberta, tribasculante, marca Scania, modelo “P cento e catorze-quatro por dois-NZ-trezentos e quarenta-CP catorze”, pelo valor global de vinte e oito milhões setecentos e oitenta e dois mil escudos, já com os dezassete por cento de IVA incluídos. -----

----- Oito – Que para o sistema “leasing” seja aberto de imediato, o respectivo concurso público. -----

----- Nove – Que esta proposta seja aprovada em minuta.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**89 – DIM/DSA-18/98 – INSTALAÇÃO ELÉCTRICA DA FONTE LUMINOSA – TRABALHOS
DE REMOÇÃO DE EQUIPAMENTO – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. E ÚNICO AUTO
DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 11.05.05.07.: -----**

-----I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“Pela Divisão de Serviços de Apoio, foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de oitocentos e cinquenta mil escudos, o qual corresponde a trabalhos previstos.-----

-----Face ao exposto e uma vez que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: - -----

----- -A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de oitocentos e noventa e dois mil e quinhentos escudos, o qual inclui a importância de quarenta e dois mil e quinhentos escudos, de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma C.M.S. – Instalações Eléctricas, Limitada. -----

----- -A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**90 – CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL NO ACORDO PARA AQUISIÇÃO DO ARTº. 41º.
DA MATRIZ PREDIAL RÚSTICA DA FREGUESIA DE CARNAXIDE:** -----

-----I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“Tem sido política da Câmara Municipal de Oeiras associar a iniciativa privada à resolução do problema do realojamento dos munícipes que habitam em barracas e casas degradadas, no quadro da legislação vigente. -----

-----O próprio Plano Director Municipal de Oeiras contempla soluções de natureza convencional, em especial com proprietários de terrenos considerados aptos para empreendimentos habitacionais que permitam cumprir o objectivo de ter resolvido o problema do realojamento até ao início do próximo século. -----

-----No sentido de dar continuidade ao programa do Páteo dos Cavaleiros, a Câmara deliberou em vinte e cinco de Março de noventa e oito, adquirir aos seus proprietários o prédio correspondente à descrição número cinco mil quinhentos e oitenta e quatro, do livro B-dezoito, da Secção A, da Segunda Conservatória do Registo Predial de Oeiras, desistindo, por razões de celeridade, da expropriação que tinha este terreno como objecto. -----

-----No protocolo então aprovado consagrou-se desde logo a possibilidade de a Câmara ceder a sua posição jurídica de adquirente do referido prédio a favor de entidade que se mostrasse disposta a levar a cabo um empreendimento de habitação social na parcela a ela destinada, através da celebração do contrato de desenvolvimento da habitação e mediante a garantia por parte da Edilidade de aquisição da totalidade dos fogos construídos nesse regime. ---

-----Após negociações com a empresa que executa o programa do Páteo dos Cavaleiros – Qualihab, Limitada – chegou-se a acordo quanto à transmissão a seu favor do terreno em causa, operação a que os proprietários deram a sua anuênci, havendo que estabelecer os termos do protocolo que consigne, por um lado, a obrigação de prosseguir aquele programa e, por outro, as

condições da futura aquisição dos fogos a edificar.

----- Assim, propõe-se:

----- Um – A aprovação do protocolo que a seguir se transcreve, a celebrar entre o Município de Oeiras, a Qualihab, Limitada e os proprietários do prédio descrito com o número cinco mil quinhentos e oitenta e quatro, no livro B-dezoito, da Secção Um, da Segunda Conservatória do Registo Predial de Oeiras, a que se refere a deliberação camarária de vinte e cinco de Março de noventa e oito.

----- Dois – Atento o facto de a aquisição deliberada pela Câmara ter sido autorizada nos termos do artigo trigésimo nono, número dois, alínea i), do Decreto-Lei número cem, de oitenta e quatro, de vinte e nove de Março, mais se propõe que o acordo, uma vez aprovado pelo Executivo, seja submetido à Assembleia Municipal.”-----

----- “Protocolo-----

--
Entre:

Primeiro Outorgante – O Município de Oeiras, pessoa colectiva pública número quinhentos milhões setecentos e quarenta e cinco mil novecentos e quarenta e três, com sede no Largo Marquês de Pombal, em Oeiras, Excelentíssimo Senhor Doutor Isaltino Afonso Morais, -----

E -----

Segunda Outorgante – Qualihab, Limitada, pessoa colectiva número quinhentos e três milhões seiscentos e oitenta e oito mil seiscentos e setenta e três, inscrito na Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, sob o número dez mil cento e quarenta e sete, com sede em Caxias, na Praceta dos Inglesinhos, número sete, rés-do-chão, representada pelo Excelentíssimo Senhor Daniel de Carvalho, sócio gerente com poderes estatutários de representação,-----

E -----

Terceiros Outorgantes – Maria Adelaide Gomes Rodrigues Duarte, viúva;-----



CÓPIA

Elizabete Olívia Gomes Rodrigues Duarte Antunes e seu marido, Fernando Jorge Faria Baptista Antunes; -----

Anabela dos Reis Rodrigues Conceição Cabeleira e seu marido, Francisco Manuel da Conceição Cabeleira; -----

António Carlos dos Reis Rodrigues e sua mulher, Helena Maria Pacheco Garcia dos Reis Rodrigues; -----

Maria Teresa Duarte da Silva Rodrigues, viúva; -----

Carlos Luís da Silva Rodrigues, e mulher, Paula Cristina Correia Fernandes Zenida; -----

Olívia Isabel da Silva Rodrigues, solteira; -----

Maria Teresa da Silva Rodrigues, solteira; -----

Deolinda Maria Duarte Rodrigues, viúva; -----

Tristão Carlos da Silva Rodrigues, e mulher, Alexandra Maria da Silva Zenida.-----

Considerando que: -----

a) Entre o primeiro outorgante e os terceiros outorgantes foi celebrado um protocolo destinado a viabilizar a continuação do programa de habitação social para realojamento do Páteo dos Cavaleiros, em regime de CDH, destinado ao realojamento de munícipes actualmente residentes em barracas ou casas degradadas, protocolo cujos termos se viram aprovados pelo Executivo Camarário em vinte e cinco de Março de noventa e oito. -----

b) O empreendimento referido enquadra-se no programa municipal de erradicação de barracas a concluir até ao final do ano dois mil, no âmbito do PER. -----

c) No referido instrumento de acordo as partes concelebrantes desde logo aceitaram a cessão das respectivas posições contratuais, admitindo o Município ceder a sua posição de adquirente a entidade que se mostre interessada e capaz de levar a cabo a construção de fogos destinados a realojamento no quadro do PER. -----

d) A segunda outorgante está interessada em promover no local um empreendimento destinado a

habitação social, comprometendo-se a vender a totalidade dos fogos à Câmara Municipal de Oeiras, possibilitando desta forma a continuidade do CDH integrado no Programa do Páteo dos Cavaleiros.

Assim, -----
é ajustado e reciprocamente aceite o presente protocolo que vale, nas disposições com essa natureza, como contrato promessa:

-----Primeira-----

Os terceiros outorgantes são os únicos proprietários do prédio correspondente à descrição predial número cinco mil quinhentos e oitenta e quatro, do livro B-dezoito, da Secção Um, da Segunda Conservatória do Registo Predial de Oeiras, com a área total de catorze mil setecentos e vinte metros quadrados.

-----Segunda-----

Nos termos e condições do protocolo celebrado entre o primeiro e os terceiros outorgantes, aceitaram estes transmitir a favor da Câmara a área aproximada de onze mil metros quadrados, admitindo a cessão da posição contratual desta como adquirente a favor de quem por ela fosse indicado, compromisso que nos termos do presente acordo reiteram.

-----Terceira-----

Um – Os terceiros outorgantes aceitam sem reservas pelo presente acordo, proceder à transferência da propriedade do identificado terreno para a segunda outorgante, prometendo esta adquirir-lho para o único e exclusivo fim de nele edificar um conjunto habitacional destinado a realojamento de residentes em barracas ou bairros degradados, incluindo eventuais áreas complementares de equipamento social e comércio.



CÓPIA

Dois – A escritura pública de compra e venda será efectuada no prazo máximo de trinta dias úteis contados da interpelação para o efeito da segunda aos terceiros outorgantes, obrigando-se estes a comparecer no dia e local indicados para aquela munidos dos documentos necessários. ---

Três – Correm por conta da segunda outorgante todas as despesas com a escritura, registos, contribuições ou impostos a que houver lugar por causa directa de transferência da propriedade. -

-----Quarta-----

-
A segunda outorgante declara aceitar a cessão da posição contratual, obrigando-se a cumprir os termos e condições da compra e venda prometida entre o primeiro e os terceiros outorgantes. ----

-----Quinta-----

-
O primeiro outorgante reafirma a garantia dada aos terceiros outorgantes de cumprimento das demais obrigações por ele assumidas no protocolo celebrado em .../.../..., em particular a que se refere à aprovação, nos termos legais e regulamentares, de área construída destinada a terciário, nos limites aí fixados. -----

-----Sexta-----

--
Um – A segunda outorgante promete vender e o primeiro outorgante promete comprar-lhe, nos termos e condições do presente acordo, a totalidade da área a construir no terreno identificado na cláusula segunda, destinada ao realojamento de municípios de Oeiras que residem em barracas ou habitações degradadas, no âmbito, designadamente, dos apoios previstos no Programa Especial de Realojamento (PER). -----

Dois – Como condição de efectivação dos negócios jurídicos e que se refere o número anterior, caberá ao segundo outorgante requerer à Câmara Municipal de Oeiras as licenças de loteamento e de realização de infra-estruturas no terreno a que se refere a cláusula segunda,

comprometendo-se a Câmara a emitir, no integral respeito pelas leis e regulamentos em vigor, os alvarás que titulem a correspondente operação urbanística nos prazos e termos que viabilizem o cumprimento das obrigações assumidas pela segunda outorgante pelo presente instrumento convencional. -----

Três – O primeiro outorgante admite que, mediante estudo a apresentar a parcela restante do terreno identificado na cláusula primeira, se adquirida pelo segundo outorgante, seja igualmente aproveitada para desenvolvimento do programa a que se refere o presente protocolo, comprometendo-se a adquirir a totalidade dos fogos aí construídos.-----

-----Sétima-----

-
Com o apoio do primeiro outorgante, à segunda outorgante caberá a apresentação de todos os projectos que se mostrem necessários à edificação dos fogos, submetendo-os à apreciação dos serviços e a aprovação pelos órgãos competentes.-----

-----Oitava-----

--
São da responsabilidade da segunda outorgante os encargos com eventuais comparticipações ou trabalhos induzidos por acréscimo de potência no fornecimento de energia eléctrica, de instalação de postes de transformação ou seccionamento, determinados por necessidades que decorram directamente do empreendimento. -----

-----Nona-----

--
Um – A compra e venda da totalidade dos fogos a executar pelo segundo outorgante realizar-se-á pelo montante determinado, nos termos da lei, pelo INH e o pagamento obedecerá ao seguinte plano: -----

a) Um pagamento inicial correspondente a trinta por cento do valor comparticipado pelo INH no



CÓPIA

financiamento à aquisição dos fogos até vinte dias úteis após a sua disponibilização por esta entidade; -----

b) A parte remanescente na data da escritura de compra e venda que terá lugar até vinte e dois dias úteis contados da obtenção, pelo Município, do financiamento à aquisição.-----

Dois – À Câmara compete proceder à notificação da segunda outorgante para as escrituras, por escrito e com expressa menção do local, dias e hora da sua realização.-----

-----Décima-----

-
Um – A segunda outorgante reconhece que os meios de financiamento destinados ao cumprimento da obrigação de pagamento das áreas prometidas adquirir pelo primeiro outorgante são garantidos pelo Estado, designadamente no âmbito do PER, através da entidade a que se refere a cláusula anterior.-----

Dois – Sem prejuízo do que fica consignado no número um, da cláusula anterior, cabe à segunda outorgante a responsabilidade de obtenção dos meios financeiros que viabilizem a execução do empreendimento, comprometendo-se o primeiro outorgante a cooperar com ela no que se torne necessário à contracção do empréstimo ou garantia para o efeito, designadamente junto do Instituto Nacional da Habitação ou de instituição do sector financeiro.-----

-----Décima primeira-----

-
Um – Sem prejuízo do disposto na cláusula nona, as escrituras públicas de compra e venda dos fogos a adquirir pelo primeiro outorgante só serão realizadas após a emissão das pertinentes licenças de utilização.-----

Dois – Cabe à segunda outorgante a responsabilidade pela obtenção dos documentos necessários às escrituras, sem embargo do dever de o primeiro outorgante proceder à entrega dos que lhe compita.-----

Três – O primeiro outorgante é responsável pelo pagamento de eventuais despesas emolumentares devidas pela celebração das escrituras.-----

-----Décima segunda-----

--
A segunda outorgante obriga-se a executar o empreendimento de modo a cumprir com o programa de entrega de fogos concluídos que consta do anexo ao presente acordo e que dele faz parte integrante.-----

-----Décima terceira-----

-
Para os casos de incumprimento, são estabelecidas as seguintes penalidades:-----

- a) Se as escrituras de compra e venda não puderem ser realizadas nos prazos aqui fixados por motivos imputáveis ao primeiro outorgante, a segunda tem o direito de ser resarcida de todos os prejuízos decorrentes desse atraso; -----
- b) Se a segunda outorgante não cumprir os prazos de entrega dos fogos constantes do anexo ao presente acordo a que se compromete, por razões que lhe sejam comprovadamente imputáveis, pagará ao primeiro outorgante o montante dos prejuízos emergentes desse facto, fixando-se para esse efeito como sanção pecuniária o correspondente a um por mil do valor global do empreendimento, por cada dia de atraso, até ao máximo de cinco por cento do mesmo valor;-----
- c) O incumprimento reiterado por parte da segunda outorgante que conduza, designadamente, à paralização dos trabalhos por mais de quatro meses não motivado por caso fortuito ou de força maior, ou à sobreposição de pelo menos duas das fases previstas no anexo ao presente acordo, concede ao primeiro o direito de resolver o presente protocolo, transmitindo-lhe os terrenos cuja propriedade para ela tenha sido transferida pelos terceiros outorgantes, sem qualquer encargo para o Município.-----

Os termos do presente acordo foram aprovados pela Câmara Municipal de Oeiras, em/..../... e



CÓPIA

pela Assembleia Municipal de Oeiras, em .../.../.... -----

Feito e assinado em Oeiras, aos .../.../..., em três originais ficando cada um dos outorgantes na posse de um deles.-----

O Primeiro Outorgante, -----

A Segunda Outorgante, -----

Os Terceiros Outorgantes.”-----

-----II – A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

91 – PROGRAMA QUINTA DA POLITEIRA – AUTO DE MEDIÇÃO Nº. 12B – TRABALHOS A MAIS (EDIFÍCIOS) – SITUAÇÃO DE ABRIL/98 – CP 05.01.02.02.: -----

----- I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “De acordo com a informação número mil trezentos e setenta e cinco, de noventa e oito, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

----- Um - O pagamento do auto de medição número doze B (trabalhos a mais), no valor de três milhões cento e trinta e nove mil oitocentos e oito escudos, à firma Edificadora Luz e Alves, Limitada.-----

----- Dois - Aprovação da proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**92 – AUTO DE MEDIÇÃO RELATIVO À REABILITAÇÃO DOS NºS. 42 A 54, DA RUA
INSTITUTO CONDE DE AGROLONGO – TRABALHOS A MAIS – CP 05.01.03.03.:-----**

----- I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “De acordo com a informação número mil trezentos e noventa e três, de noventa e oito, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

----- Um - O pagamento do auto de medição número um, Abril de noventa e oito, relativo às obras em epígrafe, no valor de cinco milhões quinhentos e dezassete mil quinhentos e quarenta escudos, à firma Socijoba. -----

----- Dois - Aprovação da proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

93 – PM 444 – PIPA – 12º. AUTO DE REVISÃO DE PREÇOS – CP 09.01.02.05.:-----

----- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Em oito de Maio de noventa e oito, vem a Consugal, Sociedade Anónima, fiscalização da empreitada designada em epígrafe, apresentar o cálculo do décimo segundo auto de revisão de preços, até à situação número vinte e quatro, o qual importa em quatro milhões cento e sessenta e quatro mil setecentos e oitenta e oito escudos, sendo da responsabilidade desta Autarquia a quantia de quatro milhões quarenta e nove mil novecentos e dezanove escudos e a verba de cento e catorze mil oitocentos e sessenta e nove escudos, por conta da REFER.-----

----- Segundo a informação número quatrocentos e setenta e sete, de noventa e oito, do Serviço de Edificações Municipais, os cálculos, que se encontram anexos ao processo, mereceram parecer favorável da fiscalização, pelo que, em face do que antecede, proponho: -----

----- - A aprovação do pagamento do décimo segundo auto de revisão de preços no valor de quatro milhões quarenta e nove mil novecentos e dezanove escudos, ao qual acresce a importância de duzentos e dois mil quatrocentos e noventa e seis escudos de IVA à taxa de cinco por cento; - -----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

94 – CIRCULAÇÃO CONDICIONADA NA RUA DA BARRA (COOPERATIVA “NOVA MORADA”), EM PAÇO DE ARCOS: -----

----- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Através da exposição registada sob o número cinco mil novecentos e vinte e oito, em vinte e seis de Fevereiro de noventa e oito, vêm os moradores da Rua da Barra, Urbanização Cooperativa Nova Morada, em Paço de Arcos, solicitar a colocação de sinalização de “trânsito proibido – excepto moradores”, na referida rua. -----

----- Nos termos da informação número duzentos e vinte e dois, de noventa e oito, do Divisão de Estudos e Projectos/Trânsito, o arruamento em causa apresenta as características (pequena extensão, perfil deficiente, rua sem saída, trânsito local e ausência de estabelecimentos comerciais) que em geral condicionam o tipo de circulação. -----

----- Tendo concordado com o exposto na referida informação, proponho que a Câmara delibere autorizar: -----

----- - A colocação de sinal de “trânsito proibido excepto a residentes e serviços”, no início da Rua da Barra (Cooperativa Nova Morada), em Paço de Arcos; -----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**95 – DIM/DAD-38/98 – DIVERSAS BENEFICIAÇÕES NAS ESCOLAS 1 E 2 DE ALGÉS –
APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP
01.02.03.03.:-----**

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Administração Directa, foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de seiscentos e seis mil e quatrocentos escudos, o qual corresponde a trabalhos previstos. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- -A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de seiscentos e trinta e seis mil setecentos e vinte escudos, o qual inclui a importância de trinta mil trezentos e vinte escudos, de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma COPI – Construções Civis, Obras Públicas e Industriais, Limitada. -----

----- -A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**96 – DIM/DAD-334/97 – VEDAÇÃO JUNTO À ESCOLA SECUNDÁRIA DE LINDA-A-VELHA –
APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP**

11.05.03.06.:-----

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Administração Directa, foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de dois milhões duzentos e cinco mil oitocentos e quarenta e oito escudos, o qual corresponde a trabalhos previstos. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- -A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de dois milhões trezentos e dezasseis mil cento e quarenta escudos, o qual inclui a importância de cento e dez mil duzentos e noventa e dois escudos, de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Mateus & Irmãos, Limitada. -----

----- -A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**97 – DIM/DAD-135/97 – VEDAÇÃO E PALAS DA ESCOLA PRIMÁRIA Nº. 2 DE BARCARENA,
EM LECEIA – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 2º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS**

- CP 01.02.03.08.:-----

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Administração Directa, foi elaborado o segundo auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de quatro milhões quinhentos e quarenta e oito mil e noventa e seis escudos, o qual corresponde a:-----

----- Trabalhos previstos – três milhões oitocentos e catorze mil seiscentos e cinquenta e seis escudos. -----

----- Trabalhos a mais de natureza prevista – setecentos e trinta e três mil quatrocentos e quarenta escudos. -----

----- Os trabalhos a mais incluídos neste auto devem-se a diferenças nas medições. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- -A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de quatro milhões setecentos e setenta e cinco mil quinhentos e um escudos, o qual inclui a importância de duzentos e vinte e sete mil quatrocentos e cinco escudos, de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Mateus & Irmãos, Limitada. -----

----- -A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

98 – DIM/DAD-135/97 – VEDAÇÃO E PALAS DA ESCOLA PRIMÁRIA Nº. 2 DE BARCARENA,

EM LECEIA – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 4º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS

- CP 01.02.03.08.:-----

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Administração Directa, foi elaborado o quarto auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de três milhões setecentos e vinte e seis mil seiscentos e setenta e dois escudos, o qual corresponde a:-----

----- Trabalhos previstos – dois milhões quarenta e dois mil quatrocentos e quarenta e oito escudos.-----

----- Trabalhos a mais de natureza prevista – um milhão seiscentos e oitenta e quatro mil duzentos e vinte e quatro escudos.-----

----- Os trabalhos a mais incluídos neste auto devem-se ao facto de pelo projecto se encontrarem previstas palas nas fachadas sul e poente do edifício da escola, tendo-se verificado no decorrer da empreitada que para além de só se encontrarem medidas doze unidades existiam mais seis vãos nas mesmas circunstâncias dos restantes e que na filosofia do projecto deveriam também possuir palas de sombreamento e ainda a diferença na quantidade de betão inicialmente prevista dado o desnível acentuado do campo de jogos e o terreno envolvente.-----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- - A aprovação dos trabalhos a mais no valor de um milhão seiscentos e oitenta e quatro mil duzentos e vinte e quatro escudos;-----

----- -A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de três milhões novecentos e treze mil e seis escudos, o qual inclui a importância de cento e oitenta e seis mil trezentos e trinta e quatro escudos, de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente



CÓPIA

----- pagamento à firma Mateus & Irmãos, Limitada. -----

----- -A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**99 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA CONSTRUÇÃO DA SEDE DO RANCHO
FOLCLÓRICO FLORES DA BEIRA, NO Bº. DO CASAL DAS CHOCAS - CP 02.01.09.03.: -----**

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- “Um – De acordo com a atribuição de subsídio à construção da nova sede da Associação Rancho Folclórico Flores da Beira, solicita a Associação, que lhe seja concedido parte do subsídio para equipar o espaço interior. -----

----- Dois – A este respeito se refere a informação trezentos e catorze, do Gabinete de Projectos Especiais, em onze de Março de mil novecentos e noventa e oito. -----

----- Três – Nesta conformidade, submete-se à aprovação o subsídio de um milhão quinhentos e trinta e quatro mil cento e sessenta e três escudos.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**100 – ADJUDICAÇÃO DE EXECUÇÃO DE MAQUETA PARA A EXPOSIÇÃO PERMANENTE
DE ARQUEOLOGIA, DEDICADA AO POVOADO PRÉ-HISTÓRICO DE LECEIA – CP**

02.03.05.01.:-----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- “Encontra-se em fase de reinstalação, depois de patente ao público no Museu Nacional de Arqueologia, exposição monográfica dedicada ao povoado pré-histórico de Leceia. Tal reinstalação será efectuada em dependências da antiga Fábrica da Pólvora de Barcarena.-----

----- Uma das peças de maior interesse didáctico corresponde a maqueta de reconstituição de todo o dispositivo defensivo identificado naquele povoado pré-histórico, à escala de um por cento e vinte e cinco.-----

----- Por acordo estabelecido com o Museu Nacional de Arqueologia, esta maqueta foi permutada pela totalidade dos vinte e três painéis que integravam a exposição, cuja posse se afigurava indispensável para a pretendida reinstalação, em tempo útil e nas melhores condições, incluindo económicas.-----

----- Face ao exposto, afigura-se necessário obter maqueta idêntica àquela que, anteriormente, tinha sido adjudicada pela Câmara Municipal de Oeiras à firma Aresta; o orçamento agora apresentado, no mesmo montante do relativo à primeira execução, é o seguinte:

----- - execução da maqueta – quinhentos e cinquenta mil escudos -----

----- - tampa acrílica – cinquenta mil escudos -----

----- - plinto – trinta mil escudos -----

----- Tais valores, que não incluem o IVA, deverão ser satisfeitos do seguinte modo: trinta por cento do total com a adjudicação e os restantes setenta por cento com a entrega da obra acabada. Prazo de entrega – cento e vinte dias. -----

----- Por ser a referida firma, com sede na Rua José Augusto Lopes Júnior, número cinco,



CÓPIA

segundo andar, dois mil quinhentos e sessenta Torres Vedras, aquela que melhores garantias de qualidade e de fidelidade ao modelo já produzido oferece, propõe-se, pelos motivos aludidos, que lhe seja adjudicada a obra em apreço. Mais se propõe que esta adjudicação seja assegurada por ajuste directo, ao abrigo da alínea d), número um, do artigo trigésimo sexto, do Decreto-Lei cinquenta e cinco, de noventa e cinco, conjugado com o artigo trigésimo sétimo, do mesmo Decreto-Lei.”-----

-----II – A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

101 – CEDÊNCIA DE TERRENO – AL 2/96 E RESPECTIVO ADITAMENTO, DE QUE É TITULAR TAGUSPARQUE – SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA ÁREA DE LISBOA, S.A.: -----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- “Com vista à concretização da cedência do terreno imposta aquando da aprovação do loteamento a que se refere o processo mil e duzentos-PV/noventa e oito e alvará de loteamento dois, de noventa e seis e respectivo aditamento, e de harmonia com o disposto na alínea m), do número um, do artigo quinquagésimo primeiro, do Decreto-Lei número cem, de oitenta e quatro, de vinte e nove de Março, com a nova redacção que lhe foi dada pela Lei número dezoito, de noventa e um, de doze de Junho, proponho que seja aceite por esta Câmara Municipal a cedência de terreno com a área de doze mil duzentos e sessenta e sete metros quadrados destinada ao domínio privado do Município a desanexar do prédio descrito na Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras sob a ficha dois mil cento e sessenta e oito – Barcarena, inscrito por transmissão no livro G-Um, a favor de Tagusparque – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia da Área de Lisboa, Sociedade Anónima, omisso na matriz predial urbana da freguesia de Barcarena.”-----

----- II – A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**102 – PROCEDIMENTO POR NEGOCIAÇÃO SEM PUBLICAÇÃO PRÉVIA DE ANÚCIO
PARA AQUISIÇÃO DE UMA VIATURA MISTA DE CAIXA ABERTA, TRIBASCULANTE,
CABINE SIMPLES SEM CAPOTA FLEXÍVEL, PESO BRUTO IGUAL A 3.500 KG – CP
06.02.05.03.:-----**

----- I – O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Um – Considerando que no Plano de Actividades para mil novecentos e noventa e oito está prevista e foi aprovada a aquisição de uma viatura mista de caixa aberta, tribasculante, cabine simples sem capota flexível, peso bruto igual a três mil e quinhentos quilogramas. -----

----- Dois – Considerando que para o efeito foi aprovada a abertura do concurso em título, sob a forma de procedimento por negociação sem publicação prévia de anúncio, e ao qual se apresentaram dois concorrentes cujas propostas a seguir se descriminam:-----

----- Dois.um – Salvador Caetano – Indústrias Metalúrgicas e Veículos de Transporte, Sociedade Anónima-----

----- Dois.um.um – Viatura da marca Toyota, modelo “Dyna duzentos e cinquenta (BU cento e quarenta e dois L)”-----

----- Preço com IVA incluído – quatro milhões quatrocentos e quarenta e seis mil escudos

----- Dois.dois – Camial – Comercialização de Camiões, Limitada-----

----- Dois.dois.um – Viatura da marca Iveco, modelo “trinta e cinco E dez” -----

----- Preço com IVA incluído – quatro milhões seiscentos e oitenta mil escudos -----

----- Três – Considerando que a Comissão de Apreciação de Propostas, nomeada superiormente para o efeito e constituída pelo signatário emitiu o seu parecer técnico, junto ao processo, e através do qual se recomenda a adjudicação à empresa “Salvador Caetano – Indústrias Metalúrgicas e Veículos de Transporte, Sociedade Anónima”, a aquisição de uma viatura mista de caixa aberta, tribasculante, cabine simples sem capota flexível, peso bruto igual



CÓPIA

a três mil e quinhentos quilogramas. -----

----- Quatro – Considerando ser urgente a aquisição desta viatura, essencial ao serviço a que se destina, e ao abrigo do artigo centésimo terceiro, do Código de Procedimento Administrativo, não se considera necessária a audiência prévia dos concorrentes, propõe-se: -----

----- Cinco – Que a Câmara delibere adjudicar a aquisição de uma viatura mista de caixa aberta, tribasculante, cabine simples sem capota flexível, peso bruto igual a três mil e quinhentos quilogramas, da marca Toyota, modelo “Dyna duzentos e cinquenta (BU cento e quarenta e dois L)”, à empresa “Salvador Caetano – Indústrias Metalúrgicas e Veículos de Transporte, Sociedade Anónima”, pelo valor de quatro milhões quatrocentos e quarenta e seis mil escudos, estando já incluídos os dezassete por cento do IVA.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**103 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À JUNTA DE FREGUESIA DE ALGÉS PARA
FUNCIONAMENTO DOS INFANTÁRIOS - CP 03.01.13.03.:-----**

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- “No âmbito do protocolo assinado para transferência dos estabelecimentos de infância sob suporte das Juntas de Freguesia, submete-se à consideração do Executivo a atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Algés, no montante de dois milhões duzentos e oitenta e um mil seiscentos e cinquenta e três escudos e relativo ao mês de Abril. -----

----- Este quantitativo corresponde aos encargos a suportar pela Câmara e que decorrem da diferença entre os encargos mensais com o pessoal dos estabelecimentos do Jardim de Infância “O Pioneiro” e o Jardim Infantil “Vinte e Cinco de Abril“ e ATL - Actividades de Tempos Livres “O Pinóquio” e o quantitativo recebido da IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social, pela Junta de Freguesia.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

104 – DESPEJO JUDICIAL DO MORADOR DO FOGO SITO NA AV^a. DOS CAVALEIROS, Nº.

26, 1º. B, Bº. DA OUTURELA/PORTELA: -----

----- I – O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Um – Em Junho de mil novecentos e noventa e cinco, foi atribuído em regime de arrendamento um fogo de tipologia T Um, localizado na Avenida dos Cavaleiros, vinte e seis, primeiro B, a Ana Maria Fortes Almeida e Aristides Sacramento Neves. -----

----- Dois – O primeiro titular do contrato de arrendamento, Ana Maria Fortes Almeida, assinou uma declaração de renúncia ao realojamento e saiu do locado em Novembro de mil novecentos e noventa e sete, tendo ficado a residir o segundo titular. -----

----- Três – O arrendatário é devedor de rendas desde Novembro de noventa e sete, de acordo com as informações números novecentos e cinquenta e oito, de noventa e oito, da Divisão de Polícia Municipal, mil e cinquenta e três, de noventa e oito, do Departamento de Habitação e fax da Secção de Taxas e Licenças, de onze de Maio. -----

----- Quatro – Deste modo, propõe-se: -----

----- - que seja intentado o competente processo judicial de despejo. -----

----- - a aprovação da proposta em minuta.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**105 – ARRANJOS EXTERIORES DOS 66 FOGOS NA RIBEIRA DA LAGE – AUTO DE
MEDIÇÃO Nº. 6 – SITUAÇÃO DE ABRIL/98 – CP 05.04.02.02.: -----**

----- I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “De acordo com a informação número mil trezentos e quarenta e nove, de noventa e oito, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

----- Um - O pagamento do auto de medição número seis (trabalhos contratuais), referente às infra-estruturas e arranjos exteriores, no valor de três milhões cento e noventa e nove mil trezentos e vinte e dois escudos, à firma Edifer, Sociedade Anónima.-----

----- Dois - Aprovação da proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

106 - ARRANJOS EXTERIORES DOS 166 FOGOS NA RIBEIRA DA LAGE – PARCELA FINANCIADA PELA RENOVAÇÃO URBANA - AUTO DE MEDIÇÃO Nº. 7 – SITUAÇÃO DE ABRIL/98 – CP 05.04.02.02.:-----

----- I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “De acordo com a informação número mil trezentos e quarenta e oito, de noventa e oito, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

----- Um - O pagamento do auto de medição número sete (trabalhos contratuais), referente às infra-estruturas e arranjos exteriores dos cem fogos, no valor de cinco milhões setecentos e cinquenta e quatro mil setecentos e quarenta e quatro escudos, à firma Edifer, Sociedade Anónima. - -----

----- Dois - Aprovação da proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**107 – EQUIPAMENTO COMERCIAL NA RIBEIRA DA LAGE – PARCELA FINANCIADA
PELA CMO - AUTO DE MEDIÇÃO Nº. 10 – SITUAÇÃO DE ABRIL/98 – CP 05.01.02.04.: -----**

----- I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “De acordo com a informação número mil trezentos e quarenta e sete, de noventa e oito, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

----- Um - O pagamento do auto de medição número dez, de Abril de noventa e oito (trabalhos contratuais), referente ao equipamento comercial, no valor de quatro milhões duzentos e sessenta mil setecentos e sessenta e um escudos, à firma Edifer, Sociedade Anónima. -----

----- Dois - Aprovação da proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**108 – AUTO DE MEDIÇÃO RELATIVO À REABILITAÇÃO DOS NºS. 2, 4 E 6 DA RUA
TOMÁS DE MELLO E NºS. 41, 43 E 45, DA RUA INSTITUTO CONDE DE AGROLONGO –
TRABALHOS A MAIS – CP 05.01.03.03.:-----**

----- I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “De acordo com a informação número mil trezentos e noventa e sete, de noventa e oito, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

----- Um - O pagamento do auto de medição número três, Abril de noventa e oito, relativo às obras em epígrafe, e no valor de trezentos e setenta e sete mil trezentos e oitenta e sete escudos, à firma Socijoba. -----

----- Dois - Aprovação da proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**109 – AUTO DE MEDIÇÃO RELATIVO À REABILITAÇÃO DOS NºS. 1, 3 E 5 DA RUA
TOMÁS DE MELLO E NºS. 4, 6 E 8, DA RUA INDIVERI COLUCCI – TRABALHOS A MAIS –
CP 05.01.03.03.: -----**

----- I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “De acordo com a informação número mil trezentos e noventa e cinco, de noventa e oito, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

----- Um - O pagamento do auto de medição número dois, Abril de noventa e oito, relativo às obras em epígrafe, e no valor de um milhão onze mil e noventa e oito escudos, à firma Socijoba.-----

----- Dois - Aprovação da proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**110 - AUTO DE MEDIÇÃO RELATIVO À REABILITAÇÃO DOS NºS. 2, 4 E 6 DA RUA TOMÁS
DE MELLO E NºS. 41, 43 E 45, DA RUA INSTITUTO CONDE DE AGROLONGO –
TRABALHOS CONTRATUAIS – CP 05.01.03.03.: -----**

----- I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “De acordo com a informação número mil trezentos e noventa e oito, de noventa e oito, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

----- Um - O pagamento do auto de medição número quatro, Abril de noventa e oito, relativo às obras em epígrafe, e no valor de um milhão seiscentos e noventa e oito mil quatrocentos e oitenta escudos, à firma Socijoba. -----

----- Dois - Aprovação da proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**111 - AUTO DE MEDIÇÃO RELATIVO À REABILITAÇÃO DOS N°S. 1, 3 E 5 DA RUA TOMÁS
DE MELLO E N°S. 4, 6 E 8, DA RUA INDIVERI COLUCCI – TRABALHOS CONTRATUAIS –
CP 05.01.03.03.: -----**

----- I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “De acordo com a informação número mil trezentos e noventa e seis, de noventa e oito, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

----- Um - O pagamento do auto de medição número quatro, Abril de noventa e oito, relativo às obras em epígrafe, e no valor de três milhões quinhentos e treze mil e trezentos escudos, à firma Socijoba. -----

----- Dois - Aprovação da proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**112 – DH-2/96 – CONCEPÇÃO/CONSTRUÇÃO DE FOGOS DE HABITAÇÃO SOCIAL NO Bº.
BENTO DE JESUS CARAÇA, EM OEIRAS – CP 05.01.02.05.:-----**

----- I – O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “A empreitada designada em epígrafe foi adjudicada, conforme deliberação tomada por esta Câmara Municipal em reunião ordinária realizada em trinta e um de Julho de mil novecentos e noventa e seis, na sequência de ajuste directo, com consulta, à firma “Meliobra – Construção Civil e Obras Públicas, Limitada”, pela importância de duzentos e quarenta e seis milhões novecentos e sessenta e três mil quinhentos e noventa e dois escudos, com um prazo de execução de seis meses; a adjudicação foi feita tendo em consideração as disposições contidas na alínea c), do número dois, do artigo quinquagésimo segundo, do Decreto-Lei número quatrocentos e cinco, de noventa e três, de dez de Dezembro, com nova redacção dada pelo Decreto-Lei número cento e um, de noventa e cinco, de vinte e nove de Maio. -----

----- Trata-se de uma empreitada de concepção/construção, regida pelo artigo décimo, do Regulamento Jurídico de Empreitadas e Obras Públicas, tendo sido celebrado contrato escrito, visado pelo Tribunal de Contas em dezoito de Dezembro de mil novecentos e noventa e seis – processo número setenta e seis mil e noventa e nove, de noventa e seis. -----

----- Refere, agora, a Divisão de Promoção de Habitação, na informação número mil cento e vinte e oito, de noventa e oito, do Departamento de Habitação, que as caves dos três edifícios (E Um/E Três), que constituem a empreitada eram destinados a equipamento comercial, sendo logo no início o espaço da cave E Um, transformado em habitação. -----

----- Salienta ainda aquela Divisão que o processo era omissão na componente “arranjos exteriores”, nomeadamente na execução do muro de suporte, confinante com a Rua Junção do Bem e regularização do respectivo talude; por força da sua construção e da rede de abastecimento de água aos edifícios, foi levantada e reposta toda a calçada em frente e no tardo



CÓPIA

dos edifícios existentes, além de outros trabalhos complementares.-----

-----Também, no decurso da obra, foram introduzidas alterações nos fogos, traduzidas em melhoramentos no seu interior, a fim de garantir uma melhor apropriação pelos moradores ao nível do conforto e segurança, visando paralelamente a futura manutenção e gestão do empreendimento pela Câmara Municipal.-----

-----Os trabalhos a mais mencionados importam em dezanove milhões novecentos e quarenta e seis mil novecentos e cinquenta e um escudos e sessenta centavos, conforme listagem de preços unitários e quantidades, anexa à carta do empreiteiro número DPO quinhentos e sessenta e dois, datada de três de Abril último e registada sob o número dez mil novecentos e setenta e seis.-----

-----Para além disso, a Divisão de Promoção da Habitação foca na sua informação que acordou com a firma que os preços apresentados não são objecto de revisão de preços. -----

-----Tendo concordado com o exposto na informação número mil cento e vinte e oito, de noventa e oito, do Departamento de Habitação, proponho que esta Câmara Municipal delibere: --

----- - Aprovar a realização de trabalhos a mais no montante de dezanove milhões novecentos e quarenta e seis mil novecentos e cinquenta e um escudos e sessenta centavos, mais IVA; -----

----- - Apostilar ao contrato escrito com a firma em causa – “Meliobra – Construção Civil e Obras Públicas, Limitada”, os trabalhos a mais ora aprovados; -----

----- - Aprovar a presente proposta em minuta.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

113 – AUTO DE MEDIÇÃO REFERENTE À REPARAÇÃO DOS FOGOS NA RUA TOMÉ BARROS QUEIROZ, 9 – 1º. F E 9 – 1º. ESQ. E EX-ESCADAS, Bº. DO POMBAL – CP 05.01.03.05.:-----

----- I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “De acordo com a informação número mil duzentos e trinta e cinco, de noventa e oito, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

----- Um - O pagamento do auto de medição, no valor de um milhão duzentos e sessenta e sete mil novecentos e noventa e nove escudos, à firma Edificadora Luz e Alves.-----

----- Dois - Aprovação da proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**114 – DIM/DAD-76/97 – FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE MASTROS DE BANDEIRA
EM ESCOLAS – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE
TRABALHOS – CP 01.02.03.09.: -----**

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Administração Directa, foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de três milhões trezentos e vinte e cinco mil escudos, o qual corresponde a trabalhos previstos. -----

----- Face ao exposto e uma vez que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho:-----

----- -A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de três milhões quatrocentos e noventa e um mil duzentos e cinquenta escudos, o qual inclui a importância de cento e sessenta e seis mil duzentos e cinquenta escudos, de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma COPI – Construções Civis, Obras Públicas e Industriais, Limitada. -----

----- -A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**115 – DIM/DAD-94/97 – RECREIO COBERTO DA ESCOLA PRIMÁRIA 2 DE BARCARENA –
APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 2º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP
01.02.03.10.:-----**

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Administração Directa, foi elaborado o segundo auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de dois milhões duzentos e sessenta e um mil seiscentos e vinte e oito escudos, o qual corresponde a: -----

----- Trabalhos previstos – oitocentos e cinquenta e sete mil e oitenta e oito escudos. -----

----- Trabalhos a mais de natureza prevista – um milhão quatrocentos e quatro mil quinhentos e quarenta escudos.-----

----- Os trabalhos a mais incluídos neste auto devem-se essencialmente ao facto de ter sido necessário proceder à substituição do pavimento contíguo existente em betonilha afagada danificada pela normal execução dos trabalhos previstos, por placas de betão idênticas ao restante pavimento novo.-----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- -A aprovação dos trabalhos a mais no montante global de um milhão quatrocentos e quatro mil quinhentos e quarenta escudos;-----

----- -A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de dois milhões trezentos e setenta e quatro mil setecentos e nove escudos, o qual inclui a importância de cento e treze mil e oitenta e um escudos, de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Mateus & Irmãos, Limitada.-----

----- -A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----



CÓPIA

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**116 – DIM/DAD-94/97 – RECREIO COBERTO DA ESCOLA PRIMÁRIA DE BARCARENA –
LECEIA - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 3º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP**

01.02.03.10.:-----

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Administração Directa, foi elaborado o terceiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de quatro milhões setecentos e vinte e cinco mil escudos, referente a trabalhos previstos. -----

----- De acordo com a informação número quatrocentos e setenta e nove, de noventa e oito, da Divisão de Administração Directa, os trabalhos foram executados em boas condições, pelo que, em face do que antecede, proponho: -----

----- -A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante de quatro milhões novecentos e sessenta e um mil duzentos e cinquenta escudos, o qual inclui a importância de duzentos e trinta e seis mil duzentos e cinquenta escudos, de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à Mateus & Irmãos, Limitada.-----

----- -A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**117 – DIM/DAD – 362/97 – EXECUÇÃO DE VEDAÇÃO NA SERRA DE CARNAXIDE –
APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. E ÚNICO AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP**

11.05.03.06.:-----

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Administração Directa, foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de um milhão trezentos e oitenta e sete mil seiscentos e vinte escudos, o qual corresponde a trabalhos previstos. -----

----- Face ao exposto e uma vez que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho:- -----

----- -A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de um milhão quatrocentos e cinquenta e sete mil e um escudos, o qual inclui a importância de sessenta e nove mil trezentos e oitenta e um escudos, de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma COPI – Construções Civis, Obras Públicas e Industriais, Limitada. -----

----- -A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**118 – DIM/DAD-45/98 – COLOCAÇÃO DE GRADES E PORTAS METÁLICAS NO SPORT
ALGÉS E DAFUNDO – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. E ÚNICO AUTO DE MEDIÇÃO
DE TRABALHOS – CP 11.05.03.06.: -----**

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Administração Directa, foi elaborado o primeiro e único auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de quinhentos e sessenta mil escudos, o qual corresponde a trabalhos previstos.-----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- -A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de quinhentos e oitenta e oito mil escudos, o qual inclui a importância de vinte e oito mil escudos, de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Construtora de Santa Iria, Limitada. - -----

----- -A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

119 – DIM/DAD-37/98 – TRABALHOS NO FORTE DO AREEIRO – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 11.05.03.05.:-----

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Administração Directa, foi elaborado o primeiro e único auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de duzentos e oitenta e quatro mil escudos, o qual corresponde a trabalhos previstos. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- -A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de duzentos e noventa e oito mil e duzentos escudos, o qual inclui a importância de catorze mil e duzentos escudos, de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Nelconstroi, Limitada. - -----

----- -A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**120 – DIM/DAD-41/98 – OBRAS DE BENEFICIAÇÃO NO GABINETE DA VEREAÇÃO NO
EDIFÍCIO DE PAÇO DE ARCOS – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE
MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 11.05.03.05.:-----**

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Administração Directa, foi elaborado o primeiro e único auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de dois milhões trezentos e vinte e oito mil e cem escudos, o qual corresponde a: -----

----- Trabalhos previstos – um milhão novecentos e dezoito mil e cem escudos. -----

----- Trabalhos a mais de natureza prevista – vinte e seis mil escudos. -----

----- Trabalhos a mais de natureza não prevista – trezentos e oitenta e quatro mil escudos.

----- Os trabalhos a mais de natureza não prevista são referentes à alteração dos painéis existentes na nova sala de espera para painéis em mogno igual aos restantes, alteração da divisória do corredor para painel em vidro com estore pelo interior e colocação de lã de rocha sobre o tecto do gabinete para isolamento do gabinete. A fim de proceder às alterações referidas durante o decorrer da obra, não foi solicitado atempadamente aprovação superior. -----

----- Verificou-se ainda a existência de trabalhos a menos no montante global de trinta mil escudos. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- -A aprovação de trabalhos a mais de natureza prevista no montante de vinte e seis mil escudos; -----

----- -A aprovação de trabalhos a mais de natureza não prevista no montante de trezentos e oitenta e quatro mil escudos; -----

----- - A aprovação de trabalhos a menos no montante de trinta mil escudos; -----



CÓPIA

----- -A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de dois milhões quatrocentos e quarenta e quatro mil quinhentos e cinco escudos, o qual inclui a importância de cento e dezasseis mil quatrocentos e cinco escudos, de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma CJG – Construções, Limitada. -----

----- -A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

121 – DIM/DAD-382/97 – EXECUÇÃO DE VEDAÇÃO NA RIBEIRA DE ALGÉS –

APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP

11.05.03.06.:-----

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Administração Directa, foi elaborado o primeiro e único auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de quatrocentos e vinte mil escudos, o qual corresponde a trabalhos previstos.-----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- -A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de quatrocentos e quarenta e um mil escudos, o qual inclui a importância de vinte e um mil escudos, de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma COPI – Construções Civis, Obras Públicas e Industriais, Limitada. -----

----- -A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

122 – PM-444-PIPA – APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MAIS – CP 09.01.02.05.:-----

----- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “O projecto patenteado a concurso não tem completamente definidas as obras para ligação do Viaduto Rodoviário aos arruamentos em que se insere, nomeadamente à Rua José Fernão Castelo Branco.-----

----- Para restabelecimento da rede de distribuição de energia eléctrica sobre o tabuleiro do viaduto e sua ligação à Rua da Fonte de Maio e Rua José Ferrão Castelo Branco, houve que executar um aterro, necessário também para estabelecer a ligação rodoviária, que dado o desnível existente tem de ser contido por um muro.-----

----- O valor apresentado pelo adjudicatário para a execução deste trabalho importa em oitocentos e setenta e seis mil trezentos e noventa e três escudos e mereceram parecer favorável da fiscalização (Consulgal), junta à informação número quatrocentos e trinta, de noventa e oito, do Serviço de Edificações Municipais.-----

----- Tendo concordado com o exposto na referida informação, proponho:-----

----- - A aprovação dos trabalhos a mais, no montante de oitocentos e setenta e seis mil trezentos e noventa e três escudos, ao qual se acresce quarenta e três mil oitocentos e vinte escudos, referente ao IVA à taxa de cinco por cento; -----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II – A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**123 – DIM/DAD-155/97 – ARRANJO DAS FACHADAS DO MERCADO DE OEIRAS –
APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 3º. E ÚLTIMO AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS –
CP 08.02.03.03.:-----**

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Administração Directa, foi elaborado o terceiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de setecentos e trinta e três mil escudos, o qual corresponde a trabalhos a mais de natureza não prevista, aprovados em reunião de Câmara de sete de Janeiro de noventa e oito, relativos a obras de remodelação para o Gabinete da Fiscalização. -----

----- Face ao exposto e uma vez que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho:- -----

----- -A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de setecentos e sessenta e nove mil seiscentos e cinquenta escudos, o qual inclui a importância de trinta e seis mil seiscentos e cinquenta escudos, de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à Sociedade de Construções José Moreira, Limitada. -----

----- -A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

124 – DIM-91/96 – REPERFILAGEM DO LARGO DA IRMANDADE – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 2º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 09.01.03.32.:-----

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Administração Directa, foi elaborado o segundo e último auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de dezassete milhões duzentos e quarenta e oito mil oitocentos e sessenta escudos, do qual onze milhões quinhentos e quarenta e um mil e quatrocentos escudos corresponde a trabalhos previstos e cinco milhões setecentos e sete mil quatrocentos e sessenta escudos a trabalhos a mais de natureza prevista.-----

----- Os trabalhos a mais deste auto resultam de acerto de medições, alteração/correcção dos artigos referentes à escavação, trabalhos que foram executados na sua quase totalidade em rocha dura e a cotas superiores às de projecto e ainda a trabalhos solicitados durante o decorrer da obra, tendo destes sido aprovados na reunião de Câmara de oito de Outubro de noventa e sete, dois milhões noventa e um mil e quatrocentos escudos. -----

----- A diferença entre trabalhos a mais e a menos importa em dois milhões novecentos e quarenta e cinco mil trezentos e oitenta e cinco escudos, a qual necessita de aprovação. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- - Aprovação de dois milhões novecentos e quarenta e cinco mil trezentos e oitenta e cinco escudos, referentes à diferença entre trabalhos a mais e a menos;-----

----- -A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de dezoito milhões cento e onze mil trezentos e três escudos, o qual inclui a importância de oitocentos e sessenta e dois mil quatrocentos e quarenta e três escudos, de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Armando Cunha, Limitada.-----



CÓPIA

----- -A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

125 – DIM/DAD-29/98 – REPARAÇÃO DE VEDAÇÃO PARA PICADEIRO NO PARQUE MUNICIPAL – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS

- CP 11.05.03.06.:-----

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Administração Directa, foi elaborado o primeiro e único auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de cento e noventa e três mil cento e cinquenta escudos, o qual corresponde a trabalhos previstos. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- -A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de duzentos e dois mil oitocentos e oito escudos, o qual inclui a importância de nove mil seiscentos e cinquenta e oito escudos, de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma COPI – Construções Civis, Obras Públicas e Industriais, Limitada. -----

----- -A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**126 – DIM/DEIM-191/97 – RDL-1/97 – REPARAÇÃO DE ARRUAMENTOS NA FREGUESIA DE ALGÉS – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 2º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP
09.01.03.26.:-----**

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Edifícios e Infra-Estruturas Municipais, foi elaborado o segundo auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de seis milhões novecentos e cinquenta e sete mil e quinhentos escudos, o qual corresponde a: -----

----- Trabalhos previstos – setecentos e cinquenta mil escudos. -----

----- Trabalhos a mais de natureza não prevista – seis milhões duzentos e sete mil e quinhentos escudos.-----

----- Os trabalhos a mais de natureza não prevista incluídos neste auto devem-se à execução de um separador central e foram aprovados em reunião de Câmara de oito de Abril de noventa e oito. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- -A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de sete milhões trezentos e cinco mil trezentos e setenta e cinco escudos, o qual inclui a importância de trezentos e quarenta e sete mil oitocentos e setenta e sete escudos, de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Alves Ribeiro, Limitada. -----

----- -A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**127 – DIM/DEIM-199/97 – RDL-9/97 – REPARAÇÃO DE ARRUAMENTOS NA FREGUESIA DE
QUEIJAS – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 2º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS –
CP 09.01.03.08.:-----**

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Edifícios e Infra-Estruturas Municipais, foi elaborado o segundo auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de três milhões seiscentos e seis mil duzentos e cinquenta e sete escudos, o qual corresponde a: -----

----- Trabalhos previstos – dois milhões setecentos e oito mil seiscentos e quatro escudos.

----- Trabalhos a mais de natureza prevista – oitocentos e noventa e sete mil seiscentos e cinquenta e três escudos. -----

----- Os trabalhos a mais de natureza prevista incluídos neste auto devem-se ao facto de terem sido ultrapassadas as quantidades previstas para lancial, fornecimento e assentamento de tampas e aros para caixas de visita, substituição de vergas e arranque de tampas de betão e sua remoção, carecendo de aprovação.-----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- -A aprovação dos trabalhos a mais no valor de oitocentos e noventa e sete mil seiscentos e cinquenta e três escudos; -----

----- -A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de três milhões setecentos e oitenta e seis mil quinhentos e setenta escudos, o qual inclui a importância de cento e oitenta mil trezentos e treze escudos, de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Rosado & Frasão, Limitada. -----

----- -A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----



CÓPIA

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**128 – DHI-102/95 – VIA NORTE DO CAMINHO DE FERRO ENTRE SANTO AMARO DE
OEIRAS E O ESPARGAL – APROVAÇÃO DE PREÇO UNITÁRIO – CP 09.01.02.01.: -----**

----- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Através da telecópia número setecentos e noventa e oito, vem a firma adjudicatária apresentar uma proposta de preços para trabalhos a executar na empreitada.-----

----- Após análise da proposta, verificou-se que o preço referente à correcção de caixas de visita com substituição de tampas (cinquenta mil escudos por unidade) é aceitável e o preço proposto para a sondagem e ligação ao colector existente (duzentos e vinte mil escudos por unidade) é elevado, conforme consta da informação número quatrocentos e quarenta e quatro, de noventa e oito, do Serviço de Infra-Estruturas Municipais. -----

----- Tendo concordado com o exposto, proponho:-----

----- - A aprovação do preço unitário apresentado para a correcção de caixas de visita existentes, incluindo a substituição das tampas; -----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

129 – DHI-102/95 – VIA A NORTE DO CAMINHO DE FERRO ENTRE SANTO AMARO DE OEIRAS E ESPARGAL – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 09.01.02.01.: -----

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Edifícios e Infra-Estruturas Municipais, foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de onze milhões quinhentos e sessenta e seis mil setecentos e cinquenta e sete escudos, o qual corresponde: -----

----- Trabalhos previstos – seis milhões seiscentos e oitenta e um mil trezentos e noventa e sete escudos. -----

----- Trabalhos a mais de natureza prevista – um milhão trezentos e quinze mil trezentos e sessenta escudos. -----

----- Trabalhos a mais de natureza não prevista – três milhões quinhentos e setenta mil escudos. -----

----- Os trabalhos a mais de natureza prevista incluídos neste auto referem-se à escavação em terra compacta, à remoção dos produtos escavados, à regularização e compactação do fundo de vala, à cirandagem de terras para almofada de assentamento e de camada de protecção à tubagem, à remoção dos produtos escavados para aterro, à colocação de tubagem em manilhas de betão DN Seiscentos, à execução de caixas de visita simples Modelo Dois e à execução de betão simples no envolvimento das manilhas, e resultam do facto das quantidades previstas terem sido ultrapassadas, carecendo de aprovação. -----

----- Os trabalhos a mais de natureza não prevista referentes à demolição de construção existente, incluindo transporte dos produtos resultantes a vazadouro, foram aprovados em reunião de Câmara de três de Setembro de noventa e sete. -----



CÓPIA

-----Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho:-----

----- -A aprovação dos trabalhos a mais de natureza prevista no montante global de um milhão trezentos e quinze mil trezentos e sessenta escudos;-----

----- -A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de doze milhões cento e quarenta e cinco mil e noventa e cinco escudos, o qual inclui a importância de quinhentos e setenta e oito mil trezentos e trinta e oito escudos, de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Oliveiras – Empreiteiros de Construção Civil e Obras Públicas, Limitada. -- -----

----- -A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

130 – DIM/DSA-104/98 – SISTEMA SEMAFÓRICO PARA INTERSECÇÃO DA RUA PEDRO ÁLVARES CABRAL COM A RUA FREDERICO ULRICH, EM LINDA-A-VELHA – CP 09.02.05.01.:-----

----- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Tendo em vista a execução da empreitada designada em epígrafe, consultou a Divisão de Serviços de Apoio três firmas da especialidade, as quais apresentaram as seguintes propostas, que serão acrescidas do IVA respectivo: -----

----- - Eyssa Tesis – Tecnologia de Sistemas Electrónicos, Sociedade Anónima, proposta no montante de quatro milhões novecentos e noventa e dois mil e quatrocentos escudos; -----

----- - M.B. Pereira da Costa, Sociedade Anónima, proposta no montante de quatro milhões setecentos e oitenta e dois mil seiscentos e cinquenta escudos; -----

----- - Trasinal – Sistemas de Tráfego e Sinalização, Sociedade Anónima, proposta no montante de cinco milhões cento e cinquenta e oito mil escudos. -----

----- Analisadas as propostas pela mencionada Divisão, esta concluiu, conforme consta da informação setenta e seis A, de noventa e oito, da Divisão de Serviços de Apoio, que a mais vantajosa para esta Câmara Municipal é a do concorrente M.B. Pereira da Costa, Sociedade Anónima, dado ser a de menor preço. -----

----- Em face do que antecede, proponho: -----

----- - Que se adjudique a empreitada em título, à empresa M.B. Pereira da Costa, Sociedade Anónima, por série de preços, pela importância de quatro milhões setecentos e oitenta e dois mil seiscentos e cinquenta escudos, acrescida de duzentos e trinta e nove mil cento e trinta e três escudos de IVA à taxa de cinco por cento e com prazo de execução de sessenta dias, de acordo com a alínea f), do número dois, do artigo quinquagésimo segundo, do Decreto-Lei número quatrocentos e cinco, de noventa e três, de dez de Dezembro, com nova redacção dada



CÓPIA

pelo Decreto-Lei número cento e um, de noventa e cinco, de dezanove de Maio;-----
----- - A aprovação desta proposta em minuta.” -----
----- II – A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

131 – VENDA DA CASSETE DE VÍDEO NOS POSTOS DE TURISMO: -----

----- I – O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta:---

----- “A Câmara Municipal de Oeiras adquiriu cem exemplares de uma cassette de vídeo, intitulada “Na Barra do Tejo”, da autoria do Professor José Hermano Saraiva. A supra citada cassette refere-se ao concelho de Oeiras e nomeadamente ao Castro de Leceia, ao Forte de São Julião da Barra, ao Forte do Bugio e ao Palácio Marquês de Pombal, sem dúvida, alguns dos mais significativos elementos do património concelhio.-----

----- Por acharmos que este tema se reveste do maior interesse para os estudantes, em especial do ensino secundário envíámos algumas cassetes para todas as escolas EB Dois, Três e Secundárias, para as bibliotecas municipais, bem como para o Centro de Documentação e Informação e para o Gabinete de Relações Públicas.-----

----- Propomos agora que esta cassette seja vendida nos postos de turismo, nomeadamente no Edifício McDonald’s, em Santo Amaro de Oeiras e na Rua Direita / Dafundo, junto ao Aquário Vasco da Gama, de forma a que a população em geral possa obter um conhecimento mais profundo do nosso património imóvel, sendo a referida cassette vendida ao preço de mil e quinhentos escudos a unidade.-----

----- Mais se propõe a aprovação em minuta.” -----

----- II – Submetida a proposta a votação, em que se verificaram nove votos a favor e dois votos contra do Senhor Vereador David Justino e Senhor Vereador Arnaldo Pereira, foi a mesma aprovada, por maioria.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

132 – XI SALÃO LIVRE DE HUMOR – OEIRAS/98 – XII SALÃO NACIONAL DE CARICATURA – ATRIBUIÇÃO DOS PRÉMIOS – CP 02.01.13.05.: -----

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- “O Décimo Primeiro Salão Livre de Humor Nacional – Oeiras/Noventa e oito, realizar-se-á de seis de Junho a cinco de Julho de mil novecentos e noventa e oito.-----

----- O Salão contará com a participação de todos os artistas gráficos com humor, que não tenham sido premiados no Salão Nacional de Imprensa. Cada artista pôde enviar até cinco trabalhos tendo os mesmos sido apreciados em reunião efectuada no passado dia vinte e sete de Maio por um Júri constituído pelo Presidente da Humorgrafe – Doutor Osvaldo de Sousa, pela representante da Câmara Municipal de Oeiras, Doutora Isabel Garcia, pelo Doutor Ricardo Leite Pinto, da Fundação Marquês de Pombal, pelos Cartoonistas Pedro Metello e Rui Pimentel e pelo artista plástico Luís Vieira Baptista. -----

----- Tendo sido o Regulamento do Salão Livre aprovado em reunião de Câmara realizada em oito de Abril, o Júri deliberado e estando o projecto previsto em Plano de Actividades, propõe-se a atribuição dos seguintes prémios: -----

----- - Grande Prémio do Salão Livre/Noventa e Oito: -----

----- Zé Manel Mendes – duzentos e cinquenta mil escudos -----

----- - Prémio Humor Salão Livre/Noventa e Oito: -----

----- Álvaro Santos – duzentos mil escudos -----

----- - Prémio Caricatura Salão Livre/Noventa e Oito: -----

----- Joana Campante – duzentos mil escudos-----

----- - Prémio Temático Salão Livre/Noventa e Oito: -----

----- Paulo Jorge Fernandes – duzentos mil escudos -----

----- - Prémio BD Salão Livre/Noventa e Oito: -----



CÓPIA

----- Vasco Ferraz – duzentos mil escudos. -----

----- Estando marcada a inauguração da Exposição e entrega dos prémios para o dia seis de Junho, será necessário que os cheques com os valores descritos, sejam entregues nesse mesmo dia aos premiados. -----

----- A verba total a disponibilizar é de um milhão e cinquenta mil escudos. -----

----- Mais se propõe a aprovação em minuta.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

133 - PAGAMENTO AOS COORDENADORES DO IV ENCONTRO DE HISTÓRIA LOCAL -

CP 02.01.07.41.: -----

----- I - O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---

----- “Nos últimos anos a Câmara Municipal de Oeiras tem promovido várias acções de apoio à investigação e divulgação da história local. -----

----- No encerramento do Terceiro Encontro de História Local decidiu esta Câmara Municipal que, o Quarto Encontro de História Local seria subordinado ao tema do “Associativismo”, permitindo desta forma o levantamento, caracterização e divulgação de uma expressão muito valiosa do património concelhio. -----

----- Esta é, sem dúvida, uma forma excelente de se ficar a conhecer aquele que é, até ao momento, um passado desconhecido, tendo em consideração que existem no concelho de Oeiras diversas associações de relevante interesse histórico - cultural, com um passado que deve, de facto, ser assinalado. -----

----- No âmbito do Encontro de História Local está também prevista uma exposição subordinada ao tema “Os Primórdios do Associativismo no Concelho de Oeiras”, que deverá complementar e ilustrar o supra citado colóquio. -----

----- Pretende-se com esta iniciativa promover a investigação e o ensino da história, tendo como objectivo principal debater o passado e o presente do concelho ao nível do associativismo. Se por um lado, se pretende dar um passo no desenvolvimento da investigação e da história, por outro deseja-se desencadear um processo que permita dar a conhecer novos aspectos e formas de entender a realidade local do associativismo concelhio. -----

----- Pelo exposto, propõe-se que a coordenação científica do programa do Quarto Encontro de História Local seja efectuada pelo Professor Doutor Jorge Crespo, Licenciado em Antropologia e Director da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de



CÓPIA

Lisboa, sendo a organização acompanhada pelo Doutor Jorge Miranda, Licenciado em História e autor de inúmeros trabalhos de investigação histórica sobre o concelho de Oeiras, estando programado para decorrer nos dias doze, treze e catorze do mês de Novembro, no Auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras. -----

----- Mais informamos que, tanto o Professor Doutor Jorge Crespo como o Doutor Jorge Miranda já organizaram anteriormente, com grande qualidade, outras iniciativas promovidas por esta Câmara Municipal, que revelaram grande adesão por parte do público, nomeadamente os anteriores encontros de história local. -----

----- Assim, propõe-se que seja efectuado o pagamento de trezentos e cinquenta e um mil escudos, ao Doutor Jorge Crespo, correspondendo este valor a trezentos mil escudos mais dezassete por cento de IVA (cinquenta e um mil escudos) e de duzentos e trinta e quatro mil escudos ao Doutor Jorge Araújo de Oliveira Miranda, correspondendo este valor a duzentos mil escudos mais dezassete por cento de IVA (trinta e quatro mil escudos), pelo trabalho a desenvolver na coordenação científica e apoio na realização do Quarto Encontro de História Local. -----

----- Mais se propõe a aprovação em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

134 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À UNIÃO RECREATIVA DO DAFUNDO PELA COMEMORAÇÃO DO SEU 59º. ANIVERSÁRIO - CP 02.02.13.01:-----

----- I - O Senhor Vereador Arnaldo Pereira apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “A União Recreativa do Dafundo comemorou no mês de Maio o quinquagésimo nono aniversário. Para assinalar a data realizaram diversas comemorações que incluem os seguintes eventos: -----

----- Décimo Quarto Grande Prémio de Atletismo do Dafundo -----

----- Quarto Torneio Infantil de Futebol de Cinco-----

----- Sexto Torneio de Sueca -----

----- Torneio de Snooker -----

----- Torneio de Damas-----

----- Rancho Folclórico do “Casal das Chocas”-----

----- Almoço de Comemoração-----

----- Deste modo, considerando a grande variedade de actividades comemorativas, propõe-se à Câmara Municipal, que se associe a estas iniciativas através da atribuição de uma participação financeira, no valor de cem mil escudos, no sentido de ajudar a minimizar os custos decorrentes dos festejos comemorativos.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**135 - CEDÊNCIA DE TERRENOS SITUADOS NA FREGUESIA DE OEIRAS - A.L. 3/96 E
RESPECTIVO ADITAMENTO - JOÃO MANUEL MAIA DOS SANTOS E OUTRO: -----**

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Com vista à concretização da cedência do terreno imposta aquando da aprovação do loteamento a que se refere o processo dois mil duzentos e oitenta e quatro-PV/noventa e oito e alvará de loteamento três, de noventa e seis e respectivo aditamento, e de harmonia com o disposto na alínea m), do número um, do artigo quinquagésimo primeiro, do Decreto-Lei número cem, de oitenta e quatro, de vinte e nove de Março, com a nova redacção que lhe foi dada pela Lei número dezoito, de noventa e um, de doze de Junho, proponho que seja aceita por esta Câmara Municipal a cedência de terrenos com a área de trinta e um mil e quarenta metros quadrados destinados ao domínio privado do Município, a desanexar dos prédios descritos na Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras sob as fichas três mil trezentos e noventa e seis, três mil trezentos e noventa e sete, três mil trezentos e noventa e oito e dois mil quinhentos e oitenta e sete, todos da freguesia de Oeiras, inscritos por transmissão no livro G-Um a favor de João Manuel Maia dos Santos e de Vipagui - Construções Civis, Limitada, inscritos na matriz predial urbana da freguesia de Oeiras sob os artigos tricentésimo trigésimo terceiro, secção cinquenta e três e quingentésimo quinquagésimo sétimo, secção quarenta e seis e cinquenta e três.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

136 - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA AV^a. JOÃO FREITAS BRANCO, Nº. 25, R/C D, NO BAIRRO CDH LAVEIRAS/CAXIAS, AO AGREGADO DE MARIA GORETE AZEVEDO: -----

----- I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “De acordo com o despacho exarado na informação número mil duzentos e setenta e três, de noventa e oito, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

----- Um - A atribuição do fogo T Um sito na Avenida João Freitas Branco, número vinte e cinco, rés-do-chão D, no Bairro CDH Laveiras/Caxias, ao agregado de Maria Gorete Azevedo.

----- Dois - A atribuição da renda mensal no valor de quatro mil oitocentos e cinquenta escudos, a partir de um de Julho de mil novecentos e noventa e oito.-----

----- Três - Aprovação da proposta em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

137 - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA JUNÇÃO DO BEM, Nº. 58-A, BAIRRO BENTO JESUS CARAÇA, III FASE, AO AGREGADO DE LEONTINA DA CONDEIÇÃO MONTEIRO: -

----- I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “De acordo com a informação número mil quatrocentos e sessenta e três, de noventa e oito, do Departamento de Habitação, e o despacho nela exarado, propõe-se:-----

----- Um - A atribuição do fogo T Um sito na Rua Junção do Bem, número cinquenta e oito-A, no Bairro Bento Jesus Caraça III, em Oeiras, ao agregado de Leontina da Conceição Monteiro, recenseado no âmbito do PER.-----

----- Dois - A fixação da renda mensal no valor de quinhentos e sessenta escudos, com entrada em vigor a partir de um de Julho de mil novecentos e noventa e oito. -----

----- Três - Aprovação da proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

138 - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NO Nº. 4, R/C ESQ., NO Bº. DOS CORAÇÕES, AO AGREGADO DE VIRGÍLIO JOSÉ LOPES FIALHO:-----

----- I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “De acordo com a informação número mil quatrocentos e dez, de noventa e oito, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

----- Um - A atribuição do fogo sito no número quatro, rés-do-chão esquerdo, Bairro dos Corações, ao agregado familiar de Virgílio José Lopes Fialho.-----

----- Dois - A atribuição de renda no valor de mil setecentos e dez escudos com entrada em vigor a partir de um de Julho de mil novecentos e noventa e oito. -----

----- Três - Aprovação da proposta em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**139 - ATRIBUIÇÃO DE UMA COMPENSAÇÃO ECONÓMICA POR RENÚNCIA AO
REALOJAMENTO A 6 MORADORES DA BARRACA Nº. 358 DO Bº. ALTO DE STª.
CATARINA:**-----

----- I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Na sequência dos vários programas em curso e por imperativo do PER, as zonas degradadas têm vindo a ficar libertas das barracas, com o realojamento das famílias aí residentes.

----- Na barraca número trezentos e cinquenta e oito, do Bairro Alto de Santa Catarina, estão registados um grupo de quinze isolados, dos quais seis renunciaram ao realojamento.-----

----- Tornando-se necessário encontrar uma solução alternativa ao realojamento e de acordo com a informação número novecentos e sessenta e três, de noventa e oito, do Departamento de Habitação, de sete de Abril, propõe-se: -----

----- Um - A atribuição de uma compensação económica no valor de um milhão de escudos a cada um dos seguintes indivíduos:-----

----- - Lantranco Gomes, natural da Guiné-Bissau, nascido em cinco de Junho de mil novecentos e cinquenta e nove, solteiro, portador do Bilhete de Identidade número dezasseis milhões cento e quarenta e oito mil e vinte e oito, passado pelo Arquivo de Identificação de Lisboa; -----

----- - Bernardo Gomes, natural da Guiné-Bissau, nascido a dez de Novembro de mil novecentos e sessenta e três, solteiro, portador do Bilhete de Identidade número dezasseis milhões cento e vinte e dois mil setecentos e noventa, passado pelo Arquivo de Identificação de Lisboa; -----

----- - Paulo Mendes, natural da Guiné-Bissau, nascido a dezassete de Junho de mil novecentos e quarenta e quatro, solteiro, portador do Bilhete de Identidade número dezasseis milhões cento trinta e cinco mil e sessenta e sete, passado pelo Arquivo de Identificação de



CÓPIA

Lisboa; -----

----- - Francisco Mendes, natural da Guiné-Bissau, nascido a dez de Agosto de mil novecentos e sessenta e nove, solteiro, portador do Bilhete de Identidade número dezasseis milhões cento e vinte e oito mil quinhentos e oitenta e três, passado pelo Arquivo de Identificação de Lisboa; -----

----- - Paulo Mendes, natural da Guiné-Bissau, nascido a nove de Fevereiro de mil novecentos e setenta e um, solteiro, portador do Bilhete de Identidade número dezasseis milhões cento e vinte e três mil cento e trinta e seis, passado pelo Arquivo de Identificação de Lisboa; -----

----- - Vicente Mendy, natural do Senegal, nascido a vinte e sete de Fevereiro de mil novecentos e sessenta e seis, solteiro, portador do Bilhete de Identidade número dezasseis milhões cento e setenta e três mil duzentos e dezassete, passado pelo Arquivo de Identificação de Lisboa; -----

----- Dois - O realojamento provisório em instalações pré-fabricadas, dos restantes elementos do grupo. -----

----- Três - A demolição imediata da barraca número trezentos e cinquenta e oito, do Bairro Alto de Santa Catarina. -----

----- Quatro - A aprovação da proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**140 - DIM/DAD-127/97 - REPOSIÇÃO DE CALÇADAS EM BARCARENA, QUEIJAS E
CARNAXIDE - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 3º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS
- CP 09.01.03.34.: -----**

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Administração Directa, foi elaborado o terceiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe no montante global de dois milhões cento e sessenta e sete mil quatrocentos e cinquenta escudos, o qual corresponde a trabalhos previstos. --

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de dois milhões duzentos e setenta e cinco mil oitocentos e vinte e três escudos, o qual inclui a importância de cento e oito mil trezentos e setenta e três escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma José Ribeiro Alves, Limitada. -----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

141 - DIM/DEP-259/97 - ARRANJO DAS TRASEIRAS DA AV^a. ANTÓNIO SÉRGIO, EM LINDA-A-VELHA - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 3º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 09.01.03.10.:-----

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Edifícios e Infra-Estruturas Municipais, foi elaborado o terceiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe no montante global de quatro milhões duzentos e dezasseis mil e cem escudos, o qual corresponde a: -----

----- Trabalhos previstos - três milhões cento e trinta e sete mil quatrocentos e cinquenta escudos -----

----- Trabalhos a mais de natureza prevista - duzentos e quinze mil e novecentos escudos-

----- Trabalhos a mais de natureza não prevista - oitocentos e sessenta e dois mil setecentos e cinquenta escudos. -----

----- Os trabalhos a mais de natureza prevista incluídos neste auto devem-se ao facto de ter sido ultrapassada a quantidade prevista para recarga do pavimento e carecem de aprovação.--

----- Os trabalhos a mais de natureza não prevista devem-se à execução de uma escada e a escavação para implantação da razante e foram aprovados em reunião de Câmara de oito de Abril de noventa e oito.-----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- - A aprovação de trabalhos a mais de natureza prevista no montante de duzentos e quinze mil e novecentos escudos; -----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de quatro milhões quatrocentos e vinte e seis mil novecentos e cinco escudos, o qual inclui a importância de duzentos e dez mil oitocentos e cinco escudos de IVA à taxa de cinco por cento e



CÓPIA

o sequente pagamento à empresa Solátia, Sociedade Anónima.-----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**142 - DIM/DAD-126/97 - REPOSIÇÃO DE CALÇADAS EM ALGÉS, LINDA-A-VELHA E CRUZ
QUEBRADA - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 3º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS**

- CP 09.01.03.34.: -----

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Administração Directa, foi elaborado o terceiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe no montante global de onze milhões cento e oitenta mil novecentos e cinquenta e três escudos, o qual corresponde a: -----

----- Trabalhos previstos - cinco milhões trezentos e cinquenta e seis mil seiscentos e oitenta e oito escudos -----

----- Trabalhos a mais de natureza prevista - cinco milhões oitocentos e vinte e quatro mil duzentos e sessenta e cinco escudos. -----

----- Em reunião de Câmara de dezassete de Dezembro de noventa e sete, foi autorizada a aprovação antecipada dos trabalhos a mais, até ao montante da adjudicação. Os trabalhos a mais foram aprovados na reunião de Câmara de quatro de Fevereiro de noventa e oito. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de onze milhões setecentos e quarenta mil e um escudos, o qual inclui a importância de quinhentos e cinquenta e nove mil e quarenta e oito escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Armando Cunha, Limitada. -----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

143 - DIM/DSA-19/98 - BENEFICIAÇÃO DA INSTALAÇÃO ELÉCTRICA DA LOJA DE ATENDIMENTO DE CARNAXIDE - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. E ÚNICO AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 11.05.05.07.: -----

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Serviços de Apoio, foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe no montante global de novecentos e cinquenta e seis mil escudos, o qual corresponde a trabalhos previstos. -----

----- Face ao exposto e uma vez que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho:-----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de um milhão três mil e oitocentos escudos, o qual inclui a importância de quarenta e sete mil e oitocentos escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma C.M.S. - Instalações Eléctricas, Limitada. -----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

144 - DH-37/98 - ARRANJOS EXTERIORES DO Bº. LUTA PELA CASA, EM CARNAXIDE -

ABERTURA DE CONCURSO LIMITADO:-----

----- I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Face à aprovação e integração de alguns projectos desta Câmara Municipal nos programas comunitários designados “Intervenção Operacional de Renovação Urbana”, consideradas foram as correspondentes acções no Plano de Actividades do corrente ano.-----

----- O projecto respeitante aos arranjos exteriores do Bairro Luta pela Casa, freguesia de Carnaxide - Zona Central, constante desse programa, visando a recuperação paisagística dos espaços não tratados, foi elaborado pela firma “Arquipais - Consultores de Arquitectura Paisagista e Ambiente, Limitada” e objecto de apreciação pela Divisão de Promoção de Habitação, conforme informação número mil duzentos e trinta e dois, de noventa e oito, do Departamento de Habitação.-----

----- Por esse facto e atendendo ao total do orçamento - dezanove milhões novecentos e trinta e seis mil e vinte e um escudos - ao disposto no artigo quadragésimo nono, conjugado com os números dois e seis, do artigo quinquagésimo, do Decreto-Lei número quatrocentos e cinco, de noventa e três, de dez de Dezembro, com nova redacção dada pelo Decreto-Lei número cento e um, de noventa e cinco, de dezanove de Maio, proponho que esta Câmara Municipal delibere:-

----- - Abrir concurso limitado com vista à adjudicação, por preço global, da empreitada designada em epígrafe, contemplando os trabalhos enunciados na alínea a), do ponto três.um, do convite/circular; -----

----- - Aprovar o processo de concurso, constituído por convite, programa de concurso, projecto - objecto de parecer favorável emitido pela Divisão de Promoção de Habitação - caderno de encargos e demais elementos que o constituem; -----

----- - Designar a Comissão de Abertura das Propostas, que será constituída por: Chefe da



CÓPIA

Divisão de Promoção, que presidirá, engenheiro encarregue da fiscalização e Chefe da Repartição Administrativa do Departamento de Habitação, bem como a delegação de competências para a realização da audiência prévia aos interessados; -----

----- - Aprovar a presente proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**145 - APROVAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE NEGOCIAÇÃO SEM PUBLICAÇÃO PRÉVIA
DE ANÚNCIO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A MANUTENÇÃO DE ZONAS
VERDES - JARDIM DO ULTRAMAR, CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE OEIRAS - CP**

10.01.07.02.:-----

----- I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Com vista à aquisição de serviços para a manutenção de zonas verdes, procedeu-se à elaboração do programa do concurso e do caderno de encargos respectivos, cujo preço base é de um milhão e oitocentos mil escudos.-----

----- Em face do que antecede, proponho: -----

----- - A aprovação do programa de concurso e caderno de encargos; -----

----- - A abertura de concurso de aquisição de serviços de manutenção de zonas verdes ao abrigo da alínea c), do número um, do artigo trigésimo segundo, do Decreto-Lei número cinquenta e cinco, de noventa e cinco, de vinte e nove de Março;-----

----- - A aprovação da presente proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**146 - APROVAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE NEGOCIAÇÃO SEM PUBLICAÇÃO PRÉVIA
DE ANÚNCIO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A MANUTENÇÃO DE ZONAS
VERDES - AV^a. MARGINAL E S. JULIÃO, EM OEIRAS - CP 10.01.07.02.:-----**

----- I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Com vista à aquisição de serviços para a manutenção de zonas verdes, procedeu-se à elaboração do programa do concurso e do caderno de encargos respectivos, cujo preço base é de três milhões e quinhentos mil escudos. -----

----- Em face do que antecede, proponho: -----

----- - A aprovação do programa de concurso e caderno de encargos; -----

----- - A abertura de concurso de aquisição de serviços de manutenção de zonas verdes ao abrigo da alínea c), do número um, do artigo trigésimo segundo, do Decreto-Lei número cinquenta e cinco, de noventa e cinco, de vinte e nove de Março;-----

----- - A aprovação da presente proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**147 - APROVAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE NEGOCIAÇÃO SEM PUBLICAÇÃO PRÉVIA
DE ANÚNCIO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A MANUTENÇÃO DE ZONAS
VERDES - AV^a. EMBAIXADOR AUGUSTO DE CASTRO E RUA COMANDANTE GERMANO
DIAS, EM OEIRAS - CP 10.01.07.02.: -----**

----- I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Com vista à aquisição de serviços para a manutenção de zonas verdes, procedeu-se à elaboração do programa do concurso e do caderno de encargos respectivos, cujo preço base é de três milhões e quinhentos mil escudos. -----

----- Em face do que antecede, proponho: -----

----- - A aprovação do programa de concurso e caderno de encargos; -----

----- - A abertura de concurso de aquisição de serviços de manutenção de zonas verdes ao abrigo da alínea c), do número um, do artigo trigésimo segundo, do Decreto-Lei número cinquenta e cinco, de noventa e cinco, de vinte e nove de Março; -----

----- - A aprovação da presente proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**148 - APROVAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE NEGOCIAÇÃO SEM PUBLICAÇÃO PRÉVIA
DE ANÚNCIO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A MANUTENÇÃO DE ZONAS
VERDES - Bº. DA FIGUEIRINHA, RUA DO PIAUÍ DO BRASIL E 4 PRACETAS EM OEIRAS -**

CP 10.01.07.02.: -----

----- I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Com vista à aquisição de serviços para a manutenção de zonas verdes, procedeu-se à elaboração do programa do concurso e do caderno de encargos respectivos, cujo preço base é de três milhões de escudos. -----

----- Em face do que antecede, proponho: -----

----- - A aprovação do programa de concurso e caderno de encargos; -----

----- - A abertura de concurso de aquisição de serviços de manutenção de zonas verdes ao abrigo da alínea c), do número um, do artigo trigésimo segundo, do Decreto-Lei número cinquenta e cinco, de noventa e cinco, de vinte e nove de Março; -----

----- - A aprovação da presente proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

149 - ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA EMPREITADA “PISCINA E POLIDESPORTIVO DA OUTURELA”: -----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “O Programa Urban prevê na sua medida cinco.dois a realização de uma Piscina e de um Polidesportivo na Outurela/Portela. -----

----- Na sequência da adjudicação do projecto, aprovada em reunião de Câmara de dez de Dezembro de mil novecentos e noventa e sete, apresentou o atelier AT&AT, no dia três de Junho o projecto de execução da piscina e do polidesportivo. -----

----- Considerando que o valor estimado desta empreitada é de duzentos e sessenta e sete milhões cento e oito mil trezentos e três escudos, torna-se necessário nos termos do artigo quadragésimo oitavo, do Decreto-Lei número quatrocentos e cinco, de noventa e três, de dez de Dezembro, a abertura de concurso público.-----

----- Neste sentido, proponho à Câmara que aprove: -----

----- a) Projecto de Execução; -----

----- b) Anúncio do Concurso; -----

----- c) Programa de Concurso e Caderno de Encargos.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

150 - PROCº. DE NOTIFICAÇÃO Nº. 167/96 - CAFETARIA “SUBÚRBIU”, SITA NO LARGO EUGÉNIO SALVADOR, Nº. 8, EM QUEIJAS: -----

----- I - O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---

----- “Na sequência do encerramento do Bar “Subúrbio”, por deliberação do Executivo camarário em reunião realizada em vinte e seis de Fevereiro de mil novecentos e noventa e sete, foi requerido por Marco António Botelho de Sá, licenciamento sanitário para exploração de um estabelecimento de cafetaria sito no mesmo local onde funcionava o Bar.-----

----- Foi concedido, no âmbito do processo A.S. noventa e dois, de noventa e sete, o Alvará Sanitário número dezanove, de noventa e oito, emitido em dois de Março de mil novecentos e noventa e oito, para exploração de “cafetaria”. -----

----- Considerando que nos termos do artigo terceiro, número três, do Regulamento dos Períodos de Abertura e Funcionamento de Estabelecimentos de Venda ao Públíco e Prestação de Serviços, na redacção aprovada pela Assembleia Municipal de Oeiras, aprovada em reunião realizada em um de Outubro de mil novecentos e noventa e sete, mediante proposta da CMO, aprovada em reunião realizada em um de Outubro de noventa e sete, os restaurantes, snack-bares, self-services, cafés, cervejarias, casas de chá, casas de pasto, geladarias, pastelarias, confeitorias e outros análogos, podem funcionar entre as seis e as duas horas;-----

----- Considerando que nos termos do número dois, do artigo quarto, do referido Regulamento, a Câmara pode restringir os limites fixados no Regulamento, por sua iniciativa ou na sequência do exercício do direito de petição dos administrados;-----

----- Atendendo às inúmeras queixas dos moradores dos prédios vizinhos que denunciam a ocorrência de ruídos dentro e fora do estabelecimento, designadamente, provocados pelos “aparelhos de ar condicionado e ventiladores, copos, cadeiras a arrastar, música, gritarias, discussões, buzinadelas e travagens de automóveis”, atentadores dos direitos ao repouso, ao sono



CÓPIA

e à saúde;-- -----

-----Atendendo que os serviços camarários e as forças policiais confirmam a presente situação lesiva da ordem e da tranquilidade pública; -----

-----Proponho que a Câmara delibere, nos termos do artigo quarto, número dois, que o horário a cumprir pelo estabelecimento Cafetaria “Subúrbio”, seja restringido no sentido de passar a encerrar às vinte e quatro horas.-----

-----Que esta proposta seja aprovada em minuta.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**151 - CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO NA MODALIDADE DE SISTEMA LEASING,
DE UM AUTOCARRO COM A LOTAÇÃO APROXIMADA DE 55 PASSAGEIROS -
RATIFICAÇÃO DE DESPACHO - CP 11.07.07.18.:-----**

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Um - Considerando que o prazo de validade das propostas para o concurso público para a aquisição, na modalidade de sistema leasing, de um autocarro com a lotação aproximada de cinquenta e cinco passageiros, termina no dia nove de Junho de mil novecentos e noventa e oito.-----

----- Dois - Considerando, portanto, a urgência na resolução do presente processo de adjudicação, e a impossibilidade de reunir extraordinariamente a Câmara. -----

----- Três - Considerando que foi autorizada, através do meu despacho datado de três de Junho corrente, a adjudicação à firma Auto-Sueco, Limitada, na modalidade de sistema leasing, de um autocarro com a lotação de cinquenta e um passageiros, da marca Volvo, modelo “B doze”, com a carroçaria construída pela firma “Alfredo Caetano”, segundo o modelo “Fenix”, pelo valor global de trinta e dois milhões quinhentos e quarenta e nove mil e quatrocentos escudos, já com dezassete por cento de IVA incluído, proponho: -----

----- - Ao abrigo do número três, do artigo quinquagésimo terceiro, do Decreto-Lei número cem, de oitenta e quatro, de vinte e nove de Março, com a nova redacção dada pela Lei número dezoito, de noventa e um, de dezoito de Junho, a sujeição do meu despacho atrás mencionado a ratificação. -----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**152 - APROVAÇÃO DO PROCEDIMENTO POR NEGOCIAÇÃO SEM PUBLICAÇÃO PRÉVIA
DE ANÚNCIO PARA A AQUISIÇÃO DE DIVERSOS PRODUTOS QUÍMICOS, DURANTE O 2º.
SEMESTRE DE 1998, PARA A DIVISÃO DE VIATURAS E EQUIPAMENTO - CP 11.07.06.05.: -**

----- I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Dada a proximidade da rotura do stock, existe a necessidade de adquirir diversos produtos químicos para a Divisão de Viaturas e Equipamento, durante o segundo semestre do corrente ano, estando esta aquisição prevista no Plano de Actividades de mil novecentos e noventa e oito. -----

----- Em face do que antecede, proponho: -----

----- - A aprovação do respectivo caderno de encargos. -----

----- - A abertura de concurso ao abrigo da alínea c), do número um, do artigo trigésimo segundo, do Decreto-Lei número cinquenta e cinco, de noventa e cinco, de vinte e nove de Março, alterada pelo Decreto-Lei número oitenta, de noventa e seis, de vinte e um de Junho.-----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

153 - RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DE 1997 DOS SMAS DE OEIRAS E AMADORA: -----

----- I - A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta:-

----- “No âmbito das actividades desenvolvidas pelos SMAS durante o ano transacto foram oportunamente elaborados e apresentados o Relatório de Actividades e o Relatório de Contas de mil novecentos e noventa e sete.-----

----- O Conselho de Administração dos SMAS, reunido em reunião ordinária de doze de Maio de noventa e oito, aprovou por unanimidade os respectivos documentos.-----

----- Nessa medida, para os efeitos tidos por convenientes, submete-se à apreciação da Câmara Municipal o mencionado Relatório e restantes Documentos Finais de Contas de mil novecentos e noventa e sete, devendo os mesmos ser remetidos posteriormente à Assembleia Municipal de Oeiras.” -----

----- II - No uso da palavra, o **Senhor Vereador Emanuel Martins** opinou que já no passado, enquanto membro da Assembleia Municipal, sempre discordou da forma de apresentação deste tipo de proposta, porquanto se misturam dois temas distintos, ou seja, o Relatório de Actividades e Contas e a aplicação dos dividendos. No que concerne a este último ponto, prosseguiu, o PS defende, considerando que este assunto já foi por diversas vezes discutido, que essa aplicação deve ser feita de modo a colmatar algumas lacunas existentes, nomeadamente a nível de investimento, tal como as perdas de água, etc. -----

----- Respondendo a esta questão, o **Senhor Presidente** disse não ter qualquer problema em submeter à votação o assunto em separado; de todo o modo, deve dizer que estes dividendos devem ser canalizados prioritariamente para investimentos na área da recuperação das ribeiras e quando fala em ribeiras fala também em colectores pluviais, porque, por exemplo, a Câmara Municipal vai ter que fazer uma obra que é fundamental, a qual ronda os duzentos mil contos e



CÓPIA

que, por acaso, nem está prevista no Orçamento. Trata-se da obra de alargamento da secção da Ribeira da Junça a fim de evitar as cheias na Cruz Quebrada.-----

----- Interveio, de seguida, o **Senhor Vereador Bicó da Costa**, para referir que em relação ao Relatório não tem qualquer questão a suscitar, mas já no que diz respeito à aplicação dos dividendos, obviamente que se lhe levantavam alguns problemas até ao momento em que o Senhor Presidente esclareceu qual o destino a dar à verba que cabe à CMO. Assim, gostaria de deixar registado que, pessoalmente, aprova esta distribuição dos resultados desde que, controlados devidamente pela Autarquia, os mesmos sejam aplicados em saneamento básico. ----

----- III - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o Relatório e Contas de mil novecentos e noventa e sete dos SMAS.-----

----- IV - De seguida, o Senhor Presidente submeteu à votação a aplicação dos resultados cuja proposta é a seguinte:-----

----- De acordo com o artigo décimo sétimo, do Decreto-Lei duzentos e vinte e seis, de noventa e três, o resultado líquido do exercício no montante de um bilião quatrocentos e quarenta milhões quatrocentos e oitenta e três mil e cinquenta e três escudos e oitenta centavos, seja distribuído da seguinte forma: -----

----- a) um bilião de escudos aplicado em “Reservas Livres” -----

----- b) quatrocentos e quarenta milhões quatrocentos e oitenta e três mil e cinquenta e três escudos e oitenta centavos para a CMOeiras a título de Dividendos. -----

----- Deste último montante, duzentos e vinte milhões duzentos e quarenta e um mil quinhentos e vinte e seis escudos e noventa centavos deverão ser transferidos da CMOeiras para a CMAmadora, conforme rubrica própria a inscrever no Orçamento da CMOeiras, e conforme debate verificado anteriormente sobre o assunto, foi a mesma aprovada, igualmente por unanimidade. -----

----- Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta.-----

----- Os documentos em causa, dão-se aqui como transcritos, ficando arquivados em Pasta Anexa ao Livro de Actas, nos termos do artigo quinto, do Decreto-Lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número trezentos e trinta e quatro, de oitenta e dois, de dezanove de Agosto. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

154 - 3^a. ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE 1998 - SMAS: -----

----- I - A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta:-

----- “De acordo com o teor da informação cinquenta e seis, de noventa e oito, Diversos Fins, de dezanove de Maio de mil novecentos e noventa e oito, subscrita pela Divisão Financeira, o Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, reunido em reunião ordinária de vinte e seis de Maio de mil novecentos e noventa e oito, aprovou a terceira alteração ao Orçamento dos SMAS de Oeiras e Amadora para mil novecentos e noventa e oito, em anexo, que seguidamente se resume:-----

----- Reforço da rubrica zero três.zero dois - “Edifícios” em cinco mil contos para alterações/reparações em diversas áreas funcionais; -----

----- Reforço da rubrica zero três.zero três - “Equipamento Básico” em dois mil contos, devido à aquisição pela Divisão de Controlo de Qualidade de novos tanques não orçamentados; -

----- Reforço da rubrica zero três.zero quatro - “Equipamento de Transporte” em cem contos devido a rectificação do orçamento na aquisição de uma viatura; -----

----- Reforço da rubrica zero três.zero seis - “Equipamento Administrativo” em seis mil contos, em virtude da necessidade de aquisição de algum equipamento para as repartições, devido ao novo sistema comercial; -----

----- Em contrapartida dos reforços acima indicados as rubricas do “Imobilizado em curso”, terão uma anulação de treze mil e cem contos, cujo desdobramento é explicado no mapa junto ao processo (imobilizado em curso).-----

----- Face ao exposto, propõe-se: -----

----- Um - A ratificação da mencionada deliberação; -----

----- Dois - A aprovação da presente proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----



CÓPIA

----- Os documentos em causa, dão-se aqui como transcritos, ficando arquivados em Pasta Anexa ao Livro de Actas, nos termos do artigo quinto, do Decreto-Lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número trezentos e trinta e quatro, de oitenta e dois, de dezanove de Agosto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

155 - EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO COLECTOR UNITÁRIO DA RUA DAS INDÚSTRIAS, NA AMADORA - TRABALHOS A MAIS - SMAS: -----

----- I - A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta:-

----- “O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, reunido em reunião ordinária de vinte e seis de Maio de mil novecentos e noventa e oito, deliberou aprovar a adjudicação de realização de trabalhos a mais referentes à empreitada supra referida à empresa adjudicatária António Barata Micaelo, Limitada, pelo montante global de cinco milhões cento e noventa e um mil trezentos e dezoito escudos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tendo em conta a informação da Divisão de Projectos e Obras e da proposta do Director de Serviços de Água e Saneamento. -----

----- O Conselho de Administração teve conhecimento que o valor destes trabalhos a mais, acrescido aos já anteriormente aprovados, representam cinquenta por cento do valor da adjudicação que orçou em dezasseis milhões quinhentos e dez mil setecentos e vinte e cinco escudos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

----- Face ao exposto, propõe-se: -----

----- Um - A ratificação da mencionada autorização da adjudicação de trabalhos a mais referentes à empreitada de “Construção do colector unitário da Rua das Indústrias - Amadora”, à empresa António Barata Micaelo, Limitada, pelo montante global de cinco milhões cento e noventa e um mil trezentos e dezoito escudos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

----- Dois - A dispensa de celebração de contrato escrito.-----

----- Três - A aprovação da presente proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

156 - INSTALAÇÃO, REABILITAÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS REDES DE ÁGUA, NO Bº AUGUSTO DE CASTRO (1ª. FASE) - TRABALHOS A MAIS - SMAS:-----

----- I - A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta:-

----- “O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, reunido em reunião ordinária de vinte e seis de Maio de mil novecentos e noventa e oito, deliberou aprovar a adjudicação de realização de trabalhos a mais referentes à empreitada supra referida à empresa adjudicatária António Filipe Teodósio e Companhia, Limitada, pelo montante global de sete milhões oitocentos e quarenta e três mil e quarenta escudos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondente à soma de trabalhos de espécie igual à prevista no contrato no valor de sete milhões duzentos e trinta e dois mil novecentos e vinte escudos e de trabalhos de espécie diferente à prevista no contrato no valor de seiscentos e dez mil cento e vinte escudos, tendo em conta a informação da Divisão de Projectos e Obras. ---

----- O Conselho de Administração teve conhecimento que o valor destes trabalhos a mais, representam quarenta e nove vírgula dois por cento do valor da adjudicação que orçou em quinze milhões novecentos e vinte e oito mil e setecentos escudos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. - -----

----- Face ao exposto, propõe-se: -----

----- Um - A ratificação da mencionada autorização da adjudicação de trabalhos a mais referentes à empreitada de “Instalação, Reabilitação e Ampliação das Redes de Água, no Bairro Augusto de Castro - Primeira Fase”, à empresa António Filipe Teodósio e Companhia, Limitada, pelo montante global de sete milhões oitocentos e quarenta e três mil e quarenta escudos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

----- Dois - A dispensa de celebração de contrato escrito.-----

----- Três - A aprovação da presente proposta em minuta.” -----



CÓPIA

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

157 - INSTALAÇÃO, REABILITAÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS REDES DE ÁGUA, NA AV^a. CONSELHEIRO FERREIRA LOBO, EM OEIRAS - TRABALHOS A MAIS - SMAS: -----

----- I - A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta:-

----- “O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, reunido em reunião ordinária de vinte e seis de Maio de mil novecentos e noventa e oito, deliberou aprovar a adjudicação de realização de trabalhos a mais referentes à empreitada supra referida à empresa adjudicatária António Filipe Teodósio e Companhia, Limitada, pelo montante global de nove milhões quatrocentos e setenta e dois mil e setecentos escudos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondente à soma de trabalhos de espécie igual à prevista no contrato no valor de nove milhões doze mil e setecentos escudos e de trabalhos de espécie diferente à prevista no contrato no valor de quatrocentos e sessenta mil escudos, tendo em conta a informação da Divisão de Projectos e Obras.-----

----- O Conselho de Administração teve conhecimento que o valor destes trabalhos a mais, representam quarenta e nove vírgula dois por cento do valor da adjudicação que orçou em dezanove milhões trezentos e vinte e cinco mil e duzentos escudos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. - -----

----- Face ao exposto, propõe-se: -----

----- Um - A ratificação da mencionada autorização da adjudicação de trabalhos a mais referentes à empreitada de “Instalação, Reabilitação e Ampliação das Redes de Água na Avenida Conselheiro Ferreira Lobo, em Oeiras”, à empresa António Filipe Teodósio e Companhia, Limitada, pelo montante global de nove milhões quatrocentos e setenta e dois mil e setecentos escudos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

----- Dois - A dispensa de celebração de contrato escrito.-----

----- Três - A aprovação da presente proposta em minuta.” -----



CÓPIA

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**158 - PROCº. 3405-PL/98 APENSO AO 1053-PL/93 (2º. VOL.) - EMISSÃO DE ALVARÁ DE
LOTEAMENTO - 2 PI - PROJECTOS E PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS,
LD^a:** -----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Vem Dois PI - Projectos e Promoção de Investimentos Imobiliários, Limitada, através do processo em título, efectuar a junção de plantas, solicitando para o efeito a sua aprovação e consequente emissão do alvará. -----

----- Através da informação número trezentos e oitenta e três, de noventa e oito, da Divisão de Gestão Urbanística, que consta do processo, os respectivos serviços da Câmara concluirão pela aprovação do processo e pela emissão do respectivo alvará de loteamento, tendo sido para o efeito elaboradas as necessárias condições técnicas. -----

----- De acordo com aquela informação proponho à Câmara que delibere: -----

----- - Aprovar as plantas que constituem o processo três mil quatrocentos e cinco-PL/noventa e oito e que se destinam ao alvará de loteamento. -----

----- - Aprovar as condições técnicas elaboradas pela Divisão de Gestão Urbanística em dezoito de Maio de mil novecentos e noventa e oito, apenas ao processo três mil quatrocentos e cinco-PL/noventa e oito. -----

----- - Emitir o alvará de loteamento. -----

----- - Sua comunicação ao requerente.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**159 - PROCº. 892-PV/98 APENSO AO 6518-PB/97 - ANÁLISE DO PROJECTO DE EXECUÇÃO
DE ARRUAMENTO - ANTÓNIO FERREIRA VICENTE: -----**

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Vem António Ferreira Vicente, através do processo em título, dar cumprimento ao solicitado pelo nosso ofício número catorze mil novecentos e dezoito, de noventa e sete.-----

----- Analisado o assunto pelos respectivos serviços do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, em sua informação número trezentos e quatro, de noventa e oito, que consta do processo, concluiu-se que os elementos apresentados estão de acordo com o solicitado, encontrando-se agora o projecto em condições de ser aprovado. -----

----- Pelo exposto, proponho à Câmara que delibere: -----

----- - Aprovar o projecto do arruamento nos termos da informação número trezentos e quatro, de noventa e oito, e do parecer técnico emitido pelos SMAS número mil duzentos e vinte e cinco/setenta e dois, de noventa e sete, da Divisão de Projectos e Obras. -----

----- A caução estabelecida para garantir a boa execução das obras é de um milhão quinhentos e sessenta mil e setenta e seis escudos, que deverá ser presente no acto da emissão do alvará. -----

----- - Sua comunicação ao requerente.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

160 - PROCº. 9549-PV/97, APENSO AO 5054-PL/95 - APROVAÇÃO DO PROJECTO DE INFRA-ESTRUTURAS - A. LOPES FARINHA, LD^a:-----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Vem A. Lopes Farinha, Limitada, através do processo em título, solicitar a aprovação do projecto de infra-estruturas de apoio ao loteamento sito em Tercena, apresentando para o efeito os elementos solicitados dando assim cumprimento ao ofício trinta e sete mil duzentos e cinquenta e cinco, de noventa e sete.-----

----- Analisado o assunto pelos respectivos serviços do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística em suas informações números trezentos e trinta e quatro, de noventa e oito e trezentos e noventa e seis-dezanove, de noventa e oito, da Divisão de Projectos e Obras, dos SMAS, que constam do processo, concluíram que o processo se encontra em condições de merecer aprovação.-----

----- Assim, proponho à Câmara que delibere: -----

----- - Aprovar o projecto de infra-estruturas nos termos da informação número trezentos e trinta e quatro, de noventa e oito, da Divisão de Gestão Urbanística.-----

----- - Sua comunicação ao requerente, remetendo cópia da informação dos SMAS número trezentos e noventa e seis-dezanove, de noventa e oito, da Divisão de Projectos e Obras, para conhecimento e cumprimento do estabelecido.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

161 - PROCº. 2563-PV/98, APENSO AO 3228-PL/95 - ANÁLISE E INFORMAÇÃO DO PROJECTO DE INFRA-ESTRUTURAS: -----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Vem a Rofrei - Construções e Investimentos Imobiliários, Sociedade Anónima, através do processo em título, solicitar a aprovação do projecto de infra-estruturas de apoio a uma operação de loteamento em Laveiras destinada a construção de habitação. -----

----- Analisado o assunto pelos serviços do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, em sua informação número duzentos e vinte e oito, de noventa e oito, que consta do processo, concluíram que os projectos de infra-estruturas se encontram em condições de serem submetidos à aprovação da Câmara condicionado à apresentação antes do pedido de emissão do alvará de loteamento à apresentação da estimativa (orçamento) relativa aos trabalhos de infra-estruturas das zonas verdes, por se considerarem que os valores unitários aplicados aos trabalhos previstos a desenvolver são inferiores aos actualmente praticados no mercado, assinalando-se que na ausência dessa apresentação será o valor do orçamento incluído no projecto aprovado em quinze por cento. -----

----- Pelo exposto, proponho à Câmara que delibere: -----

----- - Aprovar o projecto de infra-estruturas nos termos da informação número duzentos e vinte e oito, de noventa e oito, da divisão de Gestão Urbanística. -----

----- - Sua comunicação ao requerente, remetendo cópias das informações prestadas pelos SMAS e Departamento de Espaços Verdes e Equipamento Urbano, números quatrocentos e oitenta e sete/vinte e oito, de noventa e oito, da Divisão de Projectos e Obras e duzentos e setenta e sete, de noventa e oito, respectivamente.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----



CÓPIA

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

162 - EMPREITADA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA À AMADORA - CONDUTAS DA ATALAYA - TRABALHOS A MAIS - SMAS: -----

----- I - A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta:-

----- “O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, reunido em reunião ordinária de vinte e seis de Maio de mil novecentos e noventa e oito, deliberou aprovar a adjudicação de realização de trabalhos a mais referentes à empreitada supra referida à empresa adjudicatária António Barata Micaelo, Limitada, pelo montante global de nove milhões cento e quarenta e quatro mil quinhentos e nove escudos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tendo em conta a informação da Chefe da Divisão de Projectos e Obras. -----

----- O Conselho de Administração teve conhecimento que o valor destes trabalhos a mais, representam quarenta e sete por cento do valor da adjudicação que orçou em quarenta e dois milhões oitocentos e quarenta e um mil duzentos e trinta escudos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

----- Face ao exposto, propõe-se: -----

----- Um - A ratificação da mencionada autorização da adjudicação de trabalhos a mais referentes à empreitada de “Abastecimento de Água à Amadora - Condutas da Atalaya”, à empresa António Barata Micaelo, Limitada, pelo montante global de nove milhões cento e quarenta e quatro mil quinhentos e nove escudos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

----- Dois - A dispensa de celebração de contrato escrito. -----

----- Três - A aprovação da presente proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

163 - AJUSTE DIRECTO PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE “BAILADO AQUÁTICO” - FOLHA DE ÁGUA, A INTEGRAR AS FESTAS DO CONCELHO, NOS JARDINS DO PALÁCIO DO MARQUÊS - CASCATA DOS POETAS - SMAS: -----

----- I - A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta:-

----- “O Conselho de Administração reunido em reunião ordinária de nove Junho de mil novecentos e noventa e oito, deliberou por unanimidade adjudicar por ajuste directo a prestação de serviços supra referida à empresa Companhia D’Artes, pelo valor de oito milhões setecentos e vinte mil escudos acrescido de IVA à taxa legal, solicitando-se a dispensa de celebração de contrato escrito.”-----

----- Face ao exposto, propõe-se: -----

----- Um - A ratificação da mencionada autorização da adjudicação do fornecimento por ajuste directo para prestação de serviços de Bailado Aquático - Folha de Água, a integrar as Festas do Concelho, nos Jardins do Palácio do Marquês - Cascata dos Poetas, nos exactos termos propostos pela empresa Companhia D’Artes, pelo valor de oito milhões setecentos e vinte mil escudos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.”-----

----- Dois - A dispensa de celebração de contrato escrito, de acordo com a deliberação da Assembleia Municipal de vinte de Abril de mil novecentos e noventa e oito, ao abrigo do disposto nos números dois e três, conjugados com o número seis, do artigo centésimo quinto, do Decreto-Lei número cinquenta e cinco, de noventa e cinco, de vinte e nove de Março (na redacção que lhe foi dada pela Lei número vinte e dois, de noventa e cinco, de dezembro de Julho).

----- Três - A aprovação da presente proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.”-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

164 - 99^a. EXPOSIÇÃO CANINA INTERNACIONAL - CP 08.01.07.04.:-----

----- I - O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---

----- “Contemplada no Plano de Actividades do Turismo e organizada pelo Clube Português de Canicultura, está calendarizada para os dias vinte e sete e vinte e oito de Junho próximo, uma Qualificativa de Campeonato que terá lugar no Parque Municipal de Oeiras e que contará com a presença de juízes internacionais assim como a participação de um elevado número de expositores. -----

----- Assim, propõe-se: -----

----- Um - Como apoio a prestar pela Câmara, tendo em vista uma comparticipação na impressão de programas, refeições, estadias de juízes e comissários, o pagamento ao Clube Português de Canicultura de despesas até ao montante de oitocentos mil escudos. -----

----- Dois - Mais se propõe a sua aprovação em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

165 - ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DESIGNADA “QUINTA DO SALES - CONSTRUÇÃO DE ATELIERS” - CP 03.04.02.02.:-----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Na sequência da deliberação de Câmara de vinte e quatro de Março de mil novecentos e noventa e oito, onde é autorizada a abertura do concurso público para a empreitada supra referida, concorreram quatro empresas, a saber, A.M.W.; Comprojecto; Canas Correia e Obrecol.-----

----- As propostas foram abertas no dia vinte de Maio de mil novecentos e noventa e oito, conforme consta do relatório da comissão junto ao processo, tendo-se verificado que a proposta mais vantajosa para a Câmara é a da empresa Canas Correia, com o prazo de seis meses e pelo valor de cento e dezanove milhões novecentos e vinte e quatro mil oitocentos e vinte e cinco escudos, a que deverá acrescer IVA à taxa legal em vigor.-----

----- Considerando o relatório da comissão de Análise das Propostas e todos os seus anexos como fazendo parte desta proposta de deliberação, proponho à Câmara que aprove: -----

----- - a adjudicação da empreitada denominada “Quinta do Sales - Construção de Ateliers” à empresa Canas Correia, pela importância de cento e dezanove milhões novecentos e vinte e quatro mil oitocentos e vinte e cinco escudos, a que deverá acrescer IVA à taxa legal em vigor, pelo prazo de seis meses.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**166 - FESTAS DO CONCELHO - ADITAMENTO À DELIBERAÇÃO TOMADA NA REUNIÃO
DE 27-5-98 - PONTO 157 - CP 02.01.07.26.:-----**

----- I - O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---

----- “Tendo em conta o contacto telefónico efectuado por um dos elementos do Trio Odemira - Senhor Carlos Costa - o qual informou da indisponibilidade do Trio acima referido efectuar o espectáculo previamente agendado para a Freguesia de Porto Salvo, no âmbito das Festas do Concelho que estão a decorrer até ao próximo dia vinte e um de Junho, propõe-se:-----

----- Um - Que de forma a não privar esta freguesia da realização de um espectáculo musical, se proceda à substituição do Trio Odemira pelo Grupo “Navegante”, sendo o espectáculo realizado na data e hora inicialmente previstas - dezoito de Junho, às vinte e duas horas, na sala da Sociedade de Instrução Musical de Porto Salvo (Parque Manuel Pereira Coentro, em Porto Salvo);-----

----- Dois - Que seja efectuado o pagamento do cachet no valor de seiscentos e cinquenta mil escudos, mais cento e dez mil e quinhentos escudos (dezassete por cento de IVA), num valor total de setecentos e sessenta mil e quinhentos escudos, a Vachier & Associados - Produção de Espectáculos, Limitada. A verba a pagar inclui para além do cachet da banda, equipamentos de luz e som - aluguer e técnicos, refeições aos elementos da banda e técnicos;-----

----- Três - A dispensa de procedimento ao abrigo do Decreto-Lei número cinquenta e cinco, de noventa e cinco, de vinte e nove de Março, artigo trigésimo sexto - alínea d), conjugado com o artigo trigésimo sétimo, ponto um, por motivos relativos à protecção de direitos exclusivos que resultam da sua qualidade de agente do artista. -----

----- Mais se propõe a aprovação em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**167 - DIM-57/97 - CENTRO DE JUVENTUDE DO CONCELHO DE OEIRAS - RATIFICAÇÃO
DE DESPACHO - CP 03.02.02.02.: -----**

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Ao abrigo do número três, do artigo quinquagésimo segundo, do Decreto-Lei número cem, de oitenta e quatro, de dezanove de Março, com a nova redacção dada ela Lei número dezoito, de noventa e um, de dezassete de Junho, proferi despacho datado de quatro de Junho de noventa e oito, aprovando a realização de trabalhos a mais e bem assim os preços unitários que serviram de base aos orçamentos apresentados pelas telecópias referência três mil duzentos e quatro/noventa e oito/F e três mil trezentos e cinco/noventa e oito/F, registadas respectivamente sob os números oitocentos e trinta e um e oitocentos e setenta e nove, no montante global de setecentos e vinte e um mil escudos, acrescido do IVA respectivo, atendendo à urgente necessidade de concluir a presente obra, face à ocupação por parte dos Serviços do Gabinete de Juventude e ainda ao facto da reunião de Câmara se realizar a vinte e quatro de Junho de noventa e oito, pelo que: -----

----- - Submeto a ratificação o mencionado despacho; -----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

168 - PROCº. 2536-PL/98 APENSO AO 5687-PL/97 - LOTEAMENTO NA TERRUGEM, QUINTA DO TORNEIRO - TERRA DA VINHA - PAÇO DE ARCOS: -----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Através do processo em título vem a requerente dar satisfação ao solicitado através da informação número cento e sessenta, de noventa e oito, da Divisão de Planeamento. -----

----- Analisado o assunto pelos Serviços Técnicos em sua informação número quatrocentos e treze, de noventa e oito, da Divisão de Planeamento, que consta do processo, referem que o pedido de loteamento está em condições de ser submetido à aprovação da Câmara, devendo apenas a localização dos espaços reservados para a colocação de contentores de lixo ser corrigidas no lote B Treze. Assim mantém-se a indicação de o assunto ser revisto pontualmente na fase de projectos de infra-estruturas relativamente a este lote. Até à emissão do alvará de loteamento deverá ser confirmada a cedência do terreno a integrar no futuro Parque dos Poetas com a área de mil e novecentos metros quadrados, por substituição do protocolo previsto celebrar, nos termos da minuta aprovada em Assembleia Municipal conforme referência efectuada na informação oitocentos e noventa e sete, de noventa e sete. -----

----- Pelo exposto, proponho à Câmara que delibere: -----

----- - Aprovar o pedido de loteamento de acordo com a informação número quatrocentos e treze, de noventa e oito, da Divisão de Planeamento; -----

----- - Comunicar ao requerente.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

169 - PROJECTO DO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA: -----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “As sociedades modernas, nomeadamente as mais desenvolvidas, debatem-se hoje com problemas que, não sendo novos, assumem por vezes uma dimensão redobrada, uma vez que os riscos resultantes dos mesmos cresceram de forma sensível com o acelerado desenvolvimento tecnológico e com a expansão do urbanismo; e porque os cidadãos, mais evoluídos, mais informados e naturalmente mais sensíveis, estão também psicologicamente menos aptos para os enfrentar.-----

----- Tal quadro é agravado quando os meios de comunicação social, com as suas imagens e notícias, repercutidas quase instantaneamente em todas as partes do mundo, multiplicam de forma exponencial os riscos e as tragédias decorrentes da eclosão dessas catástrofes ou calamidades. -----

----- A serenidade com que um rural ribatejano, que sofre directamente na pele os seus efeitos, encara o fenómeno das cheias, contrasta com o pânico que as mesmas imagens inspiram no cidadão urbano, psicologicamente inadaptado e fragilizado pelas imagens que diariamente lhe entram pela casa dentro, através da pantalha da sua televisão. -----

----- Os designados riscos tecnológicos, típicos das sociedades urbanas e industrializadas, agravaram e conferiram uma nova expressão aos riscos naturais. Atente-se nos fenómenos sismológicos ou atmosféricos, que quando acontecem, não deixam de atingir, regra geral, densos tecidos urbanos, originando catástrofes não só de maior dimensão, mas também com novas características e devastadoras consequências. O mesmo se aplica às secas, às tempestades e cheias, aos fogos e seus efeitos. -----

----- O Concelho de Oeiras não escapa à sujeição a diversos riscos inerentes a situações de acidente grave, catástrofe ou calamidade, e a memória colectiva das populações guarda eco



CÓPIA

dos acontecimentos trágicos que algumas vezes ocorreram em alguns locais do concelho, com as consequências gravosas em termos humanos, sociais e económicos.-----

-----A prevenção destes fenómenos, bem como o combate às suas consequências são da responsabilidade da Protecção Civil e dos seus Agentes, o que se traduz numa missão extremamente ampla, diversificada e complexa, que no que concerne aos aspectos formativos e científicos, quer no atinente ao campo operacional. -----

-----Se é um facto que no âmbito das suas atribuições, compete à Protecção Civil, coadjuvar, entre outras instituições, as autarquias na preservação de pólos culturais, centros históricos dos meios urbanos, divulgando medidas preventivas e inter-relacionando os agentes mais directamente nisso interessados, coordenando e pondo em contacto as entidades intervenientes, é certo também que o aumento da eficiência operacional, a consolidação de um Sistema de Protecção Civil, a sensibilização da população em geral e da população escolar em particular, tem necessariamente por base as Câmaras Municipais, as quais devem desenvolver os melhores esforços para darem corpo aos seus Planos Municipais de Emergência e aos seus Centros Operacionais de Emergência, para que se possa dispor de um Sistema credível e eficaz, como a lei determina e as populações merecem. -----

-----Num passado recente e face a acidentes de alguma gravidade e a catástrofes naturais, o Sistema de Protecção Civil do Município de Oeiras correspondeu ao que dele se espera, desencadeando os mecanismos necessários à intervenção dos agentes e instituições, numa acção concertada de esforços, importando destacar os Bombeiros Voluntários, não se tendo vislumbrado, nessas circunstâncias adversas, quaisquer anomalias ou disfunções decorrentes da responsabilidade de cada um dos intervenientes nas operações. -----

-----Não é demais destacar e louvar a capacidade operacional das corporações de bombeiros do nosso Concelho, sustentados em meios técnicos modernos e em meios humanos bem preparados, plenos de motivação, considerando que naturalmente se estendem aos

funcionários da Câmara Municipal de Oeiras e dos SMAS, bem como a todos os outros intervenientes, que nessas situações de emergência, foram chamados a intervir. -----

----- A capacidade de resposta e a eficaz coordenação e interligação dos serviços e instituições, tem assentado fundamentalmente no bom entendimento entre as pessoas, mas também no cumprimento das regras e procedimentos atinentes ao papel de cada um, importando agora proceder à formalização dessas mesmas regras e procedimentos.-----

----- Assim, e além de representar um imperativo legal e atendo o acima exposto, é indispensável que a Autarquia disponha de um Plano Municipal de Emergência e de um Centro Municipal de Operações de Emergência de Protecção Civil, pelo que proponho:-----

----- Primeiro - A aprovação por parte da Câmara Municipal de Oeiras do projecto de Plano Municipal de Emergência junto à presente proposta, a fim de o submeter ao parecer das entidades que integram a Comissão Municipal de Protecção Civil (CMPC) e Centro Municipal de Emergência de Protecção Civil (CMOEPIC), devidamente identificado no anexo B do referido projecto, solicitando-lhes que se pronunciem sobre o mesmo no prazo máximo de trinta dias. ---

----- Segundo - Decorridos sessenta dias sobre a recepção dos pareceres solicitados às entidades intervenientes referidas no ponto anterior, será submetida à Câmara proposta para apreciação do Plano Municipal de Emergência. -----

----- Terceiro - A aprovação da presente proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a metodologia proposta. -----

O Presidente,



CÓPIA

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1998-----

**170 - PROCº. 2378-PL/86 - OCUPAÇÃO DO LOTE 1 DO ALVARÁ 24/89 PELO EIXO VIÁRIO -
PROPOSTA DE PERMUTA:**-----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Um - Na oportunidade da construção do troço do eixo viário (Paço de Arcos - Caxias), o restabelecimento à Estrada Municipal existente foi executado de forma a que a transição entre os perfis transversais (com uma relação de dois para um) e a concordância das directrizes e declives respectivos não prejudicassem condições essenciais de segurança da circulação. -----

----- Dois - Em consequência, a zona de restabelecimento das duas vias afectou a área de setenta e quatro vírgula quarenta e um metros quadrados do lote um do alvará de loteamento vinte e quatro, de oitenta e nove. -----

----- Dois.um - Esta situação, embora provisória, veio a impedir os proprietários do lote um de vedar a sua propriedade e construir a sua habitação nos termos previstos no alvará de loteamento. -----

----- Dois.dois - Verificando-se que o Município não está em condições de executar, ainda que parcialmente, o traçado definitivo do troço final do eixo viário (em fase de projecto de execução), em prazo compatível com a satisfação dos direitos e necessidades dos proprietários do lote um, elaborou a Divisão de Estudos e Projectos um estudo para o desvio temporário do troço da via e redes de infra-estruturas executados na área do lote. -----

----- Tratando-se de um troço em curva com declive acentuado, que obriga à construção de muros de suporte, as obras a executar implicariam um encargo estimado em vinte mil contos.

----- Três - Tendo com consideração que: -----

----- a) Os proprietários do lote um estão a residir (casal e dois filhos) num quarto de um fogo de sessenta metros quadrados, de um familiar, em virtude de terem financiado a aquisição



CÓPIA

do lote através da venda da habitação que possuíam (no concelho), sendo evidentes os prejuízos que lhes acarreta qualquer atraso na resolução desta situação. -----

----- b) A execução das obras do traçado definitivo do eixo viário, neste troço, depende de concurso a lançar, prevendo-se que, no mínimo, decorram oito meses até à sua adjudicação.-----

----- c) O desvio provisório da via e redes de infra-estruturas executadas no lote, envolve um encargo de vinte mil contos em obras que não serão aproveitadas pelo traçado definitivo, sendo portanto um investimento não recuperável. -----

----- d) De acordo com o alvará, o lote em causa tem quatrocentos e cinquenta metros quadrados podendo, depois de executado o traçado definitivo do eixo viário, ter um ligeiro aumento de área, estimando-se o seu valor de venda em: -----

----- quatrocentos e cinquenta metros quadrados vezes (trinta contos por metro quadrado a trinta e cinco contos por metro quadrado) igual a treze mil e quinhentos contos a quinze mil setecentos e cinquenta contos. -----

----- e) A Câmara Municipal é proprietária de lotes para habitação unifamiliar na Serra de Carnaxide, entre os quais o lote oito, com mil e treze metros quadrados e um valor, estabelecido como base de licitação em hasta pública, de vinte mil duzentos e sessenta contos. -----

----- f) A permuta do lote um do alvará vinte e quatro, de oitenta e nove, com o lote oito da Serra de Carnaxide, representa um benefício imediato de quatro mil quinhentos e dez contos a seis mil setecentos e sessenta contos para os proprietários do lote um, tendo, contudo, que se deduzir os encargos com novos projectos e prejuízos inerentes ao atraso na resolução do seu problema habitacional. -----

----- g) Com esta permuta o Município consegue um economia estimada entre treze mil duzentos e quarenta a quinze mil quatrocentos e noventa contos, ao evitar executar as obras de desvio provisório da via e redes de infra-estruturas que ocupam o lote um, para além de cumprir o dever de justa indemnização pelos prejuízos causados aos interessados. -----

----- Assim, com vista à resolução do problema ocasionado pela invasão da propriedade privada com a construção da estrada, proponho à Câmara que delibere aprovar a permuta do lote um do alvará de loteamento vinte e quatro, de oitenta e nove, com o lote oito do Loteamento Municipal da Serra de Carnaxide.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

----- Às vinte horas e quarenta e cinco minutos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente acta que vai ser por si assinada e pelo Director do Departamento de Administração Geral. -----

O Presidente,

O Director do Departamento de Administração Geral,